DENIS TEREZANI

DA AVENIDA SÃO JOÃO À AVENIDA TIRADENTES:
uma análise das representações jornalísticas sobre a reconfiguração dos desfiles carnavalescos da cidade de São Paulo (1967-1977)

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2016

DENIS TEREZANI

DA AVENIDA SÃO JOÃO À AVENIDA TIRADENTES:
uma análise das representações jornalísticas sobre a reconfiguração dos desfiles carnavalescos da cidade de São Paulo (1967-1977)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Estudos do Lazer.

Orientador: Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (UFRJ)

Belo Horizonte
Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional/UFMG
2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

DENIS TEREZANI

DA AVENIDA SÃO JOÃO À AVENIDA TIRADENTES: UMA ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE A RECONFIGURAÇÃO DOS DESFILES CARNAVALESCOS DA CIDADE DE SÃO PAULO (1967-1977)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para a obtenção do Título de Doutor em Estudos do Lazer.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo (Orientador)
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

_____

Prof. Dr. Edmur Antônio Stoppa
Universidade de São Paulo – USP

_____

Prof. Dr. Pedro Paulo Araujo Maneschy
Universidade Federal do Pará – UFPA

_____

Prof. Dr. Hélder Ferreira Isayama
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

_____

Profa. Dra. Maria Cristina Rosa
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Belo Horizonte, 31 de maio de 2016.

Eu semeio vento na minha cidade,
Vou pra rua e bebo a tempestade.[1]

Para as cidades por onde passei, convivi e me atrevi a escrever as linhas que compuseram esse estudo:

Belo Horizonte.

Vou quem vai
Com a Vai-Vai
Viver a liberdade em Minas Gerais

E a Bela Vista traz pra esse carnaval
Belo Horizonte
Eterna fonte musa da inspiração
São cem anos de história
Cantada com amor e emoção.[2]

Rio de Janeiro.

- O Rio de Janeiro à noite é a segunda cidade mais linda do mundo!
- Qual é a primeira?
- O Rio de Janeiro em dia de sol![3]

Por fim, à desvairada São Paulo e ao seu fascinante Carnaval!

É noite agora, chora viola
São Paulo é convite para amar.[4]

[1] BUARQUE DE HOLLANDA, F. Bom Conselho. In: BUARQUE DE HOLLANDA, F. **Quando o carnaval chegar.** Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1972. LP Lado B – Faixa 1.
[2] WILMA CORRÊA; WASHINGTON DA MANGUEIRA. Liberdade ainda que Vai-Vai. In. THOBIAS DO VAI-VAI. **Carnaval 97 – Sambas Enredo – Escolas de Samba de São Paulo**. São Paulo: EMI Brasil, 1997. CD Faixa 1.
[3] BARCELLOS, C. **Abusado**: o dono do Morro Dona Marta. 2º ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.
[4] ADALBERTO, CARLINHOS, VALMIR, CARLINHOS. Convite para amar (Boa noite São Paulo). In. PORTELA. **Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo 1 de São Paulo**: Continental, 1988. LP Lado B – Faixa 1.

AGRADECIMENTOS

A vida é como um desfile, para ser apoteótico necessita da integração de pessoas que nunca deixam de acreditar que as utopias podem se tornar realidade, sempre nos impulsionando a progredir.
Para os que sempre em mim acreditaram...

À minha mãe Letícia Helena Sarcedo Terezani e meu pai Oswaldo Luiz Terezani, assim como uma “comissão de frente”, eles abriram os caminhos me apresentando ao mundo, tornando mais segura a minha caminhada.

Para minha irmã Larissa A. Terezani De Filippis e André De Filippis pela sólida parceria e acolhimento fraterno na Terra da Garoa. A “evolução” do trabalho tornou-se mais “harmônica” com a presença de vocês.

À minha esposa Giovana Bottene Terezani, “enredo” da minha vida, sem a sua carinhosa compreensão e incentivo seria impossível finalizar mais esse “ensaio” acadêmico.

Ao mais carioca dos cariocas, Victor Andrade de Melo, pela amizade fortalecida nos cantos e encantos da Cidade Maravilhosa. Seu profundo conhecimento, profissionalismo e paciência despertaram em mim a compreensão da cultura por outro ângulo.

Às amigas e aos amigos de perto e de longe, velhas(os) e novas(os), da rua e do samba. Vocês são como as “alas carnavalescas” em dia de desfile, preenchem minha vida com mais alegria, cor e sabor, sintam-se homenageados em nome do querido Lucca Camargo Mendes, que entre novas descobertas e aprendizados irá escolher as cores do seu time e a escola de samba do seu coração. É com vocês que compartilho mais essa conquista!

Aos componentes da banca examinadora Dr. Edmur Antônio Stoppa, Dr. Hélder Ferreira Isayama, Dra. Maria Cristina Rosa, Dr. Pedro Paulo Araujo Maneschy e aos suplentes Dra. Roberta Gaio e Dr. Silvio Silva. As pertinentes contribuições possibilitaram maior criatividade ao “enredo”, tornando-o mais original.

Aos docentes, discentes e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Estudos do Lazer, pela constante troca de conhecimento, me instigando sempre a prosseguir em busca de novos aprendizados.

À União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e aos funcionários da Hemeroteca Municipal “Mário de Andrade” da cidade de São Paulo, pela prontidão no oferecimento das fontes jornalísticas para conclusão do estudo.

Às amigas Juraci Beraldi e Nadia Souza, graças a vocês a leitura da pesquisa tornou-se mais agradável.

O povo quer uma bateria no asfalto ou na terra batida
que lhe faça ferver o sangue nas veias.
O povo não quer uma escola de samba que implore os votos dos jurados.
O povo quer uma escola de samba que o arraste.
O povo quer ser, mesmo sem plumas,
abre alas, comissão de frente, destaque e ala das baianas.

Lourenço C. Diaféria (1976, p.17).

RESUMO

Entre os mais distintos temas que fazem da Festa de Momo o seu objeto de investigação, nosso interesse se reserva ao carnaval da cidade de São Paulo, mais especificamente aos Desfiles das Escolas de Samba. Nos meses finais de 1967, propostas foram elaboradas aspirando a organização do carnaval de 1968 na capital paulista; em vista disso, se estabeleceu um relacionamento entre o poder público e os representantes das entidades carnavalescas paulistanas, incluindo Blocos, Ranchos e Cordões. A problemática da pesquisa nos conduz a compreender como estes agentes envolvidos se posicionaram frente à remodelação dos desfiles? O estudo tem como objetivo discutir a reconfiguração do carnaval a partir das representações da imprensa escrita, fazendo uso das publicações dos periódicos: “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”. Atentamo-nos ao fato da imprensa escrita não ser um órgão transmissor imparcial dos acontecimentos, levando-a a se posicionar de acordo com a realidade política e socioeconômica a qual está inserida. Para tanto, tornou-se necessária a análise crítica tanto interna quanto externa desses documentos. Por se tratar de uma pesquisa histórica, a trajetória metodológica se serve do método discursivo, com vistas a estabelecer um amplo diálogo com os estudos culturais, fecunda área de investigação interdisciplinar, capaz de criar, difundir e ressignificar a multiplicidade que emerge da especificidade de cada cultura. A seleção e análise das matérias jornalísticas se pautaram no uso da palavra-chave “carnaval”. O levantamento se inicia no ano de 1967, momento da reconfiguração dos desfiles das escolas de samba, e se encerra em 1977, com a consolidação da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) como órgão administrativo-representativo das agremiações e dos respectivos desfiles. Por fim, o carnaval paulistano, ao se constituir por dois fatores simultâneos no final dos anos de 1960: a) Técnico-estatutário (as reconfigurações pelas quais passaram as agremiações); b) Atividades administrativas (a organização dos desfiles carnavalescos) - despertou a desconfiança por parte da imprensa escrita, o que a levou a presumir o esvaecimento dos desfiles em pouco tempo. O abrandamento dessa desaprovação começou a cessar a partir da segunda metade dos anos de 1970, quando o modelo carioca deixa de ser visto como o ideal e, concomitantemente, se inicia a valorização dos desfiles paulistanos pelos periódicos, sambistas e espectadores, promovendo resultados que ecoaram pelas décadas seguintes. Portanto, sendo a capital paulista um dos polos da festa momesca brasileira, nos resultados obtidos ao discorrer sobre este tema, entendemos que apresentar as relações do carnaval a partir do universo específico das Escolas de Samba paulistanas, evidenciou sua trajetória histórica, tornou-se um importante desafio, bem como, academicamente, um avanço na construção de debates na área do conhecimento dos estudos do lazer.

Palavras-chave: Carnaval. Escolas de Samba de São Paulo. Lazer. Políticas Públicas.

ABSTRACT

From the most distinct themes which have done from Festa de Momo (Momo's party) its field of research, our interest devotes to the carnival from the city of São Paulo, more specifically to the parades of the samba schools. In the latter months of 1967, proposals aiming the organization of the 1968 carnival were elaborated; due to this, a relationship between the public authorities and the representatives of the carnival entities from São Paulo, including the carnival street bands (Blocos, Ranchos, Cordões) was established. Therefore, the issue of the study leads us to understand: how did these agents position themselves facing the reshuffled of the parades. The study has as its aim to discuss the carnival reconfiguration from the written media representations using periodicals publications: "Folha de São Paulo" and "O Estado de S. Paulo". It was important to note that the written press was not an unbiased organ, leading itself to stand in an ideological way in the political and socio-economic reality in which it was in. Thus, it was necessary to critically analyze these documents both internally and externally. Because it is a historical study, the methodological path uses the discursive approach for the purpose of establishing a broad dialogue with the cultural studies, a fruitful area of cross-curricular investigation able to create, spread and reframe the multiplicity that emerges from the specific nature of each culture. The article selection and analysis were characterized by the use of the word "carnival". The gathering of the data starts in 1967, when the parades were rearranged and it finishes in 1977 with the consolidation of the Union of Samba Schools from São Paulo (UESP) as an administrative- representative organ of the association of these parades. Finally, the carnival from São Paulo forming itself by two simultaneous factors at the end of 1960s: a) Administrative activities of the parades – these shared between the public authorities and the representative organ of the associations, b) technical-statutory – the reshaping which the associations went through raised suspicion from the written press leading to the assumption of the fading of parades in a short time. The softening of this disapproval started to seize from the second half of 1970 and on, when the Rio de Janeiro model was no longer seen as the ideal and at the same time the periodicals, samba dancers and spectators start strengthening the parades from Sao Paulo which have brought results that will echo for decades to come. Therefore, the Capital Sao Paulo being one of the poles of the Brazilian Momo's party in the results achieved when arguing this theme we understand that presenting the relations of carnival from the specific universe of the Samba schools from Sao Paulo highlights its historical path, it has become an important challenge, as well as academically it has become an improvement in building up discussion in the fields of knowledge of leisure studies.

Keywords: Carnival. Samba School of São Paulo. Leisure. Public Policies.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACSESM	Associação Cultural e Social Escola de Samba Mocidade (Camisa Verde e Branco)
AESCRJ	Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro
AESEG	Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara
AESSP	Associação das Escolas de Samba de São Paulo
AI	Ato Institucional
AMESPBEESP	Associação de Mestres-Sala, Porta-Bandeiras e Estandartes do Estado de São Paulo
BMA	Biblioteca Mário de Andrade
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CBES	Confederação Brasileira das Escolas de Samba
CDP	Comissão de Divertimentos Públicos
CDMS	Centro de Documentação e Memória do Samba
CEV	Comissão Estadual da Verdade
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CPCC	Centro Paulista de *Chronistas* Carnavalescos
Cr$	Cruzeiro
DC	Departamento de Cultura
DOSP	Diário Oficial do Estado de São Paulo
E.S.	Escola de Samba
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
GR	Grêmio Recreativo
GRC	Grêmio Recreativo Cultural
GRCES	Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba

GRCSES	Grêmio Recreativo Cultural Social Escola de Samba
GRES	Grêmio Recreativo Escola de Samba
GRSCES	Grêmio Recreativo Social Cultural Escola de Samba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LIGA-SP	Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo
MUEAP	Museu dos Eventos do Anhembi Parque
NCr$	Cruzeiro Novo
PAULISTUR S.A	Empresa de Turismo do Estado de São Paulo
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Polícia Militar
PRP	Partido Republicano Paulista
SASP	Sociedades Amantes do Samba Paulista
UESB	União das Escolas de Samba do Brasil
UESP	União das Escolas de Samba Paulistanas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO…….. 12

CAPÍTULO 1. A PSEUDO-OFICIALIZAÇÃO DOS DESFILES PAULISTANOS.. 31

1.1. “Carnaval de Rua” ou “Carnaval na Rua”: O Corso, os Cordões e as Escolas de Samba de São Paulo no final dos anos 1960..... 39

1.2. “São Paulo trabalha para ter o carnaval igual ao do carioca”: Olhares comparativos dos periódicos entre a Terra da Garoa e a Cidade Maravilhosa... 54

1.3. O Brincar está em Jogo: A competitividade nos desfiles da cidade de São Paulo..... 65

1.4. Carnaval, Espetáculo e Turismo: Lacunas a serem preenchidas em Sampa... 70

1.5. Transição governamental, mudanças na política de estado e o descaso com o carnaval: A estagnação dos desfiles no início dos anos de 1970..... 84

CAPÍTULO 2. A PROFISSIONALIZAÇÃO EM DESFILE: A TRAJETÓRIAS DOS “CORDÕ(ES)COLAS” DA CIDADE DE SÃO PAULO..... 93

2.1. Administração, desempenho e espetáculo: o engrandecimento turístico da festa de Momo paulistana..... 108

2.2. Aspectos identitários entre a Cidade Maravilhosa e a Terra da Garoa: a folia de Momo se organiza..... 116

2.3. “Emprega-se foliões especializados – interessados tratar com o Rei Momo”: os primórdios da profissionalização do carnaval paulistano..... 122

2.4. “Rio dos Inhambus”: O curso do Parque Anhembi na cultura carnavalesca de São Paulo..... 129

CAPÍTULO 3. “TIRADENTES: DE QUE VALE MUDAR SÓ O CHÃO?” ENGRANDECIMENTO, EXIGÊNCIAS E REFORMULAÇÕES NO CARNAVAL DA TERRA DA GAROA..... 138

3.1. A malemolência das Escolas frente aos estranhamentos em meados da década de 1970..... 140

3.2. Regime ditatorial e carnaval: As relações entre as Escolas de Samba e Estado pelos olhares da imprensa escrita paulistana..... 148

3.3. “Hoje, o melhor de S. Paulo”: do frenético ritmo urbano ao frenesi das Escolas de Samba – a Avenida Tiradentes estreia na folia..... 152

APONTAMENTOS FINAIS: FIM DO DESFILE OU O RECOMEÇO DE UM NOVO ENREDO!..... 162

REFERÊNCIAS..... 173

ANEXOS..... 194

INTRODUÇÃO

> *O Carnaval em São Paulo é uma maneira de projetar a cidade tanto no plano nacional como internacional. Isto, além de humanizá-la, oferece mais recreação e divertimento aos seus habitantes (Tibiriçá Botelho Filho – Secretário de Turismo e Fomento da cidade de São Paulo)*[5].
>
> *O bom de tudo isto foi a compreensão do povo e das autoridades quanto ao nosso esforço e trabalho. Precisamos manter vivo o samba brasileiro* (Alberto Alves da Silva – 'Seu Nenê' – fundador da Escola de Samba 'Nenê de Vila Matilde').[6]

Os festejos carnavalescos, que atualmente encantam e divertem milhões de pessoas em glamorosos bailes de gala, com o ritmo frenético dos trios elétricos e a fervura do frevo pernambucano, tanto quanto as grandes Escolas de Samba, pois bem, essas efusivas manifestações populares brasileiras são originadas do Catolicismo.

A Igreja Católica, no século XI, instituiu a Quaresma, período que simboliza os quarenta dias de peregrinação de Cristo no deserto. A partir de então, uma das vertentes históricas[7], alega que grandes comemorações começaram a se realizar nos dias que antecediam o grande jejum, passando a ser chamadas de "adeus à carne", que em italiano pronunciava-se *Carne Vale*, originando o que comumente conhecemos como Carnaval.

Essa manifestação popular de origem europeia, ao aportar no Brasil com os primeiros colonos portugueses sob a forma do polêmico Entrudo, persistiria por quase 300 anos e somente seria substituído no início do século XIX pela nova e independente sociedade brasileira, que se declarava estar farta dos excessos "entrudísticos" (principalmente a classe dominante). Assim, procurando cada vez mais se afastar do passado português e vincular-se aos padrões da sociedade francesa, no caso do carnaval, os bailes de máscara teriam a função de substituir a "desordem" das ruas e coibir as classes menos abastadas de aderirem às comemorações do tríduo de Momo. Entretanto, essa atitude impulsionaria também a

---

[5] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval pode projetar a cidade de S. Paulo ao mundo, São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n.14.098, 21 jan. 1968, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/01/21/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[6] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Sambistas apontam escolas favoritas. São Paulo. Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/27/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[7] Felipe Ferreira (2004) em sua obra "O livro de Ouro do Carnaval Brasileiro" detalha no primeiro capítulo ("Era uma vez") as vertentes históricas do carnaval, com referências ao surgimento na Idade Média até sua fixação como festa popular no século XIX.

formação das Sociedades Carnavalescas, estas estabelecidas na fronteira entre os bailes públicos e os da elite, contribuiriam para a formação dos Ranchos, Blocos e Cordões e, por fim, das Escolas de Samba (FERREIRA, 2004-2005).

O carnaval, em terras brasileiras, revela-se de tamanha magnitude, fruto da imensidão territorial, aliada à diversidade cultural, que nem mesmo um conjunto de estudos interligados, oriundos das mais distintas áreas que fazem da festa de Momo seu campo de pesquisa, daria conta de compreendê-lo por completo. Nosso interesse nos conduz ao carnaval da cidade de São Paulo, mais especificamente aos Desfiles das Escolas de Samba.

Nos meses finais de 1967, propostas foram elaboradas aspirando a organização do carnaval de 1968; em vista disso, se reestabeleceu um relacionamento entre o poder público e os representantes das entidades carnavalescas paulistanas (inclusive Blocos, Ranchos e Cordões). Esse encontro viabilizou a unicidade dos desfiles, uma vez que ao concentrá-los em pleno centro da capital, paulatinamente reformulações foram sendo promovidas nas agremiações e na sua maneira de desfilar, façanhas que ecoariam pela década seguinte.

É a partir desses acontecimentos que a *problemática da pesquisa* emerge, a qual nos conduz a compreender como estes agentes envolvidos (poder público, dirigentes das agremiações, sambistas e público em geral) se posicionaram frente à remodelação dos desfiles.

Sabendo que transformações técnicas e administrativas ocorreram no carnaval paulistano de 1967/1968, quando os desfiles deixaram de ser patrocinados pelos órgãos de comunicação (jornais, emissoras de rádio e T.V.) e passaram a ser subsidiados pela Secretaria de Turismo e Fomento da Prefeitura de São Paulo, este estudo tem por *objetivo* discutir a reconfiguração do carnaval, a partir das representações da imprensa escrita (Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo), não desprezando o contexto político pelo qual atravessava o país.

Encontramos nos estudos de Simson (2007) e Urbano (2006), indícios sobre a relação estabelecida entre a imprensa escrita e os desfiles carnavalescos na virada da década de 1950 para 1960. Decerto, ao perceber a crescente empatia da sociedade paulistana pelos Cordões e Escolas de Samba, periódicos – na maioria das vezes não tão expressivos e de circulação local (geralmente cobriam somente o bairro e as imediações de origem) – passaram a valorizar a cobertura do carnaval,

por serem eles os próprios responsáveis pela organização dos desfiles, em parceria com o “Centro Paulista dos Chronistas Carnavalescos”.

A obra de Simson (2007), “Carnaval em Branco e Negro: Carnaval popular paulistano 1914 – 1988” fruto do seu doutoramento revela que o “carnaval popular de origem branca” (ou “europeia”, como prefere Urbano - 2006), na primeira metade do século vinte se concentrava nos bairros Brás, Lapa e Água Branca, na sua maioria constituídos por trabalhadores da classe operária, mas congregando também famílias de classe média. Na mesma época, o “carnaval de origem negra” se organizou nos bairros Barra Funda (Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco), Bela Vista (Cordão Vai-Vai), Baixada do Glicério (Escola de Samba Lavapés), somados a Vila Esperança (Desfiles de carros alegóricos) e Penha (Escola de Samba Nenê de Vila Matilde), na zona leste da capital, estes dois últimos segundo os estudos de Urbano (2006). Portanto, os periódicos de menor expressão, responsáveis pela organização e a cobertura do carnaval, se concentravam nesses bairros.

Os bairros paulistanos *Água Branca, Lapa*, e *Brás,* onde se concentrava o “carnaval de origem branca”

Fonte: Urbano (2006) Simson (2007)

Os bairros Barra Funda, Glicério (Baixada do Glicério), Bela Vista, Penha e Vila Esperança da cidade de São Paulo, onde se concentrava o “carnaval de origem negra”

Fonte: Urbano (2006) Simson (2007)

Selava-se assim um acordo, as agremiações carnavalescas de cunho popular, com destaque para os Cordões e as embrionárias Escolas de Samba, aumentavam sua popularidade e credibilidade perante a sociedade, respaldadas pela cobertura da imprensa escrita, enquanto esta se incumbia de promover o concurso carnavalesco (comissão julgadora, premiação, divulgação, etc.), que em decorrência, conseguiria maior vendagem ao cobrir o evento, passando a conquistar maior representatividade frente à população paulistana.

Contudo, até 1971 duas grandes categorias integraram o carnaval de rua da cidade de São Paulo, de um lado as Escolas de Samba e do outro os Cordões, que se transformariam em Escolas a partir do carnaval de 1972.

Ressaltamos que a divisão por grupos, tendo como objetivo a ascensão ou o rebaixamento das agremiações participantes, já existia antes mesmo da reconfiguração de 1967/1968. No entanto, esse processo de classificação se consolidaria no desfile de 1968, que ao estabelecer unicidade dos critérios técnico-regulamentares de julgamento, concomitantemente passou a congregar as

agremiações em apenas um desfile na capital, elevando o nível técnico das disputas entre as agremiações carnavalescas.

Segundo minucioso levantamento realizado por Crecibeni (2000), os resultados dos desfiles da maioria das agremiações constam somente a partir de 1968, isso se deve ao processo de reconfiguração do carnaval paulistano (1967/1968) que, ao contribuir para a unicidade dos desfiles da capital, passou, desde então, a registrar a classificação das agremiações. Entretanto, nos mesmos estudos realizados pelo autor, o Grêmio Recreativo Cultural Império do Cambuci (fundação 13/05/1963), consta ter desfilado pelo Grupo II entre os anos 1964 e 1969, o que nos comprova já existir divisão por grupos antes mesmo da reconfiguração. Salientamos que antes de 1968, vários desfiles eram organizados em diferentes regiões da cidade.

Os Cordões eram entidades carnavalescas mais antigas, que congregavam em seus desfiles quantidade igual, ou até superior, de componentes se comparado às Escolas de Samba e apresentavam-se atendendo aos quesitos musicais (bateria, harmonia e samba de enredo), artísticos-visuais (alegorias, fantasias e enredo) e dança (evolução, porta estandarte[8] e comissão de frente). Contudo, os Cordões começavam a perder visibilidade para as recém-fundadas Escolas de Samba, como retrata o Jornal Folha de São Paulo, de 28 de fevereiro de 1971,[9] ao entrevistar Inocêncio Tobias, então presidente do Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco:

> É nossa despedida da categoria de cordão, em 72 o Camisa Verde se transforma em Escola de Samba. O cordão mais antigo[10] de São Paulo faz sua despedida nesse carnaval. [...] O ano que vem (1972) o Camisa Verde

[8] A Porta Estandarte sempre foi figura marcante dos Cordões Carnavalescos Paulistanos, se fazendo presente no quadro estético visual de algumas recém-fundadas Escolas de Samba na década de 1950. Posteriormente, com a reconfiguração em 1967/1968, as Escolas de Samba obrigatoriamente passaram a apresentar em seus desfiles o cortejo entre o Mestre Sala e a Porta Bandeira. Este quesito contribuiria para evidenciar a diferenciação entre as Escolas e os Cordões Carnavalescos.

[9] **FOLHA DE SÃO PAULO**. De Cordão a Escola de Samba, um sonho antigo, São Paulo - Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[10] A centenária "Agremiação Cultural Social Escola de Samba Mocidade Camisa Verde e Branco" iniciou suas atividades carnavalescas como "Grupo Barra Funda", fundado em 1914, pelos irmãos Luiz e Dionísio Barbosa e o cunhado Cornélio Ayres, sendo suas atividades encerradas em 1936, a pedido do próprio fundador Dionísio, devido às constantes perseguições da polícia aos sambistas na época. Desse modo, em 14 de setembro de 1953, liderados por Inocêncio Tobias, popularmente conhecido como "Mulata", as atividades são retomadas e renomeado como "Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco"; somente após o carnaval de 1971 oficializa-se como Escola de Samba. Inocêncio permaneceu a frente da Agremiação até 1980, ano do seu falecimento, passando o posto para o seu filho Carlos Alberto Tobias, auxiliado pela mãe Cacilda Costa e a mulher Magali (CAMISA VERDE E BRANCO, 2013) Para mais informações sobre a história do Cordão Camisa Verde e Branco aconselhamos o *site*: <http://www.camisaverde.net/historia.php>.

> e Branco desfila com 1.800 componentes, este ano tinha 1.100. Acontece que hoje o que todo mundo quer mesmo é samba. Muita gente deixa de ver o Camisa Verde só porque somos Cordão.

As declarações supracitadas se fizeram cumprir, como também os remanescentes Cordões “Vai-Vai” e “Fio de Ouro” - também passariam a disputar na categoria “Escolas de Samba”, alterando seus estatutos, e colocando fim ao sistema de disputa entre os Cordões.

Para o momento é válido ressaltar que, em meados de 1967, o radialista Moraes Sarmento[11] convocou as Escolas de Samba, Blocos e Cordões para participarem diretamente da organização do carnaval que estaria por vir (1968). Somado a este fato, dirigentes das mais distintas entidades carnavalescas já vinham solicitando subvenções aos cofres da cidade de São Paulo, logo, considera-se que as aproximações já ocorriam antes mesmo da reconfiguração do carnaval de 1968.

Diante das circunstâncias, nesse mesmo ano, o prefeito José Vicente Faria Lima[12], carioca, nascido em Vila Isabel e apreciador do samba, motivado após assistir o desfile de 1967, realizado no Anhangabaú, região central da cidade, propôs a criação de um órgão representativo, que pudesse receber subvenções e, por conseguinte, prestar contas ao poder público.

Contudo, é marcante a intenção do poder público de integrar os desfiles das Escolas, Cordões e Blocos na programação carnavalesca do município, pois, ao ofertar mais opções à população paulistana, que nesse momento já demonstrava interesse pelo “carnaval de rua”, simultaneamente contribuiria para o desenvolvimento do turismo na capital.

Assim, graças à sanção da Lei nº 7.100, de 27 de dezembro de 1967, regulamentada pelo Decreto nº 7.348/68, a prefeitura, por meio da sua Secretaria de Turismo e Fomento, se comprometia em subvencionar o carnaval de 1968:

> Fica a Prefeitura autorizada a promover festas de cunho popular e festejos carnavalescos no município de São Paulo, visando incrementar o turismo,

[11] O primeiro presidente da Federação foi o renomado radialista Rubens Moraes Sarmento (14/12/1922-22/03/1998). Campineiro de nascimento, Rubens mudou-se para a capital onde desempenhou importante papel no tocante à propagação das Escolas de Samba na cidade de São Paulo. Em virtude da sua profícua dedicação foi homenageado no carnaval de 1987 pelo GRCES Mocidade Alegre, que levou para a avenida o enredo: “50 anos de comunicação – Moraes Sarmento”.

[12] O prefeito José Vicente Faria Lima foi eleito prefeito de São Paulo pelo Partido Republicano (PR), seu mandato se iniciou em 08 de abril de 1965 e vigorou até 08 de abril de 1969. O Partido Republicano foi extinto em 27 de outubro de 1965, após o primeiro presidente do regime militar brasileiro, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, ter decretado o Ato Institucional de Número 2 (AI2). No final de 1968, Faria Lima ingressou na Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

> conservar e desenvolver as tradições folclóricas brasileiras e contribuir para a recreação popular.
> Parágrafo único – A fim de atender ao disposto neste artigo, o Executivo, na forma da legislação vigente e das normas ora estabelecidas, poderá:
>
> I – promover, diretamente ou mediante concessão, observando neste caso o princípio da concorrência:
>
> a) a ornamentação das ruas, praças e outros locais de festejos populares, bem como a construção das arquibancadas, coretos, tablados e outras instalações necessárias;
>
> b) bailes no Teatro Municipal, em outros municipais e logradouros públicos;
>
> II – conceder auxílio, instituir e outorgar prêmios (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967, p.44). (grifo nosso).

Em pouco tempo, ainda no final de 1967, os sambistas conseguiram reestruturar a Federação de Escolas de Samba, Blocos e Cordões[13], que se tornou a entidade administrativa incumbida de debater e elaborar os critérios de julgamento dos desfiles e, principalmente, ser a unidade de administração que representaria as demais agremiações perante o poder público, gerenciando a subvenção fornecida pela Secretaria de Turismo e Fomento da cidade de São Paulo.

No entanto, segundo as afirmações de Crecibeni (2000), houve falta de coesão entre a Federação e as respectivas agremiações filiadas, gerando divergências referentes aos rumos que o carnaval paulistano deveria trilhar. Para piorar a situação, pendências financeiras e irregularidades na prestação de contas para o poder público municipal, levaram a entidade a sofrer uma intervenção jurídica em 1971, permanecendo sob ingerência pública até 1973, ano em que se encerraram suas atividades, por abandono do quadro diretivo.

Em 1973, três novas entidades – a Associação das Escolas de Samba de São Paulo (AESSP), União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e a Coligação Regional das Escolas de Samba do Município de São Paulo – iniciariam disputas pela representação do carnaval, que perdurariam até 1975, ano em que a maioria das agremiações em comum acordo adotou a UESP como principal representante.[14] Essa iniciativa partiu do poder público, a pedido do Secretário de Turismo e

[13] Com base nos estudos de Urbano (2006) e conforme detalhado ao longo do primeiro capítulo, a primeira iniciativa de fundação da Federação de Escolas de Samba, Blocos e Cordões Carnavalescos ocorreu em 20 de agosto de 1958, com sede provisória na Rua da Glória, 132.

[14] Bueno (2004) evidencia que a aceitação só se tornaria unânime e mais harmônica em 1977, visto que em 1976, novas tentativas se sucederam com o intuito de fundar outras entidades representativas, porém, sem muito sucesso.

Fomento, Armando Simões Neto, que buscava solucionar a falta de unicidade para a representação dos Desfiles Paulistanos (CRECIBENI, 2000).

Por certo, a lei propiciou transformações já no decorrente carnaval de 1968, o próprio fato de serem instituídos novos regulamentos, gerou mudanças técnicas na composição das agremiações ao longo dos desfiles. No entanto, ressaltamos que o modelo carioca já era considerado uma referência bem antes da própria negociação entre poder público municipal e agremiações paulistanas.

Este episódio, tanto para os que o criticam, quanto para aqueles que o entendem como o marco da suposta “oficialização” do carnaval de São Paulo, encontram em Azevedo (2010, p. 75) elucidativas contestações, pois, rotineiras visitas já eram realizadas por sambistas paulistanos ao Rio de Janeiro e vice versa, havendo, desde então, aproximações e um intercâmbio cultural entre esses dois estados, bem como, o posicionamento dos sambistas da terra da garoa face às proposições da Prefeitura. Portanto:

> [...] muito mais do que uma imposição, parece prudente pensar nesse processo como um encontro de estratégias e negociações nas quais os sambistas tiveram, em graus maiores ou menores, participação. As versões sobre o engajamento na busca por fomento público, a participação nos simpósios (de samba) e as transformações que os dirigentes já aplicavam em suas agremiações para concorrer nos desfiles promovidos pelas rádios demonstram, ao contrário, um papel ativo das escolas de samba e seus dirigentes.
> Há de se considerar que o enquadramento vivenciado pelas agremiações estava diretamente relacionado a uma racionalidade burocrática que, em certa medida, passa a ser compulsória na organização do carnaval e é sintomática da presença maior de mecanismos do modelo estatal.

Deste modo, Moraes (1978, p. 71) apresenta argumentos fecundos, ao afirmar que as escolas paulistanas eram tachadas pela sociedade, em sua maioria, como à margem, semelhante aos preconceitos sofridos pelas agremiações cariocas na década de 1930: “[...] o reconhecimento oficial era uma nova ‘carta de alforria’. Espezinhado e marginalizado, o samba de São Paulo queria respirar mais livremente. Os sambistas não estavam interessados em discutir ‘pormenores’”.

As negociações despertaram o interesse de periódicos já consolidados na capital paulista,[15] como O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo, diferentemente do que vinha ocorrendo nos anos anteriores, pelo fato da cobertura dos desfiles das Escolas de Samba geralmente estar vinculada aos periódicos de restrita circulação.

Portanto, com o título “Cidade começa a reviver o carnaval”, de 16 de fevereiro de 1968,[16] em longa matéria o jornal O Estado de São Paulo descrevia os preparativos para os festejos carnavalescos:

> O mais aguardado carnaval de São Paulo começa hoje às onze da noite, oito dias antes da data prevista pelo calendário. Pela primeira vez o carnaval foi incluído no programa oficial da Secretaria de Turismo da Prefeitura e a festa deste ano tem tudo para ser a maior de todos os tempos.
> A cidade inteira já está decorada, os ônibus mudam de trajeto no centro a partir de hoje, muitos bairros só pensam nos preparativos das suas escolas de samba. Tudo é carnaval – uma festa que os paulistas (paulistanos) já tinham quase esquecido, que estava morrendo aos poucos.

Entretanto, é sabido que os jornais surgem e desenvolvem suas atividades dentro de contextos históricos, podendo isentar-se da imparcialidade ao optarem defender de forma aberta ou implícita questões políticas, econômicas e sociais. De toda forma, esses não deixam de divulgar opiniões, discursos e os acontecimentos da época, mesmo se fazendo necessária a correta análise crítica para interpretá-los.

Por se tratar de uma pesquisa histórica, a *trajetória metodológica* se serve, neste estudo, do método discursivo, com vistas a estabelecer um amplo diálogo com os estudos culturais.

Segundo Luca (2008) o surgimento da “História Nova” (oriunda da Escola dos Annales) possibilitou novas análises históricas para além da estrutura tradicional positivista. Logo, temáticas culturais referentes ao cotidiano, etnias, gênero, minorias, entre outros objetos de investigação passaram a compor o quadro de estudos, oportunizando diferentes aprofundamentos.

---

[15] O periódico “O Estado de São Paulo” fundado em 04 de janeiro de 1875 (nessa época chamado de “A Província de São Paulo”) ultrapassou em fevereiro de 1967 os 340.000 exemplares (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2014). A “Folha de São Paulo” iniciou suas atividades em 19 de fevereiro de 1921 e ao apresentar constante crescimento durante a segunda metade do século XX, tornou-se durante a década de 1980 o jornal de maior circulação do país (MOTA; CAPELATO, 1981). Constatamos que ambos os periódicos possuíam ampla circulação entre as décadas de 1960 e 1970, período referente ao recorte histórico da pesquisa.

[16] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Cidade começa a reviver o carnaval, São Paulo, ano 89, n.15.232, 16 fev. 1968, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680216-28482-nac-0012-999-12-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

Sobre o uso de periódicos como fonte para a produção de estudos históricos, a autora os considera de grande relevância, contudo, esses não devem ser a única fonte de análise, provocando o pesquisador a realizar uma leitura crítica interna e externa desses documentos. Esta preocupação deve-se ao fato da imprensa, no caso específico, a escrita, não ser um órgão transmissor imparcial dos acontecimentos, ou seja, esta se posiciona de forma ideológica dentro da realidade política e social ao qual está inserida (LUCA, 2008).

Com relação aos Estudos Culturais, os entendemos como uma produtiva área de investigação interdisciplinar, capaz de criar, difundir ou ressignificar a cultura que emerge das diferentes sociedades. Melo (2003, p. 55) ao elaborar uma leitura sobre a produção de Edward Palmer Thompson e direcioná-la ao campo do lazer e das camadas populares ressalta não haver determinada relação hierárquica entre uma infraestrutura (econômica) que determinaria linearmente uma superestrutura (cultural), isto significa que o lazer se firma por: “[...] experiência cultural que não é apenas determinada mecanicamente pela base econômica, nem tampouco é livre e idealizada. É fruto de expressão ativa de relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotiando das camadas populares”.

O nosso *recorte temporal* se inicia em 1967, momento em que são delineadas as diretrizes (lei, acordos e propostas) voltadas para o favorecimento dos desfiles. O levantamento se encerra em 1977, graças a definitiva consolidação da UESP como órgão administrativo, bem como a mudança de endereço dos desfiles da Avenida São João para a Avenida Tiradentes.

Com base no período proposto as seguintes fontes foram consultadas para a composição do estudo:

1) Levantamento e análise de leis e decretos que regimentaram os desfiles das Escolas de Samba paulistanas, possibilitando aproximações entre as agremiações e o poder público municipal.

2) Seleção e análise de matérias jornalísticas a partir da palavra “carnaval”. Os acervos pesquisados pertencem aos periódicos Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, disponibilizados respectivamente em: <http://acervo.folha.com.br/> e <http://acervo.estadao.com.br/>. A opção pelo termo “carnaval” possibilitou que o levantamento fosse efetuado de maneira generalizada, englobando, portanto, os

desfiles, as Agremiações, as políticas e até as tentativas de monitoramento promovidas pelo regime militar.

3) Consulta ao acervo do Centro de Documentação e Memória do Samba (CDMS) pertencente à União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP).[17] Durante as visitas foram identificados procedimentos para verificação de leis disponíveis nos sítios eletrônicos do município de São Paulo. Convém ressaltar que mesmo não sendo o foco primordial do nosso estudo, algumas matérias dos periódicos "A Gazeta Esportiva", com destaque para a coluna "Assim cantam os Tamborins", assinada por Evaristo de Carvalho[18] e o "Notícias Populares" com o quadro "N.P. no Samba" foram selecionadas visando possíveis contribuições para a conclusão do estudo. Por fim, consultas aos *sites* da Liga das Escolas de Samba de São Paulo (LIGA-SP)[19] e da Sociedade Amantes do Samba Paulista (SASP)[20] foram realizadas visando precisão dos fatos históricos analisados.

Para as questões voltadas às políticas públicas municipais (item 1), utilizamos o endereço eletrônico fornecido pela Prefeitura de São Paulo, disponível em <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/negocios_juridicos/cadastro_e_leis/index.php?p=325>. Esse *site* oferece vasta oferta de leis e decretos digitalizados, documentos que se mostram complementares para o desenvolvimento do estudo.

A escolha pelos veículos de comunicação O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo, se deve ao fato de nos certificarmos que ambos os jornais cobriram as festividades carnavalescas durante o final dos anos de 1960 e ao longo da década de 1970. Isso foi possível constatar, primeiramente pelo acesso aos acervos digitalizados, oferecidos gratuitamente pelos periódicos, e posteriormente, pela seleção das matérias jornalísticas.

---

[17] A União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 10 de setembro de 1973, com o objetivo de unir as Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos da cidade de São Paulo representando-os junto ao poder público. A mesma se situa à Rua Rui Barbosa, 588 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01326-010. Para mais informações consultar: <http://www.uesp.com.br>.

[18] Evaristo de Carvalho (1932-25/02/2014) paulistano do bairro da Casa Verde, jornalista e radialista por profissão, foi um dos responsáveis pela aproximação entre as agremiações carnavalescas e o poder público, no final da década de 1960. Esta iniciativa resultou na reconfiguração do sistema de desfiles em 1968. Durante sua carreira profissional no rádio, sempre divulgou o samba em seus programas. Foi condecorado Embaixador do Samba pela União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e congratulado com uma cadeira na Academia de Baluartes do Samba Paulistano, pela Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LIGA-SP, 2014).

[19] A Liga Independente das Escolas de Samba (LIGA-SP) foi fundada em 19 de junho de 1986, está localizada na Avenida Santos Dumont, 614/618. Bairro Armênia. CEP: 01101-000. Para mais informações consultar o *site*: <http://www.ligasp. com.br/aliga.html>.

[20] A Sociedade Amantes do Samba Paulista (SASP) foi fundada em 16 de abril de 2000. Para mais informações consultar o *site:* <http://www.sasp.com.br/>.

Porém, durante o levantamento referente aos primeiros anos da pesquisa, ao acessarmos os acervos disponíveis nos *sites* dos jornais supracitados, com destaque para o período compreendido entre 1967 e 1969, constatamos que as matérias mostravam-se com baixa qualidade, prejudicando a visualização do seu conteúdo.

Este empecilho é resultado do processo de digitalização, ou seja, por serem matérias antigas, a qualidade foi comprometida ao serem transpassadas do meio impresso para o meio eletrônico, dificultando, assim, sua visualização e, por conseguinte, a compreensão dos textos nos acervos *on-line* de ambos os jornais pesquisados.

Diante da dificuldade, recorremos à Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade,[21] da cidade de São Paulo, onde tivemos acesso aos microfilmes, e por estarem em ótimo estado de conservação, facilitaram em demasia a análise do conteúdo. Além do uso dos microfilmes, optamos por fotografar as matérias na íntegra, para compor o nosso levantamento documental.

O período de investigação dos periódicos foi estabelecido a partir do dia primeiro de Janeiro, se estendendo até o domingo após a Quarta-Feira de Cinzas, restringindo-se especificamente aos meses de janeiro e fevereiro com maior frequência, e em algumas ocasiões, adentrando nos primeiros dias do mês de março.[22] Nossa justificativa corrobora com a declaração da Folha de São Paulo, ao esclarecer que: “Nossos grandes jornais, no entanto, cuidam das escolas de samba a partir de fevereiro e estendem seu interesse até março, um pouco depois da eleição da melhor. A extensão desse interesse é variável, dependendo da maior ou menor intensidade da satisfação com os resultados da votação”.[23]

---

[21] A Biblioteca Mário de Andrade (BMA) foi fundada em 1925 como Biblioteca Municipal de São Paulo; é a maior biblioteca pública da cidade e a segunda maior biblioteca pública do país, superada apenas pela Biblioteca Nacional, situada na cidade do Rio de Janeiro. A sua Hemeroteca oferece um vasto acervo de periódicos, formado por cerca de 12 mil títulos de jornais e revistas, que datam a partir do século XIX. Desde 2012, está situada em um edifício de dezesseis andares localizado à Rua Dr. Bráulio Gomes, n. 125, ao lado da Biblioteca Mário de Andrade (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2013).

[22] Essa oscilação nas datas para determinar o carnaval, deriva-se dos feriados religiosos baseados no calendário eclesiástico, que são calculados a partir da data da Páscoa, exceto o Natal. O carnaval passa a ser determinado pelo Domingo de Páscoa, que ocorre no primeiro domingo após a primeira Lua cheia, baseado no equinócio de Outono, para nós do Hemisfério Sul, e equinócio da Primavera para o Hemisfério Norte. Por fim, a Terça-Feira de Carnaval ocorrerá sempre 47 dias antes da Sexta-Feira da Paixão, que antecede o Domingo de Páscoa (FERREIRA, 2004).

[23] DINES, A. Jornal dos Jornais - No país do carnaval (1): Jornais. **Folha de São Paulo.** Primeiro Caderno, ano LVI, n. 17.162, 07 mar. 1976, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br /fsp/1976/03/07/2/4230506# >. Acesso em: 04 fev. 2016.

A escolha por esse período do ano justifica-se por estar mais próximo do próprio carnaval, e por não haver mais nenhum evento de destaque como o Natal e as comemorações de Ano Novo, festividades[24] que disputam, até hoje, diretamente, espaços de destaque nos periódicos com o reinado de Momo.

A partir da palavra-chave "carnaval", foram selecionadas, em ambos os jornais, todas as matérias destinadas à cobertura carnavalesca, como os bailes do *Theatro Municipal* e dos clubes, desfiles das Bandas, Blocos e Escolas de Samba, não sendo consideradas somente as comemorações na capital paulista, mas em todo o Brasil.

Procurando ser fiel à temática proposta, criamos duas categorias para seleção das matérias. Em uma das categorias direcionamos as matérias que retrataram o carnaval dos Blocos, Cordões e Escolas de Samba da cidade de São Paulo, mais conhecido como "carnaval de rua". Para a outra, alocamos todas as demais matérias envolvendo a temática "carnaval", pois, poderiam ser necessárias no decorrer da pesquisa.

Durante a seleção das matérias jornalísticas, notamos que o maior volume de publicações encontrava-se na semana antecedente a festa, por outro lado, eram esporádicas as matérias fora desse período, geralmente voltadas à escolha da corte (rei momo, rainhas e princesas), bailes pré-carnavalescos nos clubes e salões da cidade, como os preparativos das agremiações para o carnaval que estava por chegar. Foram contabilizadas 1.318 fontes; dessas, 735 decorreram da Folha de São Paulo e 583 encontradas em O Estado de São Paulo.

Para entabular nossa análise e interpretação com base na *revisão de literatura***,** partimos dos aprofundamentos sobre a cultura popular.[25] Nesse sentido buscamos respaldo em Canclini (2011), que refuta as oposições de associar o popular ao pré-moderno e ao subsidiário. Contrapondo-se a estes conceitos, o autor lança olhares críticos para a reestruturação entre o moderno / tradicional e culto / popular.

Para o referido autor, a construção de uma análise do tradicional – popular na sua interação com a indústria cultural e a modernidade torna-se possível, sendo

[24] Ehrenreich (2010) assegura que as festividades preenchiam o calendário dos finais dos tempos medievais, logo, a palavra "ritual" foi designada para os eventos religiosos e o termo "festividade" para as celebrações realizadas fora do contexto litúrgico.

[25] Para as questões referentes à cultura popular nossos estudos estão embasados nas obras de Ortiz (1985, 2000, 2012), Magnani (1984, 2002), Magnani e Torres (2000), Tinhorão (2001), Magnani e Souza (2007), Canclini (2011), Martin-Barbero (2013).

equivocados os argumentos que condenam a modernização como responsável pelo desaparecimento das tradições:

> A bibliografia sobre cultura costuma supor que existe um interesse intrínseco dos setores hegemônicos em promover a modernidade e um destino fatídico dos populares que os arraiga às tradições [...] Se a cultura popular se moderniza, como de fato ocorre, isso é para os grupos hegemônicos uma confirmação de que seu tradicionalismo não tem saída; para os defensores das causas populares torna-se outra evidência da forma como a dominação os impede de ser eles mesmos (CANCLINI, 2011, p. 206).

Em semelhante trajetória, Ortiz (2012) ressalta haver certa dicotomia estrutural na sociedade, ou seja, em um dos extremos se encontra a elite que, equivocadamente, se autointitula como a propulsora do progresso e das inovações, enquanto as classes subalternas, para os olhares dessa mesma elite, insistem nas representações culturais relativas ao passado, não condizentes com o "progresso" e com a "modernidade". Constrói-se, assim, o conservadorismo, ou, como prefere Ortiz (2012, p.71), ao tratar da persistência do elemento conservador: "[...] valoriza-se a tradição como presença do passado, todo progresso implicando um processo de dessacralização da sabedoria popular".

Consideramos os Desfiles das Escolas de Samba como uma das manifestações populares oriundas do carnaval brasileiro, que ao iniciar sua trajetória no final dos anos 1920, no Rio de Janeiro, reconfigurou-se na década de 1930, a partir de ensaios pretensiosos, realizados pelo então governo populista de Getúlio Vargas, mas cientes de que conciliações e acordos se fizeram presentes com as entidades carnavalescas de caráter popular.

Vargas se apropriou da "cultura popular" para fins políticos-ideológicos. Almejava vincular a sua imagem e a da sua respectiva gestão, como sendo próxima a cultura feita pelo povo, como bem sinaliza Schwarcz (1998, p. 196) "[...] o samba passou da repressão à exaltação, de "dança de preto" à "canção brasileira para exportação" [...] nos anos 30 o samba sai da marginalidade e ganha as ruas, enquanto as escolas de samba e desfiles passam a ser oficialmente subvencionadas a partir de 1935". [26]

[26] Schwarcz (1998) destaca que as estratégias políticas usadas pelo Governo Vargas não passaram de um mito de Estado; a suposta valorização da cultura nacional espraiou-se também para outras manifestações de cunho popular como o futebol, a capoeira e até mesmo a escolha de símbolos religiosos. A título de exemplo, em 31 de maio de 1931, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, uma santa de características mestiças, é consagrada a padroeira do Brasil. Porém, toda retórica sucumbe frente às contínuas discriminações que persistiam às populações negras e mestiças.

Vianna (2007) afirma que, após a revolução de 1930, um novo modelo de autenticidade nacional começava a emergir. No campo musical o samba foi incentivado a transformar-se de cultura popular regional em símbolo nacional, paralelamente à política semioficial de miscigenação implantada pelo mesmo governo de Getúlio Vargas: "[...] o samba vira símbolo nacional, ao passo que as canções "caipiras" paulistas e os ritmos nordestinos começam a ser vistos como fenômenos regionais (VIANNA, 2007, p. 70)".

De acordo com essa trajetória, os desfiles das Escolas de Samba se transformam em uma das mais representativas manifestações culturais carnavalescas do povo brasileiro, entretanto, nossas *justificativas* caminham ao encontro de que boa parte dos estudos realizados sobre as Escolas de Samba advém, em sua maioria, de pesquisas vinculadas ao universo carioca; e mesmo servido de poucas publicações sobre o carnaval paulistano, são raros os estudos que o compreendem fora das nuances do folclore, ou que se comprometem em estabelecer análises críticas às poucas pesquisas realizadas.

Ao direcionarmos o foco para os desfiles das Escolas de Samba, em especial para o universo paulistano, detectamos que em um levantamento bibliográfico realizado no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES) e disponível em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> foram encontrados 92 estudos sobre a temática "Carnaval", mas apenas 03 dedicavam-se à festa de momo da capital paulista.[27] Ficou evidente que boa parte das pesquisas encontradas sobre Escolas de Samba oferece destaque para a capital fluminense – R.J, confirmando-se a escassez de publicações sobre a capital paulista.[28]

---

[27] Os estudos encontrados foram: 1) DOZENA, Alessandro. **As territorialidades do samba na cidade de São Paulo**. Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo (USP). 2009. 2) MORAIS, César Augusto Tureta de. **Práticas organizativas em escolas de samba**: o setor de harmonia da Vai-Vai. Doutorado em Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, 2011. 3) SIMSON, Olga Rodrigues Morais Von. **Brancos e negros no carnaval popular paulistano – 1914 - 1988.** Doutorado em Antropologia Social - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo: USP, 1990, 245p.

[28] Sobre obras específicas do carnaval paulista e paulistano aconselhamos Muniz Jr. (1976 a e b), Moraes (1978), Hori (1981), Simson (1984, 1990, 2007), Urbano, Nabhan e Santos (1987), Crecibeni (2000), Bueno (2004), Manzatti (2005), Urbano (2006), Belo (2008), Baronetti (2013) e o documentário "Samba à paulista: Fragmentos de uma história esquecida", realizado pela TV Cultura – São Paulo (capital) - Fundação Padre Anchieta de 2001. Azevedo (2010) em sua dissertação de mestrado "Fantasias Negociadas: políticas do carnaval paulistano na virada do século XX" apresenta um levantamento das produções referentes ao carnaval paulista e paulistano, o assunto é tratado entre as páginas 14 a 17.

Por outro lado, Diniz (2008) declara que a cidade de São Paulo situa-se como um dos polos do carnaval brasileiro, entre outras cidades de destaque como o Rio de Janeiro, Salvador e Recife; posição conquistada graças à cobertura televisiva e midiática, porém, ainda não conseguiu projetar-se para o país, paradoxalmente por estar sempre à mercê de comparações − principalmente nas questões estético-visuais, como as fantasias e alegorias − sem fundamentos com os desfiles do Rio de Janeiro.

Portanto, sendo a capital paulista um dos polos da festa momesca brasileira, entendemos que apresentar as relações do carnaval a partir do universo específico das Escolas de Samba paulistanas, evidenciando sua trajetória histórica, torna-se um importante desafio e um avanço na construção de debates na área do conhecimento envolvido neste estudo.

No decorrer da pesquisa, promovemos diálogos com autores que já se debruçaram em temas semelhantes como: Moraes (1978), Barros (1977), Simson (1984, 1990, 2007), Crecibeni (2000), Moraes (2000), Tinhorão (2001), Silva *et al.* (2004), Manzatti (2005), Urbano (2006), Azevedo (2010) e Baronetti (2013) que analisam com diferentes olhares as transformações imputadas ao Carnaval Paulistano.

Moraes (1978, p. 71) relata com propriedade as mudanças:

> [...] a partir do carnaval de 1968, as Escolas de Samba Paulistanas passaram a ser estruturadas de acordo com o modelo carioca. Os balizas[29] foram relegados em favor da comissão de frente; o estandarte definitivamente substituído pela bandeira acompanhada por Mestre-Sala e, tornou-se obrigatória a presença de 'baianas'. O enredo assumiu importância capital, passando a definir toda a montagem do desfile. A expressão 'ala' torna-se corrente para designar grupo de componentes representando parte do enredo ou não, e a denominação de 'bateria' passa a substituir a de 'batuque' para o conjunto instrumental.[30] Ficou definitivamente abolida a participação de qualquer instrumento de sopro na parte musical.

[29] O "Baliza" foi um personagem nascido nos ranchos e cordões que executava malabarismos com um bastão, defendendo o estandarte e abrindo caminho para a agremiação carnavalesca passar entre os foliões.

[30] O próprio Moraes (1978) afirma que apesar de tais imposições, algumas tendências como o ritmo e a dança permaneceram imunes às transformações.

Os Desfiles das Escolas de Samba paulistanas, a partir de 1967/1968, ficaram sob a mira de críticas por parte de alguns autores[31] que se debruçavam sobre a temática envolvendo o carnaval e os folguedos populares, do mesmo modo que dirigentes de agremiações e sambistas alegavam intervenção nas tradições norteadoras da festa pelo o poder público.[32] Por outro lado, agentes do próprio universo carnavalesco (autores, dirigentes e sambistas) entendiam o processo de "oficialização" como uma atitude necessária e inevitável, alegando que a remodelação pela qual atravessava os Desfiles de São Paulo, era decorrente de negociações entre dirigentes das agremiações com o poder público, e vice-versa.

Plínio Marcos de Barros (1977) é um dos que condenou os rumos tomados pela festa, a partir de 1967/1968, apregoando fortes críticas ao carnaval paulistano, pois, em suma, o fato do poder público se sentir na "obrigação" de financiar as Escolas de Samba, outras manifestações como os Trio de Couro, os Blocos de Sujo, os Blocos "Vai Quem Quer",[33] e os Cordões Carnavalescos foram considerados indiferentes, persistindo por pouco tempo para os olhos e ações do poder público municipal.

---

[31] Optamos por empregar a palavra "autores", pois os primeiros ensaios bibliográficos realizados sobre o Carnaval de São Paulo ocorreram na década de 1960. Azevedo (2010) complementa que dois Congressos Nacionais e três Simpósios sobre a temática "Samba" foram realizados nessa década. Esses eventos mantiveram estreitas aproximações com os estudos do folclore e oportunizaram documentos para a compreensão do momento vivido pelo carnaval, tanto na capital quanto no Estado de São Paulo.

[32] O envolvimento do poder público com os desfiles carnavalescos em São Paulo já se fazia presente na década de 1930. De acordo com levantamentos realizados por Moraes (2007) e Crecibeni (2000), em 1934 a Prefeitura de São Paulo se incumbiu de organizar o primeiro desfile dos Cordões, manifestação embrionária e propulsora para o surgimento das futuras Escolas de Samba, que começariam a ser mais valorizadas, a partir da década de 1950. Destacamos que em 7 de setembro de 1934, Fábio da Silva Prado foi nomeado pelo interventor federal a Prefeito Municipal (permanecendo até 31/01/1938), sendo o responsável por rearticular vários setores administrativos e por criar o Departamento de Cultura e Recreação, tendo como principal finalidade incentivar manifestações folclóricas e os folguedos populares.

[33] Trio de Couro eram os populares grupos que se formavam despretensiosamente pelos bairros paulistanos – Barra Funda, Glete, Praça Marechal, Bela Vista, entre outros – que, ao som do surdo, caixa de guerra e tamborim e sendo esses três instrumentos revestidos por couro, denominou-se trio de couro, brincavam o carnaval pelas ruas da cidade. Já os Blocos de Sujo, existentes até hoje, se caracterizam por pessoas que se fantasiam expondo toda sua criticidade, criatividade e imaginação, sem respeitar a uniformidade das suas vestimentas, em que homens se vestem com trajes femininos, adultos se passam por bebês, fantasias de outros carnavais são reaproveitadas formando um quadro de inversão social. Por fim, os blocos conhecidos como "Vai Quem Quer", são manifestações que populares seguem uma bateria ao som de músicas carnavalescas, como marchinhas, sambas de enredo, entre outras pertencentes ao universo do carnaval.

Por sua vez, Wilson Rodrigues de Moraes,[34] em sua obra, “Escolas de Samba de São Paulo (Capital)”, publicada em 1978 pelo Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, destaca que em 1968 houve muitos protestos por parte da imprensa, e até mesmo por parte da população, condenando as autoridades por incompreensão, rotulando as medidas como “crime contra a cultura popular”, terminologia utilizada e destacada pelo próprio autor. Mas, o mesmo, é enfático ao afirmar que:

> Tais atitudes partiram de pessoas sem a vivência do problema e, assim, elas não percebiam tratar-se muito mais de uma troca de denominação do que mudanças fundamentais. Os Cordões há muito tempo, já haviam optado pelo samba e as modificações introduzidas nos seus desfiles não se deram por imposições e sim pela iniciativa espontânea de seus dirigentes e componentes (MORAES, 1978, p.72) (grifo nosso).

A expressão “há muito tempo”, a qual se refere o autor, significa que os Cordões, desde a década de 1950, vinham se transformando em Escolas de Samba, optando pela reconfiguração do modelo de desfile ofertado pelo poder público, com consentimento de sambistas e diretores das agremiações, em prol do desenvolvimento da festa.

É notável que as influências socioculturais, políticas e econômicas, a apropriação por parte da indústria cultural,[35] como a enorme inserção midiática têm permeado as mudanças e os valores das inúmeras manifestações populares no Brasil e no Mundo, principalmente o carnaval, desencadeando novos significados sobre o seu desenvolvimento e sua realização.

---

[34] Wilson Rodrigues de Moraes (1927-2010), nascido em Itapetininga, interior de São Paulo, transferiu-se com a família aos 3 anos de idade para a capital paulista. Foi casado com Marina, com quem defendeu os pavilhões das Escolas de Samba Mocidade Camisa Verde e Branco, Barroca Zona Sul e Vai-Vai, ele na posição de Mestre Sala e ela na de Porta Bandeira. Arquiteto e funcionário público por profissão, sempre esteve diretamente vinculado ao ambiente carnavalesco. Além de Mestre Sala, atuou em comissões de carnaval, elaborou enredos e figurinos, ocupando o posto de jurado dos desfiles carnavalescos por vários anos. Foi discípulo do seu conterrâneo Rossini Tavares de Lima (folclorista de grande destaque e expoente do movimento folclórico na década de 1950), o interesse de Moraes pelo folclore, entre outros temas, como mitos, ritos e religiões o levou a publicar a primeira obra dedicada exclusivamente às Escolas de Samba de São Paulo, obra já referenciada no texto. Foi uma personalidade atuante e suas contribuições ainda se mostram muito pertinentes sobre a origem e as transformações do carnaval de São Paulo.

[35] Para essa questão, corroboramos com os posicionamentos de Vaz (2006) e entendemos que a indústria cultural exerce também um papel positivo dentro de um conjunto de significados socioculturais que envolvem diretamente o lazer e, por sua vez, o carnaval, diferentemente das inúmeras condenações que somente lhe atribuem força autônoma e responsável pelo consumo rápido, descartável e perecível, arrancando a suposta “pureza” das tradições, ou ainda a tratando de forma reducionista, equiparando-a à mídia, em especial a TV. Vaz (2006, p.21) confere que “[...] a indústria cultural não subtrai ou deforma o lazer, mas o constitui em relação ao trabalho face da dominação social”.

Não pretendemos, em momento algum, compreender o Carnaval pela ingenuidade purista e romântica, ainda que defendida por muitos, ou nos posicionarmos contra o seu espetáculo, que se consolidou com o passar dos anos ao ponto de formar as Agremiações Carnavalescas popularmente conhecidas como Escolas de Samba, que em parceria com o poder público e privado promovem os megadesfiles. Pois, o espetáculo continua a congregar milhares de foliões que sambam na avenida, assistem e torcem nas arquibancadas, ou acompanham pelas transmissões midiáticas (T.V. e canais de comunicação on-line).

A pesquisa está estruturada em três capítulos.

No primeiro capítulo, nosso foco volta-se para os anos compreendidos entre 1967 e 1971, período no qual analisamos a promulgação de Leis e Decretos da Prefeitura de São Paulo, destinados à reordenação dos festejos carnavalescos, destacando-se o processo que culminou na subvenção e implantação de padrões regulamentares delineadores dos desfiles. Conjuntamente, promovemos a reflexão sobre a constituição dos primeiros órgãos administrativos e representativos do carnaval paulistano.

O segundo capítulo abrange os anos de 1972 a 1975 e nele evidenciamos as transformações técnicas e estatutárias que levaram os Cordões a se transformarem em Escolas de Sambas e a embrionária profissionalização de algumas áreas dos desfiles carnavalescos. Outro ponto em destaque demonstra as disputas geradas entre os recém-criados órgãos administrativos, com o intuito de representar as demais agremiações carnavalescas perante o poder público, assim como, a incumbência de organizar os desfiles carnavalescos.

Por fim, a terceira parte da pesquisa, investiga a consolidação de apenas um órgão administrativo – representativo para o carnaval paulistano, período compreendido entre 1976 e 1977, o posicionamento da imprensa frente as relações estabelecidas entre o carnaval e o regime ditatorial brasileiro, bem como os resultados da adesão ao modelo regulamentar implantado em 1967/1968.

CAPÍTULO 1. A PSEUDO-OFICIALIZAÇÃO DOS DESFILES PAULISTANOS

> *Aproximam-se rapidamente os dias em que a nossa população assistirá aos grandiosos desfiles das pequenas sociedades carnavalescas, sob o patrocínio directo (sic.) da Comissão de Divertimentos Públicos (CDP).*
>
> *É indiscutível o brilho e a animação que os ranchos e os blocos emprestaram ao Carnaval de rua. Ao lado das grandes sociedades carnavalescas, esses gremios (sic.) concorrem, valentemente, para atrair o povo, alegrando-o com a cadencia (sic.) das suas canções e dos seus batuques*[36]*.*

Iniciamos este estudo tendo como marco histórico os anos de 1967/1968, quando os desfiles das Escolas de Samba Paulistanas deixaram de ser patrocinados pelos órgãos de comunicação (jornais, emissoras de rádio e TV) e passaram a ser subsidiados pelo poder público municipal, especificamente pela Secretaria de Turismo e Fomento da Prefeitura de São Paulo.

Este capítulo tem sua extensão até o ano de 1971, quando a Federação das Escolas de Samba, Blocos e Cordões abandona suas atividades, devido aos desentendimentos e à falta de coesão administrativa. É nesse momento que a Federação sofre intervenção jurídica, o que mantém sob ingerência pública até 1973, ano do encerramento definitivo de suas atividades.

Voltamos nossos olhares para a aproximação ocorrida entre os agentes do universo carnavalesco (sambistas, diretores e lideranças das agremiações) e a Prefeitura de São Paulo, que culminou na promulgação de Leis e Decretos que visavam à reordenação das festividades carnavalescas.

Dessa aproximação surgiram duas iniciativas que transformariam o carnaval de São Paulo, as quais se destacam: 1) A suposta “oficialização” ocorrida no carnaval paulistano em 1967/1968, termo que se convencionou usar após a reconfiguração dos regulamentos decalcados do modelo carioca, decorrente da aproximação entre dirigentes sambistas e poder público; 2) Concomitantemente a “oficialização”, ocorreu a reestruturação da Federação de Escolas de Samba, Blocos e Cordões Carnavalescos em 1967. Essa instituição seria a mediadora entre os desfiles das agremiações carnavalescas e o poder público municipal.

---

[36] **CORREIO DE S. PAULO.** O carnaval paulista está pegando fogo! Os proximos (sic.) desfiles carnavalescos. São Paulo, ano IV, n. 1.131, 18 de fev. 1936, p. 07. Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Moraes (1978) ressalta que o novo estatuto da Federação foi baseado no modelo carioca, que há décadas vinha fornecendo prestígio aos desfiles das agremiações do Rio de Janeiro, projetando-os para todo o Brasil e no exterior.

Nesse sentido, surgiram questionamentos e críticas, por parte de sambistas e amantes do carnaval, sendo estas evidenciadas pela imprensa. O foco das acusações considerava que a implantação desse "novo sistema regulamentar importado do Rio de Janeiro" provocaria distanciamento da cultura carnavalesca paulistana, resultado das aproximações realizadas entre dirigentes das agremiações carnavalescas e o poder público no final de 1967. É a partir desse acontecimento que buscamos compreender como estes agentes envolvidos (poder público, dirigentes das agremiações, sambistas, imprensa e público) se posicionaram frente à remodelação.

Este episódio – tanto para os que o criticam, quanto para aqueles que o entendem como o marco da suposta "oficialização" do carnaval de São Paulo – encontra em Azevedo (2010) elucidativas contestações, pois, rotineiras visitas já eram realizadas por sambistas paulistanos ao Rio de Janeiro e vice-versa, havendo, desde então, aproximações e um intercâmbio cultural entre paulistanos e cariocas.

O segundo item versa sobre a Federação, dessa forma, optamos por usar o termo reestruturação, com base nos estudos realizados por Urbano (2006), ao esclarecer que a Federação já havia sido fundada em 20 de agosto de 1958, com sede provisória na Rua da Glória, nº 132, mas, após inúmeras divergências entre seus próprios associados e diretores, criou-se em 6 de setembro de 1965, a Coligação das Escolas de Samba, essa passou a substituir a Federação, que estava com as suas atividades paralisadas. Por fim, a Coligação não atuou por muito tempo, sendo suas atividades interrompidas pelos mesmos motivos antes vivenciados pela Federação.

Sem local fixo para os desfiles e desorganizados, essa era a realidade do carnaval de rua paulistano.

Assim, após reunião entre a comissão formada por sambistas dirigentes e radialistas[37] com o Prefeito Faria Lima, o poder público solicitou que seria de grande relevância a coesão das agremiações para a formação de apenas um órgão administrativo capaz de representar os anseios de suas filiadas. Portanto, optou-se pela reativação da Federação de Escolas de Samba, Blocos e Cordões Carnavalescos de São Paulo, retomando suas atividades no dia 17 de agosto de 1967.

A Federação, entidade de personalidade jurídica, se responsabilizaria pelo recebimento e redistribuição da subvenção pública para as respectivas entidades participantes e deveria prestar contas aos cofres públicos dos investimentos empregados para a realização do evento.

Diante desse contexto, se faz necessário uma análise mais aprofundada da trajetória seguida pelas agremiações carnavalescas paulistanas. Assim, para o momento, torna-se pertinente retrocedermos ao início do século XX, para sinteticamente evidenciarmos que negociações já se faziam presentes entre o poder público, imprensa, dirigentes das agremiações carnavalescas, sambistas e espectadores que desfrutavam do “carnaval de rua”.

Simson (1990, p. 180) afirma que na cidade de São Paulo, durante as décadas de 1910 e 1920, fase heroica dos folguedos de rua, somente o carnaval da burguesia se servia da cobertura da imprensa. A grande maioria dos foliões lutava para organizar tal festividade no espaço urbano:

> Um levantamento realizado nos periódicos da época mostrou que estes noticiavam com destaque o carnaval da burguesia: O corso na Avenida Paulista e os bailes em clubes e teatros. Se referiam, às vezes, também ao carnaval do Brás que começava a se salientar como um importante centro de folia momesca. Quanto aos folguedos negros não havia referência a eles, a não ser simples menção na seção policial, quando alguma briga ou conflito com a polícia era registrado.

Os rumos começariam a mudar durante a década de 1930. No cenário nacional, Getúlio Vargas chegava pela primeira vez à Presidência da República (1930-1945). Suas ações buscavam exaltar atividades de cunho nacionalista,

[37] Na ocasião os sambistas dirigentes eram Inocêncio Tobias – Mulata (Cordão Camisa Verde e Branco), Sebastião Eduardo Amaral – Pé Rachado (Cordão Vai-Vai), Alberto Alves da Silva – Nenê (Escola de Samba Nenê de Vila Matilde), Carlos Alberto Alves Caetano – Carlão do Peruche (Escola de Samba Unidos do Peruche), Deolina Madre – Madrinha Eunice (Escola de Samba Lavapés), Benedito Nascimento – Xangô (Escola de Samba Unidos de Vila Maria). Os radialistas Moraes Sarmento, que após a reativação da Liga ocupou o cargo de presidente – Evaristo de Carvalho, Vicente Leporace e Ramon Gomes Portão representavam a imprensa (URBANO, 2006).

almejando conquistar prestígio e reconhecimento entre as classes populares. Porém, a persistência de ranços popularescos era evidente, conforme se vê adiante.

Na capital paulista, seria em meados da década de 1930 que a Prefeitura de São Paulo (em alguns momentos auxiliada pelo governo estadual) desenvolveria propostas que possibilitassem aproximações e auxílios para os festejos de rua e folguedos populares.

Nessa trajetória Fábio da Silva Prado é nomeado pelo interventor federal à Prefeito Municipal em 7 de setembro de 1934, cargo que ocupou até 30 de abril de 1938.[38] Durante seu governo foram rearticulados vários setores administrativos, entre esses o Departamento de Cultura e Recreação,[39] tendo como principal finalidade incentivar as manifestações folclóricas e os folguedos populares, passando a ser considerado um dos prefeitos que mais se empenhou pela preservação e o desenvolvimento cultural da capital, durante a primeira metade do século XX.

Porém, não podemos descartar que para o contexto político que se encontrava o país, as negociações entre os dirigentes do carnaval de rua e o poder público apresentavam tensões, ou como preferem Silva et. al. (2004, p. 146) "[...] os patrocínios da prefeitura eram esporádicos, revelando as contradições dos órgãos públicos entre adotar uma política cultural de apoio às manifestações populares negras e a necessidade de 'controlar' esses eventos".

Nessa época os desfiles aconteciam em diferentes regiões de São Paulo, sendo essa uma cidade que a passos largos iniciava sua desorganizada expansão urbana. Diante desse cenário, é difícil afirmar qual seria o exato ano em que ocorrera a "oficialização dos desfiles paulistanos pelo poder público", pois, aproximações de diferentes naturezas já ocorriam desde os anos de 1910 e cada vez mais se faziam presentes durante a década de 1930, apesar dos embates existentes.

Crecibeni (2000) aponta que o primeiro desfile promovido pelo poder público ocorreu em 1934, durante o governo do prefeito Fábio da Silva Prado, na ocasião o

[38] Convém mencionar que Paulo Barbosa de Campos Filho assumiu interinamente a prefeitura de 01 a 15 de fevereiro de 1938.

[39] Em 1935 o Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura de São Paulo, dirigido por Mário Andrade, contava com a Comissão de Divertimentos Públicos (CDP), sendo essa uma das divisões responsável pelos assuntos vinculados ao carnaval. Convém destacar que as propostas do Departamento buscavam despertar novos olhares para a produção e valorização da cultura brasileira.

autor enaltece as iniciativas desencadeadas pelo governante na esfera cultural. Apesar da grande relevância da obra para os estudos do carnaval paulistano, essa afirmação apresenta um pequeno descompasso histórico, pelo fato de Fábio da Silva Prado só ter sido nomeado (pelo interventor federal) para Prefeito de São Paulo em 07 de setembro de 1934, sucedendo Antônio Carlos de Assunção, o que torna inviável sua atuação pública para o carnaval do mesmo ano, sendo que os festejos carnavalescos foram realizados de 10 (Domingo) a 13 de fevereiro (Terça-feira de carnaval) de 1934.

Contudo, Crecibeni (2000) alega que o primeiro carnaval "oficial" da cidade de São Paulo aconteceu um ano mais tarde, em 1935. De certa forma sim, pois o governo de Fábio da Silva Prado se atentou mais para as questões culturais da cidade, diferentemente do que havia ocorrido um ano antes, mas, não podemos descartar que desde 1910 a Comissão de Divertimentos Públicos já atuava nos desfiles de rua (URBANO, 2006).

Nesse sentido, corroborando com as afirmações de Crecibeni (2000) a matéria do Correio de S. Paulo,[40] retrata a falta de comprometimento para o carnaval de 1934:

> Aconteceu assim com o nosso carnaval de rua. A secção (sic.) paulista do *Touring Clube*, bem intencionados, resolveu ha (sic.) tempos oficializar os festejos consagrados de Momo, convocando para isso reuniões com os representantes das Associações Carnavalescas, da Associação Comercial e do Governo.
>
> [...] Agora, os clubes carnavalescos de São Paulo só contam com os esforços próprios e a cooperação do Sr. Interventor Federal e comercio paulista, para, mesmo luctando (sic.) com a premência de tempo,[41] realizar qualquer coisa que se chame carnaval de rua.
>
> Pensem os homens que podem que não é só de pão que o povo vive e proporcione, auxiliando os clubes carnavalescos, tres (sic.) dias de alegria e prazer para este milhão de paulistas que bem precisa de divertimentos...

O sucesso da "oficialização" em 1935 resultou do trabalho de três setores que atuaram de forma interligada. A organização ficou por conta do jornal "Correio de S. Paulo", o "*Centro Paulista de Chronistas Carnavalescos*" (CPCC) se incumbiu de subsidiar os festejos e a supervisão destinou-se a Comissão Oficial, essa última formada por integrantes da Prefeitura, originários da Comissão de Divertimentos

[40] **CORREIO DE S. PAULO.** Bem intencionados**...** São Paulo, ano II, n. 494, 15 jan. 1934, p. 03. Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

[41] A Terça-feira de Carnaval foi celebrada no dia 13 de fevereiro de 1934.

Públicos (CDP). Essa organização perduraria nos anos seguintes, auxiliada pela "Federação das Pequenas Sociedades Carnavalescas", fundada no dia 11 de novembro de 1935.

Entretanto, somente no ano seguinte, em 1936, o carnaval cairia nas graças do povo, em um primeiro momento com a instituição do "Dia do Cordão dos Negros"[42] ao qual faz a seguinte alusão: "Com o desenvolvimento do carnaval paulistano e a maciça participação do povo, o evento tornou-se conhecido como o "Primeiro Carnaval Oficial da Paulicéia" (CRECIBENI, 2000, p. 23).

A matéria do jornal Correio de S. Paulo,[43] elucida bem as expectativas do povo paulistano com o carnaval, que se realizaria dentro de uma semana:

> Em todos os bairros terminadas as series (sic.) de batalhas patrocinadas pela C.D.P (Comissão de Divertimentos Públicos) e pelo C.P.C.C. (Comissão Paulista de Chronistas Carnavalescos) iniciam-se as batalhas promovidas exclusivamente pelas famílias moradoras da zona.
>
> *Emfim* (sic.) – salvo pequenas imperfeições, proprias (sic.) da grandiosidade da obra, o carnaval paulista de 1936, apesar de estarmos ainda a sete dias do tríduo, venceu em toda linha.
>
> Como explicar esse extraordinario enthusiasmo, esta fantastica animação? De onde advem essa alegria de que a nossa população se acha possuída?
>
> Ninguém poderá negar que esse optimismo collectivo é um reflexo da invejável situação que atravessa nosso Estado, e o nosso *paiz* (sic.). A confiança no futuro, a certeza de que a obra iniciada ha quatrocentos anos continuará sua trajetória luminosa, faz o paulista sorrir, vestir uma fantazia (sic.), pintar o rosto e sahir (sic.) pela rua cantando.
>
> [...] Ninguém poderá negar, também, que o principal responsavel por esse estado de cousas (sic.) é o nosso prefeito, o Sr. Fabio Prado, que afrontando as críticas de falsos paulistas, tem concorrido com sua acção,

[42] Analisando de maneira primária, não deixa de ser louvável que julgamentos surjam tachando essa atitude (pública e civil) como um ato discriminatório, pela oferta de apenas um momento ser destinado ao desfile do "Cordão dos Negros", havendo assim, um cerceamento para esse mesmo grupo durante os demais dias do tríduo de Momo. Entretanto, ao nos aprofundarmos no que concerne à década de 1930, foram outras as impressões que despertaram nossa atenção. Crecibeni (2000, p. 22) afirma que "muito embora tenha recebido essa denominação, o desfile teve a participação de todos os ranchos, blocos, cordões e escolas de samba. [...] O objetivo de instituir o 'Dia do Cordão dos Negros', foi de prestar uma homenagem à comunidade, que tanto fez pelos festejos de rua". Por sua vez, Rachel Soihet (2008, p. 149) destaca três fatores que contribuíram para a valorização do ritmo samba: 1) A consagração do novo ritmo nacional, iniciando a valorização das criações populares; 2) Momento da transição do Brasil Rural para o Brasil Urbano, ou como prefere a própria autora "A música não permaneceu alheia a tais mudanças, cabendo às composições de origem negra, até então desprestigiadas, papel expressivo na veiculação de um novo estilo de vida"; 3) A exaltação nacionalista, uma das marcas evidentes do primeiro Governo Vargas, sendo a música negra uma das vertentes da autenticidade brasileira. Entretanto, deixamos claro que o terceiro item, usado para fins políticos ideológicos, não passou de um mito de estado, sucumbindo frente às constantes discriminações que se arrastariam durante todo o século XX.

[43] **CORREIO DE S. PAULO.** O renascimento do carnaval paulista, São Paulo, ano IV, n 1.131, 18 fev. 1936, p. 07. Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

> não só material como moral, para o reerguimento da maxima festa. A popular creação (sic.) da Comissão de Divertimentos Publicos, o apoio concedido as grandiosas iniciativas do Centro Paulista dos Chronistas Carnavalescos, são fatos ilustrativos.

É com base na promulgação da Lei nº. 3.553, de 24 de dezembro de 1936, que a Prefeitura de São Paulo, na administração de Fábio da Silva Prado, deliberou recursos no valor de 600.000$000 (Seiscentos mil contos de réis) para a organização dos festejos carnavalescos, sendo que 168:250$000 (cento e sessenta e oito mil, duzentos e cinquenta contos de réis) foram destinados para o "auxílio a clubes, ranchos, cordões, grupos, blocos carnavalescos e micaremê."[44] (SÃO PAULO, 1936).

Esses recursos só puderam ser empregados no carnaval de 1937, o que não deixou de representar um avanço para as agremiações que integravam o popular "carnaval de rua", mostrando-se de grande valia para o momento e por coincidir com o surgimento das primeiras Escolas de Samba na capital.

É razoável pensarmos que as aproximações com o poder público propiciaram mais formalidade jurídica na década de 1930 para a sociedade civil organizada (nesse caso as agremiações), promovendo pertinentes negociações entre os dois setores. Portanto, esse fato desmistifica o estigma da suposta e tão criticada "oficialização", ocorrida no carnaval paulistano no final da década de 1960.

Na década seguinte, em 1940, os laços seriam estreitados entre as emissoras de rádio e os folguedos populares, denominados de Cordões. As rádios solicitavam que estes se apresentassem em frente as suas sedes.

Selava-se, portanto, um acordo de gentilezas, os Cordões ganhavam mais popularidade e credibilidade perante a sociedade, graças ao respaldo oferecido pela imprensa falada. Esta, por sua vez, se incumbia de promover o concurso carnavalesco (comissão julgadora, premiação, divulgação, etc.) e, consequentemente, conseguia aumentar sua audiência e representatividade ante a população paulistana (URBANO, 2006).

---

[44] O termo "Micaremê" conforme citado na Lei nº. 3.553, de 24 de dezembro de 1936, origina-se da palavra francesa "*Mi-carême*" e significa "meio da Quaresma", sendo este o momento para se realizar festejos, com o objetivo de proporcionar uma pausa ao longo dos 40 dias após as comemorações carnavalescas presentes no calendário Cristão. Na França esse costume iniciou-se durante o século XV, conquistando também a preferência de cidades em Portugal. Em alguns lugares do Brasil estes festejos ainda se realizam, mas na maioria das vezes após o período da Quaresma, devido aos dogmas religiosos da Igreja Católica. Essa intervenção religiosa contribuiu para a construção do que se convencionou chamar de Micaretas. A Lei espraiou-se para além do período carnavalesco, ao entender a diversificação cultural decorrente das festividades de Momo.

Com a imprensa escrita, já contando com a presença das Escolas de Samba, isso ocorreria de maneira mais efusiva, somente em meados da década de 1950.[45] Assim, repetindo a empatia criada pelos Cordões, as Escolas começavam a despertar o apreço da sociedade. É neste período, que os jornais de circulação modesta, geralmente vinculados aos bairros de origem, passam a se interessar e cobrir os desfiles, organizados pelo "Centro Paulista dos Chronistas Carnavalescos" (SIMSON, 2007; URBANO, 2006).

Portanto, conclui-se que desde meados da década de 1950, duas principais categorias despontavam para os desfiles carnavalescos em São Paulo, os Cordões e as Escolas de Samba.

Os Cordões surgidos no século XIX[46] ganhariam força entre as décadas de 1910 e 1930, por tratar-se de um momento em que as classes populares passaram a compor a base de sua formação:

> Em São Paulo o Cordão antecipou a Escola de Samba como organização carnavalesca e era através dele que o sambista da época participava das folias de Momo, já que não havia desfiles com ritmo de samba. Aliás, esse não é um fenômeno paulista, pois notícias de grupos, no Brasil, andando pelas ruas ao som de samba só começaram a aparecer nos fins da década de 20 (MORAES, 1978, p. 24).

Para as questões voltadas às Escolas de Samba encontramos no detalhado levantamento realizado por Crecibeni (2000)[47] que ao congregar em sua obra farto registro histórico das agremiações e dos desfiles da capital, nos oferece um rico campo de análise. Com base nesses dados, verificamos que antes mesmo da suposta "oficialização" ocorrida em 1967/1968, algumas entidades fundadas antes do carnaval de 1968, já se intitulavam, mas, principalmente se constituíam de forma

---

[45] Destacamos que durante a década de 1930, periódicos já se interessavam pelos desfiles. O "Correio de S. Paulo" é um bom exemplo, ao se envolver diretamente na organização dos dos Blocos, Ranchos e Cordões entre outras agremiações adeptas do carnaval de rua.

[46] Urbano (2006) afirma que entre 1857 e 1860 foi criado o "Cordão Carnavalescos Zuavos", formado por comerciantes, funcionários públicos, políticos e membros abastados da sociedade paulistana. Nesse período as pessoas que compunham esse Cordão eram provenientes das classes média e alta da sociedade. Segundo Moraes (1978) é a partir de 1910 que os Cordões seriam formados por segmentos populares e, em geral, regidos pelo sistema familiar, com a participação dos pais, filhos, sobrinhos e outros parentes ou por compadrismo, para os membros mais próximos, sem laços de consanguinidade.

[47] Para novos aprofundamentos sobre os dados das agremiações paulistanas aconselhamos o capítulo "As Escola de Samba de São Paulo e seus Fundadores" que compõe o livro "Convocação geral – a folia está na rua: o carnaval de São Paulo tem história de verdade", de Nelson Crecibeni (2000).

técnico-organizacional enquanto Escolas de Samba.[48] Logo, no desfile realizado em 1968, essas agremiações disputaram pela categoria Escola de Samba, ao invés de concorrerem como Cordão ou Bloco.

Para tanto, vale recordar que a primeira iniciativa de fundação da Federação das Escolas de Samba, Blocos e Cordões Carnavalescos data de 20 de agosto de 1958, comprovando que os padrões técnicos-organizacionais de Escola de Samba já se faziam presentes no cotidiano do carnaval paulistano.

Por outro lado, com o crescente interesse da população pelo carnaval vivenciado nas ruas, somado ao desejo de impulsionar o turismo na capital, o poder público e as agremiações entendiam que os desfiles poderiam oferecer novas opções de divertimento para os sambistas, espectadores e amantes do carnaval.

Assim, este capítulo aborda os resultados dessas aproximações, considerando como ponto de partida o ano de 1967, período em que foram elaboradas as propostas, sendo estas, implantadas no carnaval de 1968. Desde então, se estabelece o início da reconfiguração dos festejos de Momo em São Paulo, com destaques para os desfiles das Escolas e Cordões.

1.1. "Carnaval de Rua" ou "Carnaval na Rua": O Corso, os Cordões e as Escolas de Samba de São Paulo no final dos anos 1960

> *O Carnaval de rua poderá renascer em São Paulo este ano, se os planos da Prefeitura e sua Secretaria de Turismo derem certo. Estão previstos desfiles de escolas de samba e cordões, ornamentação de vias centrais, corso e um baile pré-carnavalesco no Teatro Municipal, no dia 16 de fevereiro. O velho Teatro abre suas portas pela primeira vez aos foliões, e terá uma decoração na base da 'luz negra'.*[49]

[48] As Agremiações relatadas por Crecibeni (2000) são: GRCES. Vai-Vai (Fundação: 01/01/1930); - Sociedade Recreativa Beneficente e Esportiva Lavapés (Fundação: 09/02/1937); - GRCES Nenê de Vila Matilde (Fundação: 01/01/1949); - GRES Mocidade Camisa Verde e Branco (Fundação: 04/09/1953); - GRES Unidos de Vila Maria (Fundação: 11/01/1954); - GRES Unidos do Peruche (04/01/1956); - Folha Azul dos Marujos (Fundação 21/11/1961); - Sociedade Carnavalesca Morro da Casa Verde (Fundação: 06/04/1962); - GRC Império do Cambuci (Fundação: 13/05/1963); - GRES Acadêmicos do Tatuapé (Fundação: 15/01/1964); - GRES Mocidade Alegre (Fundação: 24/09/1967), disputou na categoria Bloco em 1968 e 1969 e passou a desfilar como Escola de Samba em 1970; - ES Acadêmicos do Ipiranga (Fundação: 30/09/1967). Uma ressalva deve ser feita sobre as agremiações Vai-Vai, Mocidade Camisa Verde e Branco e Fio de Ouro (Fundação: 01/01/1963), que optaram por disputar entre si, até o ano de 1971, na categoria Cordão, migrando em 1972 à categoria Escola de Samba, fazendo-se necessárias adequações nos seus respectivos estatutos.

[49] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval - 68. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII n. 14.099, 22 de jan. 1968, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/22/156/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

Durante o levantamento documental, notamos que o carnaval dos Blocos, Cordões e Escolas de Samba passou a ser nomeado pela sociedade, mas principalmente classificado, quando não rotulado, como “carnaval de rua”. Em suma, essa maneira de “brincar” o carnaval, vinculava-se geralmente as classes menos abastadas. Em contrapartida, ao analisarmos o Corso,[50] manifestação carnavalesca que se utilizava da territorialidade “rua”, mas que não era estigmatizado como festa propriamente “da rua”, por envolver pessoas de classe social mais elevada (média e alta).[51]

A Folha de São Paulo, de 26 de fevereiro de 1968,[52] mencionou os derradeiros desfiles que se realizariam pela capital e os tratou de forma semelhante a uma passeata:

> [...] Varias (sic.) famílias nos jardins do Anhangabaú, esperavam desde as 16 horas, a passagem do Corso que estava programado para sair do Ibirapuera, passar pela Avenida Brasil e a Nove de Julho, e dali seguir para o Vale do Anhangabaú onde estão instalados os palanques oficiais e varias (sic.) emissoras de radio (sic.) e televisão.

Com base na matéria apresentada, nota-se que em nenhum momento existe qualquer menção ao termo “rua” ou “carnaval de rua”. Fazendo coro a estratificação social da festa. Para elucidar esse momento, a matéria da Folha de São Paulo, de 4 de fevereiro de 1967,[53] trazia como título “Carnaval está nas ruas, e na TV”, e em 7 de fevereiro do mesmo ano, em plena terça-feira gorda de carnaval, o título a

---

[50] Com base nos estudos de Urbano (2006), o Corso surgiu em 01 de fevereiro de 1907, na Avenida Central da cidade do Rio de Janeiro, graças as filhas do Presidente Affonso Pena estarem dispostas a apreciar os festejos de dentro de um carro aberto, atitude que seria copiada durante as duas décadas seguintes pelas famílias da classe alta em várias regiões do país. Especificamente em São Paulo, o Corso se consolidou em 1911, com a pavimentação da Avenida Paulista, onde a alta burguesia desfilava em seus carros ornamentados com flores, levando pessoas trajando luxuosas fantasias, munidas de confete e serpentina. Mas não somente a burguesia desfrutava da brincadeira na capital paulista, logo se estendeu para a Avenida São João também no centro da cidade e demais bairros como Brás, Lapa e Água Branca, congregando também a classe média.

[51] No decorrer da pesquisa o termo “carnaval de rua” segue adotado por nós, pelo fato de ser comumente empregado no cotidiano para descrever as manifestações como os Blocos, Cordões e Desfiles das Escolas de Samba, visto que o Corso praticamente se extinguiu na virada da década de 1960 para 1970.

[52] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Até o corso foi fraco. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.134, 26 fev. 1968, p.08. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[53] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval está nas ruas e na TV. São Paulo, Folha Ilustrada, ano XLVI, n.13.747, 04 fev. 1967, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/02/04/21/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

estampar uma das principais matérias do gênero mostrava: “Blocos na rua, Bailes animados.”[54]

A palavra “rua” a qual se reporta a primeira matéria descreve a apropriação de um equipamento não específico de lazer, que durante o carnaval transforma-se de via pública em palco para as apresentações dos Blocos, Cordões e Escolas de Samba; por outro lado, menciona que apenas os bailes de salão seriam televisionados. Por sua vez, a segunda matéria, evidencia a distinta divisão social entre os espaços da festa.

Para esses fatos Magnani (2007, p. 247) considera a cidade como um macro equipamento de lazer capaz de abrigar as mais diversas práticas. Essas atividades se caracterizam por vivências desenvolvidas em locais de múltiplos usos, e consequentemente, podem tornar-se um rico campo para os estudos do lazer.

Logo, o autor elenca como eixos norteadores as categorias “*Pedaço* (ponto de referência para distinguir determinado grupo de frequentadores como pertencentes a uma rede de relações – local intermediário entre o privado e o público)”, “*Mancha* (resultado das relações que diversos equipamentos guardam entre si, sendo esse um dos motivos da afluência dos seus frequentadores)”, “*Trajeto* (fluxos dos frequentadores pelos espaços mais abrangentes da cidade e no interior das manchas urbanas)” e “*Circuito* (prática ou oferta de serviços em equipamentos capaz de manter uma relação de aproximação entre os espaços e seus respectivos usuários”. Diante das categorias, suas considerações revelam que: “Em vez do uso pontual de uma ou outra (categoria), o que ocorreu (e ocorre) foi (é) a tentativa de apreender a articulação entre várias delas, permitindo que cada grupo fosse (seja) visto de forma mais abrangente e em relação com outros”.

Com base em sua análise, torna-se possível compreender as manifestações carnavalescas, na maioria das vezes, como uma festa tipicamente urbana, consagrando-se como uma das mais representativas celebrações culturais e de lazer do povo brasileiro, desse modo:

> As descontinuidades significativas no tecido urbano não são o resultado de fatores naturais, como a topografia, ou de intervenções como o traçado de ruas, zoneamento e outras normas. Tais descontinuidades são produzidas

[54] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Blocos nas ruas, bailes animados. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.750, 07 fev. 1967, p. 03. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/02/07/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

> por diferentes formas de uso e apropriação do espaço, que é preciso, justamente, identificar e analisar (MAGNANI, 2000, p. 38).

Contudo, para além da estratificação social que imperava na festa, noticiada pelos periódicos e também levantada e discutida por autores que se debruçam sobre o tema como Crecibeni (2000), Urbano (2006) e Simson (2007), alertamos que o estigma do "carnaval de rua", permanece nas análises dos mesmos, sendo "da rua" os Blocos, Cordões e Escolas de Samba, mas não se fazendo presente o Corso, reproduzindo, portanto, de forma sintomática, as mesmas classificações dos jornais da época.

Simson (2007) ao analisar o "carnaval popular branco"[55] dos bairros Brás, Lapa e Água Branca, entre as décadas de 1910 e 1920,[56] em alguns momentos considera o Corso como uma manifestação carnavalesca que gozava de certa forma, da integração popular, mas não pertencente ao universo da rua, devido o Corso se desenvolver de forma mais acentuada no Bairro do Brás, tornando-se, assim, o principal festejo carnavalesco, enquanto que nos bairros da Lapa e Água Branca figurava a passagem dos carros alegóricos.

Estes bairros se desenvolveram com base no trabalho operário, fruto da crescente urbanização desenfreada que São Paulo vinha sofrendo em meados do século XX, porém, congregavam também famílias da classe média paulistana, sendo estas adeptas ao Corso.

Crecibeni (2000) e Urbano (2006) apenas mencionam o seu surgimento e as consequentes causas do desaparecimento, denotando um posicionamento romântico, para uma manifestação que começava a perder o seu encanto desde os meados da década de 1940.

É sabido da existência de bailes em clubes, sociedades, centros culturais, praças e coretos vinculados às classes populares, como assinala Simson (2007). Entretanto, quando o poder público reconhece a festa em 1968, inicia-se a mítica construção da "oficialização" do carnaval paulistano e, a partir de então, o "carnaval

[55] "Carnaval Popular Branco" é o título do primeiro capítulo do livro "Carnaval em Branco e Negro: Carnaval popular paulistano 1914-1988", de Olga Rodrigues de Moraes Von Simson.

[56] Mesmo não estando vinculado ao recorte histórico da nossa pesquisa, compreendido entre os anos de 1967 e 1977 e sendo nosso objeto de análise as Escolas de Samba Paulistanas, entendemos ser pertinente a compreensão dos elementos constituintes dos festejos carnavalescos da cidade, nesse caso, o Corso. Essa manifestação persistiu até a década de 1960 e esteve presente no seio das transformações do carnaval do período ao qual nos propomos a estudar.

de rua" inicia seu crescimento, vindo a denotar prestígio perante o poder público que, apesar de demonstrar empatia, enxergava também grande potencial turístico.

Para os embates entre as diversas formas de apropriação do espaço público, e no caso do carnaval de São Paulo se constituir "no" e "pelo" espaço urbano, recorremos a Ferreira (2005, p. 295), ao sinalizar que: "Mais importante do que a própria existência física do espaço é o modo como o espaço público é socialmente construído por meio de negociações que irão definir seu uso apropriado e, por consequência, quem será excluído dele".

Constata-se, que além das questões políticas, outros aspectos como os socioeconômicos e os culturais também contribuíram para as transformações da festa e da legitimação do seu espaço, moldando o carnaval em meio a conflitos inter e intraclasses sociais.

Em suma, o Corso que entre as décadas de 1910 e 1930 atingiu seu apogeu e ganhou destaque por parte da imprensa escrita, começava, em 1940, a declinar, perdendo notoriedade para os bailes de salão (tanto da elite quanto os populares). Os Blocos, Cordões e Ranchos, além de desfilarem no centro da capital, ainda gozavam de apresentações nos seus bairros de origem; do mesmo modo, eram também convidados por outros bairros para compor os festejos carnavalescos como mais um atrativo a ser apreciado pela população local, que já não demonstrava tanto apreço pelos desfiles de carros antigos (SIMSON, 2007).

No final da década de 1960, o Corso raramente era noticiado pelos periódicos, que passaram a concentrar suas atenções em outros segmentos carnavalescos, como os Cordões e Escolas de Samba na Avenida São João; assim, com o subtítulo "O corso que não veio",[57] a Folha de São Paulo preanunciava o fim dos desfiles dos carros antigos e alegóricos pelas avenidas do centro paulistano:

> Até as 17 horas, dos 21 carros *alegoricos* (sic.) e 70 carros antigos inscritos para o desfile, só estavam a postos, no Ibirapuera, defronte ao edifício da Prefeitura, 2 carros *alegoricos* (sic.) que participariam da modalidade unidade móvel, e 5 carros antigos.

Portanto, com base nos levantamentos realizados em 1969, praticamente não foram encontrados mais relatos nos jornais "Folha de São Paulo" e no "O Estado de

[57] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Até o corso foi fraco. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n.14.134 26 fev.1968, p. 08. Disponível em:<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

São Paulo", chegando ao fim o Corso pela capital paulista, permanecendo somente as glamorosas lembranças dos seus desfiles e das notícias da imprensa escrita.[58]

Por outro lado, os desfiles de carros alegóricos permaneceram em alguns bairros da cidade, situados fora da região central, com destaque para o carnaval da Vila Esperança, que ao congregar também Bandas, Blocos e Bailes de Salão ofertava diversas formas de divertimento a população.

Bairro situado na Zona Leste da capital, a Vila Esperança desde a década de 1920 congregava Associações, Sociedades e Agrupamentos que desfilavam por suas ruas apresentando seus carros alegórica, como bem explícita o título a seguir: "O 5 de julho (Associação Atlética) é o líder e pioneiro do carnaval de rua de Vila Esperança. Desde 1925 a entidade sai às ruas do bairro com seus carros *alegoricos* (sic.)".[59]

Esse pioneirismo contribuiu para a popularidade do carnaval do bairro, que durante a década de 1950, além de congregar os próprios habitantes da região, começava a atrair pessoas de outros bairros, passando a despertar grande interesse da impressa escrita, que lhe atribuía constantes elogios em suas matérias. Entre os anos de 1968 e 1969, comparavam os festejos da Vila Esperança com o recém-instituído carnaval da Avenida São João no Anhangabaú: "Os carros alegóricos animaram a festa de Vila Esperança, que terminou com o troféu de sempre: mais uma vez o melhor carnaval de São Paulo."[60]

Os desfiles foram balizados por regulamentos elaborados pela Federação, concentrados no centro da cidade e inseridos no calendário turístico do município, tendo a Avenida São João como passarela, situada nas imediações do Vale do Anhangabaú.

A intenção do poder público era gerar maior concentração de agremiações, e assim, receber mais espectadores, com a pretensão de alavancar o turismo da

---

[58] Para mais aprofundamentos sobre o Corso, sugerimos a obra "Carnaval em Branco e Negro: Carnaval popular paulistano 1914-1988", de Olga Rodrigues de Moraes Von Simson que, ao analisar as transformações do carnaval paulistano no século XX, evidencia as principais manifestações da capital, oferecendo rico registro de dados e fotos da época, sendo o Corso uma delas.

[59] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Vila Esperança não viu carnaval muito animado. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII ,n 14.134, 26 fev. 1968, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[60] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Vila Esperança mantém tradição do seu carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.493, 19 fev. 1969, p. 04. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/19/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

capital. Logo, as Escolas e Cordões seriam subvencionados e ganhariam projeção e prestígio.

A centralização dos desfiles e respectivamente dos investimentos em 1968, de certa forma, possibilitaram avanços quantitativos e qualitativos no carnaval de São Paulo, tanto para os espectadores quanto para os sambistas.[61]

Subsidiadas diretamente pelo município, as agremiações que reivindicavam reconhecimento e recursos financeiros, conseguiram ser parcialmente atendidas, mesmo não recebendo os valores desejados. Estes oscilavam entre NCr$ 2.570,00 (dois mil e quinhentos e setenta cruzeiros novos) a NCr$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros novos) (de acordo com o grupo hierárquico cujo agremiação se enquadrava, conforme se vê mais à frente) e a iniciativa foi considerada um avanço para o poder público e dirigentes do samba. Por seu turno, as agremiações deveriam cumprir requisitos técnicos para integrar o carnaval do centro da cidade.

Para o momento nos cabe uma ressalva sobre os aspectos quantitativos dos desfiles. A Folha de São Paulo, em 15 de fevereiro de 1969, trazia em seu título "7 mil sambistas no Anhangabaú a partir das 15 horas de amanhã",[62] destacando o número aproximado de sambistas que desfilariam no domingo de carnaval no centro da cidade. Finalizava avisando que a venda dos 4.000 lugares nas arquibancadas, montadas no Vale do Anhangabaú pela prefeitura, já haviam se esgotados.

Com as vendas esgotadas em apenas meio período, constata-se que a procura demonstrava ser maior que a demanda ofertada, caracterizando-se como um indicativo de que a população demonstrava interesse pelo novo modelo de festa.

Outro ponto a ser considerado para os que não conseguiram ou optaram por não ocupar os lugares nas arquibancadas, é que esses podiam acompanhar os desfiles posicionados nas calçadas, uma vez que em boa parte do trajeto somente uma corda separava os espectadores das agremiações.

De acordo com os dados apontados pela prefeitura, com base na declaração do Secretário de Turismo e Fomento, Tibiriçá Botelho Filho, em depoimento à Folha

---

[61] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Desfile fez melhor carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/27/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[62] **FOLHA DE SÃO PAULO.** 7 mil sambistas no Anhangabaú a partir das 15 horas de amanhã. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.489, 15 fev. 1969, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/15/2/>. Acesso em: 07 nov. 2013.

de São Paulo,[63] aproximadamente 1 milhão de pessoas presenciaram os festejos carnavalescos no Vale do Anhangabaú entre o domingo e a terça-feira de carnaval no ano de 1969.

Segundo o Histórico Demográfico da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano,[64] entre 1969 e 1970 a capital paulista contava com 5.924.615 habitantes e a grande São Paulo com 8.139.730, ou seja, se realmente o carnaval paulistano levou para as ruas essa quantidade de pessoas, pode-se considerar significativa a participação popular diante das reconfigurações pela qual a festa estava passando.

Para a imprensa, os créditos dessa "nova era" se direcionavam à Prefeitura, por incentivar novamente os festejos, sendo que semanas antecedentes ao desfile de 1968, grandes eram as expectativas geradas pelas matérias que anunciavam um novo carnaval.[65]

Com a chegada da festa em 1968, O Estado de São Paulo se mostrou contraditório em relação as suas expectativas, criadas nos momentos que antecediam o carnaval. Não poupando críticas, as direcionou ao povo, alegando ser o "espírito paulistano" avesso a qualquer manifestação pública de alegria. Em suma, o periódico, apesar do "patrocínio" realizado pela prefeitura (NCr$ 480.000,00 – quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos) e a divulgação por parte da imprensa que apoiava as novas propostas públicas, o paulistano não demonstrou tanto interesse pelos festejos de rua.

Assim, com o título "Nada consegue animar o paulistano" a matéria da terça-feira de Carnaval anunciava que: "O carnaval paulistano só teve muita animação, como sempre acontece, nos salões dos clubes. Paulistano, Pinheiros, Palmeiras, Arakan e Corinthians, tiveram duas noites bastante movimentadas, com recordes de presença de público". Por fim, considerava que "o carnaval de rua ficou só no centro", mas destacou, de forma modesta, que os "tradicionais festejos" (termo

---

[63] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Satisfeita a prefeitura com os resultados obtidos no carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.494, 20 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/20/2/.> Acesso em: 07 nov. 2013.

[64] O Histórico Demográfico do Município de São Paulo encontra-se disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas.php>.

[65] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval é assunto sério para as Escolas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.094, 17 jan. 1968, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/01/17/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval de verdade para o paulistano brincar. São Paulo, ano 89, n. 28.472, 04 fev. 1968. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680204-28472-nac-0163-fem-7-not.>. Acesso em: 12 dez. 2013.

usado pelo próprio jornal) ainda se concentravam na Lapa com seus blocos e na Vila Esperança, onde a grande multidão se aglomerou nas ruas do bairro para ver "o carnaval mais famoso de São Paulo."[66]

Portanto, a notável contradição do periódico se refere diretamente aos desfiles das Agremiações Carnavalescas na região central da cidade, para o carnaval de 1968, que apenas divulgava, de forma pontual, os horários, local, número de agremiações e "gastos", como prefere tratar os investimentos da prefeitura para o carnaval de rua (mais à frente é possível observar que a postura do periódico passou a ser outra a partir de 1969, ao compactuar com a reconfiguração).

Nas raras ocasiões em que abordou a temática dos desfiles em suas páginas, os tratou com desconfiança, não deixando de condenar as subvenções ofertadas pelo poder público para que as apresentações acontecessem.

Concernente a esse posicionamento do periódico, reproduzimos parte da matéria de 24 de fevereiro de 1968,[67] que em pleno sábado de Carnaval, sob o título "É o samba das escolas, agora é oficial" anunciava:

> Elas são dezoito (Escolas e Cordões) e suas dívidas somam muitos milhares de cruzeiros novos. Nas avenidas por onde desfilarem seu samba e sua alegria, num espetáculo que atraí muitos turistas, mas não entusiasma muito a nossa gente, ninguém vai perceber qualquer preocupação com as dívidas.
> [...] Quase ninguém em São Paulo acredita nas Escolas de Samba. É com essa impressão de desencanto que as dezoito escolas vão querer acabar no domingo de carnaval. (grifo nosso).

Logo em seu título é possível constatar o estigma da oficialização do carnaval paulistano (salientamos que esse estigma também é identificado nas matérias da Folha de São Paulo), ou seja, o periódico considera o ano 1968 como o marco inicial dos desfiles das Escolas de Samba e Cordões.

Entretanto, o que de fato ocorreu foi a sua reconfiguração, pois mesmo tocados por relativa desorganização, os desfiles dos Cordões e Escolas de Samba já aconteciam, logo, eram regidos por regulamentos e acompanhados de perto pelos olhares atentos dos espectadores que se aglomeravam nas calçadas em busca do

---

[66] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Nada consegue animar o paulistano. São Paulo, ano 89, n. 28.491, 27 fev. 1968, p. 09. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680227-28491-nac-0009-999-9-not.>. Acesso em: 12 dez 2013.

[67] KOTSCHO, R. É o samba das escolas, agora é oficial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 89, n. 28.489, 24 fev. 1968, p. 09. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680224-28489-nac-0009-999-9-not>. Acesso em: 13 dez. 2013.

melhor local; havia o oferecimento de prêmios e esses geralmente eram concedidos pelos comerciantes locais.

Outra questão a ser levantada versa sobre o turismo, se a prefeitura almejava promover o carnaval como uma grande festa visando o desenvolvimento turístico da cidade, seria necessário oferecer uma agenda repleta de diversas atrações, visando angariar novos interessados de fora da capital, assim como o próprio paulistano.

Nessa trajetória, os desfiles das Escolas e dos Cordões foram integrados no quadro das atrações municipais, possibilitando novos caminhos para o tão sonhado reconhecimento dessas agremiações que desde a década de 1950 buscavam aproximações com o poder público.

Com posicionamento oposto, a Folha de São Paulo continuou a enaltecer a festa em plena terça-feira de carnaval ao publicar várias fotos dos desfiles das Escolas, Cordões e dos Bailes de Salão; o Segundo Caderno jornalístico trazia matéria de uma página com o emblemático título “Este é o carnaval do paulista”, afirmando os festejos estarem correspondendo com as melhores das expectativas, assim: “diferentemente dos anos anteriores, e mesmo com a ininterrupta chuva a multidão presenciou os desfiles das Escolas na Avenida São João e no Vale do Anhangabaú, bem como os clubes recordaram o carnaval das melhores épocas.”[68]

A Folha de São Paulo demonstrou ser favorável em relação às propostas públicas, pois, os investimentos poderiam trazer retorno ao município em forma de turismo, portanto, ao mesmo tempo em que se destacavam os Bailes do Municipal e os eventos destinados à elite paulistana, subvenções eram destinadas às Escolas e Cordões, ruas e praças eram ornamentadas, tal como as bandas e os bailes populares que se multiplicavam pelos bairros.

De certa forma, ao se aproximar das distintas manifestações carnavalescas e inseri-las no calendário municipal de eventos, o prefeito Faria Lima e sua equipe, iniciavam o preenchimento de uma lacuna sociocultural existente na capital.

O que se constata é que a última participação da prefeitura nos desfiles das Escolas, Cordões e demais segmentos populares vinculados ao Carnaval, havia

[68] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Este é o carnaval do paulista. São Paulo, Folha Ilustrada, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/02/27/21/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

acontecido em 1962,[69] e de maneira bem modesta. Desde então, nenhuma subvenção tinha sido oferecida às agremiações, despertando pouco interesse por parte dos considerados grandes jornais.

Para se ter conhecimento das relações entre o poder público e as festividades carnavalescas, para o carnaval de 1967 – após reunião entre o prefeito Faria Lima e os ex-secretários do governo do Estado, Paulo Machado de Carvalho e Pedro Magalhães Padilha (gestão Laudo Natel, 06.06.1966 - 31.01.1967) acompanhados do presidente da Associação das Emissoras do Estado de São Paulo, Enéas Machado de Assis – os auxílios prestados ao carnaval de São Paulo, descritos pelos jornais como "Ajuda oficial ao carnaval paulista" ou "Carnaval terá ajuda oficial", se resumiam a iluminação e instalação de palcos e alto-falantes no Parque do Ibirapuera para a realização dos bailes populares e a liberação do Estádio Municipal do Pacaembu para os desfiles das agremiações carnavalescas.[70]

Já em 1968 o enfoque voltava-se para os desfiles das agremiações carnavalescas no Vale do Anhangabaú, nesse caso, todos os interessados que quisessem prestigiar as principais apresentações teriam que se deslocar dos seus bairros de origem para a região central da cidade, diferente do que vinha acontecendo nos anos anteriores, quando o carnaval, de uma forma geral, incluindo os desfiles, eram realizados nos bairros Brás, Lapa, Vila Esperança e Água Branca.

Esse novo sistema despertaria críticas nos anos seguintes, pois mesmo sendo minoria, essa parcela alegava ser o poder público o responsável pela inoportuna centralização. Ao desmerecer outras manifestações como os Cordões, Blocos e Bandas, acusações recaiam sobre o início do processo de aculturação do modelo carioca perante o paulistano.

---

[69] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval é assunto sério para as Escolas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.094, 17 jan. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/17/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[70] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Ajuda oficial ao carnaval paulista. São Paulo, Folha Ilustrada, 02 fev. 1967, p. 05. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/02/21. Acesso em: 13 ago. 2013. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval terá ajuda oficial. São Paulo, ano 88, n. 28.160, 02 fev. 1967, p. 44. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670202-28160-nac-0044-999-44-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

Nessa direção, Plínio Marcos de Barros[71] publica em 13 de fevereiro de 1977, no jornal Folha de São Paulo, “O carnaval dos Cordões”,[72] mesmo se passando dez anos após a reconfiguração do carnaval paulistano, as críticas eram direcionadas ao poder público, como sendo o principal responsável pela descaracterização das “raízes culturais do samba paulistano”:

> E então, sem nenhuma cerimônia, fizeram a presepada: oficializaram o Carnaval. Mas, na lei, ficou claro que o único evento carnavalesco que a Prefeitura se via obrigada a realizar era o desfile das escolas de samba. Resultado, todo incentivo da Prefeitura para as escolas de samba e nenhum para os cordões que, diante da indiferença das autoridades, foram se extinguindo ou virando escolas de samba, puxadas aos defeitos das escolas do Rio de Janeiro (é mais fácil copiar defeito que virtude) e se desvinculando totalmente das raízes culturais de São Paulo.
>
> São Paulo sempre teve muito carnaval. Mas hoje está tudo resumido no desfile das escolas de samba e nos bailes dos clubes. E isso tudo é muito triste. Porque o Carnaval sempre serviu pras manifestações espontâneas do povo. E tudo agora vai se resumindo num espetáculo pra atrair turista. Feito no gosto dos turistas e avaliado pelos padrões culturais das elites. (grifo nosso).

A matéria retrata perfeitamente a posição dos que condenavam a reconfiguração do carnaval paulistano, para tanto, apresenta relevantes contextos a serem problematizados.

Iniciamos nossos apontamentos no que tange à realização dos desfiles no Vale do Anhangabaú. Para os críticos, a centralização da festa desvalorizava os festejos nos bairros; com o passar dos anos esses seriam enfraquecidos e finalizados.

Urbano (2006) afirma que antes de 1968 já existiam concursos promovidos pelas rádios, contudo, eram pautados pela desorganização, devido ao fato de não haver local definitivo. Vale lembrar que a transferência dos desfiles para a região central foi solicitada pelos próprios sambistas à Prefeitura, pois precisavam sanar as constantes dificuldades causadas pelas mudanças de endereço das apresentações,

---

[71] Optamos por selecionar a matéria escrita pelo dramaturgo Plínio Marcos (29/09/1935 – 19/11/1999), pelo fato de sempre vincular suas produções ao universo paulistano. Envolvido com os festejos carnavalescos de São Paulo, gravou ao lado dos sambistas Geraldo Filme, Toniquinho Batuqueiro e Zeca da Casa Verde o álbum “Plínio Marcos em prosa e samba (1974)”. Com o intuito de divulgar os desconhecidos sambistas, as faixas apresentavam um misto de causos e sambas, que de forma crítica e irônica procuravam enfrentar a censura militar. Plínio escreveu para a Folha de São Paulo na década de 1970, no Caderno Folhetim, e nos anos de 1980, assinou a coluna "Berrando da Geral", além de algumas outras colaborações esporádicas no mesmo jornal.

[72] BARROS, P. M. de. O carnaval dos Cordões. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Folhetim, ano LVI, n. 17.482, 13 fev. 1977, p. 17. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/02/13/348/.> Acesso em: 31 jan. 2014.

em uma cidade conturbada pelo acelerado processo de urbanização. Portanto, ao se conquistar um local predefinido, seriam maiores as facilidades para a realização e os deslocamentos das agremiações, como também dos espectadores que prestigiariam as apresentações, promovendo avanços organizacionais.

Esses avanços são identificados no discurso de Inocêncio Tobias, dirigente do Cordão Camisa Verde e Branco: “De qualquer maneira a oficialização é um passo adiante. São Paulo durante 14 anos teve nos desfiles da Lapa - considerado ‘batalhas de confete’ - sua principal manifestação carnavalesca.”[73]

Para essas questões, encontramos suporte nas palavras de Canclini (2011) ao entender que os fenômenos culturais tradicionais são constituídos por processos híbridos e complexos, acreditando ser possível romper com a persistente visão romântica que assola as tradições, logo, propõem reformulações para o popular tradicional e considera positivas as interações com a indústria cultural.[74]

Independente das diretrizes negociadas entre a prefeitura e as agremiações, para a realização do carnaval de 1968, as Escolas de Samba já integravam o roteiro carnavalesco dos bairros.

A matéria da Folha de São Paulo, de 8 de fevereiro de 1967, trazia em seu título “Escolas fizeram bonito nas ruas da Lapa”;[75] a edição daquela Quarta-Feira de Cinzas descrevia os desfiles das agremiações pelas ruas do Bairro na Segunda-Feira de Carnaval. Contando com escolas da capital e convidadas das cidades de Campinas e Santos, os desfiles foram realizados sob o patrocínio do Clube dos Lojistas da Lapa.

Outro exemplo a ser citado é o do carnaval da Vila Esperança, na zona leste de São Paulo; graças à ampla cobertura ofertada pelos periódicos, com destaque para a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, as diversas manifestações carnavalescas eram divulgadas.

---

[73] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Nosso Carnaval de 500 milhões. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/28/2/.>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[74] Canclini (2011) elenca seis refutações à visão clássica dos folcloristas: a) O desenvolvimento moderno não suprime as culturas populares tradicionais; b) As culturas camponesas e tradicionais já não representam a parte majoritária da cultura popular; c) O popular não se concentra nos objetos; d) O popular não é monopólio dos setores populares; e) O popular não é vivido pelos sujeitos populares como complacência melancólica para com as tradições; f) A preservação pura das tradições não é sempre o melhor recurso popular para se reproduzir e reelaborar sua situação. Mais aprofundamentos podem ser encontrados no capítulo “A Encenação do Popular”.

[75] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Escolas fizeram bonito nas ruas da Lapa. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, ano. 13.751, 08 fev. 1967, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/08/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

Assim, ganhavam as páginas dos periódicos temas como as exibições dos carros alegóricos, os bailes de salão e apresentações de bandas pelos coretos e praças, como os desfiles das Escolas de Samba, como bem retratou a Folha de São Paulo:

> 'A Banda' (alusão à música de Chico Buarque de Hollanda, lançada em 1966) foi tema para duas das Escolas de Samba que saíram ontem na Vila Esperança, em desfile que reuniu grande multidão, a qual não dispersou mesmo com a forte chuva que caiu pelas cinco da tarde.[76] (grifo nosso).

Isto é, confirma-se que os desfiles nos moldes de Escola de Samba regidos por regulamentos já eram realizados antes mesmo de serem alocados na área central da cidade (Anhangabaú e Avenida São João), evidenciando que a convivência entre as Agremiações paulistanas e cariocas já aconteciam, permitindo trocas culturais entre os estados.

Contraditoriamente, os críticos insistiam em afirmar que a suposta oficialização arruinava com as "tradições" do carnaval de São Paulo. As justificativas condenavam o afastamento das suas "raízes formadoras", resultado da abertura e valorização do universo cultural dos desfiles cariocas, em detrimento dos já construídos no contexto paulista(no).

Para este desfecho, Ortiz (2000) considera as sociedades dinâmicas e suscetíveis a constantes trocas, desse modo, a transmissão cultural é possível graças à reciprocidade de influências, a qual o autor prefere tratar como difusão cultural. Por outro lado, o processo de aculturação ocorre quando determinado grupo ou sociedade se impõem perante outro(s) grupo(s) ou sociedade(s), obrigando-os a mudar seus padrões culturais, havendo assim, a resignação do(s) aculturado(s) pela posição arbitrária do dominante.

Ressaltamos que a "polêmica oficialização" não passou de uma reconfiguração do modelo de carnaval e, consequentemente, dos desfiles das agremiações, fruto da reciprocidade de influências culturais entre cariocas e paulistanos.

Se ora cariocas vinham à capital paulista a convite dos próprios sambistas paulistanos – sendo essas visitas entendidas enquanto intercâmbio em prol do aperfeiçoamento de segmentos carnavalescos existentes em ambos os estados,

---

[76] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Chuva não estragou festa da Vila. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, ano. 13.751, 08 fev. 1967, p. 03. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/08/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

como bateria, confecção de fantasias e composição de sambas de enredo, por outro lado – sambistas de São Paulo também frequentavam a cidade do Rio de Janeiro.

O convite feito ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, campeã do carnaval paulistano em 1985, para participar dos desfiles das campeãs no Rio de Janeiro exemplifica bem o trânsito entre paulistanos e cariocas. Portanto, encontramos em Azevedo (2010, p. 73) as seguintes elucidações:

> A oficialização é considerada – não somente pela literatura que versa sobre o assunto, mas também pelos próprios sambistas – como causa de morte de um modelo de carnaval tipicamente paulistano, motivo da importação do modelo carioca e razão para aceitação de imposições do poder público. Certamente, é um marco e implicou, sim, um enquadramento, já que unificou os concursos e registrou regras... (porém) o intercâmbio entre as escolas de São Paulo e Rio de Janeiro era bem anterior e já ocorria a despeito de futuras intervenções (desde trânsitos de ritmos, instrumentos, e quesitos, até símbolos, como por exemplo, a adoção da águia pela Nenê de Vila Matilde, inspirada na madrinha Portela).

Porém, não estamos desconsiderando que os desfiles das Escolas de Samba cariocas exerceram determinadas influências em diversos estados, inclusive São Paulo, isto porque, segundo Moraes (1978, p. 71): “[...] pesava de maneira notável o prestígio, até internacional, adquirido pelas Escolas de Samba cariocas. O resultado foi a elaboração de normas e regulamentos praticamente decalcados naqueles existentes, na época, no Rio de Janeiro”.

Costa (2001) afirma que as agremiações cariocas sintetizaram diferentes manifestações como os Cordões, Ranchos e as Grandes Sociedades, promovendo determinada organização social e artística, que por fim, culminou em 1932 nos início dos desfiles carnavalescos no Rio de Janeiro.

Em semelhante trajetória, Moraes (1978, p. 53) corrobora com as afirmações supracitadas, mas considera a formação do carnaval paulistano da seguinte maneira:

> Do mesmo modo que os blocos cariocas assimilaram os elementos dos ranchos (oriundos da Bahia) para dar estrutura aos seus desfiles, em São Paulo o modelo de cortejo mais próximo era exatamente o Cordão. Embora a ideia de formar uma Escola de Samba nascesse no Rio de Janeiro, os elementos para a constituição das Escolas paulistanas estavam dentro da própria Capital bandeirante.

As aproximações entre as agremiações da capital paulista e as da cidade do Rio de Janeiro resultaram em significativas trocas culturais, entretanto, convém salientar que em São Paulo muitas agremiações são originárias dos Blocos e

principalmente dos Cordões, e mesmo sendo o modelo carioca de desfile, um dos pontos inspiradores para a reconfiguração que se consolidaria após 1967/1968, São Paulo jamais abandonou as características que a diferenciaria do Rio de Janeiro, como bem salienta Moraes (1978, p. 82): "Quem conhece o ambiente do samba paulista não tem dificuldade em notar que, por baixo da capa oficial, ainda permanecem muitas tendências locais, notadamente aquelas relacionadas ao ritmo e à dança, aspectos praticamente imunes as regulamentações".

Entretanto, a reconfiguração foi encarada pelos periódicos como um marco para o "renascimento"[77] de uma festa que estava sendo esquecida pelo paulistano e que o estigmatizava como um povo "frio", logo tachado por não saber fazer carnaval, sendo inevitáveis as constantes comparações com as festividades da cidade do Rio de Janeiro, conforme observamos a seguir.

1.2. "São Paulo trabalha para ter carnaval igual ao do carioca":[78] Olhares comparativos dos periódicos entre a Terra da Garoa e a Cidade Maravilhosa

> *São Paulo é o paraíso das coisas excêntricas: tem uma Rua Direita, que é torta; uma Rua Formosa, feíssima, uma Rua das Palmeiras sem palmeiras, e o maior viaduto da terra do café tem o nome de viaduto do Chá.*[79]

Em 07 de janeiro de 1968 a Folha de São Paulo, sob o título "São Paulo trabalha para ter carnaval igual ao do carioca", convidava o paulistano a permanecer e prestigiar os festejos carnavalescos da sua cidade, alegando que NCr$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos) seriam investidos pela prefeitura na decoração de ruas, nos desfiles e bailes no *Theatro Municipal.*

Contudo, o verbo "trabalhar" conjugado na terceira pessoa do singular, empregado no título da matéria, mesmo se tratando de carnaval, faz jus ao

---

[77] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Cidade começa a reviver o carnaval. São Paulo, ano. 89, n. 28.482 16 fev. 1968, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680216-28482-nac-0012-999-12-not.> Acesso em: 12 dez. 2013. **FOLHA DE SÃO PAULO.** Paulistano terá carnaval de meio bilhão (cruzeiros antigos). São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.130, 22 fev. 1968, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/22/.> Acesso em: 13 ago. 2013.

[78] **FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo trabalha para ter carnaval igual ao do carioca. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, ano. 14.084, 07 jan. 1968, p. 09. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/07/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[79] Frase de origem desconhecida, atribuída aos chamados cronistas macarrônicos, formado por populares, intelectuais, críticos e humoristas que durante a "Belle époque" paulista expressavam as contradições da cidade de São Paulo. Esse irreverente grupo procurava retratar a expansão meteórica − física e cultural − sofrida pela capital, graças ao elevado fluxo de migrantes e imigrantes que aportavam em suas ruas em busca de uma nova vida. O parágrafo da epígrafe pertence ao livro "São Paulo – 450 Anos Luz" de Okky de Souza (2003).

estereótipo criado pela e para a cidade mais populosa do hemisfério sul,[80] que responde por 11,5 % do produto interno bruto (PIB) do país.[81] Essa é a cidade de São Paulo que, ao longo do século XX, para se tornar essa potência econômica conforme conhecemos, passou por rápidas transformações, decorrentes da desenfreada urbanização, seguidas de perto pela crescente industrialização.

Vinci de Moraes (2000) em sua obra "Metrópole em sinfonia", ao utilizar-se da música como eixo principal para o desenvolvimento do seu estudo, entende ser necessário traçar o perfil da metrópole a partir dos anos de 1930. O autor aponta que durante essa década, a cidade inicia sua renovação arquitetônica, alicerçada por um conjunto de profissionais interessados em imprimir outra expressão estética à capital paulista, passando a existir relações extremamente próximas entre as áreas de engenharia-urbanismo e o Estado, processo semelhante ao ocorrido nos Estados Unidos.

A semelhança a qual se refere Vinci de Moraes (2000) entre Brasil e Estados Unidos, trata da expansão arquitetônica vertical dos grandes centros. Chicago entre os anos de 1880 e 1890 foi um dos primeiros polos urbanos a contar com a presença de arranha-céus, seguido de perto por Nova York. Em São Paulo o mesmo processo seria iniciado no final dos anos de 1920, na região central, acelerando o processo de urbanização pelo qual passava a capital do estado. Convém destacar que a estrutura vertical de construção, fruto da tecnologia desenvolvida no final do século XIX, não foi bem aceita, num primeiro momento, nas cidades europeias, por ser tachada como arquitetura vulgar. Em alguns casos, as próprias leis municipais se encarregaram de impedir a construção de prédios de grande porte, em meio à paisagem urbana dos grandes centros históricos europeus.

Referente à industrialização, é desde o início do século passado, com destaque para a década de 1920, que a indústria brasileira começou a desenhar seus primeiros passos, movidas pelo cultivo do café. A indústria cafeeira nacional seria afetada somente com a crise de 1929, que assolou boa parte do planeta.

Áreas diretamente envolvidas com a produção do então conhecido "ouro negro", como sacarias, embalagens e ferrovias se beneficiavam com o

[80] Dados de acordo com as "Estimativas da População Residente nos Municípios Brasileiros" com data de referência em 1º de julho de 2013 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mais informações estão disponíveis em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/default.shtm>.

[81] Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de acordo com o Produto Interno Bruto dos municípios (2007-2011).

desenvolvimento da monocultura, que indiretamente, também propiciava a diversificação industrial em outros ramos como metalurgia, tecelagem, calçados, entre outros produtos.

Nesse crescente desenvolvimento industrial Vinci de Moraes (2000, p. 121) alega que: “O desenvolvimento do mercado interno impulsionado pelo café e a necessidade de substituição dos produtos importados formaram o binômio básico para o desenvolvimento da indústria nacional, concentrada especialmente no Estado de São Paulo”.

Entretanto, nas primeiras duas décadas do século XX a presença do Estado ainda se expressava de forma bastante tímida. Esse cenário começaria a mudar a partir de 1937, durante o governo de Getúlio Vargas, que optou pelo desenvolvimento industrial, sendo esse processo consolidado com Juscelino Kubitschek (1956-1960), que passou a impulsionar o setor automobilístico e demais segmentos vinculados ao mesmo.

Aproximadamente três décadas se passaram e a capital paulista adentrava nos anos de 1970, deixando de ser um tímido núcleo urbano, com características rurais, para se tornar a maior metrópole industrial do país. A “metrópole do café” começava a ser esquecida a partir da segunda metade da década de 1930, para a recriação de uma “nova” cidade que se erguia, moldada pela desenfreada expansão urbana, distanciando-se cada vez mais da antiga São Paulo do início do século.

Essas abruptas transformações a conduziram a tornar-se a megalópole dos anos de 1960, a caracterizando como a “cidade das oportunidades”, “a cidade do trabalho” e, por fim, “a cidade que não pára”. Nessa expansão urbano-industrial bairros populares como Lapa, Barra Funda, Mooca, Brás começavam a se reconfigurar, tocados pelo desenvolvimento fabril, que diretamente passaria a influenciar o lazer de seus moradores, estando o carnaval envolvido no seio dessas transformações (MORAES, 2000).

Entre 1967 e 1969, os jornais analisados, publicavam com a mesma frequência as notícias dos festejos de Momo no Rio de Janeiro, e em várias oportunidades reprovavam a maneira como o carnaval era conduzido em São Paulo. Em diferentes momentos enaltecia-se a forma como o folião carioca desfrutava do carnaval, tanto nos Blocos e Escolas, quanto nos Salões.

Em vista disso, o carnaval paulistano passava a sofrer constantes comparações com a folia de momo carioca por parte da imprensa escrita que, na

maioria das vezes, explicitava que o “verdadeiro carnaval” acontecia no Rio de Janeiro, deixando São Paulo sempre a mercê de comparações infundadas.

Nota-se que durante o carnaval de 1967 parcos eram os recursos públicos disponibilizados para os desfiles que, estes apesar de insuficientes, na maioria das vezes, destinavam-se à organização da precária infraestrutura do local, sendo descartada qualquer subvenção às agremiações, como bem retrata O Estado de São Paulo: “A prefeitura não vai ajudar as Escolas de Samba, Ranchos e Cordões a promoverem o carnaval de rua este ano (1967), por falta de verba”.[82]

Esta foi a resposta recebida pela Federação de Escolas de Samba, Blocos e Cordões em companhia de vereadores, que solicitavam 25 milhões de cruzeiros (antigos)[83] para serem investidos diretamente nas agremiações, almejando a promoção de um desfile melhor elaborado.

Apesar da falta de recursos, os desfiles já se faziam presentes na capital paulista, porém, periódicos como a Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, em 1967, demonstravam pouco interesse pelo carnaval de uma forma geral, e menos ainda pelos desfiles, sendo suas preferências destinadas aos bailes de salão, nas poucas matérias que se propunham a publicar.

Convém lembrar, que a divulgação dos desfiles carnavalescos dos Blocos e Escolas de Samba ficava sob a responsabilidade dos jornais de menor circulação, geralmente destinados aos assuntos do bairro, conforme já apresentado anteriormente com bases nos estudos de Simson (2007) e Urbano (2006).

Em 1967 o cenário carnavalesco paulistano não era dos mais favoráveis; a inexistência de políticas públicas eficazes para as comemorações de Momo não previa subvenções públicas direcionadas às Escolas, não havia local predefinido capaz de acomodar as agremiações e espectadores, e ainda necessitava vencer as turbulências geradas por um órgão administrativo imaturo, que ao ser minado por duelos internos, mostrava-se incapaz de exercer a representatividade do carnaval paulistano.

Nessa esteira, a Folha de São Paulo expressava a incapacidade do paulistano em fazer carnaval e não poupava críticas ao poder público:

---

[82] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Prefeitura não ajuda o carnaval. São Paulo, ano 88, n. 28.135, 04 jan.1967, p. 28. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670104-28135-nac-0028-999-28-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

[83] Em 13 de fevereiro de 1967, devido ao aumento da inflação no país, o Cruzeiro (Cr$) foi substituído pelo padrão transitório Cruzeiro Novo, representado pelo símbolo monetário – NCr$. O Cruzeiro Novo equivalia a mil Cruzeiros "antigos".

> São Paulo que os cariocas chamam de cidade séria, foi ficando sempre mais séria nos últimos anos. Muito menos carnavalesca, por consequência. Carnaval é para carioca, que se diz folião da gema e que agora resolve explorar a festa para ganhar dinheiro.
>
> A população paulistana quase que em peso decidiu que é melhor descansar do que sair por aí pulando. O poder público, que é parceiro rico, pouco se incomoda. Não dá – e quando dá é uma migalha – dinheiro nem para as escolas de samba. Tudo somado, já faz tempo que o carnaval em São Paulo ficou reduzido ao salão de baile.[84]

O discurso exaltava a capacidade do carioca de promover anualmente um "bom" carnaval que, além de se divertir angariava receita, resultado da repercussão nacional e internacional que o Rio de Janeiro havia alcançado, alicerçado pela implantação de políticas voltadas para o desenvolvimento das festividades carnavalescas enquanto vertente turística.

Em contrapartida, apesar da ausência do poder público e da pouca representatividade dos órgãos administrativo-representativos, um fator desperta nossa atenção e deve ser considerado, as agremiações durante as décadas de 1950 e 1960 progressivamente conquistavam a empatia popular.

Portanto, ao desconsiderar qualquer manifestação festiva nas ruas de São Paulo e dar crédito somente aos bailes de salão, os periódicos expressavam uma visão bastante reducionista do carnaval da capital paulista, não condizendo com a sua realidade:

> **Carnaval será só nos clubes.**
>
> O paulistano terá de se contentar com o carnaval de salão, pois a Secretaria de Turismo não dispõe de verba suficiente para oferecer ornamentação de rua e trazer escolas de samba categorizadas.
>
> Ensaios:
>
> Desde o primeiro sábado deste mês, pequenos blocos carnavalescos oriundos de bairros da capital, contando com seus próprios recursos, percorreram as ruas da cidade ensaiando para o tríduo de Momo
>
> Lapa:
>
> O clube de lojistas da Lapa procurará proporcionar ao público da Capital um dos maiores espetáculos carnavalescos da cidade. Esperam os seus organizadores que mais de 300.000 pessoas ali compareçam, a fim de assistir ao desfile das escolas de samba, das 20 às 4 da madrugada. O

[84] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Onde ainda existe o bom carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.734, 22 jan. 1967, p.17. Disponível em: < http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/01/22/2/> Acesso em: 13 ago. 2013.

> cenário contará com 10.000 lâmpadas coloridas que se acenderão para o desfile das Escolas e Cordões.[85] (grifo nosso).

Nota-se que as matérias se mostram contraditórias com o carnaval de rua; visto que as festividades de Momo aconteceriam somente nos salões, o periódico não considerava a existências dos blocos e ao mencionar a inviabilidade de verbas públicas para trazer “escolas de samba categorizadas”, desmerecia as agremiações paulistanas.

Porém, tanto os Cordões, como as Escolas de Samba paulistanas, já se apresentavam estruturadas, pois, de acordo com a mesma matéria, os desfiles ocorriam com várias agremiações, atraindo o considerado número de trezentos mil espectadores durante os dias de carnaval.

Ademais, por não existir ainda uniformidade para a realização dos desfiles, as agremiações participavam de diferentes concursos carnavalescos espalhados pela cidade, sendo geralmente organizados pelos órgãos de comunicação (rádio e jornais). Ressaltamos que mesmo havendo participação da Secretaria de Turismo na organização dos desfiles do Ibirapuera, conforme retratado pela seguinte matéria adiante no texto, é possível observar que as contribuições por parte do poder público se restringiram à liberação de locais para a realização da festa, portanto:

> [...] Para o carnaval de rua, o paulistano poderá dirigir-se à Lapa, onde os lojistas promovem o desfile de 30 escolas de samba,[86] entre elas o ‘Cordão do Vai-Vai’, a ‘Escola de Samba Acadêmicos do Parque Peruche’, a ‘Escola de Samba X-9’, de Santos, e a ‘Escola de Samba Nenê de Vila Matilde’, ou ir ao Parque do Ibirapuera, onde a Associação das Emissoras (de Rádio) de São Paulo, em convênio com a Secretaria de Turismo, promove o desfile de 14 escolas de samba, entre elas a famosa ‘Imperio Serrano (sic.)’ do Rio de Janeiro [...].[87]

Durante as décadas de 1950 e 1960, a aproximação entre agremiações paulistanas e cariocas proporcionaram um clima de coirmandade. Simson (1990) em

---

[85] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval será só nos clubes. São Paulo, ano 88, n. 28.151, 22 jan. 1967, p. 21. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670122-28151-nac-0021-999-21-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

[86] Em 1967, por ainda não haver uniformidade nos desfiles, tornou-se difícil identificarmos de forma exata a quantidade de agremiações que desfilaram pelo bairro da Lapa. É plausível considerarmos que além das Escolas de Samba, participaram dos desfiles os Blocos, Ranchos e Cordões. O Cordão Vai-Vai é um bom exemplo, o que nos leva a crer na existência de 30 entidades carnavalescas, ao invés de 30 Escolas como descreve a reportagem.

[87] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Carnaval ficará só nos salões. São Paulo, ano 88, n. 28.162, 04 fev.1967, p. 10. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670204-28162-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

sua tese de doutorado,[88] especificamente no capítulo “As escolas de samba paulistanas”, optou por escolher o Grêmio Recreativo Escola de Samba Nenê de Vila Matilde como seu objeto de estudo, devido a trajetória percorrida pela entidade se assemelhar as das demais agremiações de São Paulo, mas, principalmente, por ter surgido em 01 de janeiro de 1949 sob a égide de Escola de Samba.

Para tanto, a autora atesta que esporádicas viagens eram realizadas ao Rio de Janeiro pelos seus dirigentes, como a contratação de profissionais envolvidos na elaboração dos desfiles cariocas para atuarem em São Paulo. Estas trocas de experiências e aproximações envolvendo a Escola Nenê de Vila Matilde com o universo carnavalesco carioca a levaria a conquistar o tricampeonato (1968, 1969 e 1970), demonstrando que a partir de 1968, com a reconfiguração dos desfiles, os intercâmbios realizados anteriormente, contribuíram diretamente para que a agremiação da Zona Leste de São Paulo se adequasse mais rapidamente às especificidades dos quesitos, que doravante regeriam os desfiles da Capital paulista.

Fato é que a “Nenê de Vila Matilde” vinha se estruturando há duas décadas, atenta aos diversos segmentos que compunham uma Escola de Samba (bem como outras Escolas e Cordões de São Paulo, conforme se vê mais à frente), mostrando-se aberta para trocas e intercâmbios em prol do seu crescimento, visto que a competitividade entre as agremiações aumentava a cada ano, mais especificamente, na virada da década de 1950 para 1960.

Sobre a crescente competitividade entre as agremiações, ressalvamos que até 1971, Cordões e Escolas de Samba disputavam em categorias distintas, no entanto, a estrutura técnica organizacional se diferenciava apenas em poucos quesitos.

Essas similaridades ganham força no depoimento de Inocêncio Tobias, presidente do Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco, concedido à Folha de São Paulo,[89] que após sagrarem-se campeões no carnaval de 1971, esclareceu sobre as mudanças técnicas da sua agremiação:

---

[88] SIMSON, O. R. de M. V. **Brancos e Negros no Carnaval Popular Paulistano (1914-1988).** Doutorado em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo: USP, 1990. 245p.

[89] **FOLHA DE SÃO PAULO.** De Cordão a Escola de Samba, um sonho antigo**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

> - Mudei as marchas (ritmo musical) para samba, para tornar mais animado o desfile. Por isso a nossa bateria foi se modificando aos poucos, a ponto de estar apta para se tornar bateria de escola de um ano (1971) para outro (1972). [...] Por isso ele (Inocêncio Tobias) promete: 'pelo menos 1.500 pessoas sambando pelo Camisa Verde no Anhangabaú em 1972'.

É somente no carnaval de 1972 que os Cordões optaram por se transformar em Escolas de Samba, porém, foram pequenas as transformações de ordem técnica, sendo as principais mudanças de ordem estatutária.

As decorrentes transformações estatutárias e técnicas derivaram do encontro realizado em 1967, pelo recém-empossado secretário da Federação das Escolas de Samba e Cordões Carnavalescos de São Paulo, Evaristo Carvalho, incumbido de estabelecer aproximações com o presidente da Confederação das Escolas de Samba do Rio de Janeiro, Paulo Costa Lamarão (URBANO, 2006).

Nesse encontro, experiências foram trocadas e resultaram na implantação de propostas para as questões referentes à administração da própria entidade jurídica responsável pelos desfiles; aspectos envolvendo parcerias com o poder público e privado, divulgação dos festejos e sistema de filiação de entidades estiveram entre os assuntos da pauta, paralelamente aos aspectos de ordem regulamentar, envolvendo os critérios de julgamento dos desfiles, no entanto, não sendo descartadas as necessárias adequações à realidade paulistana.

Embora as iniciativas se mostrassem favoráveis ao futuro da festa, as críticas ganhariam força durante boa parte da década de 1970, alegando que o "novo formato de desfile" gradualmente promoveu o distanciamento das "tradições paulistanas", caracterizando-se como uma cópia sem sentido dos desfiles do Rio de Janeiro, tanto para os que desfilavam, quanto para os que assistiam.

Simson (1990) alega que a "oficialização" em 1968 mostrou-se impositiva, com ações unilaterais do poder público à festa carnavalesca. Suas argumentações referem-se ao fato do prefeito José Vicente Faria Lima ser carioca e por "desconhecer a cultura carnavalesca paulistana", optou pela instituição do modelo bem sucedido empregado no Rio de Janeiro. Posição a qual nos leva parcialmente a divergir, por acreditarmos na existência de negociações entre as áreas envolvidas (Poder Público e Agremiações de São Paulo).

Para os que se posicionavam contrários ao processo de reconfiguração, tornou-se necessário relevar que o simples fato das medidas adotadas entre agremiações e poder público no final de 1967 se instituiu, de imediato, para o

carnaval de 1968, dentro de exatos 61 dias.[90] Para tanto, é possível considerar que influências do modelo carioca de desfiles, tão criticado, já se fazia presente entre os sambistas paulistanos, resultado dos intercâmbios realizados entre as duas capitais.

Autores como Jório e Araújo (1969); Cabral (1996); Queiroz (1999); Costa (2001); Farias (2006); Vianna (2007); Cavalcanti (2008) e Soihet (2008) vêm ao longo dos anos se debruçando sobre a origem e organização de entidades constituídas, nomeadas e caracterizadas enquanto Escola de Samba; são unânimes em alegar ser a cidade do Rio de Janeiro a precursora desse processo, convém destacar que esse "aporte histórico", se constitui apenas como releitura (na quase totalidade dos casos), mesmo quando analisado por temáticas distintas, tendo como eixo central do estudo as Escolas de Samba.

De outra maneira, comungamos com os críticos posicionamentos de Manzatti (2005), ao compreender as diferentes manifestações do gênero musical, poético e coreográfico do samba no Estado de São Paulo, com enfoque para o "Samba de Bumbo." Este era o ritmo que embalava os desfiles dos Cordões, que em forma de cortejo ganhavam as ruas no início do século XIX. Esses agrupamentos se estruturaram ao longo das décadas, vindo a contribuir diretamente nas ressignificações carnavalescas em 1967/68.

Ao optar pelo termo "Samba de Bumbo", o autor faz alusão ao próprio instrumento que diferencia este gênero musical dos demais, o "Bumbo" ou a "Zabumba". Essa manifestação, pode também ser conhecida como "Samba Rural", termo consagrado por Mário de Andrade durante suas incursões pelas festas populares interioranas. No entanto, ao suprimir o adjetivo rural, mesmo aparecendo este no título da sua dissertação[91] (mas não presente no decorrer dos capítulos) suas justificativas revelam que esse gênero musical já se fazia presente no contexto citadino, principalmente quando o Brasil deixa de ser um país de características rurais e passa a ser considerado predominantemente urbano, no decorrer do século XX.

Assim, a ampla rede de elementos culturais envolvidos para a caracterização do Samba (música e dança) em diferentes cidades do interior do Estado de São

[90] A publicação da Lei nº 7.100/67, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, data de 27 de dezembro de 1967, fruto do projeto de Lei nº 157-67. Já os desfiles foram realizados no domingo de carnaval, em 25 de fevereiro de 1968.

[91] MANZATTI, M. S. **Samba Paulista, do centro cafeeiro à periferia do centro**: estudo sobre o Samba de Bumbo ou Samba Rural Paulista. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

Paulo, levou-o a se atentar que o Batuque-Samba, desde sua origem Africana até a transição para o Brasil, não se estabeleceu de forma homogênea pelo nosso país, devido as especificidades de cada região (MANZATTI, 2005).

Com base em suas reflexões, os aspectos rítmicos formadores do samba da cidade de São Paulo, foram se constituindo pelas cidades interioranas do Estado, com destaque para a porção centro-oeste e o Vale do Paraíba Paulista, devido ao fato de no final do século XIX alocar fortes polos de desenvolvimento da cultura cafeeira do país e, por certo, congregar a presença da comunidade negra, resultante do processo escravagista que por séculos imperou no Brasil.

Será graças à cultura cafeeira que o samba vai se expandir pelo Estado, a partir dos eixos de deslocamento por onde se escoava sua produção, com a construção das estradas de ferro das companhias Sorocabana, Mogiana e Cia. Paulista (entre outras de menor porte). Com o abandono e sucateamento do sistema ferroviário brasileiro, nesses troncos de mobilidade humana e de carga, formaram-se as rodovias Castelo Branco e Raposo Tavares interligando a capital ao oeste do Estado; no sentido norte a Anhanguera e Bandeirantes, no sentido norte - noroeste temos a Washington Luís e, posteriormente, à capital Mineira, encontramos a Fernão Dias.

Contudo, quando a mão de obra escrava passou a ser substituída pelo trabalho livre, a partir de 1888, incentivos foram criados visando atrair para o país, sobretudo para a capital paulista, imigrantes vindos, em sua maioria, da Europa e Ásia para atuarem no campo.

Com a crise do café iniciada em 1929, e que se estendeu pela década seguinte, uma grande massa (principalmente de escravos libertos e seus descendentes) começou a migrar do interior[92] para a capital, em busca de melhores condições de trabalho e vida, ocorrendo, portanto, um desenfreado e rápido crescimento da cidade de São Paulo.

Esses migrantes se deslocavam para a capital, fascinados pelo seu desenvolvimento, almejando inserir-se no mercado de trabalho e paralelamente carregaram consigo inúmeros hábitos e costumes, entre tantos, a presença do

[92] O culto ao Samba de Bumbo estava presente em diferentes municípios: na região centro-oeste as cidades de Rio Claro, Capivari, Campinas, Piracicaba, São Simão, Itapira. No eixo do médio rio Tietê - Itu, São Roque, Sorocaba, Araçoiaba da Serra, Botucatu, Laranjal Paulista e Tietê. No Vale do Paraíba - Redenção da Serra, Jacareí e Caçapava e em Minas Gerais Guaxupé (MANZATTI, 2005). Porém, em menor número, essa manifestação ainda é cultivada em: Santana de Parnaíba, Vinhedo, Mauá, Quadra e Pirapora do Bom Jesus.

“Samba de Bumbo”, estando este gênero diretamente vinculado à formação e organização dos primeiros agrupamentos carnavalescos. Por fim, o autor é enfático ao considerar que:

> [...] o processo metonímico que toma parte do Rio (de Janeiro) pelo Brasil, tornou míope a visão sobre a amplitude nacional do fenômeno Samba. O entendimento de sua gênese e de sua filiação aos batuques, de ocorrência histórica antiga e de larga projeção geográfica pode promover uma correção desse reducionismo analítico, ampliando as possibilidades de compreensão do seu papel exato dentro do universo dos nossos folguedos populares, sem prejuízo simbólico para a centralidade histórica do gênero no Rio de Janeiro (MANZATTI, 2005, p. 93).

Nesse sentido, Moraes (1978) esclarece que mesmo nascidas na capital fluminense, não implica que todas as Escolas de Samba do país sejam necessariamente iguais. Assim como o samba (música e dança) não é o mesmo em todo o Brasil, as Escolas de Samba certamente possuem as suas próprias características regionais e locais.

Outro marco a se considerar em semelhante trajetória foi a fusão entre o ritmo musical ditado pelos antigos Cordões e os tocados pelas recém-criadas Escolas de Samba, combinação que diretamente contribuiu para a formação de uma nova identidade rítmica, por sua vez mais acelerada, caracterizando-se de forma semelhante ao vertiginoso crescimento e estilo de vida dos moradores da cidade de São Paulo.

Assim como o ritmo musical, outros quesitos (evolução, fantasias e alegorias, enredo, etc.) começariam a se aperfeiçoar, estabelecendo critérios para palpáveis análises durante as atuações. Definitivamente os critérios de julgamento passaram a integrar cada vez mais o sistema de desfiles, caracterizando-os como jogo, que permeados pela disputa, promoveria o aperfeiçoamento entre as agremiações, impulsionando-as em busca do melhor rendimento possível, por mais prazerosa que fosse a competição.

É com base no elemento competitivo que discutimos as transformações sofridas nos desfiles paulistanos na segunda metade do século XX, levando em consideração os aspectos sóciopolíticos para sua formação, o enquadramento e as categorias de disputa, os intercâmbios estabelecidos entre a cidade de São Paulo com outras do próprio Estado, e as insistentes críticas dos periódicos em comparar os desfiles paulistanos com os do Rio de Janeiro, não considerando os aspectos da cultura regional.

1.3. O Brincar está em Jogo: A competitividade nos desfiles da cidade de São Paulo

> *O Camisa Verde sambou durante 90 minutos na avenida, todo o público cantando o samba do Talismã (compositor) e pulando. Era a manhã de segunda-feira: quando o Vai-Vai entrou, logo depois, ninguém teve mais dúvidas – Camisa Verde devia ser o campeão.*[93]

Em 1971 o Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco sagrou-se campeão e diante da vitória, os seus dirigentes tomaram a decisão de que a agremiação do bairro da Barra Funda passaria, em 1972, a desfilar como Escola de Samba e desde então esse foi o último ano dos Cordões em São Paulo.

Independente da categoria de disputa, a competitividade já havia se estabelecido e começava a aflorar cada vez mais, tomando conta das agremiações na segunda metade do século XX.

A disputa revelou-se como uma das características mais marcante nos desfiles, ao proporcionar um jogo permeado por aspectos lúdicos, concomitantemente gerava (e ainda gera), ordem, tensão, entusiasmo, inovações, mas sem desvincular-se da espontaneidade e da livre adesão, por parte dos que da festa participam.

Diante dessa esfera competitiva, é certo que disputas já ocorriam desde o início do século XX. Segundo Urbano (2006), no final da década de 1910 os Ranchos e Cordões já desfilavam sob a análise de julgadores oriundos da Comissão de Divertimentos Públicos, nomeada pela prefeitura, em parceria com "*Associação de Paulista de Chronistas Carnavalescos*".

Essas pessoas eram as responsáveis por analisar o desempenho das entidades que percorriam as ruas do centro da cidade, de acordo com o itinerário preestabelecido pela comissão que: [...] "começava na Rua Líbero Badaró, entrando pelo Largo e Rua São Bento e saindo pela Rua São José Bonifácio ou Largo São Francisco. A comissão Julgadora, instalada em coreto, ficava na Praça Patriarca" (URBANO, 2006, p. 106).

A sintonia da imprensa com as iniciativas do poder público mostraram-se relevantes, sendo uma das responsáveis pela introdução de critérios de julgamento.

---

[93] **FOLHA DE SÃO PAULO.** De Cordão a Escola de Samba, um sonho antigo, São Paulo - Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

Mas, foi na virada da década de 1950 para 1960 que os confrontos performáticos entre as agremiações ganhariam vigor, passando a contribuir para a estética e organização dos desfiles.

Sinalizamos que as disputas entre agremiações carnavalescas balizadas por critérios de julgamentos mais uniformes e objetivos, também começaram a se aperfeiçoar em outras cidades pelo Brasil no mesmo período, inclusive na capital carioca, sendo essa uma das precursoras desse processo, que passou a se estruturar ainda mais a partir da segunda metade do século XX. Cavalcanti (2008, p. 71) ao relatar o depoimento do carnavalesco Fernando Pamplona – responsável juntamente com artistas da Escola de Belas-Artes pela preparação da Escola de Samba Acadêmicos do Salgueiro, entre as décadas de 1960 e 1970 (foram 12 carnavais ao todo) – explicita bem a questão competitiva: “Se não fossem eles (nós) a inovar a temática de enredo e a confecção de alegorias, outras pessoas o fariam, pois, impulsionadas pela natureza competitiva do desfile, as escolas já vinham caminhando nessa direção”. A autora ainda complementa “[...] o esforço de formalização empreendido pelo julgamento está então sempre fadado a superação” (CAVALCANTI, 2008, p. 56).

Para se conquistar o título do desfile de carnaval, se fazia necessário a fusão de segmentos como talento, experiência, planejamento, envolvimento dos componentes, voluntarismo, recursos financeiros, sede e local de ensaios (quadra), entre outros, que ao serem reunidos, permitiam a entidade de realizar um bom desfile, se contrapondo às ações imediatistas, muito comuns nos desfiles da primeira metade do século.

Outro ponto a ser levantado refere-se as relações de coirmandade entre agremiações do próprio Estado de São Paulo durante a década de 1960, principalmente entre a cidade de Santos e a capital paulista. Nesse clima de reciprocidade Escolas de Samba santistas subiam a serra para desfilar e, por vezes, as agremiações paulistanas se dirigiam até o litoral para integrar os festejos da baixada santista. Nessa época a cidade de Santos apresentava um carnaval de bastante destaque, com agremiações que faziam frente às paulistanas (AZEVEDO, 2010).

A Folha de São Paulo, em 6 de fevereiro de 1967, evidenciava em seu título certo caráter provocativo, porém contraditório. Logo, ao estampar: “Carnaval paulista

só em salões",[94] sua ofensiva direcionava-se ao carnaval de rua paulistano; em contrapartida, na mesma ocasião, os organizadores e público eram parabenizados pela condução dos desfiles pela capital:

> A Lapa é o canto maior.
>
> Hoje, segunda feira (de carnaval), o clube dos lojistas da Lapa que faz o carnaval naquele bairro e provou ontem que isso é fácil quando se tem boa vontade e se gosta da festa, programou também bastante coisa. Ás 23 h.30 min. desfilam santistas da escola X-9, **categoria A.** Depois Coração de Bronze, dita como de **categoria C**, Imperio do Samba (sic.), categoria A – ganhou o Campeonato Brasileiro de Escolas de Samba (sic.), no desfile de sábado à noite ontem pela madrugada no litoral, e, finalmente, à 1h.30 min., passa o Cordão da Mocidade Camisa Verde e Branco. (grifo nosso).

O "Campeonato **Brasileiro** de Escolas de Samba" ao qual se refere a matéria, na verdade, foi um certame estadual, conforme mencionado corretamente em matéria anterior como "I Campeonato **Estadual** de Escolas de Samba",[95] que contou com a inscrição de 8 agremiações, mas, somente 05 puderam participar, sendo 3 de Santos, uma de Campinas e uma de Ribeirão Preto.[96]

A reportagem expressa claramente os desfiles das agremiações na capital paulista, demonstrando que os intercâmbios, reciprocidade e o clima de coirmandade se faziam presentes entre as agremiações do interior e do litoral.

Certo de que os desfiles já aconteciam na capital paulista, havendo determinada classificação para o enquadramento das Escolas (categoria A, B, C, Cordões – conforme nos apresenta a matéria), tendo como realizadores dos desfiles os comerciantes do local, com destaque para os bairros Lapa e Vila Esperança, que atraiam milhares de espectadores interessados em prestigiar os desfiles e promover aproximações e trocas culturais com o universo carnavalesco da capital carioca e

---

[94] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval paulista só em salões. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.749, 6 fev. 1967, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/06/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[95] O termo correto – I Campeonato Estadual de Escolas de Samba – foi publicado em: **FOLHA DE SÃO PAULO**. "Imperio (sic.) do Samba", a Primeira. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.749, 6 fev. 1967, p. 3. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/06/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[96] De acordo com a matéria – "Imperio do Samba" (sic.), a Primeira – estiveram presentes no I Campeonato Estadual de Escolas de Samba as seguintes agremiações: A) Vencedora- "Imperio do Samba (sic.)" (Santos), B) Vice-campeã – "Escola de Samba Ubirajara" (Campinas), C) Empatadas na terceira posição "GRCES Brasil de Santos" e "GRCES X-9" (ambas de Santos), D) Fechando na quinta posição "Os Acadêmicos da Vila Paulista" (Ribeirão Preto). As Escolas da capital Nenê de Vila Matilde, Unidos do Parque Peruche e Escola de Samba Lavapés se inscreveram, mas não conseguiram participar devido a queda de uma barreira na via Anchieta, estrada que liga a capital ao litoral, impossibilitando que os componentes chegassem a tempo para o desfile.

demais cidades do litoral e interior, conclui-se que o carnaval de rua já se fazia presente em São Paulo.

Contudo, apesar de todos esses fatores, os periódicos Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, nessa mesma direção, não poupavam severas críticas ao poder público, considerando-o como um dos principais responsáveis pelo insucesso da festa, resultado do descaso, segundo os jornais. Em contraposição e incoerentemente, o carnaval carioca, com destaque para os desfiles, ao ser noticiado era sempre enaltecido, se constituindo como um modelo a ser seguido pelo poder público paulistano, população e agremiações.

A interpretação dos periódicos paulistanos faz coro ao mito criado em torno das agremiações cariocas, a partir da década de 1930, quando o Pequeno Carnaval (formado por Blocos, Ranchos e Cordões) começa a conquistar espaço pelas ruas do Rio de Janeiro, demonstrando aparentemente uma vitória sobre o Grande Carnaval (Bailes luxuosos, guerras de confete, Grandes Sociedades e o Corso). Entretanto, essa conquista resulta das negociações entre os ideais burgueses e as camadas populares, esta última caracterizada pela desordem e o descontrole dos foliões na visão da mesma elite, do poder público e dos órgãos de segurança pública (FERREIRA, 2004).

Alicerçado nesses apontamentos, é durante a era Vargas que foram colocados regulamentos aos desfiles, almejando relacionar a imagem do Presidente à cultura popular-nacional, com destaque à obrigatoriedade, a partir de 1937, da exaltação ao país nas músicas carnavalescas e nas temáticas a serem apresentadas.

Nesse contexto Vianna (2007) destaca que a intervenção por parte do poder público ocorrera de forma inevitável na festa carnavalesca, primeiro no Rio de Janeiro e, consequentemente, nas demais cidades brasileiras, inclusive em São Paulo, pois um novo modelo de autenticidade nacional, que não passou de mito estatal, segundo Schwarcz (1998), foi sendo construído após a revolução de 1930 pelo governo brasileiro.

No campo musical, o samba foi incentivado a transformar-se de cultura popular regional em símbolo nacional, paralelamente à política semioficial de miscigenação implantada pelo mesmo governo populista de Getúlio Vargas, que ao incentivar a festa, almejava o seu controle, bem como o aumento da sua popularidade e da sua respectiva gestão.

Mussa e Simas (2010) relatam que tais procedimentos, implantados pelo governo e principalmente aceitos pelos sambistas na época, procuravam enaltecer os valores da pátria, utilizando os sambas e os temas/enredos como recursos civilizadores das massas.

Se analisarmos por esse viés, uma forma eficiente para a contenção da massa foliã é submetê-la a julgamentos estabelecidos por critérios regulamentares capazes de moldar o comportamento dos que lá estarão. Nesse sentido, a disciplina passa a ser o foco dos componentes – diretores, passistas, ritmistas, mestre-sala e porta-bandeira, destaques, entre outros cargos existentes – que atuarão em prol do melhor desempenho durante sua apresentação.

Aliado a esses fatores é na década de 1940 que as já fundadas Escolas de Samba (entre outras que viriam a surgir) começam a se desenvolver, constituindo assim, a imagem representativa dos festejos de Momo do Brasil no exterior. Em suma, fortalecia-se o mito de que o “autêntico” carnaval brasileiro era apenas fruto do espaço urbano carioca (MUSSA; SIMAS, 2010).

Ferreira (2004, p. 248) lança olhares críticos ao estereótipo carnavalesco criado para a cidade do Rio de Janeiro, evidenciando que as principais cidades brasileiras (Recife, Olinda, Salvador, Porto Alegre, São Paulo, entre outras) passariam a assumir identidades próprias, sem desmerecer aspectos da sua própria cultura regional, expressando assim, novas realidades e tensões, presentes em uma nação plural. Sendo assim concluí: “Ao assimilar lições carnavalescas oferecidas ao país pelas ruas do Rio de Janeiro, as cidades brasileiras estariam dando um passo importante para, mais tarde, deixarem florescer seus próprios Carnavais”.

Seguindo pelos caminhos propostos pelo autor supracitado, é de fato graças à reconfiguração ocorrida em 1968 que o carnaval da cidade de São Paulo se ressignificaria sem perder sua autenticidade, impulsionado pela aproximação entre os agentes do samba e o poder público, a festa carnavalesca passaria a compor uma das vertentes para o desenvolvimento do turismo na capital, tendo como objetivo sanar as barreiras econômicas e socioculturais existentes.

As palavras do secretário de Turismo e Fomento, Tibiriçá Botelho, demonstravam a clara preocupação com a falta de comprometimento das políticas públicas de lazer para os seus munícipes, ao longo dos últimos anos: “São Paulo cresceu e ninguém se preocupou com a recreação de seus habitantes. As festas

populares foram esquecidas."[97] De acordo com a entrevista concedida à Folha de São Paulo, as principais propostas da Secretaria buscavam preservar as festividades populares, alavancar o turismo com o fortalecimento de setores vinculados ao ramo como hotelaria, gastronomia, transportes e entretenimento, ou como profere o próprio secretário: "[...] se houver lugar para se divertir, o paulistano não deixará sua cidade para brincar em outras"[98] definindo, assim, novos rumos para o carnaval da capital paulista.

Porém, essas barreiras existentes e produzidas pela cidade de São Paulo propiciaram a formulação de conceitos prévios ao seu carnaval e a ela própria, que perdurariam por décadas, mais especificamente até o início dos anos de 1980, tendo a grande imprensa escrita paulistana como propulsora para as constantes comparações com o carnaval do Rio de Janeiro.

1.4. Carnaval, Espetáculo e Turismo: Lacunas a serem preenchidas em Sampa

> *Há muita gente achando um exagero as verbas programadas. Mas, em princípio, não existe exagero algum. Um milhão de cruzeiros novos podem ser investidos tranquilamente no carnaval, desde que o carnaval seja explorado em termos de indústria turística e, consequentemente, venha dar lucros proporcionais ao investimento.*[99]

A epígrafe mencionada foi publicada pelo O Estado de São Paulo e contava com uma nota explicativa por parte da redação afirmando que o texto havia sido escrito 40 dias antes do carnaval.[100] Em vista disso, procurava expressar a leitura antecipada de Domingos Hernández Pena ao reconhecer que os investimentos destinados ao desenvolvimento do Turismo em São Paulo, incluindo o Carnaval, deveriam estimular mais o "turismo receptivo", ao invés de "fixar o paulistano" em sua própria cidade.

As justificativas para que a matéria somente viesse a público posterior ao encerramento do Carnaval, visava preservar o trabalho dos organizadores e,

---

[97] **FOLHA DE SÃO PAULO**. São Paulo trabalha para ter carnaval igual ao do carioca. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, ano. 14.084, 07 jan. 1968, p. 9. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/07/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[98] *Ibidem*, p.9.

[99] PEÑA, Domingo Hernández. Só carnaval não resolve. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Caderno de Turismo, ano 90, n. 28.794, 21 de fev. de 1969, p. 36. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690221-28794-nac-0036-tur-6-not>. Acesso em: 20 jan. 2016.

[100] A terça-feira de Carnaval foi comemorada no dia 18 de Fevereiro de 1969.

simultaneamente, não promover um pessimismo contagiante aos munícipes e turistas.

Conforme pode ser observado no decurso do capítulo, as políticas da Secretaria de Turismo e Fomento, mesmo que de maneira inicial, tinham o objetivo de fortalecer o setor turístico, incluindo as celebrações carnavalescas.

Como a reconfiguração do carnaval de São Paulo envolvia diretamente os desfiles das agremiações, não seria de maneira imediata que as demais manifestações carnavalescas conseguiriam ser contempladas pelo poder público; de modo igual o turismo não apresentaria resultados expressivos em apenas um ano, a partir das propostas que começavam a vigorar.

Na contramão da centralização da festa, bairros como Vila Esperança – que desde a década de 1920 oportunizava várias formas de brincar o carnaval para a cidade – assim como a Lapa – que desde meados da década de 1950 promovia os desfiles de Agremiações carnavalescas – não foram contemplados, provocando frustração de lideranças que reivindicavam principalmente suporte financeiro, dirigindo queixas diretamente à Prefeitura:

> Em todos os clubes (da Vila Esperança), os encarregados das decorações dos carros *alegoricos* (sic.) davam os últimos retoques e lamentavam que os enfeites não pudessem ser mais bonitos devido a falta de verba. Culpavam a prefeitura que, segundo o senhor José Alselete, membro da comissão carnavalesca 'tentou arrasar o carnaval da Vila Esperança'.
> O senhor José Alselete, diz que está em sua posse uma carta assinada pelo senhor Paulo Meimberg – presidente da comissão de carnaval da prefeitura – onde reconhece que nenhuma ajuda foi prestada a Vila Esperança e alega que outros bairros queriam ajuda e era impossível ceder verba a todos.[101]

Apesar das frustrações, queixas e reivindicações, a gestão pública considerou um sucesso a iniciativa proposta para o carnaval de 1968 e, logo após o término dos desfiles, prometeu oferecer maiores subsídios financeiros para o carnaval de 1969, o que de fato aconteceu, conforme vemos a seguir.

Reconhecemos que a gestão do prefeito José Vicente Faria Lima não deixou de oferecer opções à população paulistana para além dos desfiles, como os bailes e bandas, contudo, o poder público almejava o desenvolvimento turístico ao ofertar os desfiles das agremiações carnavalescas como entretenimento a ser consumido.

---

[101] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Vila Esperança sem verba. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/28/2/.>. Acesso em: 17 ago. 2013.

Visto que, ao entender os desfiles como uma salutar atividade de cunho sociocultural, era por esta premissa que a prefeitura sustentava seus argumentos para conceder recursos que promovessem o engrandecimento do Tríduo de Momo.

Segundo Azevedo (2010), as aproximações ocorridas entre o poder público e as Agremiações resultavam do processo iniciado no final da década de 1950, vindo a ganhar força a partir da década de 1960, ao envolver diversos agentes como sambistas, dirigentes, autoridades públicas, locutores e jornalistas, os quais edificavam suas argumentações sustentadas por dois sólidos pilares para a época aqui estudada - o Folclore e o Turismo.

A Lei nº 7.100/67[102] entendia os desfiles carnavalescos enquanto "tradições folclóricas brasileiras"; convêm lembrar que, nesse período, os estudos do Folclore ainda disputavam sua legitimidade com a área das Ciências Sociais, que optava por compreendê-lo enquanto manifestação cultural. Somente nas décadas seguintes é que as Ciências Sociais conquistariam progressiva representatividade perante o poder público, sendo convocadas para a promoção e interpretação de dinâmicas sociais, emissões de laudos e pareceres (ORTIZ, 1985).

Nesse campo de disputas, os desfiles iniciariam sua caminhada para se tornarem espetáculos ambulantes de consumo graças a três principais fatores: 1) A legalização (criação de personalidade jurídica – no caso a Federação de Escolas de Samba); 2) A normatização (padronização regulamentar dos desfiles); 3) A legitimação (reconhecimento do poder público). Aliado a esses fatores, é louvável destacar o crescente interesse de cobertura pelas rádios e jornais, tornando o carnaval um evento turístico, com o objetivo de promover a cidade de São Paulo durante os festejos de Momo.

Durante os dois últimos anos de seu mandato, de 1968 até abril de 1969, o Prefeito da capital fez questão de acompanhar de perto a ornamentação da festa:

> O prefeito Faria Lima, que vem desde novembro do ano passado (1968), acompanhando os preparativos e a movimentação da Comissão Executiva do Carnaval, assistirá aos desfiles junto com secretários, outras autoridades

[102] Lei nº 7.100 de 29/12/1967 – Artigo 1º - Fica a Prefeitura autorizada a promover festas de cunho popular e festejos carnavalescos no município de São Paulo, visando incrementar o turismo, conservar e desenvolver as tradições folclóricas brasileiras e contribuir para a recreação popular, conceder auxílio, instituir e outorgar prêmios.

> e seus familiares, ocupando um setor reservado das arquibancadas que comporta 250 pessoas.[103]

As principais iniciativas almejavam levantamento, divulgação e acesso aos pontos turísticos, identificar o público nacional e internacional que visitava a cidade, e, por fim, fazer do turismo uma fonte extremamente rentável. Para tanto, empresas especializadas em organização pública e planejamento foram contratadas para assessorar as propostas públicas.

Ao encontro dessas diretrizes, a Folha de São Paulo, em 13 de janeiro de 1968,[104] trazia em seu título "Faria Lima a procura de turistas", a matéria se subdividia em três tópicos, no seu primeiro alertava sobre as preocupações e os planos do prefeito, as obrigações atribuídas ao Secretário Tibiriçá Botelho Filho e a necessidade de se ter um diagnóstico do turismo em São Paulo. O segundo item intitulado de "Fomento" trazia os seguintes dizeres:

> Esta nova secretaria do município terá o papel também de fomentar a promoção humana entre os moradores da cidade; valorizar a imagem da cidade perante os próprios paulistanos e brasileiros de fora; cooperar com a administração no sentido de canalizar as iniciativas já existentes de caráter comunitário, voltadas para a melhoria das condições de vida da população. (grifo nosso).

O terceiro e último tópico se referia ao Carnaval, com o título homônimo, a matéria trazia os gastos com a decoração do *Theatro Municipal*, que chegava a cifra de NCr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos)[105] e a entrega da subvenção às Agremiações Carnavalescas no valor aproximado de NCr$ 80.000,00 (oitenta mil cruzeiros novos), para ser dividido entre os Blocos, Cordões e os três recém-criados grupos das Escolas de Samba.[106] Para efeito comparativo, o valor do salário mínimo em fevereiro de 1968 era de NCr$ 129,60 (PORTAL BRASIL, 2016).

---

[103] **FOLHA DE SÃO PAULO.** 24 Escolas de Samba desfilam no Anhangabaú a partir das 15 hs. São Paulo. Primeiro Caderno, ano XLVIII, ano 14.490, 16 fev. 1969, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/16/2/.>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[104] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Faria Lima a procura de Turistas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.090, 13 jan. 1968, p.7. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/01/13/2/.>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[105] A moeda Cruzeiro Novo (símbolo monetário - NCr$) perdurou de fevereiro de 1967 à maio de 1970.

[106] Com base nos dados da matéria " A Av. São João recebe de volta as Escolas", da Folha de São Paulo, publicado em 24 de fevereiro de 1968, treze **Escolas** participaram do desfile, divididas da seguinte forma: **1**° **Grupo** – Escola de Samba Lavapés, Nenê de Vila Matilde e Unidos do Peruche. **2**° **Grupo**: Morro da Casa Verde, Império do Cambuci, Folha Azul dos Marujos, Acadêmicos do Tatuapé e Unidos de Vila Maria. **3**° **Grupo** – Estrela Brilhante, Acadêmicos do Peruche, Estação Primeira de Santo Estevão, Príncipe Negro e Acadêmicos do Ipiranga. Três **Cordões:** Vai-Vai, Mocidade Camisa Verde e Branco e Fio de Ouro. E dois **Blocos**: Grupo Folclórico Irmãs Ibejy e Bloco Mocidade Alegre.

O próprio secretário municipal de Turismo e Fomento declarou em entrevista, que a capital paulista poderia ser mais conhecida pelos estrangeiros, mas, principalmente, deveria ser aproveitada pelos próprios brasileiros. Visto por esse ângulo a festa era considerada propícia para mostrar não somente a "pujança industrial" da metrópole, mas, também, deveria contribuir para a desconstrução da imagem de uma cidade "sisuda", capaz de ofertar inúmeros atrativos, sinalizadas no discurso do próprio Tibiriçá Botelho Filho: "O carnaval em São Paulo é uma maneira de projetar a cidade tanto no plano nacional como internacional [...] Além de humanizá-la, oferecer mais recreação e divertimento aos seus habitantes."[107]

Para o momento, abrimos uma ressalva com base nas declarações do secretário. Em decorrência das posições tomadas pela gestão pública do Prefeito Faria Lima, o jornal Folha de São Paulo publicou em 14 de fevereiro de 1969, em plena sexta-feira as vésperas do início dos festejos de Momo, uma matéria tecendo elogios às medidas do governo municipal, iniciadas no final de 1967.

Destacava as recém-implantadas propostas para o turismo durante o carnaval, que se beneficiava pela "variedade" de possibilidades que o turista – tanto o estrangeiro quanto o brasileiro – poderia encontrar na "nova São Paulo que a prefeitura está criando". Por outro lado, não deixava de alertar para a incipiente infraestrutura turística pela qual a capital, as cidades do interior e também as do litoral sofriam.[108]

Azevedo (2010) alerta para esse momento histórico pelo qual o Brasil adentrava e afirma que algumas questões devem ser consideradas e trazidas sob a luz de novos olhares interpretativos. A primeira seria o regime político ditatorial, o qual procurava vincular o desenvolvimento econômico aos produtos de origem nacional, sendo, portanto, o dueto samba - carnaval e, por consequência, os desfiles das Escolas de Samba artefatos reelaborados para serem ofertados ao povo por

[107] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Carnaval pode projetar a cidade de S. Paulo ao mundo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.098, 21 jan. 1968, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/01/21/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[108] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval e Turismo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.488, 14 fev.1969, p. 4. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/14/.> Acesso em: 13 ago. 2013.

meio de políticas públicas.[109] Em razão disso, a incumbência destinava-se à pasta de Turismo, e por ser a responsável pela "conservação e desenvolvimento das tradições folclóricas brasileiras", procurava relacionar os produtos de caráter nacional – como o carnaval – para serem exportados, em prol do desenvolvimento econômico.

Retornando, é somente após a sanção da Lei nº 7.100, de 29 de dezembro de 1967, regulamentada pelo Decreto nº 7.348/68, que a prefeitura passou a incentivar os festejos carnavalescos com a prometida subvenção destinada às agremiações carnavalescas. Ademais, ornamentou as ruas, financiou os bailes de salão, contratou bandas distribuídas pela cidade, pois, dos NCr$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros novos) repassados à Secretaria de Turismo e Fomento, para os investimentos de todo o ano de 1968, pouco menos de NCr$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros novos) foram designados para os festejos carnavalescos, realizados entre janeiro a fevereiro.[110]

A matéria se estende e enfatiza que NCr$ 400.000,00 (quatrocentos mil cruzeiros novos) seriam destinados à decoração das ruas e para os desfiles, NCr$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros novos) seriam investidos no Baile do *Theatro Municipal* e mais NCr$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros novos) para o concurso de fantasias.

Os investimentos se fizeram presentes ainda nas edições dos dias 24 e 28 de fevereiro de 1968,[111] do mesmo jornal. Contudo, é pela publicação do Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOSP) que encontramos o exato investimento, sob o título de "Projeto de Lei n° 157/67", o artigo 3° da Lei 7.100/67 declara que:

---

[109] José Vicente Faria Lima foi eleito prefeito de São Paulo e seu mandato perdurou de 8 de abril de 1965 até 7 de abril de 1969. Após seu mandato e durante todo o período da ditadura militar no Brasil os prefeitos passaram a ser nomeados para o cargo. Nota-se, portanto, o complexo momento da transição de ordem governamental em todas as esferas (municipal, estadual e federal), dessa forma, políticas que foram instituídas antes da chegada dos militares ao poder, passaram a ser utilizadas para outros propósitos e fins como, por exemplo, o "financiamento" em partes das Escolas de Samba, com a intenção de exercer certo controle sobre os desfiles.

[110] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Carnaval pode projetar a cidade de S. Paulo ao mundo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.098, 21 jan. 1968, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/01/21/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[111] **FOLHA DE SÃO PAULO.** A Av. São João recebe de volta as escolas de samba. São Paulo, Primeiro Caderno/Folha da noite, ano XLVII, n. 14.132, 24 fev. 1968, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/02/24/2/> Acesso em: 15 ago. 2013. **FOLHA DE SÃO PAULO.** Nosso Carnaval de 500 milhões. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 5. Disponível em:<http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/28/2/.>. Acesso em: 17 ago. 2013. Para tornar o título mais impactante, o periódico utilizou a quantia de "500 milhões", porém, esse valor foi calculado em Cruzeiros. Este montante foi convertido em Cruzeiros Novos no desenvolvimento da reportagem.

> Para atender às despesas com execução desta lei, em 1968, fica o executivo autorizado a abrir, na secretaria das finanças, com vigência até 31 de dezembro do mesmo ano, crédito especial no valor de NCr$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil cruzeiros novos), que será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício e, nos anos subseqüentes, pelas vias orçamentárias próprias (DIÁRIO OFICAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967, p.44).

Dessa forma, a divisão da verba para as agremiações carnavalescas foi estipulada entre a prefeitura e a recém-fundada Federação de Escolas de Samba, sendo destinados: NCr$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros novos) para cada Escola de Samba do Primeiro Grupo e Cordões; NCr$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros novos) às Escolas do Segundo Grupo; NCr$ 2.570,00 (dois mil quinhentos e setenta cruzeiros novos) às Escolas do Terceiro Grupo e, assim, totalizando NCr$ 79.990,00 (setenta e nove mil, novecentos e noventa cruzeiros novos).[112]

Entretanto, a decoração do *Theatro Municipal* teve a subvenção superior a toda verba destinada às Agremiações, ou seja, mesmo após o decreto-lei, os recursos ainda eram relativamente pequenos, se comparados a todo o investimento feito pela Prefeitura no Carnaval, sendo o valor bem inferior ao desejado e solicitado pelas Agremiações, pois os gastos, na maioria das vezes, extrapolavam a subvenção ofertada pela prefeitura.

Esse momento fica evidente pelo noticiário, que detalha o caminho traçado pelas Escolas e Cordões, antes e após os desfiles. Assim, restando apenas 10 dias para o carnaval de 1968 e prestes a completar 31 anos de existência em fevereiro do mesmo ano, a Escola de Samba Lavapés, fundada em 1937 e considerada umas das precursoras dos desfiles na capital paulista, preparava-se para o seu próximo carnaval.

Segundo as palavras da fundadora e presidente Madrinha Eunice,[113] como costumeiramente era chamada, a agremiação já acumulava uma dívida de 15

---

[112] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Nosso Carnaval de 500 milhões. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 05. Disponível em:<http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/28/2/.>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[113] A piracicabana Deolinda Madre, popularmente conhecida como Madrinha Eunice (1909-1995) é considerada uma das responsáveis pela Fundação da Escola de Samba Lavapés, a mais antiga e em atividade da cidade de São Paulo. Após algumas visitas ao Rio de Janeiro nos anos de 1930, na maioria das vezes para assistir aos desfiles das Escolas cariocas na Praça Onze, em 1936, Deolinda Madre retorna a São Paulo decidida a montar uma agremiação na capital. Um ano mais tarde, em 9 de fevereiro de 1937, fundava-se sob as cores vermelho e branco, em homenagem à agremiação carioca de São Carlos (atualmente GRES Estácio de Sá) a Sociedade Recreativa Beneficente Escola de Samba Lavapés, na Rua Lavapés, entre os bairros da Liberdade e Cambuci (SILVA et. al., 2004). Portanto, aproximações entre paulistas e cariocas já ocorrera antes mesmo de 1967/68, ano que, equivocadamente, é considerado como marco da oficialização do carnaval paulistano.

milhões de Cruzeiros (15 mil de Cruzeiros Novos) só em fantasias, e prossegue: “Cada fantasia custa entre 1,5 e 2 milhões de Cruzeiros (equivalendo a NCr$ 1.500,00 e NCr$ 2.000,00) . A prefeitura vai doar 7 milhões de Cruzeiros (NCr$ 7.000,00) e o resto será conseguido através da contribuição dos sócios e ajuda do público, inclusive do comércio local.”[114] (grifo nosso).

Durante as afirmações, denota-se um suposto entendimento da dirigente carnavalesca como sendo de caráter assistencialista o vínculo estabelecido entre o poder público municipal com as demais agremiações. Ao compreender que os NCr$ 7.000,00 (sete mil cruzeiros novos) não foram investidos, mas sim “doados” pela prefeitura e que mal sanaria as dívidas passadas, ou conseguiria cobrir os gastos elementares das fantasias para o presente carnaval que se aproximava, ficava evidente o descontentamento da dirigente com a subvenção pública.

Porém, a busca por novas soluções para superar os problemas financeiros, se encontrava no comércio local, nos sócios e até mesmo na oferta do livro de ouro, caracterizado pela passagem de um Caderno de Registros aos comerciantes e empresários da região.

Para os que colaboravam com as agremiações que buscavam fundos em prol da realização do seu carnaval, constava no “livro” os valores e o nome dos doadores. Essa ação surgiu na década de 1920 e perdurou por anos, sendo adotados pelos Blocos, Cordões e Escolas de Samba, em síntese Simson (2007, p. 59) destaca que: “Não ser convidado a colaborar no livro de ouro era encarado como uma espécie de ofensa, o que demonstra a grande aceitação dos folguedos carnavalescos pelos habitantes.”

Nessa mesma perspectiva, na terça-feira gorda de carnaval, em 27 de fevereiro de 1968, sob o título “Desfile fez melhor o carnaval”,[115] o periódico Folha de São Paulo detalhava os investimentos, a quantidade de integrantes e o desempenho das apresentações dos Cordões e Escolas.

Entre as 18 entidades que desfilaram no Anhangabaú, a matéria destacava algumas das favoritas. A Escola Unidos do Peruche, fundada em 1956, desfilou com o enredo “Cinquentenario (sic.) do Samba – Meio século de Glória”, aludindo ao

[114] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval é assunto sério para as Escolas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.094, 17 jan. 1968, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/01/17/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[115] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Desfile fez melhor o carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968, p. 5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/27/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

período compreendido de 1917 a 1967, para o qual prestava homenagem aos entusiastas e baluartes do universo sambístico. Já a Escola de Samba Nenê de Vila Matilde, com 400 integrantes e sob o enredo "Vendaval Maravilhoso", que homenageava o poeta Castro Alves, também fez altos investimentos, confirmado pela direção: "As fantasias mais caras foram a da rainha, cerca de 2 milhões de Cruzeiros (NCr$ 2.000,00), e a ala do baile imperial cerca de 400 Cruzeiros Novos (NCr$ 400,00) cada uma". A matéria finalizava com a Escola de Samba Lavapés que, segundo a presidente Madrinha Eunice, gastou 68 milhões de Cruzeiros (NCr$ 68.000,00) entre os 760 componentes que apresentaram o enredo "São Paulo: Passado, Presente e Futuro." [116]

Apesar de demonstrar interesse pelo "carnaval de rua", os incentivos financeiros ainda dividiam-se entre os Bailes de Salão, como os realizados no Ibirapuera, de caráter mais popular e com mais destaque para o tradicional e glamoroso Baile do Municipal. O Corso, mesmo em constante decadência, ainda era incentivado e recebia subvenção, auxiliado pelas Escuderias.[117] Havia ainda os desfiles de carros alegóricos, com maior ênfase na Vila Esperança, situada na Zona Leste de São Paulo e as bandas distribuídas pelas cidades.

Constata-se que após o reconhecimento da festa pela prefeitura, houve investimentos (mesmo sendo insuficientes na visão dos dirigentes), que oportunizaram novos diálogos e aproximações, principalmente para as agremiações oriundas das camadas populares, como as Escolas, os Blocos e Cordões.

Mesmo compreendendo a legislação sob a luz do seu tempo, é possível idenficar fragilidades e distintas interpretações. A título de exemplo, o que caracterizaria a ação "incrementar", vinculada ao desenvolvimento do turismo?

Não obstante, propostas de caráter assistencialista, necessitando muitas vezes de justificativas baseadas em critérios de utilidade para se fazer valer, como a preocupação em "conservar e desenvolver as tradições folclóricas" são encontradas na lei.

---

[116] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Desfile fez melhor o carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/27/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[117] As Escuderias eram formadas por simpatizantes que participavam das gincanas da cidade de São Paulo. Esta atividade despontou no início da década de 1960, incentivada pela recém-indústria televisiva. Esses grupos, impulsionados pela crescente indústria automobilística, usavam os carros para cumprir as distintas tarefas solicitadas pelos organizadores. Por seu turno, no carnaval eram convidados a desfilarem geralmente em carros antigos, como integrantes do Corso (SÃO PAULO TURISMO, 2013).

Nessa trajetória Canclini (2011) menciona que não se deve definir o popular, somente pela sua “essência”, mas levar em consideração as diversas estratégias utilizadas pelos setores subalternos para a sua construção e enfatiza que após a segunda metade do século XX as questões envolvendo os segmentos populares, gradativamente foram sendo mediadas pela reorganização industrial, mercantil e espetacular dos processos simbólicos.

Por sua vez o lazer se insere como parte do cotidiano desses mesmos segmentos populares, para tanto, são necessárias políticas que compreendam e valorizem as mais distintas manifestações populares, dentre as quais encontramos o carnaval. Nesse sentido, apesar das fragilidades já expostas, a gestão administrada pelo prefeito Faria Lima mostrava-se bastante interessada em alavancar o turismo da capital paulista, acreditando ter a cidade enorme potencial para o setor, o carnaval integraria umas das vertentes.

As intenções do prefeito ficam evidentes, quando ao dar entrada com o Projeto de Lei n°157, na câmara municipal, em 22 de novembro de 1967, de acordo com item denominado “exposição de motivos”, o prefeito alega:

> No tocante ao primeiro dos objetivos visados - o incremento do turismo na Cidade de São Paulo - cabe lembrar, a título ilustrativo, a valiosa contribuição representada pelos festejos carnavalescos na Guanabara, Bahia e Pernambuco, principalmente, e, em Minas Gerais pelas festividades da Semana Santa em São João del Rei, Ouro Preto e outras cidades históricas, que atraem turistas de todo o País e do exterior.
>
> Considerando-se, afinal a imperiosa e inadiável necessidade de humanizar a Cidade, oferecendo novos derivativos a sua população, proporcionando-lhe oportunidades de recreação a altura de sua condição de grande metrópole e ensejando-lhe a revitalização de suas mais autênticas manifestações de arte, cultura e costumes populares, afigura-se de real interesse a concretização da medida proposta (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1967, p. 08).

Vale frisar que não foram poucos os embates enfrentados para a aprovação da Lei n° 7.100/67. O primeiro deles esbarrou na questão financeira, que para atender as exigências da solicitação de crédito especial adicional no valor de NCr$ 480.000,00 para a realização dos festejos carnavalescos, o prefeito baseou-se no Artigo 43, da Lei Federal n° 4.320, de 17 de março de 1964, que declarava: “A abertura de créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa” (BRASIL, 1964).

No entanto, a assessoria técnico-legislativa da Câmara Municipal questionava a exposição das justificativas para a solicitação da subvenção com base no parágrafo 1° do mesmo artigo, no qual estavam enumeradas em quatro alíneas: §I - *Superavit* financeiro, §II - O excesso de arrecadação, §III - Os resultantes de anulação parcial ou total das dotações orçamentárias e §IV - O produto de operações de crédito, sendo somente estes os recursos considerados hábeis para o atendimento das despesas para a abertura de créditos adicionais.

Destarte, julgava momentaneamente ilegal o Projeto de Lei, por não apontar em qual das alíneas caberia a subvenção dos recursos, e por infringir o artigo 66 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei n° 9.842, de 19 de setembro de 1967) ao declarar que: “Nenhuma lei que crie ou aumente despesa será sancionada, sem que dela conste a indicação de recursos disponíveis para atender aos novos encargos" (SÃO PAULO, 1967).

Após a rejeição da assessoria técnico-legislativa, na 457ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, não sendo apresentadas emendas ou substitutos, foi remetida às Comissões de “Educação e Cultura” e “Finanças e Orçamento”, que emitem em 10 de dezembro de 1967 um parecer conjunto, contudo, divergente. A comissão de Educação e Cultura vota pela aprovação da lei, já a Comissão de Finanças e Orçamento o rejeita, pelos mesmos motivos apresentados pela assessoria técnico-legislativa.

Enfim, é na 465ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal, realizada em 20 de dezembro de 1967, que foi apresentada a Emenda de n° 1 ao Projeto de Lei de 157/67, ao versar: “[...] Que será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação previsto para o corrente exercício e, nos anos subsequentes, pelas verbas orçamentárias próprias”, obtendo 20 votos favoráveis e 6 contrários a lei foi aprovada, passando a vigorar em 27 de dezembro do corrente ano, após publicação no Diário Oficial.

As iniciativas da prefeitura resultariam em profundas transformações pela década seguinte. Durante o levantamento realizado nos periódicos, nota-se que em 1967 o enfoque destinava-se para os bailes de salão, estando o carnaval de rua resumido aos blocos e desfiles da Vila Esperança e da Lapa, com pouca repercussão na imprensa escrita.

É a partir do reconhecimento do carnaval de rua pelo poder público, que a imprensa escrita passaria a ter novos olhares para os desfiles. Esse fato comprova-

se pelo aumento de matérias e reportagens no ano de 1968, além do que, concomitantemente, a valorização por parte da população paulistana começava aumentar em relação ao carnaval da capital.

Para elucidar esse momento, em 28 de fevereiro de 1968, em plena Quarta-Feira de Cinzas, a Folha de São Paulo trazia como título “Festa termina e já se pensa no ano que vem”, ao salientar as impressões benéficas causadas pela festa, finaliza: “Em São Paulo, graças ao esforço da Prefeitura, a festa teve mais altos do que baixos.”[118]

O periódico O Estado de São Paulo, intitula em uma de suas matérias carnavalescas “Ajuda vai ser maior no próximo ano”. Com base nas declarações do Secretário Tibiriçá Botelho, o texto destacava que a Secretaria de Turismo e Fomento já pensava no Carnaval de 1969 atentando-se para uma programação mais ampla, que se estenderia do Sábado à Terça-Feira gorda de Carnaval e previamente anunciava que algumas melhoras seriam oferecidas.

Entre as melhoras anunciadas pela prefeitura destacavam-se: investimento três vezes maior que o de 1968, decoração de equipamentos públicos para além da Avenida São João e Vale do Anhangabaú, enfatizando atendimento aos tradicionais desfiles da Vila Esperança, assim como Bandas e Orquestras no Parque do Ibirapuera. Por fim, o Secretário afirma que: “O que queremos é um Carnaval popular. Ele deve ser feito aqui na capital para aqueles que não têm condições de viajar ou ir a clubes.”[119]

Essas propostas se consolidariam quase que por completo, fato que em 1969 a prefeitura não investiu três vezes mais conforme o prometido, mas praticamente dobrou a subvenção, chegando a cifra de NCr$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros novos). Entre as propostas acentuava-se a diversidade fora do contexto dos Desfiles das Escolas de Samba na região central. Conforme prometido, os Desfiles da Vila Esperança passaram a receber o amparo no valor de NCr$ 32.000,00 (trinta e dois mil cruzeiros novos). Esse auxílio destinado à zona leste de São Paulo procurava acatar as solicitações dos moradores realizadas no ano

[118] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Festa termina e já se pensa no ano que vem. São Paulo. Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/28/.> Acesso em: 13 ago. 2013.

[119] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Ajuda vai ser maior no próximo ano. São Paulo, ano 89, n. 28.492, 29 fev. 1968, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680229-28492-nac-0012-999-12-not.>. Acesso em: 12 dez. 2013.

anterior e o claro interesse de ampliar os investimentos para outros bairros, visando promover e favorecer a indústria do carnaval em São Paulo.[120]

O secretário na ocasião, ao ser entrevistado pela Folha de São Paulo, assinalou que o sucesso era decorrente do planejamento pautado nas experiências dos anos anteriores, sendo estabelecidas como prioridades uma festa animada, organizada e eminentemente popular. Por fim, resumiu os festejos de 1969 da seguinte forma:

> Destacou o II Baile de Gala do Teatro Municipal que custou cerca de NCr$ 250.000,00 – e salientou – 'As despesas com esta promoção foram compensadas porque o próprio baile devolveu à prefeitura aquela importância'.
> Na decoração do Anhangabaú, Praça dos Correios, Avenida São João, Ibirapuera e Largo do Arouche foram gastos NCr$ 400.000,00. A subvenção das Escolas de Samba foi o dobro em relação ao ano passado: NCr$ 183.000,00 e para auxiliar os festejos carnavalescos nos bairros, foram gastos NCr$ 52.000,00 dos quais NCr$ 32.000,00 para a Vila Esperança.[121]

O interesse turístico era eminente, entendendo ser o carnaval uma festa com grande potencial a ser explorado. Assim como os bailes de gala, o carnaval de rua começava a se tornar mais um atrativo para o próprio paulistano que optava por ficar na capital, como também turistas nacionais e estrangeiros que acreditavam ser São Paulo uma boa oportunidade para se brincar o carnaval.

Portanto, as propostas iniciadas em 67/68 começavam a trazer resultados para o município, se por um lado, mesmo havendo evasão de paulistanos para as cidades do interior, do litoral do Estado e para a cidade do Rio de Janeiro, esta por já gozar de um tradicional carnaval, por outro, configurava o relativo aumento dos integrantes nas Escolas de Samba e dos espectadores que rapidamente esgotavam os ingressos das arquibancadas e se aglomeravam nas imediações do Vale do Anhangabaú. Os festejos dos bairros começavam a ser subvencionados e os bailes populares, para o público adulto e infantil, completavam o rol de opções da cidade, conquistando gradativamente a preferência do próprio cidadão.

---

[120] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Tibiriçá acredita muito no paulista. São Paulo, ano 89, n. 28.789, 14 fev. 1969. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690214-28789-nac-0011-999-11-not>. Acesso em: 12 dez. 2013. **FOLHA DE SÃO PAULO**. 24 Escolas de Samba desfilam no Anhangabaú a partir das 15 hs. São Paulo. Primeiro Caderno, ano XLVIII, ano 14.490, 16 fev. 1969, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/16/2/.>. Acesso em: 13 ago. 2013.

[121] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Satisfeita a prefeitura com os resultados obtidos no carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.494, 20 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/20/2/.> Acesso em: 07 nov. 2013.

Da mesma forma que havia a saída de paulistanos, também começava a chegar turistas e o próprio secretário considerava “natural o intercâmbio”. Com o título: “É incrível, mas os turistas estão vindo” – O Estado de São Paulo descrevia o interesse dos turistas pela capital paulista: “É gente de todo o interior, de outros Estados e é, cada vez mais, uma verdadeira invasão de argentinos para ver o carnaval de *San Pablo.*”[122]

Os festejos despertaram o interesse da imprensa falada, escrita e televisiva, tanto a nacional quanto a estrangeira, que começava a divulgar a festa e, simultaneamente, a cidade como um destino a ser conhecido.

> Até ontem (Sexta-Feira de Carnaval) a Secretaria de Turismo da Prefeitura, já tinha credenciado para acompanhar os festejos, uma jornalista da BBC de Londres, quatro cinegrafistas e um diretor de televisão de Osaka, no Japão, um jornalista norte-americano, um correspondente de várias revistas da Espanha e elementos das emissoras de Campinas, Taubaté, Ribeirão Preto e Bauru que irão levar para suas cidades, todo o carnaval paulistano.[123]

Concluímos que os meios de comunicação foram fundamentais na divulgação do carnaval como entretenimento a ser consumido na cidade de São Paulo. Se na década de 1940 as rádios se incumbiam de organizar e divulgar os festejos, com a imprensa escrita (jornais) o mesmo seria retomado na década de 1950, e posteriormente seria a vez da indústria televisiva,[124] a grande responsável em projetar a festa para o todo o Brasil e para o mundo, sendo os desfiles das Escolas de Samba a principal manifestação carnavalesca a ser transmitida.

O carnaval paulistano, por certo, sofreu reformulações durante a gestão do prefeito Faria Lima, mostrando-se a nosso ver positivas e dentre as medidas tomadas destacamos: a reestruturação da Federação, órgão jurídico capaz de receber e redistribuir os subsídios às agremiações, a centralização dos desfiles visando uniformidade, maior organização e comodidade aos sambistas e

---

[122] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** É incrível, mas os turistas estão vindo. São Paulo, ano 90, n. 28.790, 15 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690215-28790-nac-0012-999-12-not.>. Acesso em: 12 dez. 2013.

[123] *Ibidem*, p.12.

[124] Durante a década de 1950 a TV Tupi cobriu os bailes de carnaval da cidade de São Paulo (REDE TUPI, 2010). Com o modelo de desfile consolidado na capital paulista, não tardaria para a indústria televisiva se interessar em transmiti-los. Deste modo, a abrangência televisiva dos desfiles paulistanos ultrapassa fronteiras e de acordo com informações da Emissora Brasileira que detém os direitos exclusivos de transmissão dos desfiles das Escolas de Samba de São Paulo (e também dos desfiles do Rio de Janeiro), o número de assinantes do seu canal internacional chega a 580 mil, distribuídos em 115 países pelos cinco continentes (GLOBO, 2012).

espectadores e, por fim, atendendo as reivindicações de 1968, não se esqueceu de preservar o carnaval dos bairros.

Essas iniciativas tinham como principal objetivo oferecer maior visibilidade ao carnaval de rua, comprovado pelo relativo interesse de divulgação da imprensa. A reorganização da festa foi alicerçada por uma política de turismo para a capital que, apesar de ser iniciada no final de sua gestão (1968/1969), em apenas dois anos conseguiu avançar e suprir as carências e dificuldades detectadas em 1968.

Entretanto, após o mandato do prefeito Faria Lima, os prefeitos passaram a ser nomeados para o cargo, resultado da chegada dos militares ao poder em 1 de abril de 1964. Assim, com o regime militar em vigor, foi baixado o Ato Institucional Número Três (AI-3),[125] que decretava eleições indiretas para a Federação, Estados e Municípios, além de somente permitir que Senadores e Deputados Federais ou Estaduais, com prévia licença, pudessem exercer o cargo de Prefeito de capitais estaduais.

Dentro dessa transição política, optamos por nos aprofundar nas questões que concernem ao carnaval, considerando as diretrizes implantadas pela recém-empossada administração pública. Essas ações provocariam, num primeiro momento, divergências com o quadro diretivo das agremiações, mas que ao serem contornadas levaram a consolidação dos desfiles em São Paulo.

1.5. Transição governamental, mudanças na política de estado e o descaso com o carnaval: A estagnação dos desfiles no início dos anos de 1970

> *Avenida São João com a Duque de Caxias – Era o local marcado para a saída das escolas e cordões. Mas para variar um pouco, o horário marcado para o início dos desfiles, 21 horas, não foi novamente obedecido. Somente ás 22 e 10 surgem na Duque as primeiras figuras do Cordão Vai-Vai, que pela ordem seria o segundo a desfilar. No Anhangabaú, o povo já nervoso com a demora, começa a gritar o nome de Faria Lima. (Os desfiles começaram com 4 horas de atraso).*[126]

Se na gestão anterior, Faria Lima havia conquistado o mandato pelo voto nas urnas, Paulo Maluf (mandato 08/04/1969 – 07/04/1971), por sua vez, ocupou o posto

[125] O Ato Institucional 3 (AI-3) foi baixado pelo Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, em 05 de fevereiro de 1966.

[126] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval de S. Paulo: confusão e demagogia – Horário não foi obedecido. São Paulo, ano 91, n. 29.093, 10 de fev. 1970, p. 08. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700210-29093-nac-0008-999-8-not.>. Acesso em: 20 jan. 2016.

nomeado pelo governador Roberto de Abreu Sodré, atendendo a indicação do Presidente, o Marechal Artur da Costa e Silva (mandato 15/03/1967 – 31/08/1969), eleito pelo Congresso Nacional e ser o segundo presidente do regime militar brasileiro.

A nova gestão municipal, se por um lado buscou se alicerçar nas políticas empregadas pelos seus antecessores, no que diz respeito à centralização dos desfiles, por outro, passou a imprimir novos olhares para o mesmo carnaval de rua. Em vista disso, o poder público almejando "recriar" a festa, desconsiderou todo o processo de construção, oriundo das manifestações populares, sendo esse um dos principais segmentos responsáveis pela perpetuação dos folguedos de rua ao longo do tempo.

Esses novos olhares desencadearam duas propostas: a primeira seria a centralização dos desfiles, que em semelhante trajetória traçada pelo prefeito Faria Lima, seriam mantidos na região próxima ao Vale do Anhangabaú. Conforme já discutido, a centralização promoveu unicidade e maior representatividade aos desfiles, porém, as "iniciativas" da recém-empossada secretaria buscavam a "recriação do carnaval paulistano", tentando introduzir novos padrões técnicos (artístico visual) no já existente festejo de Momo na Capital.

A segunda proposta vinculava-se diretamente à primeira, em um jogo de causa e consequência, pois, ao atribuir maior valorização aos desfiles-espetáculos, proporcionalmente desvalorizaram as demais manifestações carnavalescas espalhadas pela cidade.

Entretanto, as subvenções destinadas ao carnaval de 1969, totalizaram NCr$ 1.200.000,00 (Um milhão e duzentos mil cruzeiros novos).[127] Se comparadas ao último carnaval da gestão Faria Lima, que em 1969 dispôs para a realização da festa NCr$ 917.000,00 (novecentos e dezessete mil cruzeiros novos)[128], num primeiro momento os investimentos demonstram um considerável aumento. Contudo, vale lembrar que esse período, em plena ditadura militar, ficou popularmente conhecido como "milagre econômico (1969-1973)", tendo como aspecto negativo a constante inflação que oscilou anualmente entre os 15% e 20%, mais especificamente em

[127] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Prefeitura distribui verba para o carnaval paulistano. São Paulo, Folha Ilustrada, ano XLIX, n. 14.828, 20 jan. 1970, p. 23. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/01/20/21/.> Acesso em: 16 ago. 2013.

[128] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Satisfeita a prefeitura com os resultados obtidos no carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.494, 20 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/20/2/.> Acesso em: 7 nov. 2013.

1969 quando atingiu a marca dos 19,31%.[129] Portanto, se considerarmos o contexto econômico da época, os investimentos receberam um pequeno aumento, mas, com diferentes propostas a serem implantadas no carnaval.

Em meio a esse novo e turbulento cenário político-econômico, se iniciou o carnaval de 1970. Logo, os principais periódicos se incumbiram de retratar a festa, contudo, ao invés de destacarem a magnitude do carnaval, às reportagens rechaçavam a tamanha falta de organização que tomou conta dos desfiles, sendo a maior parcela de culpa atribuída aos setores vinculados ao poder público.

A Folha de São Paulo trazia em sua primeira página o seguinte título: "Quem tem o carnaval mais longo?"[130] – ironizando os atrasos no centro da capital paulista, bem como os dos desfiles cariocas.

> O paulistano que ontem à tarde voltava ao trabalho, após os merecidos feriados de carnaval, ouviu surpreendido, em plena quarta feira de cinzas, o som dos pandeiros de escolas de samba que às 15 horas ainda desfilavam pelo Vale do Anhangabaú. A razão desse insólito prolongamento do Carnaval de São Paulo foi atribuído ao atraso que desde sábado a noite vinha atormentando os cansados passistas das Escolas de Samba. Naquela noite, por falta de ônibus, segundo a Prefeitura, o desfile atrasou seis horas. Ontem a tarde, o prefeito Paulo Maluf estudou as razões da desorganização nos desfiles do Anhangabaú com o secretário de turismo, Amedeo Papa, mas nenhuma declaração oficial foi distribuída sobre o assunto.

Já o Estado de São Paulo,[131] descreveu a desorganização como resultado do descompromisso da administração pública municipal e, de maneira árdua, procurou estabelecer comparações com a antecessora administração.

> Os dois primeiros dias do carnaval de rua em São Paulo foram marcados por um verdadeiro festival de desorganização e demagogia política. O povo esperou 4 horas para ver a primeira escola de samba, a Fio de Ouro, que não deu ânimo em ninguém, e 5 horas para começar a cantar, com a entrada triunfal do cordão Vai-Vai.
>
> [...] No ano passado, a Federação esteve em contato direto com a secretaria de Transportes, houve um atraso, mas foi logo resolvido com a intervenção direta do prefeito Faria Lima, que se encontrava no palanque oficial, de onde não saiu enquanto a última escola não passou. Ficou junto com o povo o tempo todo, ao lado do seu secretário de Turismo, na época, Tibiriçá Botelho.

---

[129] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Dinheiro - cronologia. São Paulo, Almanaque. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro70.htm. Acesso em: 22 jul. 2014.

[130] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Quem tem o carnaval mais longo? São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLIX, n. 14.851, 12 fev. 1970, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/12/2/.> Acesso em: 27 jun. 2014.

[131] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval de S. Paulo: confusão e demagogia. São Paulo, ano 91, n. 29.093, 10 de fev. 1970, p. 08. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700210-29093-nac-0008-999-8-not.>. Acesso em: 20 jan. 2016.

> Neste ano, o atual prefeito não pôde ver o grande fracasso. Encontrava-se descansando no Guarujá. Seu secretário de Turismo talvez tenha ficado sabendo a tempo o que aconteceu no 'Vale', pois, também, não apareceu. O presidente da Comissão Organizadora do Carnaval Paulista, nomeado pelo secretário de Turismo, preferiu ficar no baile do Teatro Municipal, a tomar qualquer providência.

Esses desacertos referentes à desorganização do evento foram relatados pela imprensa escrita, por ser o primeiro ano da nova administração; esta, por sua vez, ao demonstrar inexperiência com a festa, insistia em estabelecer novas diretrizes para o Carnaval em São Paulo, gerando embates com a direção das agremiações.

Essas novas diretrizes são elucidadas pelo Secretário de Turismo e Fomento, Amedeo Augusto Papa que, ao ser questionado pela Folha de São Paulo[132] após o carnaval de 1970, mesmo com todos os problemas enfrentados durante os desfiles, profere convicto da necessidade de se "criar" um novo carnaval em São Paulo, ao invés de valorizar os já existentes nos bairros e paralelamente enaltecer os desfiles do centro da cidade:

> O Carnaval da Vila Esperança (na zona lesta da cidade), por exemplo, é meramente local; ninguém viria a São Paulo para assistir os desfiles na Vila. No ano passado tentou-se trazer o carnaval dos bairros para o centro; não deu resultado: o desfile de carros alegoricos (sic.) no Anhangabaú não entusiasmou ninguém, os enfeites eram pobres, pois os clubes de bairro não têm verba suficiente para preparar carros luxuosos; alguns carros, que não eram de bairros, não tinham sequer enfeites, estavam lotados de mulheres de vida fácil, dando um 'show' deprimente em praça pública.

Essa posição gerou divergências entre sambistas e autoridades públicas sobre as recém-instituídas políticas municipais, como evidencia a mesma matéria:

> Sambistas e autoridades têm absoluta convicção de que é possível reabilitar o Carnaval em São Paulo; mas divergem quanto à maneira de se fazer isso. Alguns acreditam que o Carnaval dos bairros deveria vir para o centro da cidade. O secretário discorda. [...] O sr. Amedeo Papa acredita que os turistas só virão à São Paulo se for criado um carnaval que ainda não existe, ao invés de transportar o existente para o centro da cidade: 'É preciso fazer um 'show-off' aumentando o nível das Escolas de Samba para

[132] **FOLHA DE SÃO PAULO**. A Prefeitura não vai desistir de investir em nosso Carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLIX, n. 14.85, 11 fev. 1970, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br /fsp/1970/02/11/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

> que o desfile das mesmas se constitua em apresentação de alto nível, espetáculo de bom gosto'. [133]

Por certo, esses "novos olhares" da prefeitura para o carnaval, não possibilitaram que negociações avançassem entre os dirigentes, a Federação e o poder público, muito pelo contrário, ao considerá-lo "deprimente", o próprio secretário não demonstrava nenhum apreço pela cultura carnavalesca paulistana.

De acordo com Florestan Fernandes (1979) essa desvalorização da cultura local resulta do vertiginoso crescimento urbano que assolou São Paulo ao longo do século XX, pois, se até o final do século XIX a cidade teve seus laços culturais baseados nas tradições rurais luso-brasileiras e ibero-americanas, praticamente em pouco mais de meio século as condições provincianas que imperavam na cidade, cederam espaço para o surgimento de um complexo polo urbano-industrial, se contrapondo ao desenvolvimento de cidades como o Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que foram pautadas por um crescimento urbano mais cadenciado. De certa maneira, "rusticidades" e "provincianismos" vinculavam-se a um passado arcaico (mesmo que recente), para uma cidade que se reinventava em tão pouco tempo.

Portanto, tendo em vista que o Samba de São Paulo se originou no interior do estado, e ao migrar para a capital com os descendentes de escravos, devido à decadência das lavouras de café no interior, encontrou abrigo nos bairros periféricos e/ou que concentrava grande parcela da população negra da capital,[134] este passou a ser constantemente perseguido pelos órgãos repressores, e subjugados pelas classes dominantes por cultuarem hábitos "provincianos."

No final do século XIX até a década de 1930, o samba se instaurou em bairros que concentrava a maior parcela da população negra da capital, como a Barra Funda, Bixiga, região do Lavapés, Baixada do Glicério, Liberdade, Belém, Penha, Jabaquara e Saúde (MANZATTI, 2005). Mais tarde, durante a década de 1950, se expandiria pelas quatro zonas da cidade.

---

[133] **FOLHA DE SÃO PAULO**. A Prefeitura não vai desistir de investir em nosso Carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLIX, n. 14.85, 11 fev. 1970, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/11/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

[134] Mais informações sobre o histórico geográfico do samba em São Paulo podem ser encontradas nas edições do "Censo Samba" que estão disponíveis em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/?s=censo+samba>. Esses levantamentos foram realizados pelo "Observatório do Turismo", núcleo de estudo e pesquisa vinculado a São Paulo Turismo S/A.

Do mesmo modo, o samba paulistano, os desfiles dos Cordões e posteriormente das Escolas de Samba, intitulados, por muito tempo, como o popular "carnaval de rua", receberam influências predominantemente interioranas, carregando consigo aspectos de uma cultura considerada "rústica e arcaica" para os olhos de uma cidade que caminhava de forma acelerada ao cosmopolitismo durante o século XX.

É razoável pensarmos que o próprio termo "carnaval de rua" não deixa de apresentar certa conotação pejorativa, pois, na maioria das vezes, a elite preferia a diversão dos glamorosos bailes nos salões, sendo estes privados ou que serviam-se de propostas excludentes. Diante dessa situação, restava para as classes menos favorecidas o espaço rua, transformando-se no principal palco da diversão Momesca popular.

Nossas colocações se fortalecem na argumentação de Ferreira (2004) ao defender a persistência de "dois carnavais", que se iniciou desde o aporte do Entrudo no Brasil; assim, em um dos extremos da estratificação social encontrava-se a classe dominante, que degustava de um carnaval sofisticado e elegante, em oposição ao popular, considerado por essa mesma elite como irracional, cômico e exagerado, que se manifestava pelas ruas da cidade, não somente no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo e demais cidades do país.

Diante desse contexto, os anos subsequentes – 1971 e 1972 – o carnaval paulistano trilharia ainda por caminhos tortuosos, sofrendo com o esvaziamento dos bailes e bandas populares, assim como os "Blocos de Sujo" e "Vai Quem Quer" pelas ruas da cidade.[135] Outro fato a ser destacado era a insistente comparação que continuava a assombrar os festejos paulistanos, comparando-os aos de outras capitais, principalmente com a cidade do Rio de Janeiro.

Esses dois fatores alimentavam as ácidas críticas que a imprensa escrita atribuía à diminuição do interesse da população paulistana pelos folguedos de rua. Sendo assim, no início da década de 1970 constantes matérias se faziam presentes com títulos provocativos: "Afinal, o paulista é ou não folião?",[136] "Quando teremos

[135] **FOLHA DE SÃO PAULO.** E assim termina o carnaval - 71. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.228, 24 fev. 1971, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/24/2/.> Acesso em: 22 ago. 2014.

[136] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Afinal, o paulista é ou não folião? São Paulo, ano 91, n. 29.092, 08 fev. 1970, p. 17. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700208-29092-nac-0017-999-17-not.> Acesso em: 28 jul. 2014.

carnaval? Nunca",[137] "Porque assassinaram o rei Momo em São Paulo",[138] "Um carnaval à procura de foliões",[139] "Afinal, este Carnaval morre ou não morre?".[140]

Se por um lado, os periódicos retratavam o que de fato estava ocorrendo, ou seja, o distanciamento e o desinteresse da população pelo carnaval popular de rua, por outro, não deixavam de apresentar uma interpretação nostálgica e romântica dos velhos carnavais.

Para esta questão, Tinhorão (1970, p. 10) em uma entrevista concedida à Folha de São Paulo, apresenta apontamentos mais plausíveis da situação ao evidenciar que a partir da 2ª Guerra Mundial o desenvolvimento industrial de São Paulo instituiu tanto no paulistano, quanto nos que escolhiam a capital para viver, o mito da valorização do trabalho, ou como prefere o próprio entrevistado "[...] é quando aparece o relógio de ponto e o slogan, 'São Paulo não pode parar', que escondia no fundo o interesse econômico dos industriais e comerciantes."

Sua arguição alega não ser prudente comparar o carnaval dos anos de 1970 com os das décadas de 1920 e 1930, devido às transformações ocorridas na cidade ao longo do século XX e concluí: "Os foliões que faziam a animação deste carnaval, através de pequenos blocos e fantasias individuais, para se divertir e divertir os outros, pagarão agora ingresso e estarão sentados disciplinadamente nas arquibancadas do Vale do Anhangabaú."

Somado a diminuição da procura pelo carnaval de rua e as repetidas críticas da imprensa, a Federação ainda sofreria intervenção pública em 1971, o que provocaria seu gradativo abandono, seguido de sucessivas comissões (foram seis ao todo) que tentavam lhe dar sobrevida até meados de 1973 (CRECIBENI, 2000).

Essa ação jurídica movida pelo Estado desencadearia o embate entre três instituições: União das Escolas de Samba Paulistanas, Associação das Escolas de Samba de São Paulo e a Coligação Regional das Escolas de Samba do Município

---

[137] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Quando teremos carnaval? Nunca. São Paulo. ano 91, n. 29.092, 08 fev. 1970, p. 18. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700208-29092-nac-0017-999-17-not.> Acesso em: 28 jul. 2014.

[138] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Porque assassinaram o rei Momo em São Paulo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.229, 25 fev. 1971, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/25/2/.> Acesso em: 25 jul. 2014.

[139] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Um carnaval à procura de foliões. São Paulo, Segundo Caderno, ano LI, n. 15.568, 30 jan.1972, p. 24. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/01/30/390/.>. Acesso em: 24 jul. 2014.

[140] **DIAFÉRIA, L. C.** Afinal, este carnaval morre ou não morre? São Paulo, Caderno de Domingo, ano LI, n. 15.568, 30 de jan.1972, p. 78. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/01/30/390/.> Acesso em: 24 jul. 2014.

de São Paulo, que travariam embates pela administração dos desfiles em São Paulo em meados da década de 1970, sagrando-se definitivamente em 1977, a União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) como órgão representativo dos desfiles em São Paulo (BUENO, 2004).

Em contrapartida, novos hábitos associados a outros que já se faziam presentes na capital, contribuiriam para a ressignificação da festa momesca pelas décadas seguintes.

Em linhas gerais podemos destacar a procura pelos bailes nos diversos clubes privados distribuídos pela capital, seguido de perto pelo baile popular realizado no Anhembi (local que a partir de 1991 passaria a receber os desfiles), assim como o já consolidado carnaval realizado no bairro Vila Esperança, na zona leste da capital, acrescido dos desfiles que a cada ano atraíam mais pessoas ao Anhangabaú.

Nossas considerações se sustentam com base nos relatos dos periódicos, que apesar das críticas, não deixavam de enaltecer as qualidades. Deste modo, o baile popular realizado no Anhembi, atingiu a capacidade de 80 mil pessoas em 1972, média aguardada somente para o carnaval de 1974,[141] o carnaval da Vila Esperança congregava cada vez mais espectadores, atingindo a média de 30 mil pessoas entre 1971[142] e 1972.[143] Enfim, os desfiles deslocados para a região central do Anhangabaú, contabilizaram, aproximadamente, 150 mil pessoas entre integrantes das Escolas e espectadores em 1972.[144]

É possível detectar que a cobertura dos carnavais realizados pelos periódicos apresentava certa contradição, isto é, ao tecerem críticas baseadas em uma visão nostálgica e romântica, alegavam que a cidade de São Paulo “assassinou o Rei Momo” na virada no final da década de 1960. Entretanto, é nesse exato momento, a partir da reestruturação iniciada em 1967/68 com o prefeito Faria Lima, que a festa

---

[141] **FOLHA DE SÃO PAULO.** No Anhembi, um coro de 80 mil vozes. São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.583, 14 fev. 1972, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/14/2/>. Acesso em: 22 ago. 2014.

[142] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Na Vila, a esperança se renova. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.226, 22 fev. 1971, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/22/2/.> Acesso em: 22 jul. 2014.

[143] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Na Vila Esperança, as alegorias. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.583, 14 fev. 1972, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/14/2/.> Acesso em: 22 jul. 2014.

[144] **FOLHA DE SÃO PAULO.** SP descobre o carnaval. São Paulo, Segundo Caderno, ano LI, n. 15.589, 20 fev. 1972. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1972/02/20/156/> . Acesso em: 29 jul. 2014.

inicia sua caminhada para se ressignificar e passa a crescer, segundo as próprias matérias divulgadas pelos mesmos periódicos que a condenavam.

Diante dessas constantes transformações, os dirigentes dos remanescentes Cordões tomariam uma atitude após o carnaval de 1971, logo, suas agremiações não desfilariam mais como Cordões, passando a integrar, a partir de 1972, o quadro dos desfiles das Escolas de Samba. Essa passagem sofrerá pontuais desaprovações e certa resistência pela manutenção das “tradições”, mas que não se sustentam de acordo com a conjuntura carnavalesca da época. Por fim, essas questões irão compor o eixo temático a ser discutido no próximo capítulo.

A visão romântica e nostálgica dos carnavais das primeiras décadas do século XX provocavam interpretações depreciativas do festejo de Momo na virada da década de 1960 para 1970.

Foto: Charge de Orlando Mattos - Carnaval de rua morre.[145]

[145] MATTOS, O. Carnaval de rua morre (Charge). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º Caderno, ano XLIX, n. 14.851, 12 de fev. de 1970, p. 04. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/12/2/>. Acesso em: 29 jul. 2014.

CAPÍTULO 2. A PROFISSIONALIZAÇÃO EM DESFILE: A TRAJETÓRIAS DOS "CORDÕ(ES)COLAS" DA CIDADE DE SÃO PAULO

> *O cordão do Vai-Vai! Eu gostava de ver o Cordão do Vai-Vai. Cordão é uma modalidade diferente. Por sinal, só teve em São Paulo e Rio Grande do Sul* (SOUZA, 2000, p.80).

O presente capítulo abrange os anos de 1972 a 1975 e aborda: 1) As mudanças técnicas e estatutárias que levaram à transformação dos Cordões em Escolas de Samba; 2) A profissionalização que começava a se instaurar nos desfiles em São Paulo envolvendo a administração da entidade, bem como a contratação de especialistas para atender os quesitos de julgamento; 3) O abandono da Federação de Escolas de Samba, Blocos e Cordões Carnavalescos, resultando na criação e consolidação em 1973 da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP), entidade representativa responsável pelos desfiles na cidade de São Paulo.

"Agora nós vamos ser a maior Escola de Samba de São Paulo".[146] Com essa frase, Inocêncio Tobias encerrava sua entrevista à Folha de São Paulo, afirmando que o Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco desfilaria como Escola de Samba no carnaval de 1972.

As declarações do presidente Inocêncio, realmente se fizeram valer e ganhou coro junto aos dirigentes: Sebastião Eduardo do Amaral, popularmente conhecido pela alcunha de "Pé-Rachado", estando o Vai-Vai sob a sua direção e também Rômulo, do Cordão Fio de Ouro.[147] Essas eram as remanescentes agremiações que ainda disputavam entre si, estruturadas pelo modelo técnico-organizacional da categoria Cordão.

A posição dos mandatários sinalizava que a mudança não tardaria a ocorrer, para tanto, seria necessário repensar, e posteriormente reformular, alguns segmentos dos desfiles carnavalescos, dentre os quais se encontravam, de forma imbricada, as questões técnicas e estatutárias.

Em suma, novas funções precisariam ser incorporadas pelas agremiações, ajustando-as prontamente para os olhares atentos da comissão julgadora do carnaval de 1972 que estaria por vir.

---

[146] **FOLHA DE SÃO PAULO.** De Cordão a Escola de Samba, um sonho antigo**.** São Paulo. Ano LI - nº 15.232, 28 de fev. de 1971. 1º Caderno - p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1971/ 02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[147] Urbano (2006) relata também a presença do Cordão Brinco da Princesa que, apesar de ser menos representativo, somava forças aos demais já citados no corpo do texto.

E assim foi realizada a inserção de alguns elementos como o cortejo do Mestre-Sala com a Porta-Bandeira, a composição da Ala das Baianas e da Comissão de Frente. Esses novos elementos se faziam necessários para que as agremiações pudessem disputar na categoria Escola de Samba.

A ideia de transformar os Cordões em Escolas de Samba, não se mostrou unânime num primeiro momento e, em decorrência, divergências surgiram alegando que a "tradição paulistana" começava a desaparecer perante "o novo modelo" de desfile.

Os sambistas mais conservadores ao defenderem a manutenção dos Cordões, mostravam-se contraditórios às mudanças técnicas que vinham tomando conta das agremiações e, repentinamente, resultariam em uma nova forma de desfilar.

Ao mesmo tempo em que posições foram reformuladas para contemplar os quesitos de julgamento, alterações estatutárias foram realizadas para enquadrar os Cordões na categoria de Escolas de Samba.

Em um dos subtemas intitulado "Escola, não", alusivo à manutenção dos Cordões, um dos integrantes do Cordão Vai-Vai,[148] ao defender o sistema de desfile, declara: "Se virar Escola, eu saio (se desvincularia da agremiação e não desfilaria) – diz Grimpo [...] (sambista) que aprendeu a tocar com o pai, que aprendeu a tocar com o avô, um dos fundadores do Cordão."[149]

O sambista alegava que o andamento nas Escolas vinha se modificando, tornando-se mais sincopado para favorecer o cortejo do Mestre-Sala com a Porta-Bandeira, não sendo necessário o mesmo emprego nos Cordões, pois faziam uso somente da Porta-Estandarte, sendo esta a encarregada por conduzir o pavilhão da agremiação, podendo desfilar ao som de uma bateria com um andamento mais acelerado.

A entrevista prossegue e o sambista revela que: "A gente faz cadência, mas na hora de passar mesmo em frente ao palanque (de jurados e autoridades) no

[148] A Agremiação Vai-Vai é muito associada ao bairro do Bixiga; em algumas ocasiões utiliza-se a grafia "Bexiga". Embora na divisão administrativa da cidade o Bixiga não exista oficialmente, esse passa a integrar o distrito do Bairro da Bela Vista, por sua vez vinculando-se à subprefeitura da Sé.

[149] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Bela Vista, o alegre carnaval. São Paulo, Terceiro Caderno/Especial, ano XLVIII, n. 14.483, 09 fev. 1969. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/09/48/.> Acesso em: 30 set. 2013.

desfile, ninguém aguenta e o samba fica pesado mesmo, quente".[150] Apesar dos embates e divergências, nota-se que o processo histórico que culminou para a formação dos Cordões, nesse caso o andamento da bateria, ainda era valorizado pelos sambistas e dirigentes.

Como no Rio de Janeiro, as Escolas em São Paulo também sofreriam transformações no andamento das baterias[151] e nas disputas baseadas nos quesitos de julgamento, capazes de influenciar a dinâmica dos desfiles. É por essa conjunção de fatores, entre outros aspectos peculiares das inúmeras agremiações espalhadas pela cidade, que o carnaval paulistano se reconfiguraria entre as décadas de 1960 e 1970.

Logo, dois padrões prevaleceriam no que tange ao desenvolvimento desse gênero musical. Ora, se por um lado o samba se proliferou graças à dinâmica da cultura interiorana caipira, adeptas do "Samba de Bumbo ou Rural"[152] originada nas lavouras de café, por outro, se associaria à cultura dos migrantes e imigrantes, que desembarcavam na capital como em outras cidades em constante crescimento pelo Estado. É nesse momento que se inicia a ocupação das zonas periféricas, propiciando o crescimento desordenado desses centros urbanos em expansão. Por sua vez, o samba que emergia na cidade de São Paulo tomará rumos alternativos ao do samba rural, apresentando um desfecho mais intenso, como se acompanhasse o vertiginoso ritmo da vida urbana e virá a embalar o andamento

---

[150] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Bela Vista, o alegre carnaval. São Paulo, Terceiro Caderno/Especial, ano XLVIII, n. 14.483, 09 fev. 1969. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/09/48/.> Acesso em: 30 set. 2013.

[151] Com base nas definições musicais propostas por Odilon Costa e Guilherme Gonçalves (2012) a bateria de uma Escola de Samba é o conjunto de instrumentos de percussão tocados por várias pessoas, capaz de produzir andamento, cadência e ritmo. O termo andamento refere-se à velocidade do compasso, ou seja, se a bateria se caracteriza de forma mais acelerada ou lenta. A cadência define-se pela equalização do conjunto percussivo, responsável por propagar o efeito harmônico entre os instrumentos da bateria, por fim, o ritmo se resume pela ordenação desses mesmos sons produzidos pelos mais variados instrumentos.

[152] Manzatti (2005) considera o Samba de Bumbo, ao lado do Tambu (também conhecido como Batuque de Umbigada, Caiumba ou simplesmente Batuque - cultuado nas cidades de Piracicaba, Capivari, Tietê e Rio Claro) e do Jongo (presente no Vale do Paraíba Paulista) como as principais matrizes formadoras do samba urbano paulistano. No entanto, os múltiplos conceitos e terminologias já catalogados derivam do Samba de Bumbo e se assemelham pelo seu processo histórico, como os procedimentos para a sua realização. Esse fato decorre dos diferentes olhares propagados pelos folcloristas durante a década de 1960, pois, ao se aproximarem dessas manifestações populares com intuito de preservá-las, se apropriaram dos mais diversos termos de identificação, contudo, sem a preocupação de estabelecer as possíveis relações existentes. Enfim, essas nomenclaturas são apresentadas pelo autor como: Samba Rural, Samba de Lenço (Mauá, Piracicaba e Rio Claro), Samba de Roda (Pirapora do Bom Jesus), Samba do Henrique Preto ou Grito da Noite e Samba de Cururuquara (ambos em Santana de Parnaíba), Samba Caipira (Quadra), Samba da Dona Aurora (Vinhedo).

dos Cordões e, posteriormente, das Escolas de Samba (HORI, 1981; MANZATTI, 2005).

Fato a ser ressaltado dentro desse contexto é o êxodo rural que assolou o país, com destaque para a região sudeste (principalmente as cidades de São Paulo e Rio e Janeiro), a partir das primeiras décadas do século XX. Essa migração do campo para os centros urbanos promoveria, paulatinamente, o declínio representativo do Samba de Bumbo ou Rural, resultado da hipervalorização da cultura urbana em detrimento da campesina, que a estigmatizou de forma jocosa, por não se enquadrar nos padrões de modernidade para a época.

Entretanto, apesar das constantes transformações sofridas ao longo do tempo, o samba paulista manterá suas características particulares, sendo perceptíveis as diferenças se comparadas ao empregado pelas agremiações cariocas, resultado do seu processo histórico, como bem frisa Penteado (2001) “O samba de São Paulo ele é pesado, porque ele vem do Tambu,[153] que é batido em cima de um tronco de árvore oco.”

Por esse viés histórico Manzatti (2005) alerta para o reducionismo conceitual que se estabeleceu sobre a formação do samba pelo Brasil. Ao ser metonimicamente intitulado o Rio de Janeiro e/ou a Bahia como as matrizes geradoras do samba por todo o país (geralmente apontadas como as únicas), automaticamente descartam-se as demais ocorrências históricas e a larga projeção geográfica brasileira, segmentos a serem considerados para obtermos uma compreensão amplificada do tema.

Essa visão restrita acaba por tornar o samba e o carnaval reféns de bases conceituais que, na maioria das vezes, são somente reproduzidas acriticamente, promovendo lacunas conceituais dessas manifestações que, se por um lado, já se consolidaram pela sua popularidade, por outro, apresentam ainda uma produção literária e científica incipiente.

Outro aspecto a ser destacado era a forma de disputa entre os Cordões, assim como a maneira de conduzir sua administração para que os desfiles acontecessem. Se com as Escolas a corrida pelo título do carnaval se manifestava de maneira externa, sendo a concorrência explícita com as demais agremiações,

[153] Termo genérico ao tambor feito de tronco de árvore. O tocador senta sobre o instrumento percussivo, batendo com as mãos e em uma das extremidades recobertas com couro, produzindo o som para o Batuque de Umbigada, acompanhado dos instrumentos Quinjengue, Matraca, Guaiá e o chocalho.

nos Cordões existia um código interno de disputa entre os próprios integrantes, como relata Nino, diretor da agremiação Vai-Vai, durante a transição dos Cordões em Escolas de Samba: “Era uma competição mais interna que externa. O desfile importava muito pouco; o que interessava era ter a roupa mais bonita que a do casal ao lado. A rivalidade era dentro do Cordão, os outros que se danassem.”[154]

Diante do depoimento, não significa que a rivalidade entre os Cordões não existisse, o que concerne à questão é que as características intrínsecas, construídas ao longo do tempo, geraram códigos subjetivos entre os integrantes, fazendo frente ao próprio regulamento do concurso carnavalesco.

Isso viria a perder força ao longo dos quatro anos posteriores à reformulação, fazendo com que os Cordões se transformassem em Escolas após o carnaval de 1971. Assim, alguns fatores contribuíram para esse processo: a competitividade entre as Escolas iniciou os primeiros passos rumo à profissionalização e despertou o interesse dos espectadores e da imprensa, essa última ao ofertar maior exposição nos canais de comunicação (jornais e rádios), proporcionou reconhecimento e facilidades para a constante corrida para a captação de recursos.

Durante a década de 1970 as Escolas apresentaram um constante crescimento e outras também foram fundadas,[155] propiciando a incessante busca por investimentos para além do financiamento público, ações necessárias para manter o padrão competitivo que crescia a cada ano.

A corrida para manter a saúde financeira da entidade, ganhava força com a efervescência carnavalesca em São Paulo, comprovada pelos levantamentos realizados por Silva *et al.* (2004, p. 165):

> Colunas como Roda de Samba, da *Folha da Tarde*, Quadra de Ensaios e Samba Quente, do *Notícias Populares*, Samba no Pé e as matérias de Plínio Marcos, na *Última Hora*, entre outras, fornecem verdadeiras agendas

[154] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Vai-Vai, a Escola de Samba do Bexiga. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.580, 11 fev. 1972, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/11/2/.> Acesso em: 06 nov. 2014.

[155] A década de 1970 se mostrou promissora para o carnaval paulistano, em decorrência das transformações advindas do final dos anos de 1960. É neste período que várias agremiações foram fundadas, ascenderam hierarquicamente pelos grupos de acesso e até o momento continuam no exercício de suas atividades carnavalescas. Para se ter conhecimento das quatorze Escolas do grupo Especial, sete foram fundadas nos anos de 1970, são elas: GRES. Águia de Ouro (09/05/1976); Grêmio Gaviões da Fiel Torcida, fundado em 01/07/1969 enquanto torcida organizada do Sport Club Corinthians Paulista, iniciou suas atividades carnavalescas em 1975; GRSCES. Pérola Negra (07/08/1973); Sociedade Rosas de Ouro (18/10/1971); GRES Tom Maior (14/02/1973); GRCSES. Acadêmicos do Tucuruvi (01/02/1976); GRCES. X-9 Paulistana (12/02/1975) (CENSO SAMBA PAULISTANO, 2014).

> das atividades das escolas e dos locais frequentados pelos sambistas, mostrando que permaneciam a pleno vapor durante o ano inteiro.

Quando os dirigentes optaram em transformar os Cordões em Escolas, não significou o fim da construção histórica que os formou, mesmo sendo necessária a mudança estatutária, seguida da reorganização da estrutura da agremiação para desfilar de acordo com os quesitos de julgamento. Alguns elementos originários dos Cordões foram mantidos e, ao longo dos anos, passaram a ser incorporados por outras Escolas.

Em suma, se por um lado elementos foram agregados aos Cordões para transformá-los em Escolas de Samba, o oposto também ocorreu, permitindo que componentes que ocupavam determinada posição de destaque nos Cordões, passassem a integrar as já consolidadas Escolas de Samba, mesmo estando estes elementos sujeitos a ressignificações com o passar do tempo.

A emblemática figura do "Baliza"[156] exemplifica bem esse processo. Este personagem carnavalesco, oriundo dos Ranchos e Cordões das primeiras décadas do século XX, aparentemente tinha como função a execução de malabarismos com um bastão, buscando entreter o público e apresentar a agremiação que desfilava pelas atravancadas ruas da capital.

O uso dessas artimanhas ocultava grandes responsabilidades para qualquer pessoa alheia aos ritos carnavalescos, visto que o Baliza, em conjunto com outros sambistas, eram incumbidos ou designados para a defesa do seu estandarte do ataque de outras agremiações.

Essa proteção se mostrava necessária pelo fato dos Cordões travarem corriqueiramente embates, sendo o estandarte um dos alvos a ser danificado ou roubado nesses confrontos, simbolizando assim, um ato de bravura e/ou superioridade de um Cordão perante o outro. Ademais, outra atividade tão importante quanto defender o seu estandarte, era a de possibilitar passagem para sua agremiação entre a massa foliã que se aglomerava nas ruas para assistir os desfiles.

---

[156] Moraes (1978), ao coletar depoimentos junto aos sambistas paulistanos que vivenciaram os carnavais das primeiras décadas do século XX em São Paulo, constatou que a figura do Baliza foi incorporada aos desfiles carnavalescos inspirada nos Balizas das paradas militares e reforça a proposta do nosso estudo de que aproximações entre os agentes carnavalescos e o poder público sempre existiram, se opondo às ideias dos que defendem a intransigente imposição por parte dos governantes.

Em meio a essa troca cultural entre Cordões e Escolas de Samba, a "Sociedade Recreativa Beneficente e Esportiva Lavapés" foi uma das primeiras a incorporar o Baliza em seus desfiles e esta iniciativa se generalizaria por outras Escolas da capital paulista.

Contudo, ao serem reformuladas algumas funções técnicas na transição dos Cordões em Escolas de Samba, ressignificações foram necessárias visando atender o regulamento composto pelos módulos "Musical", "Dança", "Artístico" e o quesito "Conjunto". Em vista disso, mais tempo precisaria ser despendido para que essa "nova" forma de desfilar fosse assimilada.

Os respectivos módulos de julgamento eram estruturados da seguinte maneira em 1972: "Musical" (Harmonia, Bateria, Samba de Enredo e Melodia), "Dança" (Comissão de Frente, Evolução, Mestre-Sala e Porta-Bandeira), "Artístico" (Enredo, Fantasias e Alegorias), acrescido do quesito "Conjunto", sendo este último o responsável por julgar o desfile na sua totalidade, ao valorizar a uniformidade com que a escola se apresenta em todas as suas formas de expressão (musical, artístico e visual) e validar o equilíbrio de toda a apresentação.[157]

Se o Baliza vindo dos Cordões passou a desfilar nas Escolas, por sua vez, a Ala das Baianas, assim como os casais de Mestre-Sala e Porta-Bandeira precisaram respectivamente ser inseridos para que a Escola não sofresse penalidades previstas no regulamento, esses dois quesitos já constituíam os desfiles cariocas e ao serem adequados em São Paulo, as entidades paulistanas necessitavam de integrantes para compor essas funções.

Entretanto, a consolidação dessas "recentes" composições carnavalescas despenderia um pouco mais de tempo, pois, ao longo dos anos de 1970 eram poucos(as) os(as) interessados(as) aptos para ocuparem essas posições.

No que concerne à Ala das Baianas, Moraes (1978) relata que a simples existência de mulheres quituteiras, simpatizantes e por vezes envolvidas com o samba, não indicava diretamente que elas tenham figurado enquanto baianas nos desfiles durante os primeiros anos posteriores à transição dos Cordões em Escolas de Samba.

---

[157] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Mocidade Alegre, a campeã**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.587, 18 fev. 1972, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/18/2/>. Acesso em: 27 jul. 2015.

Graças aos relatos coletados entre os experientes sambistas paulistanos, Moraes (1978) declara que em raros momentos as Baianas foram mencionadas entre os elementos constitutivos de uma Escola, diferenciando-se, portanto, das agremiações cariocas na qual a figura da Baiana sempre foi reverenciada pelos sambistas em retribuição ao acolhimento durante as repetidas repressões provocadas pela Polícia a mando do Estado, nas primeiras décadas do século XX.

Sobre o enquadramento do casal de Mestre-Sala e Porta-Bandeira em São Paulo, a coluna "Roda de Samba" intitulava a seguinte matéria: "Mestre-Sala – Porta-Bandeira – 74. Inscrições já estão abertas" com o seguinte enunciado:

> Estão abertas as inscrições para o concurso Mestre-Sala – Porta-Bandeira – 74, criado pelo redator desta coluna que será realizado nos dias 3, 10, 17, 24 e 31 de agosto**,** no Ginásio do Pacaembu, com prêmios em dinheiro no valor de Cr$ 10 mil, para o primeiro colocado, Cr$ 7 mil, para o segundo e Cr$ 5 mil para o terceiro. [...]
>
> Os mestres-salas e porta-bandeiras só poderão inscrever-se mediante ofício das escolas, pedindo inscrição de seus representantes [...] as notas serão aferidas de 1 a 5 para cada item, não prevalecendo a contagem de meio ponto; e os itens de julgamento, são: graça, elegância, ritmo e coreografia. Seis mestres-salas e porta-bandeiras das principais escolas de samba do Rio comporão o júri, presidido pelo secretário de Turismo.[158] (grifo nosso)

Os nossos grifos na citação evidenciam fatos que merecem ser problematizados, ganhando respaldo pelo respectivo momento histórico. A matéria foi publicada em 31 de maio, no entanto, o evento aconteceria somente no mês de agosto, ou seja, 63 dias para que futuros interessados pudessem realizar suas inscrições, tempo mais que suficiente para um critério de julgamento instituído há sete anos em São Paulo, o que nos leva a deduzir que havia escassez de sambistas paulistanos para essa função ou que as agremiações ainda se reorganizavam para esses "novos" quesitos.

A referida reportagem retrata a intenção do referido concurso, projetar pessoas aptas para as posições de Mestre-Sala e Porta-Bandeira nas Escolas de Samba. É certo que alguns quesitos se moldaram ainda mais às características dos desfiles do Rio de Janeiro, no entanto, a busca por esses "novos aprendizados" contribuiu para o aumento do trânsito entre sambistas e agremiações dos dois estados, abrindo os caminhos para a consolidação do mercado carnavalesco.

---

[158] ANDRADE, E**.** Mestre-Sala – Porta-Bandeira – 74. **Folha da Tarde.** São Paulo, Folha Ilustrada, Ano LIV - nº 16.417, 31 maio, s/p. Consulta realizada no acervo da União das Escolas de Samba Paulistanas – UESP.

Vale salientar que o quadro de jurados foi composto por Mestres-Salas e Porta-Bandeiras do Rio de Janeiro, essa escolha visava a imparcialidade e o conhecimento de causa dos julgadores. Vindo estes da cidade precursora desse quesito no âmbito dos desfiles de carnaval, não haveria melhores pessoas para a avaliação dos concorrentes.

Exatamente em 1978, decorridos dez anos da reformulação dos desfiles, Wilson Rodrigues de Moraes ao publicar “As escola de Samba de São Paulo (capital)” e nela traçar o panorama do carnaval paulistano até a década de 1970, não deixou de alertar que as Escolas ainda encontravam dificuldades em conseguir Mestres-Salas e Porta-Bandeiras para a composição do seu quadro técnico, mostrando-se baixa a procura para essa posição.

De outro modo, no Rio de Janeiro as disputas raramente aconteciam, um dos motivos deve-se ao fato destas posições já estarem presentes nos desfiles dos Ranchos, agremiações carnavalescas que antecederam as Escolas de Samba (essas surgidas somente entre a segunda e terceira décadas do século XX), ficando a transferência deste posto sob o mérito da competência do antecessor que, em boa parte das vezes, pertencia ao mesmo núcleo familiar.

Segundo Ferreira (2004) os Ranchos iniciariam sua incursão pelas festas carnavalescas no final do século XIX, especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Formado por pessoas que já se reuniam para celebrar outras datas comemorativas como Natal e Festas Juninas. Esses grupos, ao ganharem as ruas cantando e dançando encontrariam no Carnaval o festejo ideal para as suas apresentações e, assim, se estabeleceram como os principais mediadores entre as diversões populares (Blocos e Cordões) e os anseios da elite que almejava impor determinada reconfiguração sociocultural para o país. Contudo, o Mestre-Sala e a Porta-Bandeira remontam do século XVIII, resultado das aproximações entre escravos e aristocratas estabelecidos no Brasil. É nesse período que a elite brasileira passa a venerar e cultuar as indumentárias e as danças de origem francesa nos bailes e saraus, demonstrando apreço por determinados hábitos e valores que se opunham ao passado lusitano, considerado até então retrógrado.

É a partir desses rituais (dança do minueto e vestimenta) que os escravos ainda em regime de servidão, começam a imitar a corte, porém, de forma jocosa e caricata, originando o cortejo entre o Mestre-Sala e a Porta-Bandeira. Essas duas

figuras se integrariam primeiro aos Blocos e Ranchos, para só mais tarde aportarem em pleno século XX nas Escolas de Samba (SOIHET, 2008).

Em 1935 as agremiações cariocas se institucionalizam enquanto “Grêmio Recreativo Escola de Samba (GRES)” e legalmente são reconhecidas pela gestão do prefeito do Rio de Janeiro, Pedro Ernesto Rego Batista, tornando os concursos carnavalescos mais organizados. Durante os três primeiros anos de disputas (1935 a 1937) o Mestre-Sala e a Porta-Bandeira participavam apenas como composição figurativa e não passavam pelo crivo dos julgadores. Em 1938 as fantasias do casal começam a ser avaliadas, contudo, a maestria do bailado e a condução da bandeira entrariam em um concurso teste realizado no ano de 1946. Somente em 1958 um julgador seria o responsável por conceder notas separadas para o cortejo do Mestre-Sala com a Porta-Bandeira, critérios que seriam unificados anos mais tarde (MOTTA, 2013).

Com base nesse registro histórico é possível compreender o porquê do cortejo do casal em pouco, ou quase nada, se assemelha aos passos do samba. Logo, o Mestre-Sala e a Porta-Bandeira se complementam na avenida pela sintonia, leveza e elegância.

Jório e Araújo (1969, p. 76) elucidam muito bem esse processo, ao se referirem à posição do Mestre-Sala e atestarem que: “Não existe, em regra, um curso onde vários candidatos lutam pelo lugar. Aqui vale o conceito, o lastro no qual ele se formou e para o qual ele desemboca com a naturalidade de um rio, que corre para o mar. [...] Em geral, somente a velhice o destrona”. Já para a Porta-Bandeira “Ela, na maior parte vezes, sabe quando é preciso sair. Então, a nova Porta-Bandeira, em preparação contínua, quando do mandato da principal, assume as funções (JÓRIO; ARÁUJO, 1969, p. 77).”

Diante desses novos desafios, as agremiações lançaram-se em busca de adequações, norteadas pelos critérios de julgamento. Destarte, se para algumas agremiações os sinais dos novos tempos trariam prosperidade (aqui se destacam as Escolas de Samba fundadas na virada dos anos de 1960), para outras, as reformulações se tornariam obstáculos de difícil superação.

Não foram poucas as entidades carnavalescas que não conseguiram acompanhar ou permaneceram inertes às mudanças de caráter administrativo e técnico, gerando assim dificuldades para continuarem no grupo principal dos desfiles que, ano após ano, tornava-se cada vez mais burocrático, competitivo e profissional.

No tocante à Agremiação Mocidade Alegre, fundada oficialmente em 1967, sob a égide de Escola de Samba, esta viria a acumular um tricampeonato nos anos de 1971, 1972 e 1973, sendo sua hegemonia quebrada em 1974, pela agremiação da Barra Funda, a Escola Camisa Verde Branco, que colecionaria, a partir de então, um tetracampeonato.

Sendo assim, a questão que se levanta é: a sequência de títulos imposta pela Mocidade Alegre seria mera coincidência ou decorrência da sua formação histórica? Para esse questionamento Silva *et al.* (2004) esclarecem que após 1967/1968 significativas contribuições foram agregadas ao carnaval de São Paulo, como infraestrutura para os componentes e espectadores, decoração da cidade, sistema de som, atendimento médico, segurança, entre outros. Todavia, a reconfiguração da festa trouxe também a padronização dos quesitos de julgamento, conduzindo as agremiações para o enquadramento técnico que, a nosso ver, tornou-se um dos fatores predominantes para a elevação performática da festa.

Em vista disso, as Escolas recém-fundadas se atentaram às exigências dos desfiles, conseguindo rapidamente se adequar aos quesitos de julgamento. A partir de então, se intensifica a formação de quadros técnicos especializados, que por vezes contava com integrantes oriundos do universo carnavalesco carioca.

Uma ressalva convém ainda ser mencionada, já que no início da década de 1970, quando havia a existência de duas principais categorias, algumas Escolas, como por exemplo, a Mocidade Alegre, optavam em levar para a avenida um número bem inferior de componentes quando comparada aos Cordões Vai-Vai, Camisa Verde e Branco, Fio de Ouro entre outras Escolas mais antigas como a Nenê de Vila Matilde, Lavapés e Parque Peruche.

Recém-fundadas, geralmente essas Escolas não angariavam o mesmo número de aficionados, como as já consolidadas agremiações. Entretanto, a principal objeção para não se ter um elevado número de componentes, voltava-se para a excelência nos desfiles, isto é, as agremiações que se privavam do excesso de contingente, conseguiam facilmente organizar seus integrantes durante suas apresentações.

Para a época o limite mínimo de integrantes ainda não era considerado um critério sujeito à penalidade, conforme nos elucida a seguinte matéria: “A (Escola de Samba) Mocidade Alegre foi a grande atração do desfile de primeiro grupo este ano.

O primeiro lugar foi surpresa apenas por causa de seu tamanho: 280 componentes, contra mais de mil do Nenê de Vila Matilde e do Parque Peruche."[159]

Mesmo com o número reduzido de integrantes a campeã do carnaval de 1971, após a apuração, recebeu elogios do sambista Paulo Vanzolini que, na ocasião, coordenava a comissão julgadora: "E há um fato novo a considerar. O jeito da Mocidade Alegre desfilar, sua evolução, jovial, alegre, realmente carnavalesca."[160]

Essa "nova" forma de desfilar, a qual se refere Paulo Vanzolini, integrava a proposta da Escola para o quesito "evolução";[161] ao compactar suas alas e alegorias, ofereceu melhor concepção estético-visual do desfile e, por certo, utilizou-se das influências dos desfiles cariocas a seu favor, segundo as declarações do tesoureiro da agremiação Carlos Augusto Cruz:

> O Juarez (irmão e presidente da Escola) sempre achou que as Escolas de São Paulo se apresentavam com muito espaço vazio. Nós resolvemos nos apresentar com menos claros (espaços criados entre as alas e alegorias) na avenida. Escolhemos a animação, como melhor sistema para desfilar. Não queríamos ocupar muito tempo, pretendíamos deixar saudade.[162] (grifo nosso).

No decorrer dos anos de 1970 e pelas décadas seguintes essas medidas adotadas pelas agremiações seriam pejorativamente tachadas no linguajar dos sambistas como Escolas "técnicas", em razão de optarem por um desfile ornamentado somente para os criteriosos olhares dos jurados.

Com a unicidade dos regulamentos em 1968, o quadro de jurados começou, cada vez mais, a ser composto por profissionais oriundos de diferentes áreas procedentes de formação acadêmica, emergindo aproximações entre os "de dentro" e os "de fora" do universo carnavalesco.

Para essas prerrogativas, Magnani (2002) considera que a diversidade, principalmente em uma cidade como São Paulo, pode proporcionar novas

---

[159] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Venceu a Mocidade Alegre**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.230, 26 fev. 1971, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

[160] *Idem*.

[161] O quesito evolução nos desfiles paulistanos avalia a integração da dança com o ritmo do samba. As alas devem ser compactas e apresentar durante o desfile espontaneidade, desenvoltura e estar em sintonia com o ritmo exercido pela bateria, por fim, não deve permitir o aparecimento de espaços acentuados entre a composição do conjunto das alas e delas para as alegorias (UESP, 2014).

[162] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Samba é questão de respeito na Mocidade Alegre**.** São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

experiências e iniciativas capazes de romper com a persistente visão da fragmentação cultural, apesar de não deixar de existir determinados códigos de pertencimento, gerados pelos integrantes “de dentro” que delimitam os recortes de fronteira.

Esses apontamentos ficam evidentes pela formação do corpo de jurados para o carnaval de 1971:

> Compuseram a comissão julgadora: Paulo Vanzolini, compositor e diretor do Museu de Arqueologia da USP (bateria e melodia); Fernando Rocha, jornalista (letra do samba-enredo); Maria Regina Franchini Neto, acadêmica de direito e técnica em História dos Costumes (Fantasias); Vitor Werebe, acadêmico de direito (comissão de frente); Marta Greis Paraná, ex-atriz e diretora de jogral (evolução); Cyro del Nero, pintor, cenógrafo e decorador do pavilhão brasileiro na expo-70 (harmonia e alegoria); Ulpiano Bezerra de Menezes, diretor do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP (Mestre-Sala e Porta-Bandeira e destaques de Porta Estandarte); Álvaro Moya, escritor e professor da Escola de Comunicação da USP (Enredo); Hélio Leite de Barros, cineasta e professor de Estética da USP (Conjunto).[163]

Simultaneamente, iniciava-se o processo de inserção da classe média nas Escolas de Samba e, em conjunto com as mudanças de ordem técnica e estatutária, gradualmente agregavam profissionais especializados em vários setores das agremiações como cenógrafos, figurinistas, escultores, administradores, carnavalescos, assemelhando-se à trajetória trilhada pelas Escolas Cariocas na década de 1960.

Essas medidas se instauravam nas agremiações com o intuito de realizar um carnaval com maior visibilidade. Nesse mesmo curso, a reestruturação de um órgão administrativo representativo restaurou a unicidade dos desfiles, tornando-os mais eficientes. Ficava evidente que o carnaval vinha adquirindo características corporativas, permitindo às agremiações iniciarem, mesmo que de maneira modesta, sua caminhada rumo à profissionalização.

As constantes e acirradas disputas entre as agremiações, elevava a cada ano o nível dos desfiles, logo, desorganização, atrasos ou qualquer eventualidade que prejudicasse a imagem do Carnaval começava a ser cobrado com rigorosidade pelos órgãos administrativos e poder público, que dialogavam para a implantação de condições favoráveis em prol do desenvolvimento da festa.

---

[163] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Venceu a Mocidade Alegre**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.230, 26 fev. 1971, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

Essas medidas adotadas para a melhor organização dos desfiles eram incorporadas pelas agremiações que, na corrida pelo título, exigiam comprometimento dos seus integrantes, bem traduzida nas palavras de ordem do tesoureiro da Escola Mocidade Alegre, Carlos Cruz Bichara,[164] ao explicar os procedimentos adotados pela agremiação para o desfile de 1971: “Elemento sem educação, bebedor de pinga que não sabia manter a disciplina não pode desfilar. [...] Por isso a bateria da Escola que deveria entrar com 60 pessoas perdeu 10 bateristas (ritmistas) por falta de comportamento.”[165]

Não foram somente essas as medidas adotadas pela direção da Escola de Samba Mocidade Alegre que a levaram, coincidentemente, a estrear e conquistar no grupo principal o seu primeiro título em 1971, mas decerto, contribuíram diretamente para que novos padrões voltados à disciplinarização e profissionalismo se fortalecessem na instituição, formando elementos-chave rumo ao tricampeonato que viria a ser conquistado nos seguintes anos de 1972 e 1973.

Os Cordões (em São Paulo) e as Escolas de Samba (Rio e São Paulo), a partir do momento em que foram submetidas a julgamentos, paradoxalmente passaram a desfilar na contramão da libertinagem, tão presente no carnaval. A galhofa, o deboche, os excessos e a ironia sempre foram os ingredientes que não podiam faltar para apimentar o Tríduo de Momo em solo brasileiro e promover o que Bakhtin (2008) denominou de “carnavalização”, isto é, a cultura feita pelo povo em oposição à cultura imposta pelo Estado e pela Igreja.

Porém, é preciso frisar que nem toda carnavalização pode ser entendida como carnaval, graças a sua ampla diversidade ritual. Assim, é bastante evidente a diferença entre os hábitos dos frequentadores dos requintados bailes dos salões à esbórnia do carnaval das ruas. Para essas incongruências Ferreira (2000, p. 17) alerta que: “[...] uma está na raiz da outra (carnavalização presente no carnaval), mas não são a mesma coisa”.

---

[164] Carlos Augusto Cruz Bichara sucederia seu irmão Juarez Cruz Bichara na presidência da Mocidade Alegre de 1992 até 1998, ano de sua morte, deixando o cargo para as suas filhas, posto assumido num primeiro momento por Elaine Cristina Cruz Bichara e, posteriormente, destinado a Solange Cruz Bichara Rezende. Nota-se uma sucessão familiar nos cargos administrativos da Escola, sendo esse um dos traços característicos de algumas agremiações paulistanas, como a Nenê de Vila Matilde, Rosas de Ouro, Camisa Verde e Branco entre outras.

[165] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Samba é questão de respeito na Mocidade Alegre**.** São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

Com a mesma intensidade em que as críticas surgiram alegando ser a profissionalização uma das culpadas por deturpar a essência da festa de Momo paulistana, logo, foram redimidas após o carnaval de 1972, conforme retratou a Folha de São Paulo:

> Mas para quem vê os fatos pelo prisma histórico rígido, a revolução que houve no carnaval de São Paulo, embora tenha 'explodido' somente em 1972, teve suas bases lançadas há quatro ou cinco anos.
>
> 'Vai-Vai', 'Camisa Verde e Branco' e 'Fio de Ouro' eram então apenas Cordões muito requisitados, mas seus diretores já começavam a sentir, principalmente após o ingresso de elementos jovens no grupo, universitários em maior número, que alguma coisa a mais precisava ser feita pelo Carnaval de rua de São Paulo. E uma Escola de Samba representa na passarela, talvez não do ponto de vista tradição, mas certamente do ponto de vista turístico, mais que um Cordão. Coisas em que o Rio de Janeiro influenciou muito.
>
> Finalmente no ano passado (após o carnaval de 1971), os três grupos desfilaram pela última vez como Cordões, sob o protesto de alguns, agora já definitivamente esquecidos.[166]

Entendemos esse processo como um movimento pendular característico da cultura, que se propaga de maneira híbrida em nossa sociedade, ou como prefere Canclini (2011, p. 236), ao refutar a visão clássica defendida pelos folcloristas: "a preservação pura das tradições não é sempre o melhor recurso popular para se reproduzir e reelaborar sua situação". Releva-se a desconstrução das bases científicas e/ou políticas que se apropriam inadequadamente do popular que, a partir de então, reivindicam sua "legitimidade pura", provocando assim, a clara dicotomização da cultura. Nessa polarização aloca-se de um lado o tradicionalismo, geralmente associado às classes populares, pejorativamente tachado na maioria das vezes como subalterno e, do outro lado, os segmentos opositores, pertencentes à modernidade, considerados como culto e hegemônico.

Florestan Fernandes (1979) procurou compreender os efeitos causados nas manifestações culturais paulistanas, a partir das rápidas transformações sociais ocorridas durante o século XX, especificamente a partir dos anos de 1940. O autor considera que as classes dominantes, durante esse período, cultuaram (e ainda cultuam) o cosmopolitismo como sinônimo de civilização, promovendo a polarização entre o erudito e o popular, confinando elementos pertencentes ao patrimônio

[166] **FOLHA DE SÃO PAULO.** SP descobre o carnaval. São Paulo, Segundo Caderno, ano LI, n. 15.589, 20 fev. 1972. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1972/02/20/156/> . Acesso em: 29 jul. 2014.

cultural paulistano a “guetos”, como no caso o samba, valendo-se de pouca ressonância social.

Essa situação começaria a mudar a partir da segunda metade do século XX, uma vez que, as embrionárias políticas públicas da gestão do Prefeito José Vicente Faria Lima, promoveram o estreitamento de laços entre as agremiações e o poder público, incitando Escolas e órgãos administrativos do universo carnavalesco a trilharem novos rumos à profissionalização.

2.1. Administração, desempenho e espetáculo: o engrandecimento turístico da festa de Momo paulistana

> *Contrastando com o rosto fechado e tristonho de ‘Mulata’ (Inocêncio Tobias – presidente da Escola Camisa Verde e Branco), o rosto de Carlos Bichara, diretor da Mocidade Alegre, estampava um enorme sorriso ontem a tarde – ele recebia os abraços dos amigos do bairro e repetia sempre: ‘Nós já esperávamos o sucesso, o resultado ao menos particularmente para mim não foi surpresa.*[167]
>
> *Valeu o sacrifício do ‘Vai-Vai’ e o esforço da moçada da Bela Vista. O ‘Vai-Vai’ não perdeu. Tiraram do melhor, para que o próprio carnaval fosse premiado e não morresse outra vez (SILVA, 1972, p. 22).*[168]

Ao visualizar o carnaval como um importante elemento para o desenvolvimento do turismo da cidade de São Paulo, as apostas do poder público e dos agentes do universo carnavalesco se voltavam para o engrandecimento e a centralização dos desfiles. No entanto, não deixaram de se atentar para as demais manifestações existentes, como os bailes populares e de gala, o carnaval dos bairros e blocos, mesmo estando estas duas últimas manifestações fadadas ao esvaziamento e à perda de popularidade, a partir da segunda metade da década de 1970.

Ao incentivar a promoção do espetáculo carnavalesco, o intuito era que o mesmo pudesse ser vivenciado e/ou contemplado, tanto pelo paulistano, que começaria a enxergar motivos para permanecer na cidade, quanto turistas que poderiam se divertir nos festejos de Momo e desfrutar das repletas opções durante o feriado prolongado, em uma cidade que se mostrava para o mundo com as seguintes peculiaridades durante os anos de 1970:

---

[167] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Vai-Vai quer a anulação**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.588, 19 fev. 1972, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/19/2/>. Acesso em: 28 jun. 2015.

[168] SILVA, W. “Vai-Vai”: Campeão Eterno. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LI, n. 15.588, 19 fev. 1972, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/19/21/>. Acesso em: 28 jun. 2015.

> Sobrevoando a cidade, o turista já fica impressionado com São Paulo. De uma só vez não consegue ver a cidade inteira.
> [...] O centro da cidade surge como um gigante de concreto.
> O turista está ansioso. Quer ver mais.
> Sai pelas ruas. A multidão o envolve. O ritmo da vida paulistana o fascina. Ele percebe a cultura. Visita os Museus, conhece as Bibliotecas, vai aos Teatros.
> Filma. Fotografa, para mostrar aos amigos o presente que o homem deu à natureza.
> [...] O progresso também o assusta. E ele procura números estatísticos. A 5ª maior cidade do mundo. 8 milhões de habitantes. 1 milhão de veículos. O maior centro industrial da América Latina.[169]

Essas características apontadas se referiam à celebração dos 419 anos que a cidade acabava de completar em 1973, enfatizando o gigantismo alcançado pela metrópole em meados do século XX. Esse meteórico crescimento populacional, promoveria desenvolvimento à capital, contudo, acompanhado, concomitantemente, por uma expansão territorial descontrolada.

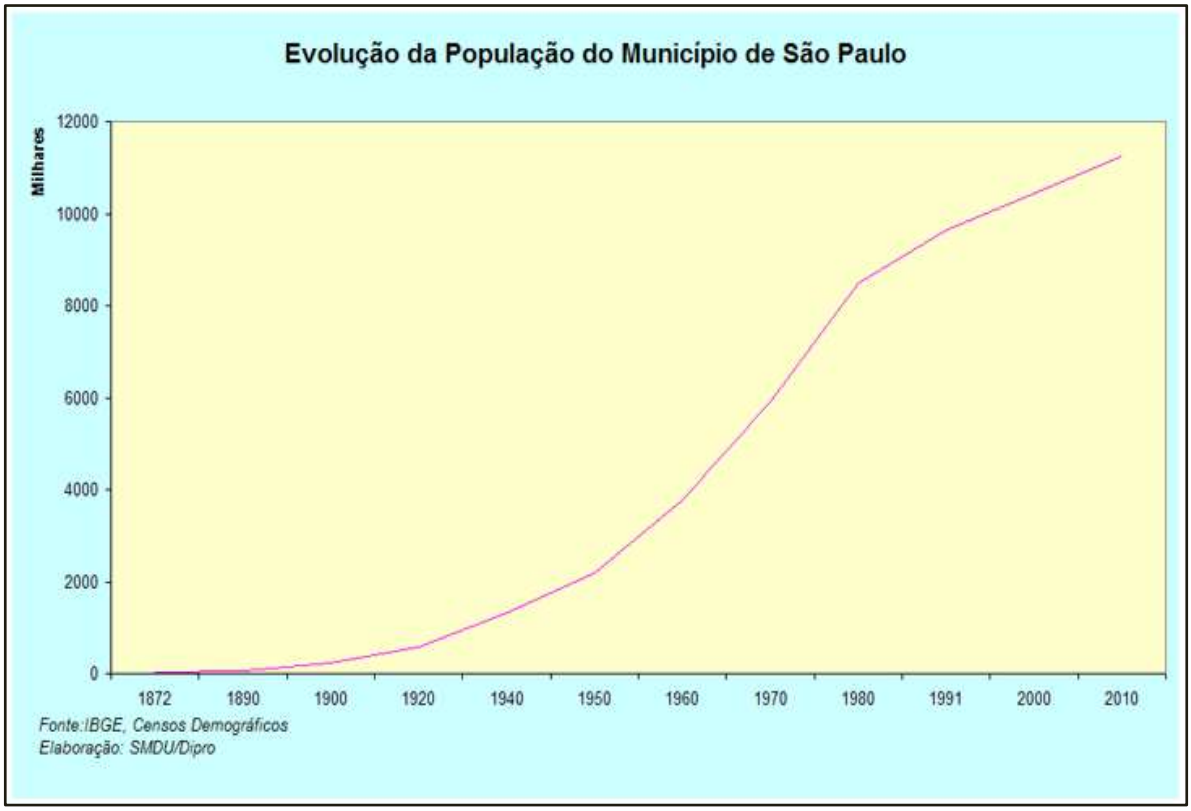
Portanto, é a partir da progressiva industrialização que a urbanização irá se intensificar drasticamente entre as décadas de 1950 até o início dos anos de 1980, resultado do interesse despertado em mais de três milhões de pessoas (trabalhadores e suas famílias) que apostavam encontrar em São Paulo uma nova perspectiva de vida.

O gráfico sobre a Evolução da População do Município de São Paulo,[170] que segue, assegura que a junção do deslocamento de habitantes aliado ao crescimento vegetativo (diferença entre a taxa de natalidade e mortalidade da população), permitiu que a cidade aumentasse sua população de 4 a 5% ao ano, índices considerados altos, pois, se o número de habitantes nos anos de 1950 estava estimado em 2.198.096, na década seguinte atingiria a cifra de 3.666.701, em 1970 saltaria para 5.924.615, por fim, finalizaria a década de 1980 com a impressionante marca de 8.493 226 de pessoas vivendo na capital paulista (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015).

---

[169] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Uma cidade que assusta o turista. São Paulo, ano 94, n. 30.007, 25 jan. 1973, p. 26 . Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730125-30007-nac-0026-999-26-not>. Acesso em: 22 maio 2015.

[170] Mais informações sobre o Histórico Demográfico do Município de São Paulo podem ser encontradas em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/ introducao.php>.



Contudo, a partir de meados de 1970, São Paulo viria a sofrer com o processo de desconcentração industrial, provocando repercussão ainda maior na década seguinte com o redirecionamento de parte das instalações industriais para outras regiões do Estado e pelo país afora.

O frenético e impactante ritmo da cidade em ebulição, ao mesmo tempo em que despertava o interesse de habitantes vindos de diversas regiões do país, geralmente atraídos pelo emergente mercado de trabalho, também mostraria interfaces com o lazer, procurando atender desde o morador que diariamente acompanhava a ressignificação do tecido urbano, até o turista que se aventurava em busca de entretenimento.

Nessa esteira, o poder público e a iniciativa privada se atentaram para a promissora vertente turística, enxergando possibilidades de desenvolvimento econômico em uma das festas mais populares do país.

O momento mostrava-se bastante promissor para o carnaval paulistano; diante desse contexto, a Folha de São Paulo destinou em seu matutino um quadro para tratar das potencialidades existentes entre o “Carnaval e Turismo”:

> A verdade é que a natureza do nosso carnaval vem se modificando, nos últimos tempos. Continua sendo a grande festa popular brasileira, mas vai passando por um processo de sofisticação que lhe dá um novo sentido. Os

> desfiles das mais conhecidas escolas, os grandes bailes, os concursos de fantasias, a presença do poder público patrocinando certas iniciativas, fornecendo verbas ou oferecendo prêmios – tudo isso tem o caráter de uma promoção turística que já se incorpora ao calendário internacional e poderá atrair cada vez maior número de visitantes ao nosso país. Quem conhece a importância do turismo como fonte de renda, pode facilmente imaginar o quanto o carnaval dispõe de condições para ajudar a consolidar, no Brasil, essa indústria. O que se deve desejar é que, ao lado desse carnaval turístico, permaneça o outro, aquele que o povo é participante não mero espectador. Mesmo porque não é impossível conciliar as duas coisas, de tal forma que todos saiam ganhando, com uma festa que não pode perder seu sabor popular.[171]

Com base na publicação jornalística e principalmente contextualizando-a sob a luz do seu tempo, nos parece bastante claro o seu amplo entendimento sobre as ressignificações pelas quais o carnaval em São Paulo começava a enveredar no início dos anos de 1970, destacando-se o fato da compreensão do espetáculo como forte aliado para o desenvolvimento turístico da capital.

Conforme mencionado no capítulo anterior, se havia lacunas entre o carnaval, a promoção do espetáculo e o turismo, logo, estas precisariam ser sanadas e aparentemente esses hiatos começavam a diminuir, graças aos resultados decorrentes da aproximação entre o poder público, setor privado e órgãos administrativos.

O poder público, ao acreditar no potencial do espetáculo carnavalesco, compreendeu ser importante o financiamento de alguns setores (já destacados pela matéria supracitada), ou seja, ao invés de despesas almejava investimentos que fossem capazes de gerar receita.

Para consolidar sua proposta, o secretário de turismo Enedyr Machado manteve a programação carnavalesca no centro da cidade, possibilitando que a população se concentrasse massivamente no Vale Anhangabaú e na Avenida São João e, dessa forma, almejava aquecer o comércio local ao declarar que: “Atualmente (anos anteriores) o carnaval não traz (trazia) nenhuma vantagem para o comércio paulista. É preciso transformá-lo numa promoção realmente turística, sem esquecer o seu caráter inicial, de manifestação popular.”[172]

---

[171] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval e Turismo**.** São Paulo Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.585, 16 fev. 1972, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/16/2/>. Acesso em: 29 maio 2015.

[172] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Carnaval, agora um estímulo às vendas. São Paulo, ano 93, n. 29.680, 05 jan. 1972, p. 15. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720105-29680-nac-0015-999-15-not/>. Acesso em: 05 jun. 2015.

Metaforicamente abria-se para o carnaval paulistano uma avenida repleta de espetáculos, capaz de fortalecer o turismo, promover divisas e favorecer o desenvolvimento do evento sem descaracterizá-lo. A conexão desses fatores possibilitou que os principais veículos de comunicação (destaque para o rádio e o jornal) destinassem maior abertura e apoio, favorecendo progressivamente sua divulgação.

Apesar do momento oportuno pelo qual atravessava o carnaval de São Paulo, ainda não seria unanimidade a aceitação das suas ressignificações, principalmente entre uma parcela dos agentes carnavalescos (sambistas, diretores e jornalistas) que, munida pelos seus ideais "tradicionalistas", alegava ser a espetacularização dos desfiles a responsável pelo distanciamento das "origens e tradições" do carnaval paulistano, provocando, assim, a sorrateira falência da "festa do povo."

Geralmente, essa minoria utilizava-se dos mesmos meios de comunicação (para o momento nos atentamos somente aos jornais) para manifestar suas insatisfações, relatadas, na maioria das vezes, em forma de crônicas, como a assinada por Luis Martins (L.M.),[173] a qual atentamo-nos em reproduzir pequeno trecho: "Carnaval, de fato, não existe mais. Existe o desfile das escolas de samba (isto é Carnaval?) e existem os bailes sem máscaras e sem lança-perfume. Pergunto, insisto em perguntar: isto é Carnaval?"[174]

Entretanto é prudente (factível) aceitar que as tensões e resistências integram o processo de reconfiguração da cultura. De certa forma, as posições contrastantes promovem o hibridismo, fruto de misturas capazes de proporcionar um novo outro, independente se permanecerão ou não as características das partes misturadas.

Questões como essas nos permitem dialogar com os posicionamentos de Gruzinski (2001), ao tratar o hibridismo como tema habitual em suas análises sobre as culturas pós-modernas nas Américas. O historiador ao defender a circularidade cultural, rompe com as análises sobre realidades espaço-temporais mais recentes, passando o estruturalismo a ser alvo de suas críticas, por privilegiar uma abordagem teórico metodológica de grande escala que valoriza o todo coerente, logo, o híbrido

[173] A crônica referenciada é de autoria do jornalista Luis Martins (Rio de Janeiro, 1907 – São Paulo, 1981) que por 36 anos atuou no jornal "O Estado de São Paulo"; suas publicações traziam a insígnia L.M. Além da profissão de jornalista atuou como escritor, crítico em arte, memorialista e poeta. Suas crônicas, críticas e ensaios aproximavam-se da linhagem de Mário de Andrade, Sergio Milliet e Geraldo Ferraz.

[174] MARTINS, L. M. Crônica. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, Primeiro Caderno, ano 93, n. 29.714, 13 fev. 1972, p.08. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720213-29714-nac-0008-999-8-not>. Acesso em: 5 jun. de 2015.

não se constituí pela continuidade da sua criação, mas resulta das instabilidades entre uniões e enfrentamentos. Essas instabilidades se mostram constantes no universo carnavalesco.

Nessa mesma direção, Leopoldi (2010) ao se debruçar sobre os ritos e símbolos dos desfiles das Escolas de Samba, constata a reprodução de rituais reveladores da própria sociedade que o aceita. Apesar de ser um estudo de caso que se propõe a assinalar os desfechos tomados pelas agremiações do Rio de Janeiro, suas proposições contribuem para o referencial teórico conceitual por nós utilizado, evidenciando-se o fato do recorte temporal da sua pesquisa restringir-se à década de 1970, coincidindo com o período a que nos propomos estudar.

Assim, o autor visualiza os desfiles das Escolas de Samba como ritual discursivo com capacidade de agir sobre a estrutura social e ao compreendê-lo, de maneira ampla, não se limita aos dogmas religiosos originários da festa ou pelo posicionamento resistente dos conservadores; desse modo, propõe diversas "leituras" sujeitas a variadas interpretações: "o ritual (no caso o carnaval) se apresenta como um texto a ser lido por diferentes leitores [...] pode também ser percebido de diferentes angulações" (LEOPOLDI, 2010, p. 45).

Em face desse posicionamento, o carnaval apesar de se constituir como evento realizado de maneira preestabelecida pelo tempo/espaço, mas passível de sofrer influências oriundas dos Ranchos, Blocos, Cordões, Escolas, bailes e concursos a fantasias, propiciaria a cada consolidação novas leituras e interpretações por parte dos moradores e turistas que, ano após ano, teriam a capital paulista como destino para as suas respectivas comemorações.

A partir desse pressuposto sinaliza-se o interesse e a responsabilidade da Secretaria de Turismo em coordenar as diversas atividades carnavalescas do município. Sendo o carnaval um dos maiores ícones da cultura popular brasileira, o poder público municipal de São Paulo compreende que ao amparar legalmente as comemorações carnavalescas, progressivas melhorias seriam conquistadas no que concerne à infraestrutura, divulgação, acesso e à valorização das diferentes manifestações.

Os sambistas movidos por ideais conservadores tachavam esse processo como uma passarela sem volta, pela qual o carnaval desfilava a passos largos em direção a sua própria descaracterização cultural. Entretanto, nos atrevemos a entender esse "novo" percurso como fruto de ressignificações pertinentes, capazes

de engrandecer paulatinamente o evento e fomentar a indústria do turismo e entretenimento.

Nossas convicções encontram amparo em Leopoldi (2010), ao não corroborar com a premissa de que o sistema capitalista somente promove o espetáculo para fazer dele um instrumento de manipulação ou “aprisionamento da sociedade”.

A justificativa para esse posicionamento deve-se ao fato das conjeturas recaírem unilateralmente sobre o sistema econômico capitalista, como se fosse possível estabelecer associações de causa e consequência, na qual os interesses financeiros seriam os únicos responsáveis pela mítica deturpação da cultura e da alienante ruptura das tradições, sendo estas causadas pelos agentes do universo carnavalesco.

A construção do espetáculo carnavalesco resulta da aproximação (mesmo que tensa em alguns momentos) de diversos segmentos como os políticos, econômicos, culturais e sociais, estando estes sujeitos às constantes transformações no decorrer do tempo.

Portanto, consideramos que a remodelação da gestão da festa carnavalesca se mostrou eficiente! Ao ser reconstituída a Federação, essa se incumbiu de coordenar as diretrizes técnicas dos desfiles e a responsabilidade de mediar as negociações entre as agremiações e o poder público. A partir de então, o diferencial seria o de poder contar legalmente com a prefeitura para o fornecimento de toda a infraestrutura, com o intuito de projetar a festa como um espetáculo a ser consumido.

Essa aproximação respaldava-se pela Lei nº 7.100/1967 que, de acordo com o seu artigo 22, propunha:

> Poderão ser constituídas comissões com a finalidade de coordenar e executar as providências necessárias à realização das festas e festejos de que trata o artigo 1º, observado o disposto nesta lei.
>
> § Único – a composição de cada comissão, suas atribuições específicas e normas de funcionamento serão estabelecidas por decreto (CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 1967).

Decerto, é notável que os trâmites administrativos dos desfiles carnavalescos apresentaram falhas e equívocos sucessivos, no entanto, ocasionados definitivamente pela inexperiência dos dirigentes que compuseram a Federação durante os primeiros anos após reconfiguração.

Os tratos burocráticos legais a serem cumpridos com o poder público (o que de fato necessitava da experiência de diversas áreas como administração, contabilidade, finanças entre outras), não se mostraram eficientes na primeira gestão, denotando a intervenção pública em 1971 e resultaria, paulatinamente, no abandono do respectivo quadro diretivo.

Se falhas administrativas por parte da Federação precisavam ser sanadas, o carnaval de 1972 e consequentemente o de 1973, não poderiam esperar, dessa forma, as imediatas soluções surgiram por parte do poder público.

A primeira medida foi o cancelamento do Baile de Gala pela Secretaria de Turismo e as alegações referiam-se à demasiada queda no número de frequentadores. Entretanto, outros bailes seriam oficializados no calendário carnavalesco de 1973, segundo as palavras do próprio secretário da pasta Edenyr Machado: “Se essas associações (a maioria de caráter assistencial) quiserem promover um baile de fantasias, a prefeitura poderá colaborar fornecendo orquestra e decoração e o baile será oficializado.”[175]

Essas medidas despertariam maior interesse dos moradores alocados nos bairros fora do eixo central da cidade, se comparada às próprias associações assistencialistas que tanto cobravam respaldo da Prefeitura. Identifica-se nesse curso a determinação da Secretaria de Turismo para as demais manifestações na cidade; em síntese, o amparo público existia, entretanto, deveria haver a contrapartida da sociedade civil organizada.

Em vista disso, a principal proposta voltava-se para os desfiles e estando a Federação sob ingerência pública a medida a ser tomada foi: “[...] este ano (as agremiações) não receberão subvenções da prefeitura. Esse sistema foi substituído por outro, pelo qual as escolas assinam um contrato de prestação de serviços com a Secretaria de Turismo.”[176]

O posicionamento do poder público procurava soluções para as barreiras burocráticas a serem solucionadas ou ao menos transpostas momentaneamente. Se a Federação foi perdendo força política perante o poder público e tendo que lidar

---

[175] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Rosas para os que chegam, é o início da festa: Carnaval tudo definido. São Paulo, ano 94, n. 30.006, 24 jan. 1973, p. 26. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730124-30006-nac-0026-999-26-not>. Acesso em: 17 jan. 2015.

[176] *Idem*.

com a falta de credibilidade das agremiações, novos órgãos rapidamente se estruturaram, visando executar o papel de mediador.

Baronetti (2013, p.62) assevera que após a intervenção jurídica imposta à Federação, duas frentes disputaram diretamente o controle administrativo dos desfiles na cidade de São Paulo, durante o ano de 1973: a Associação das Escolas de Samba de São Paulo (AESSP) e a União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP).[177] A estrutura administrativa mantinha os mesmos moldes e interesses já estipulados (porém não concretizados) pela gestão da Federação, pois: "[...] os sambistas buscam(vam) a mesma fórmula de negociação, congregando não apenas sambistas, mas atraindo intelectuais e profissionais de comunicação, buscando assim maior legitimidade e atenção por parte do poder público."

Para esse embate travado entre as duas entidades, Crecibeni (2000) atesta que cada uma buscava firmar legitimidade frente à Secretaria de Turismo e Fomento, a principal fonte de recursos para a realização dos desfiles, mas seria apenas em 1975, com a eleição da Chapa Quilombo presidida por Álvaro Ribeiro que a UESP se consolidaria como legítimo órgão administrativo e representativo do Carnaval de São Paulo.

O caminho percorrido pelo carnaval em São Paulo encontrava nos órgãos promotores envolvidos, o desejo para a sua consolidação enquanto evento turístico do município. Esse fato nos possibilita estabelecer similitudes com o modelo que já havia se instituído na cidade do Rio de Janeiro.

2.2. Aspectos identitários entre a Cidade Maravilhosa e a Terra da Garoa: a folia de Momo se organiza

> *A minha maior luta há quatro anos – diz Marco Aurélio Guimarães, O Jangada, carioca que acabou de ser radicado aqui – foi e ainda é convencer os paulistas (e também os jornalistas) de que São Paulo tem samba. E quem não acreditar deve ir à Avenida São João, no domingo de carnaval, para ver o samba no asfalto e mais de 100 mil pessoas, sem exagero, aplaudindo os sambistas paulistas.*[178]

[177] A União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) foi fundada em 10 de setembro de 1973 e, de maneira definitiva assumiu a administração do carnaval na cidade de São Paulo somente em 1975, após alguns embates travados com outras instituições que almejavam a conquista do mesmo posto. Sua hegemonia administrativa seria quebrada em 19 de junho de 1986, com a abertura da Liga Independente das Escolas de Samba (LIGA-SP).

[178] RANGEL. C. O samba paulista no ano de sua afirmação**. Folha de São Paulo**, São Paulo, Primeiro Caderno/Local, Ano LIII – n. 16.314, 17 fev. 1974, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/17/2/4334680.> Acesso em: 21 set. 2015.

Ferreira (2004) e Cavalcanti (2008) relatam que após a década de 1940 há um notável crescimento das Escolas de Samba cariocas, prevalecendo estas como um modelo para várias agremiações carnavalescas em todo o país, inclusive São Paulo. Todavia, nem sempre foi assim na capital fluminense, como recorda Jório e Araújo (1969), uma vez que, no início da década de 1930, as Escolas de Samba eram mal definidas, não tinham representação e distintos preconceitos impediam o progresso das Agremiações.

Os rumos começaram a mudar lentamente quando no dia 6 de setembro de 1934 surgiu a União das Escolas de Samba do Brasil (UESB), se intitulando no ano seguinte de União Geral das Escolas de Samba do Brasil, fazendo com que os desfiles, já em 1935, integrassem o programa oficial do carnaval elaborado pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Dissidências ocorreram nos anos após a fundação da primeira entidade, sendo que em 1947 despontaria a Federação Brasileira das Escolas de Samba.[179] Em 1950, surgiria a União Cívica das Escolas de Samba − extinta em 1951 − e nesse mesmo ano aconteceria a constituição da Confederação Brasileira das Escolas de Samba (CBES).

Diante de tantas dissidências e desacordos, os próprios sambistas cariocas acreditavam que a diversificação nos órgãos representativos em nada contribuía para o desenvolvimento das agremiações e dos desfiles em geral, com isso, a seguinte decisão foi tomada:

> Um grupo liderado por José Calazans dos Santos e Servan Heitor de Carvalho convidou o então vereador Antônio Mourão Filho a assumir a presidência da União Geral das Escolas de Samba.
>
> Apaixonado pelos problemas das Escolas de Samba Mourão Filho lutou de imediato pela fusão das 3 entidades. Como medida preliminar o professor sensibilizou o então Presidente da Federação – Elói Antero Dias que concordou com a fusão. De fato, a 5 de março de 1952 as duas entidades se fundiram. Neste dia nascia a ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA DO ESTADO DA GUANABARA (JÓRIO; ARAÚJO, 1969, p. 204).

[179] Valença e Valença (1981) mencionam as mesmas passagens e datas apresentadas por Jório e Araújo (1969) sobre a Federação Brasileira das Escolas de Samba e acrescentam ainda os fundadores Ortivo Guedes de Oliveira, babalaô Tancredo Silva, sambista do morro de São Carlos, Nelson Januário Gomes, o jornalista Messias Cardoso e Irênio Delgado, que presidiu a entidade entre 1949 até o encerramento de suas atividades em 1951. Concordam, também, com a fusão das duas principais entidades, Federação Brasileira das Escolas de Samba e a União Cívica das Escolas de Samba.

Salientamos que Jório e Araújo (1969) cometeram uma pequena distração ao denominar “Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara*”.* Esse equívoco veio a ser corrigido por Valença e Valença (1981) como “Associação das Escolas de Samba do Brasil*”,* em concordância com Albin (2006) ao esclarecer que: a “Associação das Escolas de Samba do Brasil*”* foi realmente fundada em 5 de março de 1952, no entanto, somente mais tarde, após a criação do Estado da Guanabara (de 1960 a 1975) passou a chamar-se “Associação das Escolas de Samba do Estado da Guanabara (AESEG)*”*. Com a anexação da Guanabara ao Estado do Rio de Janeiro, ganhou a denominação de “Associação das Escolas de Samba da Cidade do Rio de Janeiro (AESCRJ).”

Por sua vez, a Confederação Brasileira das Escolas de Samba não se sujeitou à fusão, permanecendo independente, o que não a permitiu perdurar por muito mais tempo.

Consideramos que tanto para os cariocas em um primeiro momento e, posteriormente, para os paulistanos a legitimação do carnaval, com destaque para os desfiles, precisaria superar as árduas barreiras de ordem sociocultural, política e econômica, portanto, esses empecilhos precisariam ser sanados ou ao menos minimizados.

Para essas incongruências Baronetti (2013) procurou amparo no estatuto da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e nos relatos de sambistas[180] que viveram o período de transformações do carnaval paulistano no final da década de 1960. O autor prefere relativizar a recorrente, e por vezes mal interpretada, relação estabelecida pelo “Estado Vigia”, que ao atribuir para si a “responsabilidade” de

[180] Os sambistas entrevistados foram: - Marcos dos Santos, um dos fundadores da Escola de Samba Tom Maior; - Gabriel de Souza Martins ou Mestre Gabi, atuou como Mestre-Sala das agremiações Camisa Verde e Branco e Barroca Zona Sul e um dos fundadores da Associação de Mestres-Sala, Porta-Bandeiras e Estandartes do Estado de São Paulo (AMESPBEESP); - Emília Feliciana Ferreira, mais conhecida como Dona China, participava do carnaval desde 1936, sendo a primeira Porta-Bandeira do Vai-Vai quando deixou de ser Cordão e se tornou Escola de Samba, faleceu em 17 de novembro de 2014; - Valdevino Batista da Silva, o mestre Divino, fundador e mestre de Bateria do Grêmio Recreativo Escola de Samba União Imperial, incursionou por várias Escolas de São Paulo **(**Nenê de Vila Matilde, Camisa Verde e Branco, Unidos do Peruche, Leandro de Itaquera, Império de Casa Verde e Unidos de Vila Maria) incluindo Mocidade Independente de Padre Miguel, no Rio de Janeiro, na maior parte delas sempre vinculado a bateria; - Osvaldo Barro ou Osvaldinho da Cuíca, eleito pela UESP em 1975 o primeiro Cidadão Samba da cidade de São Paulo, é membro fundador da ala de compositores do Vai-Vai; - Álvaro Ribeiro, conhecido no mundo do samba como “Casado” é fundador da Escola de Samba Acadêmicos do Tatuapé. As “transcriações” das entrevistas, como prefere Baronetti (2013), ao propor um trocadilho para o enunciado da parte II de sua pesquisa, encontram-se disponíveis a partir da página 223. Nota-se que os entrevistados escolhidos demonstravam profundo envolvimento com o universo carnavalesco paulistano.

financiador do carnaval e de eventos populares, simultaneamente exerce o papel de censor ao tentar “domesticá-los” em favor dos seus próprios interesses.

Os argumentos do historiador nos alertam para as iniciativas tomadas pelos dirigentes das agremiações, entre as quais se destacam: o empenho na defesa e promoção de um espetáculo rentável para as Escolas e UESP, bem como, a caracterização do carnaval como atividade de lazer, capaz de despertar o interesse para as discussões políticas e culturais entre seus frequentadores, geralmente provenientes de bairros periféricos ou regiões marginalizadas. Nesse sentido, bandeiras eram levantadas em prol da igualdade racial e por uma sociedade mais justa e igualitária.

Estas ações foram realizadas durante os anos mais árduos da ditadura militar brasileira, em suma: “[...] as negociações com o Estado não foram apenas impostas “de cima para baixo”, sobretudo num processo em que tanto o poder público quanto os sambistas tiveram de ceder para ser possível a realização dos festejos carnavalescos em um contexto histórico de repressão e ditadura militar” (BARONETTI, 2013, p. 65).

Diante desse contexto, a UESP conseguiu maior visibilidade perante o poder público, ao iniciar a inteligente estratégia de congregar o maior número de entidades carnavalescas no seu quadro de afiliadas. Durante o processo de filiação, as entidades foram conduzidas para que se regularizassem formalmente, isto é, que se tornassem organizações culturais sob a constituição de personalidade jurídica.

Essas propostas favoreciam melhor controle das atividades desenvolvidas pelas afiliadas, fazendo com que as mesmas cumprissem com os compromissos estabelecidos para o engrandecimento do carnaval paulistano, procurando assim, eliminar as “Escolas de fachada” que captavam os recursos, não se apresentavam ou pouco produziam para o engrandecimento dos desfiles.

Atrevemo-nos a defender a ideia de que a iniciativa proposta pelo poder público se mostrou notória para a condução dos desfiles na cidade de São Paulo. De fato, a Federação não perdurou por mais de quatro anos à frente das negociações, mas, o modelo inicial sugerido, se revelaria mais eficiente a partir do surgimento de outros órgãos. Estas novas entidades optaram por seguir o semelhante modelo administrativo.

Dentre esses órgãos a União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) conquistaria a responsabilidade de representar as entidades filiadas, fato que se

consolidaria definitivamente somente no ano de 1975. Mesmo após a consolidação da UESP, tentativas esparsas de fundar outro órgão vieram a ocorrer sem muito sucesso em 1976. Entretanto, somente dez anos mais tarde, em 15 de junho de 1986, após recorrentes dissidências funda-se a Liga-SP.

A Liga-SP, por sua vez, passou a deter a representação das Escolas intituladas como Grupo Especial e posteriormente outras que iriam compor o futuro Grupo de Acesso.[181] O ápice da pirâmide ficaria composto pela seleta parcela das agremiações capazes de ofertar desfiles mais performáticos, desencadeados pela competitividade. A base ou porção majoritária da pirâmide ficou sob a responsabilidade da UESP, incumbida de representar as Escolas dos Grupos I, II, III e IV, os Blocos da capital, como também os da Grande São Paulo (atualmente são 78 entidades carnavalescas), deixando de ter a totalidade administrativa desde sua fundação em 1973.

Se no ano de 1968, dezoito agremiações divididas em quatro grupos integravam o quadro da Federação, em 1973 seriam treze entidades favoráveis à desvinculação do antigo órgão administrativo, tornando-se assim fundadoras da UESP as respectivas entidades: GRCSES Vai-Vai, GRCES Mocidade Alegre, Sociedade Rosas de Ouro, GRCSES Cabeções da Vila Prudente, GRCES Príncipe Negro, GRCES Flor da Vila Dalila, Paulistano da Glória, GRSCES Pérola Negra, Bloco Carnavalesco Acadêmicos do Chora Galo, GRCES Unidos do Peruche, Bloco Carnavalesco Foliões da Vila Nova, SAS Falcão do Morro Itaquerense e GRCES Folha Azul dos Marujos (BARONETTI, 2013).

[181] Para mais aprofundamentos sobre o processo de desvinculação de algumas agremiações da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP) e que posteriormente deu início à fundação da Liga Independente das Escolas de Samba de São Paulo (LIGA-SP) em 1986, aconselhamos a dissertação de mestrado de Bruno Sanches Baronetti (2013) intitulada: “Da oficialização ao sambódromo: um estudo sobre as Escolas de Samba de São Paulo (1968/1996).” Especificamente o primeiro capítulo “As transformações institucionais das Escolas de Samba da cidade de São Paulo” versa sobre a temática assinalada por nós.

Durante o carnaval de 1974, já existiam trinta e uma Escolas[182] regidas sob a administração da recém-criada UESP. Essas agremiações foram divididas em três grandes grupos e teriam a Avenida São João como palco para suas apresentações, conforme o seguinte cronograma:

- O Grupo III foi composto por doze agremiações de menor porte ou estreantes, sendo destinados trinta minutos para cada Escola percorrer 1 km de avenida durante o sábado de carnaval (23 de fevereiro), com o início dos desfiles previstos para as 20h00min.[183]

- A elite do carnaval da Paulicéia foi composta por nove Escolas que teriam a mesma avenida como passarela, a partir das 21h00min de sábado, com previsão de término para as 6 da manhã do domingo (24 de fevereiro).

- A abertura do carnaval ficou sob a responsabilidade dos blocos: Aristocratas do Tucuruvi, Foliões da Vila Nova, Acadêmicos do Choragalo, Unidos do Bom Retiro e Folha Azul dos Marujos que tomariam a Avenida São João a partir das 16h00min do mesmo dia.[184]

- Por fim, a segunda-feira (25 de fevereiro) foi destinada para as dez Escolas do Grupo II apresentarem seus enredos.[185]

O que nos chama a atenção é que ao mesmo tempo em que o número de agremiações crescia, desenvolvia-se um movimento carnavalesco mais duradouro e

---

[182] As trinta e uma agremiações carnavalescas presentes nos desfiles de 1974 foram divididas em três grandes grupos. O Grupo I foi formado por: Morro da Casa Verde, Cabeções de Vila Prudente, Acadêmicos do Tatuapé, Nenê de Vila Matilde, Império de Cambuci, Unidos do Peruche, Camisa Verde e Branco, Mocidade Alegre e Vai-Vai (**FOLHA DE SÃO PAULO.** Escolas do Grupo III abrem festa do Samba. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.320, 23 fev. 1974, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/23/2/4335311>. Acesso em: 04 ago. 2015.). O Grupo II contou com: Acadêmicos do Ipiranga, Falcão do Morro Itaquerense, Paulistano da Glória, Príncipe Negro, Rosas de Ouro da Brasilândia, Acadêmicos do Peruche, Unidos de Vila Maria, Flor de Maio, Fio de Ouro e Lavapés (**FOLHA DE SÃO PAULO.** Escolas do Grupo II vão desfilar amanhã**.** São Paulo. Segundo Caderno/Local, ano LIII, n. 16.321, 24 fev. 1974, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/24/2/4335362>. Acesso em: 04 ago. 2015.). Por fim, o Grupo III trazia: Primeira da Vila Carolina, Tom Maior, Primeira de Santo Estevão, Brasil da Cachoeirinha, Pérola Negra, Plenário de Santo Amaro, Flor de Vila Dalila, Corujas de Vila Esperança, Nenê de Vila Ede, Campos Elíseos, Garotos da Chácara Santo Antônio e Estrela Brilhante (**FOLHA DE SÃO PAULO.** Escolas do Grupo III abrem festa do Samba. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.320, 23 fev. 1974, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/23/2/4335311>. Acesso em: 04 ago. 2015).

[183] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Escolas do Grupo III abrem festa do Samba. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.320, 23 fev. 1974, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/23/2/4335311>. Acesso em: 04 ago. 2015.

[184] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Rei Momo e I Grupo amanhã**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.320, 23 fev. 1974. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/23/2/4335311>, p. 06. Acesso em: 04 ago. 2015

[185] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Escolas do Grupo II vão desfilar amanhã**.** São Paulo. Segundo Caderno/Local, ano LIII, n. 16.321, 24 fev. 1974, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/24/2/4335362>. Acesso em: 04 ago. 2015.

agregador, como o caso dos desfiles dos blocos na abertura do Grupo I e a novidade do “Desfile da Apoteose”, que contaria com as cinco agremiações de cada grupo mais bem colocadas no carnaval do ano anterior (1973). Essas pré-selecionadas se apresentariam para o público na terça-feira de carnaval (26 de fevereiro).

O clima carnavalesco foi retratado da seguinte maneira:

> Tão logo as 100 mil pessoas que lotaram até a manhã de hoje a Avenida São João começaram a ir para suas casas – ou para o trabalho – após verem o Desfile da Apoteose das 15 principais escolas de samba da capital, os experts no assunto emitiram também as suas opiniões, unânimes: há um saldo positivo no carnaval paulista que, este ano, parece ter mostrado sua força.
>
> [...] Se, nos clubes bandeirantes sempre houve gás e alegria suficiente para empolgar os foliões, desta vez – como ficou bem claro no desfile de domingo, onde as pequenas divergências não diminuem o êxito alcançado – também nas ruas as escolas de samba se impuseram por seu calor e vibração.[186]

As reformulações nos órgãos administrativos resultavam do constante crescimento que a festa vinha apresentando. Se para a UESP aumentava-se a demanda por melhorias para a realização dos desfiles, para as Escolas acentuava-se a corrida por profissionais especializados que se responsabilizassem pela seleção, desenvolvimento e consolidação dos enredos que iriam para a avenida. Será por estas ressignificações que o carnaval abrirá caminho à profissionalização.

2.3. “Emprega-se foliões especializados - interessados tratar com o Rei Momo”: os primórdios da profissionalização do carnaval paulistano

> *As escolas de samba que quiserem usufruir de subvenções da Prefeitura deverão organizar-se, partindo para uma reformulação de conceitos. O espetáculo é negócio sério e a participação do artista deve ser respeitada. Acabou o paternalismo.*
>
> *Para o secretário José Maria Mendes Pereira, explica o assessor, as escolas deixaram de constituir reuniões de foliões, para se incorporarem ao esquema turístico, como entidades de representação artística. Foi o que fizeram, há alguns anos, as primeiras escolas de samba do Rio, cujas sedes atualmente são frequentadas por turistas nacionais e estrangeiros, captando recursos financeiros para as apresentações nos desfiles.*[187]

---

[186] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Este ano o carnaval foi melhor – Os desfiles em SP agradaram; total de incidentes diminuiu. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.324, 27 fev. 1974, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/27/2/4335457>. Acesso em: 04 de ago. 2015.

[187] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Prefeitura quer um desfile organizado**.** São Paulo, Ano 96 , n. 30.622, 23 jan. 1975, p. 27. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750123-30622-nac-0027-999-27-not>. Acesso em: 21 set. 2015.

Nesse ritmo acelerado pelo qual atravessava a reestruturação do carnaval de São Paulo, não tardaria para que o setor administrativo das Escolas se fortalecesse, por certo, se os subsídios ofertados pelo poder público não eram suficientes para garantir a grandiosidade dos desfiles e estando disponíveis somente a poucas semanas do início do carnaval, a busca por recursos privados e/ou oriundos dos próprios eventos realizados pela agremiação, demonstrava ser de grande valia para a saúde financeira da entidade. A gestão desse montante, arrecadado ao longo do ano antecedente ao desfile, se mostrava tão importante e complexo, quanto angariá-lo.

Conforme abordado no primeiro capítulo os periódicos paulistanos já demonstravam interesse desde a década de 1930 na divulgação e no envolvimento com as festividades carnavalescas, mas, seria a partir dos anos de 1950 que as iniciativas estariam voltadas à promoção da competitividade entre as embrionárias agremiações. Essas ações provocariam ainda mais repercussão no final das décadas seguintes, em razão da sistematização dos desfiles e da profissionalização de segmentos administrativos das Escolas.

Se a reformulação administrativa se mostrava necessária, paralelamente ao crescimento performático das Escolas, ficava evidente que os segmentos constituintes dos desfiles envolvendo: administração, desempenho e espetáculo, desfilavam de forma imbricada na mesma avenida chamada carnaval, capaz de produzir entretenimento para o público e satisfazer o espectador.

As Escolas redesenhavam os traços de sua gestão e o desempenho na avenida resultava de agentes que exerciam determinada liderança sobre os rumos da agremiação, mas demonstravam estar bastante atentos para as necessidades administrativas exigidas pela festa.

O forte apelo exercido pelas consideradas “agremiações tradicionais” não era mais sinônimo de vitórias na avenida, ainda mais com o progressivo e criterioso sistema de julgamento quando comparado à década anterior.

O embate entre as agremiações Camisa Verde e Branco, Vai-Vai e Mocidade Alegre esclarece muito bem os novos tempos pelo qual atravessava o carnaval de São Paulo. Respectivamente, as duas primeiras foram fundadas enquanto Cordões em 1914 e 1930. A Morada do Samba, como é conhecida a Mocidade Alegre, surgiria em 1967, demonstrando a crescente necessidade de se estabelecer uma organização administrativa mais complexa e eficaz:

> Sem querer eles estão se tornando empresários. Mas o sintoma mais evidente dessa transformação é a pasta modelo diplomata, onde se vão acumulando documentos, ordens e licenças, notas fiscais e figurinos.
>
> (Inocêncio Tobias) Presidente do Camisa Verde há 17 anos, para ele todo carnaval é bonito desde o primeiro em 1928, quando tinha sete anos. Define carnaval como 'um teatro no asfalto' e os números são a prova de organização que está impondo ao seu trabalho. Este ano saem 1.800 pessoas, quinze compositores trabalham no Samba Enredo e 30 diretores de harmonia estão cuidando do sucesso da Escola.
>
> Juarez é o presidente de uma das escolas de samba mais novas de São Paulo (Mocidade Alegre), que vem trilhando um caminho rápido e próspero. Foi campeão ano passado e trouxe muitas inovações ao carnaval paulista: rapidez no desfile, muitas e diferentes alegorias de mão. Da sua bateria, participam até universitários e do portão da quadra para dentro todos são sambistas. Até ele.[188]

Se os desfiles foram tomados por rápidas e constantes reestruturações no final da década de 1960, o despertar das críticas por parte dos periódicos se fez presente somente durante os decorrentes primeiros anos, estando essas direcionadas à mítica oficialização carnavalesca em 1967/1968. Contudo, novos ventos começariam a soprar favoráveis ao carnaval da Paulicéia ainda na primeira metade dos anos de 1970; as persistentes comparações infundadas com a cidade do Rio de Janeiro passaram a compor a menor parcela de toda a cobertura jornalística.

Graças às negociações estabelecidas entre sambistas e poder público, a partir de então se passou a despertar o interesse do setor privado e o carnaval emoldurava sua consolidação enquanto festa a ser celebrada pelos paulistanos e turistas.

Dentre as reconfigurações encontrava-se a reestruturação dos desfiles que se agigantavam; se o aumento do número de componentes era evidente, a composição estético-visual das alegorias fazia-se cada vez mais presente, contando agora com a introdução de elementos cenográficos mediados pela figura do carnavalesco. Essa atividade se profissionalizava de forma unânime entre as agremiações da principal divisão e futuramente seria incorporada às divisões subsequentes.

Esse profissional irá compor o ápice da pirâmide técnica organizacional da Escola de Samba, podendo ser de sua autoria o enredo ou simplesmente ser contratado para desenvolver o tema escolhido pela direção da Escola. Será sua a responsabilidade de coordenar as atividades empregadas no "barracão", tendo como

[188] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** O samba luta para ser puro. São Paulo, ano 94, n. 30.039, 03 mar. 1973, p. 09. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730303-30039-nac-0009-999-9-not/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

objetivo principal a concretização da proposta definida pelos dirigentes. A Escola se formará por entre alegorias e fantasias, impulsionadas pelo samba de enredo, esses três somados à comissão de frente, desenvolverão na avenida o enredo que, em conjunto com os demais quesitos, permitirão aos julgadores analisar o desempenho da Escola.

Essa interface iniciada entre os segmentos do meio artístico conduzirá à releitura dos desfiles, ora a instigar os julgadores, ora a espraiar-se pelo público espectador que ao ser influenciado pelas concepções estético-visual, musical e da dança enxergará os desfiles enquanto espetáculo a ser consumido.

Para essas circunstâncias Leopoldi (2010), confere a reprodução de rituais reveladores da própria sociedade que o aceita. O autor ao verificar o processo de organização das Escolas, constatou duas estruturas autônomas, porém íntimas, denominando uma de “organização formal”, cuja atuação voltava-se para os serviços burocráticos e administrativos e a outra de “organização carnavalesca”, responsável pela concepção técnica do desfile.

Em síntese, ao situar de um lado os “administradores” e de outro os agentes que “fazem” o carnaval, retoma com certa desconfiança a dicotomia que se arrasta por décadas entre os considerados “de dentro” do universo do samba e do carnaval, por ora estabelecidos pelas questões familiares, afetivas, técnicas ou históricas e os “de fora”, geralmente alheios à ornamentação do desfile, havendo assim:

> [...] claramente a ameaça que envolve o sambista quanto ao exercício das funções de comando e organização das escolas de samba, de outro se admite que as condições que atualmente presidem as festividades de que elas participam implicam a prestação de serviços que não se incluem entre os atributos com que temos caracterizado o *mundo do samba,* daí resultando a tendência, cada vez mais acentuada, de se recrutarem os dirigentes das escolas entre grupos alheios ao contexto social das agremiações. Diga-se, porém, de passagem, que essa ‘infiltração’ não se fez mecânica ou impositivamente (LEOPOLDI, 2010, p.139).

Nessa direção ousamos romper com a dicotomia existente entre os de “dentro” e os de “fora”; ao invés de rótulos preferimos visualizar a cultura carnavalesca como fruto de um conjunto de agentes responsáveis por diferentes funções que, somente quando coadunadas, favorecerão para que a Escola ganhe vida na avenida.

Para esse dilema, nos questionamos quais seriam as maneiras usadas para classificação de pertencimento para os que se encontram “dentro” ou “fora” do

universo carnavalesco, o fato de saber sambar, compor ou tocar algum instrumento? O vínculo com a Escola? O fato de nascer ou se estabelecer perto da agremiação? Mesmo se respondidas, acreditamos que ainda seriam incipientes perante a dimensão do universo carnavalesco.

Se o tesoureiro, que tanto se empenha para equilibrar a saúde financeira da Escola, pode se divertir na avenida com passos elementares, é por esse mesmo curso que o exímio passista poderá contribuir ou compor determinado cargo administrativo na mesma agremiação. Pois bem, é por essa interface que o desfile se consolida, portanto, em oposição à dualidade "fazer" ou "administrar", preferimos o se "envolver".

Oliveira (2007, p. 40) vai além e ao operar com o "significado cultural de conversão", conforme propõe Canclini (2011), nos provoca a refletir que:

> Por extensão, pode-se pensar a reconversão da costureira em figurinista, do cantador em intérprete vocal e do líder da comunidade em diretor de harmonia e deste, em carnavalesco. Todas essas mudanças 'elitistas' trariam um reconhecimento imediato de uma perda de identidade do samba. Como se essa identidade existisse desde sempre e não tivesse, no complexo movimento simbólico de seu desenvolvimento, o requisito maior para sua sustentação contemporânea.

Em algumas funções como os ritmistas que compõem a bateria, o de Mestre-Sala e a Porta-Bandeira e a Comissão de Frente ao se situarem como os de "dentro" na mítica redoma imaginária do universo do carnaval, estão sujeitos a julgamentos que analisarão seu desempenho traduzido em notas, que contribuirão ou prejudicarão a Escola em busca do título.

Todavia, também inseridos nesse mesmo contexto, enquadram-se outros personagens como os passistas (feminino e masculino), a ala das baianas[189] e a velha guarda mesmo não integrando diretamente o quadro de notas dos jurados, esses componentes são tão emblemáticos quanto os demais. Diante desses fatos, constrói-se a complexidade que toma conta dos desfiles, pois, ao serem

[189] A Ala das Baianas não integra o quadro de quesitos de julgamento dos desfiles, mas a Escola será penalizada caso não apresente o mínimo de integrantes exigido pelo regulamento. Na cidade de São Paulo a Ala das Baianas foi inserida como componente dos desfiles após a reconfiguração de 1967/1968. A título de exemplo, atualmente na capital paulista cada agremiação deve apresentar o mínimo de 50 baianas, caso a ala apresente um número inferior, a Escola será penalizada com a perda de 1 ponto, sendo ainda diminuído mais 0,1 décimo por baiana faltante, com base no regulamento Oficial dos Desfiles Carnavalescos de 2015, previsto no: Título III / Capítulo I – Das Penalidades / Item VI – Ala das Baianas. Para mais informações o regulamento encontra-se disponível em: <http://www.sasp.com.br/conteudo/carnaval/2015/regulamento/Especial.pdf>.

congregados critérios objetivos e subjetivos de avaliação, esses se configuram indecifráveis para os que detêm pouco conhecimento dos meandros dos desfiles.

É por esses mesmos meandros que, igualmente, se formula a equivocada ideia de nivelamento socioeconômico ou esfacelamento dos diferentes extratos sociais durante a preparação carnavalesca ou quando postergada somente para os quatro dias de folia, cujos equivocadamente ricos e pobres tendem a fingir igualdade nesse momento.

Por certo, esses impasses se camuflam, e muito bem, para os que do senso comum se servem, embora, estejamos cientes que tanto os desfiles quanto o carnaval também podem reproduzir as desigualdades sociais, raciais, políticas e econômicas impregnadas em nossa sociedade.

Frente a esse contexto se no final da primeira metade do século XX os desfiles se resumiam a pequenos agrupamentos, cuja preparação para o carnaval antecedia-se a poucas semanas do carnaval e os quesitos de julgamento não eram tão criteriosos quanto menos padronizados a década de 1970 se mostrava complemente oposta, provocando um misto de atração e assombro até para os próprios sambistas, como bem retrata o Mestre-Sala Wilson Rodrigues de Moraes, da Escola Camisa Verde e Branco "[...] a data (reconfiguração) é por demais recente e não permite antever o rumo dos acontecimentos futuros (do carnaval)."[190]

Sua declaração correspondia às indagações realizadas pelo jornalista Ricardo Kotscho, sobre as novas investidas que acometiam os desfiles. O entrevistador prossegue no desenvolvimento da matéria atentando para:

> O gigantismo que sufocou o que havia de mais autêntico nas escolas cariocas já atingiu também a sua Camisa Verde Branco (referência à Escola do Mestre-Sala Wilson R. de Moraes), que há oito anos era apenas um Cordão. Da pobreza que exigia a solidariedade, à riqueza que gera a concorrência, foi tudo muito rápido para que os veteranos do samba paulistano possam avaliar suas consequências.[191]

A constante busca por inovações, vislumbrando desfiles inesquecíveis, imponentes e promotores da competitividade, acirrava a rivalidade entre as agremiações. A imprensa jornalística, rapidamente percebeu que nas entrelinhas

[190] KOTSCHO. R. Samba S.A., o futuro das escolas paulistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 30.635, 07 fev. 1975, p. 38. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750207-30635-nac-0038-999-38not/>. Acesso em: 20 de jun. de 2015.
[191] KOTSCHO. R. Samba S.A., o futuro das escolas paulistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 30.635, 07 fev. 1975, p. 38. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750207-30635-nac-0038-999-38not/>. Acesso em: 20 de jun. de 2015.

carnavalescas formava-se um oportuno campo para o exercício de sua profissão, ao documentar a tensa e árdua preparação das agremiações, automaticamente contribuía para a promoção do espetáculo. As explicações em tom provocativo dos presidentes Inocêncio Tobias (Camisa Verde e Branco), Juarez Cruz (Mocidade Alegre), como a do diretor do Vai-Vai traduzem a acirrada disputa que antecedia os desfiles:

> Nossos adversários estão no Vai-Vai, que é realmente uma escola e merece nosso respeito. Nós disputamos na avenida e se ganharmos será lá, não na Secretária (de Turismo) (Inocêncio Tobias – Camisa Verde e Branco, queixando-se da Mocidade Alegre).
>
> Quem perde sempre tem o direito de reclamar. Se hoje a Mocidade for derrotada, nós também vamos nos bater contra a decisão. É difícil encarar méritos no vencedor (Juarez Cruz).
>
> O povo nem percebeu nossa entrada, por esse motivo (falha no sistema de som). Agora, teremos técnicos de som em pontos estratégicos, prontos para acusar qualquer inconveniente (diretor conhecido como 'Panela', ao levantar a suspeita de sabotagem no sistema de áudio durante o carnaval do ano anterior, em 1973).[192]

Os modestos desfiles de 1950 começavam a se transformar em espetáculos carnavalescos; as diferentes gestões públicas ao assumirem o poder eram alertadas e cobradas pelos sambistas e imprensa sobre a infraestrutura a ser oferecida para a realização da festa. Assim, as atenções eram direcionadas para a acomodação dos foliões que se divertiam na avenida ou pulavam nos salões.

É diante dessa empatia carnavalesca que surgiria o "Centro Interamericano de Feiras e Salões S.A.", popularmente conhecido como "Parque Anhembi". Este equipamento polivalente de lazer promoveria significativas contribuições delineadoras da cultura carnavalesca paulistana.

[192] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Rivalidade anima desfile na capital. São Paulo, ano 95, n. 30.341, 24 fev.1974, p. 16. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740224-30341-nac-0016-999-16-not> Acesso em: 15 ago. 2015.

2.4. “Rio dos Inhambus”: O curso do Parque Anhembi na cultura carnavalesca de São Paulo

> *Está, de fato, criado o primeiro baile realmente popular de São Paulo. É um serviço importante para se dar ao povo de São Paulo um carnaval do seu tamanho, pelo preço que ele pode pagar.*[193]

Da família linguística do Tupi Guarani originou-se o Tupinambá, fruto das primeiras aproximações entre os colonizadores portugueses com as tribos indígenas que habitavam a maior parte da costa brasileira. Com a expansão Bandeirante rumo ao Centro-Oeste do Estado de São Paulo, essa forma de comunicação se propagou pela interação entre o colono e o nativo, surgindo novos significados. Assim, graças à abundância de uma espécie de ave galinácea chamada Inhambu, que vivia as margens do Rio Tietê, levaria aquela região a ser denominada de Rio dos Inhambus ou simplesmente Anhembi.

A várzea formada pelas cheias do Rio Tietê, seria encoberta pelo avanço da metrópole e dos bairros que cresciam nas suas adjacências, restringindo-o cada vez mais ao forçado leito retilíneo. A então cosmopolita cidade de São Paulo, para corresponder aos anseios dos seus habitantes, começaria a se caracterizar somente nas primeiras décadas do século XX pela recém-efervescência cultural, se comparada a outros grandes centros, como as cidades do Rio de Janeiro e Salvador.

É válido recordar que, em meados da década de 1930, o Departamento de Cultura (DC) sob a direção de Mário de Andrade contava com divisão de Educação e Recreio, coordenada por Nicanor Teixeira Miranda.[194] Estes dois entusiastas implantaram propostas para o desenvolvimento cultural do público infantil e adulto, possibilitando a construção de parques infantis, campos de esportes, estádios, piscinas, casas de cultura e instituições destinadas a organizar as diferentes práticas de lazer para a população. Apesar de principiantes e cerceadas prematuramente

---

[193] SILVA, W. Finalmente um carnaval popular. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LI, n. 15.573, 04 fev. 1972, p. 32. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/04/21/>. Acesso em: 25 ago. 2015.

[194] Na disciplina “Seminário de Pesquisa em Teorias do Lazer”, ministrada pela Professora Doutora Christianne Luce Gomes, durante o segundo semestre de 2012, nos aprofundamos sobre a história do lazer e da recreação no Brasil. Nicanor Teixeira Miranda foi um dos autores pré-selecionados para o desenvolvimento dos estudos. As obras analisadas foram: MIRANDA, Nicanor T. **Clube de Menores Operários**. Separata da Revista do Arquivo Municipal n. XLVIII. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938**.** MIRANDA, Nicanor T. **Atividade gímnica e atividade lúdica**. São Paulo: Editora do Departamento de Cultura, 1941**.** MIRANDA, Nicanor T. **200 jogos infantis**. Belo Horizonte: Editora Globo, 1947. MIRANDA, Nicanor T. **Organização das atividades de recreação**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

pelo Estado Novo em 1937, essas ações, mesmo quando analisadas no contexto do seu tempo, marcaram, de forma positiva, o desenvolvimento cultural da cidade de São Paulo (ANDRADE, 2008).

Por esse curso, que as políticas públicas se atentarão para a construção de equipamentos multiuso, capazes de promover atividades socioculturais para o desenvolvimento do lazer à população.

Nessa esfera de constantes transformações, idealiza-se o "Centro Interamericano de Feiras e Salões S.A.", que logo tornar-se-ia mais conhecido como "Parque Anhembi",[195] um equipamento polivalente, projetado para oferecer múltiplas funções de uso. As negociações para o convencimento e concretização desse megaequipamento começariam em 1966, entre o publicitário Caio Francisco de Alcântara Machado e o prefeito Francisco Prestes Maia.

Por ser pioneiro na organização de feiras de negócios e indústria, Caio Machado vislumbrava a construção de um Polo de Exposições para a cidade de São Paulo, que condissesse com os constantes avanços da metrópole que não parava de se desenvolver; desse modo, aspirava que o local viesse a abrigar grandes eventos que tornariam a capital paulista num dos principais centros de turismo de negócios da América do Sul (MUEAP, 2015).

Após persistentes audiências com o prefeito Prestes Maia, em 1966, o apoio foi concedido, mas ficaria para o seu sucessor, o prefeito José Vicente Faria Lima a incumbência de autorizar o empreendimento.

Assim, em 22 de novembro de 1967, é promulgada a Lei Municipal nº 7.085, cedendo a área às margens direita do rio Tietê em comodato por 40 anos ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) que, por sua vez, delegou a construção à Alcântara Machado S/A Comércio e Empreendimentos, cuja pedra

[195] A construção do "Centro Interamericano de Feiras e Salões S.A" ou simplesmente "Parque Anhembi" foi iniciada em fevereiro de 1970. Sua primeira etapa foi finalizada em outubro do mesmo ano, com uma duração de aproximadamente 270 dias, segundo o Museu dos Eventos do Anhembi Parque (MUEAP, 2015). Durante as décadas seguintes sofreria alterações denominativas, sendo a primeira em 1974, sob o título de "Anhembi S/A – Centro de Feira e Salões" e em 1977 se chamaria "Paulistur – S/A". Em 1979 se transformaria em "Empresa Paulista de Turismo", para novamente intitular-se "Anhembi Centro de Feiras e Congressos S/A". Dez anos mais tarde, em 1989, receberia nova denominação "Anhembi Turismo e Eventos da Cidade de São Paulo S/A", por fim, em 2005 responderia por "São Paulo Turismo – S/A" que vigora até o momento. A atual entidade administrativa possui capital aberto e tem como sócia majoritária a Prefeitura de São Paulo, com 77% das ações. As atuações administrativas da "São Paulo Turismo – S/A" se expandem para além do Complexo do Anhembi, envolvendo ainda o "Autódromo de Interlagos", o "Terminal Turístico de Compras" das imediações da "Rua 25 de Março" e eventos realizados sob a chancela da prefeitura. Sua missão visa estruturar mecanismos que reafirmem o município como polo de turismo de negócios, entretenimento e lazer, destacando seu caráter cultural e vanguardista (SÃO PAULO TURISMO, 2010).

fundamental foi lançada em julho de 1968, num espaço de aproximadamente 400.336 m².

Em vista disso, a projeção desse empreendimento se atentava para ofertar múltiplas funções de uso, entre essas, atividades que propiciassem o lazer, traduzidas em ações voltadas para fins “recreativos” e de “fomento ao turismo”, como nos reservam os artigos 1° e 2° da Lei nº 7.085/1967:

> Dispõe sobre concessão de uso de imóvel situado entre as avenidas auxiliar e Marginal Direita do Rio Tietê, e dá outras providências.
>
> José Vicente de Faria Lima, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei. Faço saber que a Câmara Municipal em Sessão de 22 de novembro de 1967 decretou e promulgou a seguinte lei:
>
> Art. 1° - Fica o Executivo autorizado a conceder ao Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – assistido pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – independente de concorrência pública, pelo prazo de 40 (quarenta) anos, para o fim de criar o parque, denominado ‘Anhembi’, o uso do terreno de propriedade municipal, situado entre as avenidas auxiliar e Marginal Direita do Rio Tietê, assinalado na planta anexa n° 23.389 A- 229, do Arquivo do Departamento de Urbanismo rubricado pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei.
>
> Art. 2° - Na área a que se refere o artigo anterior, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo obrigar-se-á - com o fim de transformá-la em experiência industrial permanente e centro recreativo da população, bem assim fomentar o turismo interno e externo – a construir, obedecidas as prescrições legais, posturas municipais e condições estatuídas nesta lei. (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 1967). (grifo nosso).

Salientamos que, mesmo por uma pequena margem de dias, a autorização para a concessão de uso e construção do Parque Anhembi antecedeu a reconfiguração da festa carnavalesca, regulamentada pela nº 7.100/1967, o que nos leva a deduzir a existência de determinado interesse do poder público para a construção de equipamentos específicos, que também contemplassem o desenvolvimento das atividades de lazer.

Esse intuito se confirma com base nos respectivos artigo 3º e parágrafo único (§) da referida Lei nº 7.085/1967, ao assegurar que:

> A construção deverá ser iniciada dentro de 120 (cento e vinte) dias, a partir da celebração do contrato de concessão, e obedecerá ao cronograma de execução aprovado pela Prefeitura.
>
> § único – As construções mencionadas nas letras ‘a’ (edifício para exposições e feiras nacionais e internacionais) e ‘e’ (parque público com áreas de recreação ativa (*playground,* etc.) e contemplativa (espelho d’água, jardins, monumentos cívicos, etc.); do artigo 2º deverão estar terminadas em 20 (vinte) meses, e todo o conjunto de atividades do Parque

> Anhembi, previsto no artigo anterior, completamente concluído e em pleno funcionamento dentro de mais de 28 (vinte e oito) meses (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 1967). (grifo nosso).

O equipamento fora projetado para ser usufruído enquanto experiência industrial permanente e, simultaneamente, para fins recreativos e de fomento ao turismo. Entre as propostas de lazer, encontravam-se os festejos carnavalescos, sendo destinado o Parque Anhembi para a realização de bailes populares promovidos pela prefeitura em parceria com empreendedores privados. Sob as coordenadas da "Alcântara Machado Comércio e Empreendimentos" agendou-se o primeiro baile pré-carnavalesco para o dia 13 de fevereiro de 1971, seguido pelos bailes de carnaval nos dias 20 (domingo) e 22 (terça-feira) do mesmo mês.[196]

Entre muitos que viriam a acontecer no decorrer da década de 1970, esse primeiro evento atraiu aproximadamente trinta mil foliões, que puderam desfrutar de um local projetado para atender até cem mil pessoas.

Uma vez ofertado e aprovado pela população paulistana, esse modelo de baile popular apresentaria significativa adesão em 1972, e assim se perpetuaria pela década de 1970, pois:

> Em seu segundo ano, o carnaval do Parque Anhembi conseguiu furar todos os cálculos de seus organizadores, que esperavam apenas em 1974 contar com uma lotação de 80 mil pessoas – capacidade já atingida esse ano.
>
> Ao contrário do ano passado, quando a folia às margens do Tietê não figurou entre as mais animadas, esse ano o carnaval, além do público, cresceu bastante em animação. Para muitos o baixo preço do ingresso – apenas CR$ 5,00 – foi o responsável por isso.[197]

De maneira sucinta, torna-se relevante estimarmos os valores cobrados para a participação dos bailes carnavalescos (populares e de gala) para, posteriormente, estabelecermos um paralelo que nos possibilite compreender a adesão dos foliões pela vertente socioeconômica.

Enquanto se ingressava no Parque Anhembi mediante o pagamento de CR$ 5,00 (cinco cruzeiros), no Baile de Gala do Clube Monte Líbano, organizado exclusivamente pela prefeitura, os convites eram vendidos a CR$ 150,00 (cento e

---

[196] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Anhembi em 71. São Paulo, ano 92, n. 29.399, 07 fev.1971, p. 237. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710207-29399-nac-0237-tur-15-not>. Acesso em: 08 maio 2015.

[197] **FOLHA DE SÃO PAULO.** No Anhembi, um coro de 80 mil vozes. São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.583, 14 fev. 1972, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/14/2/>. Acesso em: 22 ago. 2014.

cinquenta cruzeiros). Em fevereiro de 1972, em pleno período carnavalesco, o salário mínimo ocupava a casa dos CR$ 225,60 (duzentos e vinte e cinco cruzeiros e sessenta centavos). É evidente que a barreira sociocultural responsável pela seleção dos frequentadores, levantava-se sobre os pilares do aspecto socioeconômico.

Vale ainda mencionar, que o investimento da prefeitura para organização do Baile de Gala atingiu a cifra de CR$ 202.000,00 (duzentos e dois mil cruzeiros), sendo CR$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros) destinados para o aluguel do salão e CR$ 42.000,00 (quarenta e dois mil cruzeiros) em distribuição de prêmios aos vencedores do concurso de fantasia.[198]

Com esse progressivo desenvolvimento do carnaval no início dos anos de 1970, os periódicos começavam a rechear suas matérias pautadas por duas das principais manifestações em ascensão, isto é, os bailes e os desfiles das Escolas de Samba no Vale do Anhangabaú, figurando essas duas propostas entre as mais procuradas pela população e imprensa.

Por ventura, o carnaval dos bairros demonstrava perder popularidade e a sofrer com o esvaziamento frente aos bailes e desfiles; essa nossa constatação encontra suporte nos rumos tomados pelos festejos da Vila Esperança. Se em 1960 esse bairro da zona leste oferecia atrações e mobilizava milhares de pessoas com destaque nos periódicos,[199] ao final dos anos setenta apresentaria a seguinte realidade:

> Dessa época para cá (referindo-se ao ano de 1923, data do primeiro desfile da Vila Esperança, realizado pelo bloco 'Murga do Curro'), muita coisa mudou no antigo bairro boêmio da zona leste de São Paulo: seu carnaval cresceu e criou fama, as escolas e sociedades carnavalescas proliferaram, surgiram os carros alegóricos, a festa virou atração e orgulho do bairro e foi até oficializada pela prefeitura. Mas, nestes 54 anos que separam o atual carnaval organizado da Vila do bloco mambembe da Colônia espanhola, nem tudo correu bem: algumas tradições foram desvirtuadas, os políticos descobriram a força eleitoral das escolas, a brincadeira espontânea foi

[198] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Baile de Gala abre o Carnaval. São Paulo, ano 93, n. 29.700, 28 jan. 1972, p. 17. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720128-29700-nac-0017-999-17-not.>. Acesso em: 13 maio 2015.

[199] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Vila Esperança mantém tradição do seu carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.493, 19 fev. 1969, p. 04. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/19/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013. **FOLHA DE SÃO PAULO.** Vila Esperança prepara 15 carros alegoricos (sic.) para o seu carnaval. São Paulo, Segundo Caderno, ano XLVIII, n. 14.487, 13 fev. 1969, p. 12. Disponível em: < http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1969/02/13/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** A Vila Esperança já está preparada. São Paulo, ano 90, n. 28.790, 15 fev. 1969, p. 36. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690215-28790-nac-0036-999-36-not>. Acesso em: 14 maio 2015.

> praticamente abolida das ruas para dar lugar ao concurso oficial das escolas, feito para ser assistido.[200]

Apesar de conter indícios nostálgicos, a reportagem evidencia as constantes transformações que vinham ocorrendo no carnaval, passando estas a influenciar diretamente os hábitos do paulistano.

Se a empatia da população por determinada parte da festa aflorava, o poder público entendeu que zelar pela sua manutenção seria fundamental para alavancar a indústria do turismo; é por essa esteira que o carnaval irá integrar o calendário oficial da capital. Ao ser compreendido pela prefeitura como tradição folclórica brasileira, e por estar toda a sua organização vinculada à pasta de Turismo e Fomento, o Tríduo de Momo encontrará amparo no Decreto nº 9.051/70 ao assegurar que:

> Art.1º A Secretaria de Turismo e Fomento organizará, em cada ano, o 'Calendário Oficial de Eventos' no qual serão incluídos aqueles que, de qualquer modo e a juízo da mesma secretaria contribuam para atingir os seguintes objetivos: a) incremento do turismo; b) conservação e desenvolvimento das tradições folclóricas brasileiras; c) recreação popular; d) desenvolvimento das atividades econômicas, da indústria e do comércio; e) estímulo a exportação de produtos nacionais (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 1970). (grifo nosso)

É com base nesse Decreto que o carnaval em geral irá estreitar os laços gerenciais com a Secretaria de Turismo e Fomento do município. Para essas questões Oliveira (2007, p. 161) lança apontamentos ambíguos entre cultura e turismo presentes no carnaval brasileiro e paulistano:

> a) Carnaval, em São Paulo, é cultura; não é negócio e deve ser respeitado como tal; b) turismo, em São Paulo, é negócio, não é cultura e deve conter investimentos independentes das políticas públicas.
>
> A trajetória deste trabalho pode demonstrar a impertinência desse duplo congelamento. Todo o processo que estruturou o carnaval paulistano – na modelagem carioca dos desfiles, na reprodução arquitetônica do sambódromo e na competição altamente hierarquizada das agremiações – prova exatamente o contrário dessas deduções retóricas: O Carnaval, em sua geografia complexa, é negócio cultural justamente por ser turístico; e é turístico, em São Paulo, não por ser 'autêntico', mas modernamente negro e antropofágico.

[200] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Vila Esperança, o que sobrou do carnaval popular. São Paulo, ano 98, n. 31.265, 20 fev. 1977, p. 20. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770220-31265-nac-0020-999-20-not/>. Acesso em: 14 maio 2015.

Contudo, estamos certos de que a Secretaria de Turismo e Fomento foi a principal responsável por desencadear, de maneira positiva, ações para a repaginação do carnaval em São Paulo. Ao convencer a maior parte da imprensa escrita (que antes se mostrava incrédula) sobre a existência de uma forte cultura carnavalesca construída no Estado, sólidos pilares foram levantados para a sustentação dessa festa popular. Nesse sentido, o título da extensa matéria da Folha de São Paulo indicava que "No Anhembi, um coro de 80 mil vozes" tomava o salão:

> Ao menos até agora, os mais de 120 mil paulistanos que estão pulando em clubes contam com outras boas opções com o Palmeiras, o Corinthians, o Arakan e o Paulistano, que este ano mantém o mesmo nível de animação dos últimos carnavais.
>
> E se houver desânimo em alguns salões menores, o maior culpado está sendo o desfile do Anhangabaú, segundo os organizadores dos bailes. É possível, dizem eles, que dentro de uns oito a dez anos, com um maior incentivo às Escolas de Samba, o carnaval de rua venha a suplantar o carnaval de clubes em São Paulo, o que já acontece no Rio de Janeiro, mas em nossa Capital será uma verdadeira revolução.[201]

O esvaziamento dos carnavais pelos bairros da capital se mostrava real, mas era notável o crescente número de espectadores que esgotavam as arquibancadas e se aglomeravam nas imediações do Vale da Anhangabaú para assistir os sambistas que faziam da avenida sua passarela, ou se personificavam em mais um dos inúmeros foliões que pelos salões da capital se dirigiam em busca de diversão.

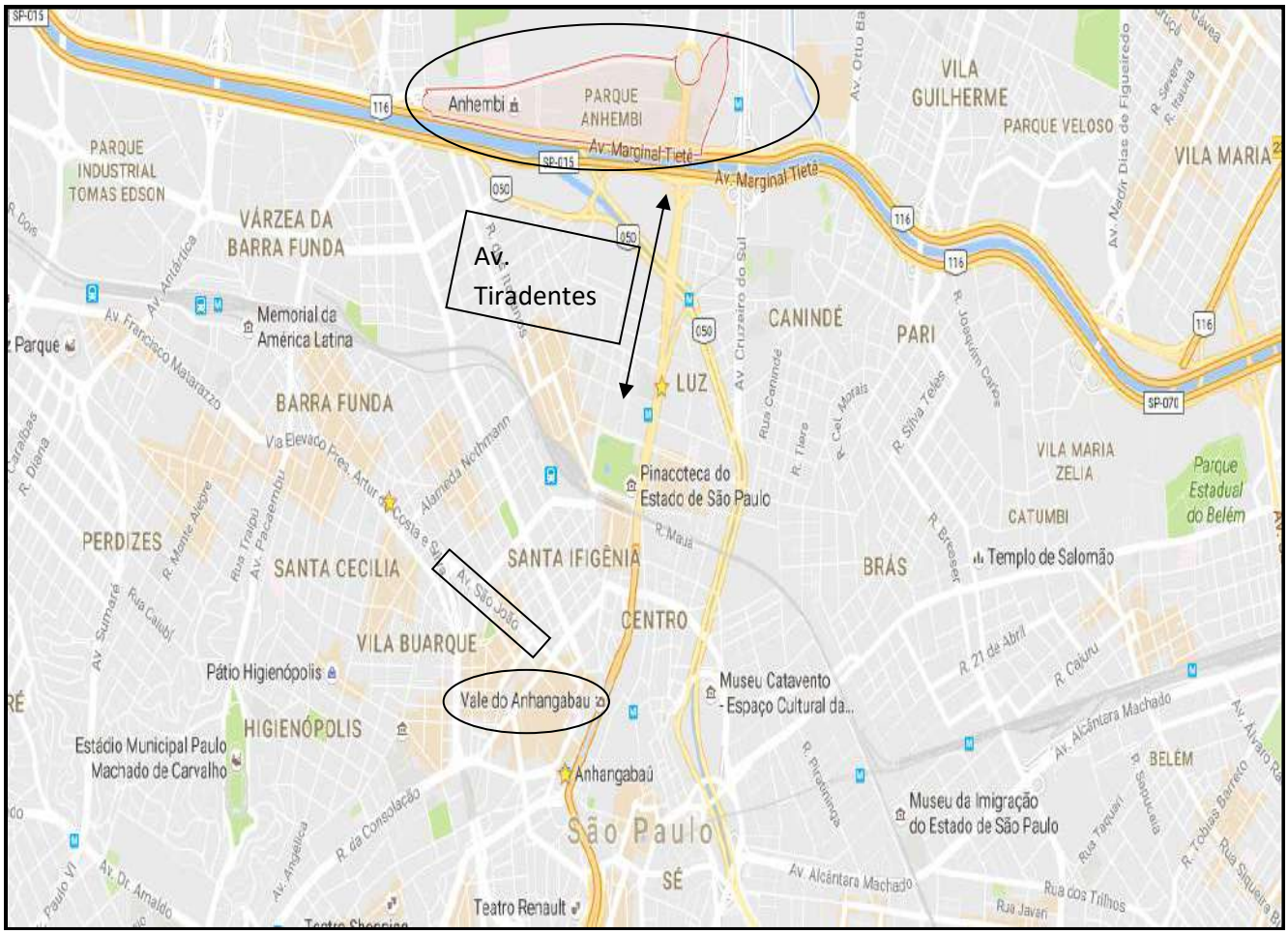
Esse rápido e relativo engrandecimento da festa em São Paulo levaria à mudança de endereço dos desfiles. Se as luzes se apagavam para a tão cantada Avenida São João, essas seriam reacendidas no principal tronco de ligação entre as zonas norte e sul da cidade – a Avenida Tiradentes. Esse novo local trocaria por alguns dias sua frenética rotina diária de trânsito e multidões apressadas, para se tornar a passarela mais charmosa pela qual o carnaval paulistano desfilaria a partir de 1977.

A mudança de endereço e simultaneamente o interesse das "grandes" agremiações de colocar em discussão a divisão dos recursos de maneira compatível para o espetáculo que apresentavam, levaria algumas escolas ao ostracismo, mas, promoveria outras já cientes dos tortuosos caminhos "burocráticos" a serem

[201] **FOLHA DE SÃO PAULO.** No Anhembi, um coro de 80 mil vozes. São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.583, 14 fev. 1972, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/14/2/>. Acesso em: 22 ago. 2014.

trilhados, caso quisessem se manter entre o grupo de elite do carnaval paulistano. Contexto a ser debatido no terceiro e último capítulo desse estudo.

Mapa contendo os endereços dos desfiles Paulistanos: Avenida São João/Vale do Anhangabaú (1968 – 1976), Avenida Tiradentes (1977 – 1990) e o “Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo”, popularmente conhecido como Sambódromo do Anhembi (1991 até o momento).



CAPÍTULO 3. "TIRADENTES: DE QUE VALE MUDAR SÓ O CHÃO?"[202] ENGRANDECIMENTO, EXIGÊNCIAS E REFORMULAÇÕES NO CARNAVAL DA TERRA DA GAROA

> *Preste atenção meu amigo; eu não sou diretor do Serviço Funerário, e sim Secretário de Turismo. Minha função é dar alegria a esse povo sofrido e não me preocupar com enchentes e outros problemas da cidade.*[203] (Declaração do Secretário de Turismo da cidade de São Paulo – Armando Simões Neto).

O início do título da terceira e última parte das nossas investigações reproduzem as palavras de Inocêncio Tobias. O mandatário da Escola Camisa Verde e Branco estava insatisfeito com a infraestrutura e os serviços oferecidos e terceirizados pela prefeitura. Nas palavras do dirigente, todo o respaldo ofertado pelo poder público demonstrava estar aquém das necessidades da festa em São Paulo. Não bastava apenas transferir os desfiles para uma avenida maior, mas, principalmente, reestruturá-lo devido ao seu rápido crescimento.

Em contraponto, a epígrafe menciona a posição do Secretário de Turismo após o questionamento de um repórter que transmitia ao vivo o carnaval paulistano para uma rádio da cidade do Rio de Janeiro. As indagações do entrevistador incidiam sobre os 10 milhões de cruzeiros gastos com a festa, para essa ocasião Armando Simões Neto replicou:

> Entenda bem, esses dez milhões de cruzeiros foram gastos para todo o carnaval de São Paulo e aqui as arquibancadas são gratuitas, enquanto que aí, no Rio de Janeiro foram gastos 35 milhões e as pessoas ainda têm que pagar Cr$ 500,00 por um lugar em uma arquibancada. [...] O que são 10 milhões para dar bons momentos de alegria ao povo e fazê-lo esquecer um pouco seus problemas.[204]

As declarações do Secretário podem ser analisadas com perspectivas ambíguas, isto é, a gratuidade das arquibancadas em São Paulo, mesmo com todos os seus problemas, direcionavam-se ao uso popular quando comparadas à infraestrutura da capital fluminense, cujos valores variavam de Cr$ 50,00 (cinquenta cruzeiros) até Cr$ 500,00 (quinhentos cruzeiros) e, inevitavelmente, estas foram posicionadas próximas ao poluído Canal do Mangue, vindo a causar desconforto

---

[202] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Tiradentes: de que vale mudar só o chão? São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.483, 14 fev.1977, p. 20. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/02/14/21/4228623>. Acesso em: 22 out. 2015.

[203] GOUVÊA, C. A. Um carnaval que começa a existir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Caderno Ilustrada, ano LVI, n. 17.156, 01 mar. 1976, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/01/21>. Acesso em: 03 nov. 2015

[204] *Idem.*

para os interessados e receber intoleráveis cobranças por parte da imprensa, que exigia melhores condições de acomodação.[205]

De outro modo, a prontidão das respostas, acompanhada de certa irritação por parte do titular da pasta de Turismo, ocorreu em razão de ter sido tachado de demagogo por alguns populares infiltrados entre os entrevistadores, vindo a se comprovar na conclusão da sua entrevista: “É claro que toda a festividade que atrai um grande público pode ter um cunho político-eleitoral e por coincidência teremos eleições em 77. Mas, não estou preocupado com isso.”[206]

A posição do Secretário Armando Simões Neto primava para um desfecho populista, notadamente, se considerarmos o regime ditatorial no qual o país estava mergulhado. A festa sob o seu ponto de vista resumia-se apenas à diversão alienante, tendo como propósito o esquecimento das mazelas encontradas nos grandes centros urbanos, oriundas de em um país em desenvolvimento.

Bem longe de condenar a diversão e o prazer, mesmo sendo às vezes desmedidos e insensatos, defendemos que pelo carnaval a população consegue demonstrar seu senso crítico, sendo possível reconfigurá-lo diante do contexto sociocultural pelo qual o mesmo se insere. Assim, nos atrevemos a analisar as políticas que nortearam o seu desenvolvimento no final da década de 1970.

Para esses questionamentos, nossas reflexões encontram respaldo no literário russo Mikhail Bakhtin (2008, p. 65) ao entender que: “Essa é a missão da festa dos loucos ao menos uma vez por ano, data em que o riso e o princípio material e corporal a ele associados se expressam livremente”. Para o autor, o riso e a bufonaria são qualificados como a “segunda natureza do homem” e ambos se multiplicavam pela “festa dos tolos” e pela “festa do asno”.

Nesses eventos camponeses deflagravam brincadeiras jocosas direcionadas às liturgias religiosas e aos membros da elite medieval, constituindo, assim, a carnavalização, período caracterizado pela inversão dos costumes e das normas de interdição social da classe dominante em detrimento da camada subalterna, promovendo, desse modo, um entrelaçamento cultural.

---

[205] **FOLHA DE SÃO PAULO.** O carnaval do Rio, mais para os faraós do que para o povo - Preços altos, locais novos, igual euforia. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LV, n. 17.136, 10 fev. 1976, p. 36. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/02/10/21/4229051> Acesso em: 04 nov. 2015.

[206] GOUVÊA, C. A. Um carnaval que começa a existir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.156, 01 mar. 1976, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/01/21>. Acesso em: 03 nov. 2015

Nesta mesma direção Martin-Barbero (2013) sinaliza não ser possível separar a massificação da cultura do fato político, ou ainda, pensar o popular a margem do processo histórico que o formou. A cultura de massa não surge repentinamente, ela emerge a partir da identidade popular que a reconfigura às demandas de mercado, possibilitando o consumo das massas.

Por fim, Soihet (2008) considera a formação do carnaval brasileiro fruto da cultura popular, no entanto, acredita não ser prudente considerá-lo alvo de simples manipulação ou direcionamento por parte do Estado, ou até mesmo da classe dominante, como muitos insistem em afirmar. Para a autora, seriam os próprios populares que redimensionariam os rumos da festa frente a embates e aproximações, provocando vínculos entre as classes e o próprio Estado.

Deste modo, é com base no referencial teórico somado aos onze anos de levantamento das fontes jornalísticas, que reservamos o terceiro e último capítulo para tratarmos das relações estabelecidas entre o carnaval, os desfiles das Escolas de Samba na cidade de São Paulo, bem como o momento político vigente.

3.1. A malemolência das Escolas frente aos estranhamentos em meados da década de 1970

> *'Fica proibido o jogo do entrudo; qualquer pessoa que jogar incorrerá na pena de quatro a doze mil réis; e não tendo com que satisfazer sofrerá de dois a oito dias de prisão, sendo escravo, sofrerá oito dias de cadeia, caso o seu senhor não o mandar castigar no calabouço com cem açoites'.*
>
> *O trecho da portaria assinada em 1893 pelo Chefe da Polícia Alexandre Joaquim de Siqueira foi a investida mais séria das autoridades contra o entrudo – uma festa popular que se opunha aos bailes aristocráticos do carnaval.*
>
> *O carnaval mudou. A violência do entrudo desapareceu. Mas, a censura às manifestações populares prosseguiram (sic.) às vezes de forma disfarçada, às vezes ostensiva. Em 1970, por exemplo, o uso de máscaras foi proibido. E este ano, a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, através de uma portaria, estabelece, entre outras coisas, que os blocos, cordões e ranchos só podem 'evoluir pelas ruas' se os participantes estiverem protegidos de 'dentro de um cercado de cordas'.*[207]

A epígrafe supracitada salienta que estranhamentos e medidas para conter, ou ao menos "moralizar" o carnaval sempre existiram e antecedem o regime

[207] AMÂNCIO, Moacir. Brincou, dançou – 80 anos de censura à folia: acabou o entrudo, lança-perfume, máscara, música maliciosa, biquíni etc... **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.481, 12 fev. 1977, p. 29. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/12/21/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ditatorial implantado na segunda metade do século XX, que perdurou de 1 de abril de 1964 até 15 de março de 1985.

Na capital paulista, em plena década de 1970, os festejos carnavalescos da cidade já contavam com um calendário organizado e a cada ano aumentava sua popularidade entre os paulistanos e turistas, entretanto, repentinas investidas dos órgãos de segurança comandados pelo Estado, ainda aconteciam nos bastidores das Escolas. Com o título “Um atentado musical”, a Folha de São Paulo retratou a truculência da Polícia Militar com a Escola de Samba “Unidos do Peruche”, durante um evento pré-carnavalesco que se realizava em sua quadra:

> Policiais do tático móvel, comandados pelos 2º Tenente Fernando Cristiano Silva de Andrade e pelo Capitão Edson Pasteur de Souza, destruíram a Escola de Samba Unidos do Peruche (Casa Verde Alta), durante a noite.
>
> A roda de samba é uma tradição de todos os sábados e os policiais aproveitaram porque os integrantes da escola estavam no Pacaembu (em número de 800 aproximadamente), nos desfiles dos enredos para o carnaval deste ano. Caso contrário, teriam recebido o corretivo adequado, aliás, de cunho bíblico, olho por olho, dente por dente. Agrediram mulheres e crianças e quem os protegesse. Uns atiravam de festim, outros de balas verdadeiras, ferindo Celso Galsa do Amaral (recolhido no Pronto Socorro de Santana).[208]

O fato da Folha de São Paulo condenar e dar total cobertura em suas páginas sobre o abuso da polícia, em plena ditadura militar, nos instiga a refletir sobre o seu posicionamento frente ao período pelo qual atravessava o país.[209] O periódico não satisfeito com a denúncia (anteriormente reproduzida por nós) prosseguiu nos dias seguintes fornecendo suporte aos agredidos e, de certa forma, procurando amenizar e reverter a difícil situação pela qual se encontrava a Escola:

> Sambistas, solidários com a Escola Unidos do Peruche, resolveram emprestar instrumentos musicais à entidade, com vistas ao carnaval próximo. A escola, atacada pela polícia, perdeu muitos instrumentos, pisoteados e perfurados por balas de revólver.[210]

---

[208] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Um atentado musical. São Paulo, Primeiro Caderno – Notas Policias, ano LIII, n. 16.286, 21 jan. 1974, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/01/21/2/5407049>. Acesso em: 15 nov. 2015.

[209] Ao longo do terceiro capítulo, utilizamos pontualmente fontes jornalísticas referentes aos anos de 1974 e 1975. O segundo capítulo deste trabalho tratou de discutir e problematizar especificamente esse biênio, contudo, visando complementar nossos aprofundamentos, optamos por estabelecer a clara conexão cronológica entre esses dois períodos por nós delimitados (1972 a 1975 – 1976/1977).

[210] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Notas Policiais. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16 288, 23 jan. 1974, p. 08. Disponível em: < http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/01/23/2/5407109>. Acesso em: 15 nov. 2015.

A violência policial foi severamente condenada pelos dois jornais, ora tratada como “atentado” ou “abuso de autoridade”, as reportagens investigativas pressionavam a corporação Polícia Militar a se retratar publicamente pelo desrespeito e prejuízos causados à agremiação.

O jornal O Estado de São Paulo tratou o caso como sendo um abuso de autoridade. Ao condenar a atitude da Polícia Militar esclareceu ter sido a violência motivada por razões particulares de um oficial. Com o título: “A violência da PM invade quadra”,[211] o periódico descreveu a ação policial da seguinte maneira:

> Seis viaturas, com cerca de 20 policiais da PM (Polícia Militar), invadiram na madrugada de domingo a sede da Escola de Samba Unidos do Parque Peruche, agredindo a cassetetes homens, mulheres e crianças, além de lançar bombas de gás lacrimogênio e disparar tiros de metralhadora. O motivo da fuzilaria: o revide do capitão Edson Pasteur de Souza a uma pessoa não identificada que há dois meses fez referências comprometedoras à sua mulher.

Essa pressão por parte da imprensa levou a Polícia Militar a conceder uma entrevista coletiva na qual O Estado de São Paulo e a Folha de São Paulo estiveram presentes. O Coronel e porta voz Theodoro Cabette admitiu que os policiais “pecaram por excesso de autoridade” e seriam punidos pelas agressões e depredações na quadra da Escola de Samba. O oficial entendia ser esta uma ação motivada por razões pessoais e que não atendia aos comandos da corporação, enfim, reitera o apoio da Polícia ao carnaval: “Tranquilize-se o povo paulista, pois a Polícia Militar dará todo o apoio às Escolas de Samba, como também punirá todo e qualquer policial, de qualquer patente, que não cumpra o seu dever profissional”.[212]

Estas investidas da Polícia Militar ocorreram paradoxalmente no momento em que o carnaval paulistano se consolidava perante o poder público. Apesar das dificuldades, o carnaval se estruturava a cada nova edição, paulistanos e turistas lotavam os bailes populares ou se dirigiam para acompanhar ou integrar os desfiles.

Por esses motivos, nossas investigações procuram compreender como a imprensa escrita procedeu diante desses atos de violência contra as Escolas, a partir de meados da década de 1970, visto que o volume de reportagens cobrindo o

---

[211] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** A violência da PM invade quadra. São Paulo, ano 95, n. 30.312, 22 jan. 1974, p. 23. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740122-30312-nac-0023-999-23-not >. Acesso em: 11 jan. 2016.

[212] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Comandante da PM promete apoio às escolas de samba. São Paulo, Primeiro Caderno - Polícia, ano LIII, n. 16 287, 22 jan. 1974, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/01/22/2/>. Acesso em: 11 jan. 2016.

carnaval de São Paulo vinha (e continua) crescendo consideravelmente década após década desde 1960,[213] produzindo relevantes fontes que evidenciam os fatos.

Inconsonância e Carnaval sempre desfilaram pela mesma avenida repleta de tensas aproximações e afastamentos inevitáveis, assim: censura e libertinagem, as tentativas de controle por parte do Estado, contra argumentados pelos irreverentes protestos que só o carnaval produz, populismo e financiamento da cultura, são temas que possibilitam um fértil campo de investigação, mas que carregam posicionamentos unilaterais, ou ainda, que insistem pela mesma esteira da mera reprodução de estudos já realizados em outros contextos históricos.

Nesse sentido, em meados de 1970, durante a gestão de Ernesto Geisel, os desfiles cariocas já se mostravam legitimados e os de São Paulo seguiam pelo mesmo caminho. O Estado era governado pelo engenheiro Paulo Egydio Martins que assumiu o posto em 15 de março de 1975, eleito indiretamente pelo colégio eleitoral, permanecendo até 15 de março de 1979. Por sua vez, este indicou para prefeito da capital o também engenheiro Olavo Egídio de Souza Aranha Setúbal, o qual cumpriu o mandato de 17/08/1975 até 11/07/1979.

Durante esse período, seria iniciado, mesmo que timidamente, um afrouxamento das vigílias do Estado em todos os setores da sociedade. Cruz (2010) sinaliza que as decisões não eram homogêneas entre os militares, portanto, entre as divergências e disputas políticas polarizaram-se dois grupos, os militares da “linha dura” e os da “linha moderada” do regime, entretanto, ainda são poucos os estudos que denotem evidências sobre a existência de sistemática perseguição aos desfiles das Escolas de Samba.

É notável que vigílias e controle tenham ocorrido por parte do Estado durante a década de 1970, vindo a provocar atos de cerceamento na área cultural. Tavares de Almeida e Weis (1998, p. 341) a partir de levantamento quantitativo realizado em fontes jornalísticas, atestam que em 1969, ano em que foi instituído o Ato Institucional nº 5 (AI-5), dez filmes foram censurados e mais cinquenta peças teatrais vetadas, todavia em 1976, setenta e quatro livros foram repreendidos, uma em cada três obras analisadas e vinte e nove peças, permitindo a seguinte consideração: “Quase sempre, o objetivo era calar, mais do que a obra, o autor.”

---

[213] Resultado de Busca para a palavra “Carnaval”. **O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, Acervo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/procura/#!/carnaval/Acervo/acervo>. Acesso em: 08 mar. 2016.

Nesse sentido, aludimos a um episódio ocorrido com Wálter Gomes de Oliveira, mais conhecido como “Pato N’Água”, célebre sambista que atuou entre as décadas de 1940 a 1960 na cidade de São Paulo. Segundo Souza (2000), Pato N’Água exercera, de maneira ímpar, a posição de apitador na era dos Cordões, denominação que seria substituída pelo termo “Mestre de Bateria” com as Escolas de Samba. Pato N’Água fez morada no Cordão Vai-Vai, com passagens por outras agremiações como Unidos de Vila Santa Isabel (Atualmente Acadêmicos do Tatuapé), Unidos do Parque Peruche e Cordão Mocidade Camisa Verde e Branco.

Apesar de grande destaque entre os sambistas paulistanos, o que nos remete a mencioná-lo nesse momento, são as causas que levaram a sua morte e que jamais foram esclarecidas definitivamente. A versão oficial aponta enfarte, a oficiosa e mais aceita por parte do universo do samba alega ter sido o apitador vítima das ações do “Esquadrão da Morte”.

Essa organização de caráter paramilitar surgida no final dos anos de 1960 no Rio de Janeiro, logo se espalhou por vários estados do país, sob as vistas grossas da Ditadura, sendo formada, em sua maioria, por políticos, membros do Poder Judiciário e das policias civil e militar. Apesar das dificuldades para esclarecer o “falecimento” ou “assassinato” do sambista, procuramos nos atentar para os relatos de Geraldo Filme de Souza (2000, p. 79) que, em meio a elogios, descreve a personalidade do sambista: “(Pato N’Água) Comandando o Cordão do Vai-Vai, o batuque saía perfeito, sem nenhum probleminha na afinação ou ritmo. [...] O cara era mesmo uma fera. Bom de dar pernada na tiririca,[214] Pato era um malandro completo. Um negrão alto, forte e valente.”

Souza Netto (2011), afirma que: “O gênio irascível o acompanhou até o fim da vida; violento, morreu violentamente em uma época de esquadrões de extermínio, esquadrões da morte, de violência política da ditadura.” Essa pequena incursão biográfica nos permite presumir indicativos para a suposta execução, vertente a qual também acreditamos ser a mais verídica.

Entretanto, é válido considerar que a perseguição que o levou a óbito, tenha sido motivada mais pelo histórico de violência e desordem provocadas pelo apitador,

[214] O jogo da Tiririca assemelha-se à Capoeira, porém, ao som do ritmo samba dois participantes se enfrentam, usufruindo da ginga da dança e o enfretamento da luta, no qual um dos objetivos é derrubar o adversário.

do que pela qualidade de sambista que Pato N'Água carregava consigo como muito relatos do mundo do samba costumam afirmar.

Nossas justificativas encontram amparo nos depoimentos prestados à Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo – nomeada de "CEV Rubens Paiva" (2015, p. 21) e alocado nas investigações que decorrem sobre a perseguição aos movimentos negros. Valter, um dos depoentes, profere, de forma sucinta, os embates entre o sambista Pato N'Água e a polícia:

> Só que o Pato N'Água, ele era perseguido praticamente por todos os polícias (sic.) de São Paulo. Só que ele encrencava mais com a guarda civil distinta. Agora, quem matou ele praticamente foi, como é? A, meu Deus do céu! Acabei de falar agora. O esquadrão da morte, né? Mas a polícia toda perseguia. Não houve repercussão, pelo contrário. Se houvesse eles iam abafar, queriam abafar principalmente por causa dos jornalistas. Então foi uma época de luta dele principalmente, e covardia da polícia.[215]

Na época foram várias as tentativas por parte do Estado para acobertar o caso, como aponta o referido depoimento, mas, sem muito sucesso, devido ao afamado posto de apitador ocupado pelo sambista pelas várias Escolas em que atuou.

É ponderável considerar que episódios de violência e perseguição se ocorressem de forma explícita, ficariam expostos sob a mira da imprensa escrita. Sendo assim, as investidas realizadas contra a Escola Unidos do Parque Peruche, tornar-se-iam cada vez mais raras ou deflagradas por motivos pessoais, com já mencionamos.

Os periódicos se mostravam atentos às coibições, e quando repetidas, não passavam despercebidas das suas meticulosas investigações. Trinta e dois dias após os ataques a Unidos do Peruche outra ocorrência foi relatada.

Ao ser condenada a arbitrariedade, bem como a desnecessária truculência, o jornal O Estado de São Paulo chamava a atenção para que o problema não se tornasse crônico:

> Ora, há cerca de um mês, a cidade foi surpreendida pela brutal invasão da sede da Escola de Samba Unidos do Parque Peruche.
> [...] Agora, repetem-se as arbitrariedades. Na terça-feira, no ensaio da Escola de Samba Garotos da Chácara Santo Antônio, duas guarnições da

[215] COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUBENS PAIVA. **Relatório - Tomo I - Parte II: Grupos Sociais e Movimentos Perseguidos ou Atingidos Pela Ditadura.** São Paulo, 2015. Disponível em: <http:www.verdadeaberta.org.>. Acesso em: 13 fev. 2016.

> PM, nas viaturas 1043 e 1046, tomaram a iniciativa de 'reprimir' os sambistas.
>
> [...] Esses infelizes (sambistas), que se preparavam para o desfile no carnaval, são tão modestos que nem sequer têm sede. Compram os instrumentos e guardam-nos em casa. Como ensaiam nas vias públicas, podem causar incômodos, que devem ser eliminados, nunca, porém, com essa criminosa violência que parecia ter terminado na Polícia Militar de São Paulo.[216]

A entrevista coletiva à imprensa, conforme mencionamos anteriormente ao caso ocorrido no bairro Chácara Santo Antônio, foi realizada após o comandante Theodoro Cabette ter inspecionado pessoalmente a sede da Peruche, garantir apoio ao carnaval e punição aos envolvidos no incidente. Entretanto, perseguições e atos de violência ainda assombravam os bastidores do carnaval da Paulicéia.[217]

Mesmo assim, os componentes de ambas as entidades temiam novos atentados nos ensaios, ou até mesmo após os desfiles, somados às dificuldades para se reconstruir todo o trabalho já realizado pela Escola, restando pouco mais de um mês para o início dos desfiles.

Nesse entretempo, o primeiro passo seria alinhar as divergentes opiniões que ecoavam pelos escombros da quadra de ensaios:

> Apesar do desalento, alguns membros da escola discutiram ontem (21.01.1974 – segunda-feira), o que fazer. Uns falavam em sair com os instrumentos encomendados, mas de luto. Outros opinavam que os Unidos devem se apresentar com a bateria destruída 'para mostrar ao povo a violência da polícia. Mas a maioria acha que a Escola não deve desfilar, 'para não se apresentar ao público sem as condições que uma organização de gabarito deve ter'.
> O futuro da escola deverá ser discutido na reunião que a diretoria marcará para os próximos dias.[218]

Fazendo jus ao samba enredo composto por Reinaldo Rezende e Ari Pereira dos Santos, cuja estrofe anunciava "Vem vindo a madrugada/ E a luta já terminou", a Escola de Samba Unidos do Parque Peruche estabeleceu o consenso entre os dirigentes e demais componentes e definiu por desfilar pela Avenida São João, com o enredo "Quatro Festas do Folclore Brasileiro" conquistou a sexta colocação. Já

---

[216] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** A PM novamente sem disciplina. São Paulo, ano 95, n. 30.339, 22 fev. 1974, p. 19. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740222-30339-nac-0019-999-19-not/>. Acesso em: 11 jan. 2016.

[217] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** A violência da PM invade quadra. São Paulo, ano 95, n. 30.312, 22 jan. 1974, p. 23. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740122-30312-nac-0023-999-23-not >. Acesso em: 11 jan. 2016.

[218] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval agora pode ficar sem a "Unidos", ano 95, n. 30.312, 22 jan. 1974, p. 23. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740122-30312-nac-0023-999-23-not >. Acesso em: 13 mar. 2016.

pelo Grupo III, a Escola de Samba Garotos da Chácara Santo Antônio cantou e sambou com o enredo “Bahia e suas tradições” e honrosamente alcançou a 4ª posição entre as 11 agremiações que compunham o seu respectivo grupo.[219]

Para esses acontecimentos envolvendo violência que, por vezes, procuram cercear as manifestações populares, Soihet (2008) se contrapõe a ideia da cultura popular ser constantemente coibida ou doutrinada pela classe dominante, com o objetivo desta procurar favorecer os seus próprios interesses sociais, políticos ou econômicos.

Ao ser germinada na sociedade, a cultura popular se dissipa por diferentes classes sociais, ultrapassa fronteiras e se reformula procurando atender novas demandas econômicas e culturais. Por certo, a autora conclui ser a cultura capaz de estabelecer diálogos com o Estado e, em meio a embates, avanços e retrocessos, as pretensões homogeneizadoras dos detentores do poder, são redirecionadas de maneira mútua e dialética procurando atender os interesses de ambos.

Nesse curso, ressaltamos que os procedimentos de vigilância são bem mais antigos do que muitos estudos costumam reproduzir quando afirmam ser o Estado Novo (1937 a 1945) o precursor do cerceamento e “redirecionamento” dos moldes dos desfiles.

Simson (1982, p. 77) vai além ao ratificar que na cidade de São Paulo essa preocupação por parte do Estado já havia sido iniciada durante a Primeira República brasileira em 1896,[220] logo:

> Outra ideia frequentemente encontrada na literatura que lida com o tema do carnaval é a de que os poderes públicos começaram a se preocupar com o conteúdo dos desfiles carnavalescos e a exercer certa censura sobre o mesmo, com o advento do Estado Novo (depois de 1935), época em que passou a haver a regulamentação dos temas para os desfiles das escolas de samba. Novamente, os dados empíricos relativos ao século passado (século XIX) e início deste século (século XX), vêm mostrar que essa preocupação é muito anterior, e que a eliminação do caráter crítico-satírico dos desfiles de Momo já havia se iniciado em 1896.

[219] SOCIEDADE AMANTES DO SAMBA PAULISTA (SASP). **Carnavais – Central do Carnaval 1974**. Disponível em: <http://www.sasp.com.br/a_carnaval.asp?rg_carnaval=1974#.VuV-65wrLIU.> Acesso em: 13 mar. 2016.

[220] Nesse período, os governadores ainda eram denominados presidentes e assim permaneceram até a Revolução de 1930. Bernardino José de Campos integrava o Partido Republicano Paulista (PRP), foi eleito para presidente do governo do Estado de São Paulo em comícios populares em 17 de maio de 1892, assumiria o cargo em 23 de agosto do mesmo ano e finalizaria seu primeiro mandato em 15 de abril de 1896.

Mesmo optando por um discurso atestando parcialidade da imprensa que se posicionava, nesse período, favorável aos interesses da ala dominante, vindo estes a ressoarem no carnaval, posição a qual denotamos algumas discordâncias, mesmo assim, a autora em seus concisos apontamentos revela que apesar das restrições, essas não foram aceitas pacificamente por parte dos populares ou capazes de persuadir o carnaval para ser brincado aos moldes dos ideais dominantes. Muito pelo contrário, a criatividade emoldura a arte e ao ganhar as ruas o carnaval constantemente se ressignifica.

Dentre as ressignificações, tornou-se relevante para o complemento do estudo, compreender como os periódicos representaram o posicionamento das Escolas de Samba paulistanas frente ao regime ditatorial pelo qual atravessava o país. Certo da existência de lacunas sobre esse período nas mais diferentes áreas, prosseguimos nossas investigações, a fim de contribuir no que concerne à cultura popular inserida em um contexto político ditatorial.

3.2. Regime ditatorial e carnaval: As relações entre as Escolas de Samba e Estado pelos olhares da imprensa escrita paulistana

> *Quer dizer que Carmem Miranda pode ser amante de Noel Rosa e a Princesa Isabel não? Esses caras são fogo.*
> *A Colorado, que tem somente um ano e quatro meses de existência e 150 figurantes fixos, está tendo esses problemas porque na reunião para se achar o tema (enredo) que seria o da escola resolveram optar pela figura de Stanislaw Ponte Preta e seu samba do Crioulo Doido ('Sérgio Porto teu nome no Brasil / É uma estrela neste céu de anil')*
>
> [...] *Eles até se orgulharam de formar a única (ou pelo menos a primeira) escola de samba a ter seu samba de enredo censurado.*[221]
>
> *- A polícia prendendo bicheiros? Assim não é possível. Respeitemos ao menos as instituições! (Frase de Sérgio Porto - o popular Stanislaw Ponte Preta).*

Ciente do período ditatorial que se instaurou no Brasil, os presidentes militares não recebiam abertamente as rejeições direcionadas para as suas correspondentes gestões. Durante esse período, cerceamentos e perseguições ocorreram para os que eram deflagrados defendendo ideais que se opunham às políticas em vigor. Portanto, para o complemento do estudo, se fez necessária a

[221] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Nem samba-enredo escapou à censura. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI n. 17.472, 03 fev. 1977, p. 39. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br /fsp/1977/02/03/21/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

compreensão de como os jornais O Estado de São Paulo e Folha de São Paulo se comportaram frente ao contexto político brasileiro.

Ao analisar as impressões da Folha de São Paulo sobre o golpe militar de 1964, Dias (2013) reconhece que iminentemente toda a grande imprensa, apoiada ideologicamente pelo empresariado nacional, não se opôs ao regime recém-instalado. Empresariado e imprensa compartilhavam da mesma proposta de condescender com a radicalização dos princípios comunistas, certo de que as instituições de cunho capitalista jamais seriam favorecidas. Em suma, a busca pela estabilidade administrativa, fez com que os interesses econômicos falassem mais alto aos ideais políticos.

A Folha de São Paulo manteve-se cautelosa sobre a anistia até meados da década de 1970. Nesse mesmo período se aproximou do Estado, tornando-se este um dos seus principais anunciantes. Paralelamente a reciprocidade, o periódico conseguiu se aperfeiçoar tecnologicamente, sua produção diária prosperou e a lucratividade consideravelmente aumentava com o passar dos anos (MOTA; CAPELATO, 1981).

É somente após estabelecer relações amigáveis com o Estado, que o periódico irá gradativamente aderir no final dos anos de 1970, mesmo que de maneira tímida ao processo de luta pela abertura política. Com a chegada dos anos de 1980, suas posições compactuam mais amplamente com os ideais pela redemocratização do país, apesar de ainda não declarar abertamente suas preferências. Entretanto, um dos seus anexos, intitulado de “Folhetim”, ao ser composto por jornalistas independentes, seria explicitamente a voz dos movimentos sociais que lutavam pelo retorno do regime democrático nacional (VICO; SILVA, 2009).

O Estado de São Paulo, por sua vez, defendia que “liberalismo e democracia eram indissociáveis”;[222] sua postura perante o momento político mereceu atenção de Vico e Silva (2009, p. 5) ao interpretarem que:

> Estes princípios balizaram as críticas políticas do jornal. Apesar de anteriormente ter apoiado o golpe de 1964, no artigo ‘A democracia sem substância’, O Estado de S. Paulo era contrário a tal movimento, por alegar que ele havia instaurado um regime antiliberal e, consequentemente,

[222] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. A democracia sem substância. São Paulo, Notas e Informações, ano 99 n. 31.569, 15 fev. 1978, p. 03. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19780215-31569-nac-0003-999-3-not/>. Acesso em: 03 fev. 2016.

> antidemocrático. Discordava ainda do apoio de empresários ao governo militar.

A nosso ver, não negamos que a imprensa escrita esteve sob a alça de mira da ditadura. Apesar das aproximações, troca de interesses e posições contestadoras, o regime seguia sua doutrina com bases nos 17 Atos Institucionais decretados, somados aos 104 atos complementares (decretos-lei que podiam ser baixados a qualquer momento, atestando medidas de segurança nacional).

Em sentido oposto, as matérias jornalísticas não revelaram farta cobertura envolvendo atividades de cerceamento durante as comemorações dos festejos de Momo. Nosso levantamento se baseou pela palavra-chave “carnaval”; por ser este o foco do estudo tornou-se possível detectarmos a correlação entre o carnaval e a censura, por outro lado, se utilizássemos somente o termo “censura” os resultados de busca não seriam tão fidedignos quanto à primeira proposta.

Foram contabilizadas 1.318 fontes, dessas, 735 decorreram da Folha de São Paulo, somadas as 583 encontradas em O Estado de São Paulo. No entanto, apenas 31 reportagens, sendo exatamente 15 para a Folha de São Paulo e 16 para O Estado de São Paulo enunciavam algum indício de cerceamento.[223]

A princípio nos motivamos a verificar apenas fontes que retratassem qualquer forma de represália direcionada ao carnaval de São Paulo, por ser este o universo de nossa pesquisa. Entretanto, devido à escassez de publicações, optamos por apresentar qualquer indício de censura e repressão direcionadas ao carnaval, visando oportunizar um panorama mais amplo das representações de ambos os noticiários.

Cruz (2010) não reluta em afirmar que sambistas foram investigados, principalmente os de maior destaque como presidentes, carnavalescos e compositores, que ensaios foram monitorados, letras de sambas de enredo precisaram ser alteradas, alegorias modificadas e fantasias reelaboradas a pedido do regime e algumas até vetadas. Contudo, após apurar a documentação produzida pelo regime militar – Fichas sintéticas, Dossiês, Prontuários – identificou grandes lacunas investigativas e resultados não ordenados.

Desse modo, por estarem todas as agremiações no mesmo campo de atuação e balizadas por quesitos julgadores as tornavam alvo de fácil controle, por

[223] As 31 fontes jornalísticas encontram-se disponíveis nos Anexos I e II desta Tese.

conseguinte, a autora assevera pouca relevância das ações de vigília e cerceamento exercidos pelo Estado no cotidiano das agremiações e não descarta o fato de algumas Escolas serem favoráveis ao próprio sistema em troca de benefícios.

Por outro lado, tornam-se hilárias algumas medidas governamentais, sendo essas retratadas com determinada ironia pelos periódicos, as quais os títulos comprovam ações dignas de deboche: “Nem lança-perfume nem tanga em Recife”, “Censura II: cachaça pode, ‘nome feio’ não” e “Travesti fica fora das TVs: vigilância”.[224]

Durante o seminário “Escola de Inovação” realizado pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) em 2012, cuja temática tratou sobre a trajetória do carnavalesco Joãosinho Trinta; o saudoso cinegrafista, professor e carnavalesco Fernando Pamplona integrante da mesa debatedora ao lado das carnavalescas Maria Augusta e Rosa Magalhães, ao comentar sobre a preparação do carnaval de 1970, cujo enredo era “Praça XI – carioca da gema” desenvolvido para a Escola carioca Acadêmicos do Salgueiro, mencionou uma passagem sobre as políticas de cerceamento do regime. Contudo, o que mais nos chamou a atenção foi a sua solução para o problema:

> O enredo era Praça XI, eu fiz um carro com uns ‘bagulhos’ da demolição da Praça XI [...] aí eu botei um mictório lá do botequim da Praça XI, as mesas eram da praça de verdade, os homens eram de verdade, as roupas eram de verdade, o violão que o cara tocava era de verdade, o Chopp saía de verdade, ele servia para o povo.
> Tinha um carro, com um cara fazendo ‘pipi’ no mictório, com a mão na parede.
> Chegou a censura e disse:
> - Não pode!
> Não pode fazer um carro com um cara ‘mijando’ (indagou o censor). Cheguei para o maquinista (personagem do carro alegórico), mandei ele botar a outra mão (na parede do carro) e disse:
> - Ele não está ‘mijando’, ele está vomitando.
> - Ah, vomitando pode! (finalizou o censor)

Por esse curso, advertimos que o nosso foco pautou-se somente em analisar as representações produzidas pelos jornais Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo sobre o carnaval da Paulicéia, todavia, a busca de relatos de sambistas que

---

[224] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Nem lança-perfume nem tanga em Recife. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LV, n. 17.139, 13 fev. 1976, p. 40. Disponível em:<http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/02/13/21/4229339>. Acesso em: 16 fev. 2016. **FOLHA DE SÃO PAULO**. Censura II: cachaça pode, “nome feio” não. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.474, 05 fev. 1977, p. 28. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/02/13/21/4229339>. Acesso em: 16 fev. 2016. **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Travesti fica fora das TVs: vigilância. São Paulo, ano 92, n. 29.372, 07 jan. 1971, p. 13. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710107-29372-nac-0013-999-13-not>. Acesso em: 16 fev. 2016.

vivenciaram esse mesmo período não deve ser descartada, mostrando-se de extrema relevância o cruzamento entre a produção jornalística e os depoimentos dos agentes dessa festa popular que se firmava definitivamente no fim dos anos de 1970, para adentrar triunfante durante a década de 1980.

Nosso próximo passo analisa a Avenida Tiradentes como a nova passarela para as apresentações dos desfiles. Nesse novo palco, o espetáculo conquistou a credibilidade das Escolas, do poder público e espectadores graças à estabilização administrativa da União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP), bem como o esforço conjunto das agremiações em prol do espetáculo.

3.3. "Hoje, o melhor de S. Paulo"[225]: do frenético ritmo urbano ao frenesi das Escolas de Samba – a Avenida Tiradentes estreia na folia

> *Doze escolas de samba do primeiro grupo, as maiores da cidade, desfilam esta noite na Avenida Tiradentes, para um público esperado de 100 mil pessoas, após breve concentração na altura da Ponte Pequena, onde as alas serão formadas, seguindo os carros alegóricos. Será o ponto alto do carnaval paulistano.*[226]

Visto que os desfiles em 1977 foram definitivamente transferidos para a Avenida Tiradentes, marco importante para o carnaval paulistano. Esse período nos impulsiona a investigar as relações estabelecidas entre as agremiações e a nova "passarela" que receberia os aficionados para prestigiar as apresentações.

É na década de 1970 que os desfiles em São Paulo irão aumentar sua popularidade. Como já mencionado no segundo capítulo, foi nesse período que várias escolas foram fundadas na capital paulista, se desenvolveram e ascenderam hierarquicamente pelos grupos de acesso. Os ensaios iniciaram uma importante etapa rumo à integração de pessoas oriundas de diversas classes sociais, fomentando um fértil campo para a atuação da imprensa escrita.

A progressão do carnaval paulistano era evidente e, sem abrir mão das suas características históricas que lhe proporcionaram identidade ao longo dos anos, seguia com firmes passos os mesmos caminhos já trilhados pelos desfiles cariocas. A empatia popular pelas escolas era igualmente evidente em solo paulistano, dos ensaios as apresentações finais nos dias de carnaval, fatos como estes despertaram

---

[225] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. Hoje, o melhor de S. Paulo. São Paulo, ano 98, n. 31.265, 20 fev. 1977, p. 20. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770220-31265-nac-0020-999-20-not.>. Acesso em: 19 mar. 2016.

[226] *Idem.*

a atenção da imprensa que, a partir de então, conta com dois campos promissores para reportagens sobre os desfiles carnavalescos – Rio de Janeiro e São Paulo.

Se a Cidade Maravilhosa era mencionada por ter quinze horas com as melhores escolas do mundo,[227] a Terra da Garoa poderia desfrutar das melhores Escolas da cidade:

> Apresentando o melhor Carnaval de Rua em São Paulo, de todos os tempos, o desfile das 10 escolas de samba do Grupo I, iniciado domingo às 20 horas levou à São João e suas proximidades, cerca de 300 mil pessoas. Foi o mais vibrante em termos de participação do público e, apesar das dificuldades, como a ineficiência do policiamento e a invasão do público, a briga pelos dois primeiros prêmios de 15.500 e 13.000 cruzeiros foi bastante acirrada.[228]

Em meados de 1970, novas conquistas eram agregadas ao carnaval paulistano e repercutiriam pelos anos de 1980, ao passo de consagrar os desfiles da Avenida Tiradentes como uma época áurea para o carnaval de São Paulo.

Esses avanços se tornaram possíveis graças aos esforços conjuntos entre o poder público e sambistas, vindo a desencadear um ciclo de exigências e resultados no seguinte sentido: a Secretaria de Turismo, ao ser cobrada pelos sambistas para oferecer melhores condições para a realização dos desfiles (infraestrutura técnica, segurança, transporte, divulgação, etc.), concomitantemente, passava a ter o direito de exigir que os mesmos ofertassem apresentações dignas de espetáculo. Em razão disso, os desfiles conseguiriam maior inserção nos principais meios de divulgação (jornais e rádios) e, consequentemente, proporcionaria facilidades na captação de recursos para as agremiações.

Navegando agora em águas mais tranquilas, os desfiles se consolidavam e ganhavam a credibilidade da população, assim como as páginas dos jornais. Contudo, as críticas ainda se faziam presentes e ao longo do levantamento do biênio 1976 e 1977 nossas análises denotaram posicionamentos divergentes dentro e entre os periódicos por nós analisados.

Posicionamentos divergentes sempre integraram as edições da imprensa escrita, falada e televisiva, se a dualidade se torna perceptível no próprio jornal, por outro lado promove a concorrência na indústria da informação, sendo passível sua

---

[227] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Rio: quinze horas com as melhores Escolas do mundo. São Paulo, Primeiro Caderno - Local, ano LIV, n. 16 772, 11 de fev. 1975, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/11/2/4430304>. Acesso em: 15 jan. 2016.

[228] **FOLHA DE SÃO PAULO**. SP: dez horas com as melhores Escolas da cidade. São Paulo, Primeiro Caderno - Local, ano LIV, n. 16 772, 11 fev. 1975, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/11/2/4430308>. Acesso em: 15 jan. 2016.

aceitação, sobretudo, em regimes democráticos ou que respeitam a liberdade de expressão da imprensa.

O mesmo objeto ou ação de cunho social, político, econômico ou cultural podem revelar diferentes opiniões expressas ao longo das páginas, e assim possibilitar que a população possa ter maior amplitude interpretativa dos acontecimentos. Essa ambiguidade, sempre favoreceu o aquecimento das vendas de exemplares entre os cidadãos.

Contudo, o que nos permitiu identificar em determinados momentos foi o surgimento de conclusões antecipadas e inconsequentemente incoerentes com o próprio desenvolvimento da festa.

Se somente os desfiles atraíam aproximadamente 300 mil pessoas,[229] é evidente a grande empatia que a população demonstrava pela festa. A necessidade de transferi-los para outro local, capaz de abrigar de maneira mais confortável e segura tanto os espectadores quanto os sambistas, era de extrema urgência. Essa possibilidade vinha sendo discutida desde 1974, mas só em 1977 seria realmente efetivada.

No demais, o próprio título da reportagem da Folha de São Paulo “Em SP, carnaval procura seu rumo” não condizia com a descrição dada aos desfiles:

> Apenas o desfile das escolas de samba do Grupo I, no domingo, conseguiu dar ao carnaval paulistano um pouco mais de animação. Ontem, o entusiasmo pelo samba em São Paulo diminuiu novamente, embora hoje, último dia de festa, deva aumentar. Para os que torcem por Escolas de Samba, o desfile de anteontem mostrou que a Vai-Vai poderá conseguir este ano sua primeira vitória como escola. Em aplausos superou suas rivais mais diretas, a Camisa Verde e Branco e a Mocidade Alegre. No geral, o desfile foi pobre. Ontem às 5 da manhã, quando passou a última escola (Camisa Verde e Branco) e o povo juntou-se a ela, foi possível concluir: o carnaval de rua de São Paulo ainda não encontrou o seu caminho.[230]

Após julgar os desfiles “pobres”, o periódico procurou se justificar ao estampar o contraditório enunciado na mesma edição: “Vai-Vai a escola mais animada da

---

[229] SILVA, W. Impressões de Carnaval, por Plínio Marcos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.161, 06 mar. 1976, p. 23. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/06/21/4230414>. Acesso em: 18 jan. 2016.

[230] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Em SP, carnaval procura seu rumo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LVI n. 17.157, 02 de mar. 1976, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/02/2//4229620>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Avenida São João",[231] logo, a maior parcela da culpa recaía sobre os parcos CR$ 68.000,00 (sessenta e oito mil cruzeiros) destinados pela Secretaria de Turismo e Fomento para subsidiar cada uma das 10 agremiações[232] presentes no Grupo I.

Visto que no ano anterior, em 1975, a subvenção para todo o carnaval totalizava a cifra de CR$ 6. 576.976,00[233] (seis milhões quinhentos e setenta e seis mil e novecentos e setenta e seis cruzeiros). Desse montante foi destinado CR$ 1. 237. 080,00 (um milhão duzentos e trinta e sete mil cruzeiros e oitenta centavos)[234] para ser dividido entre as 33 agremiações[235] posicionadas hierarquicamente entre os Grupos I, II e III.

Um importante indicativo a ser frisado é sobre o número de agremiações presentes nos dois anos. Se em 1975[236] foram 33 agremiações divididas em: 10 Escolas do Grupo I, 09 Escolas do Grupo II (A Sociedade Escola de Samba Imperador do Ipiranga ao ser desclassificada em 1974, não veio a desfilar em 1975) e 14 Escolas que finalizavam o Grupo III. Em 1976[237] houve um considerável aumento das entidades carnavalescas estreantes, enquanto que os Grupos I e II mantiveram em seus quadros a quantidade de 10 Escolas, não havendo nenhuma desistência, o Grupo III foi composto por 22 Escolas e mais 6 Blocos.

Apesar dos investimentos por parte do Município aumentar a cada ano, bem como o número de Escolas, ainda não era o suficiente para equilibrar a saúde financeira das agremiações. A título de ilustração "Os gastos da Escola de Samba

---

[231] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Vai-Vai a escola mais animada da São João. São Paulo, Local, ano LVI n. 17.157, 02 mar. 1976, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/02/2/4229620>. Acesso em: 19 jan. 2016.

[232] SOCIEDADE AMANTES DO SAMBA PAULISTA (SASP). **Carnavais – Central do Carnaval 1976**. Disponível em: < http://www.sasp.com.br/a_carnaval.asp?rg_carnaval=1976#.VrK8LfkrLIU> Acesso em: 02 fev. 2016.

[233] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Prefeitura do Município de São Paulo / Secretaria do Turismo e Fomento / Extrato de Contrato nº 02/75. São Paulo, Educação-Agenda, ano LVI, n. 16.759, 29 jan. 1975, p. 09. Disponível em: < http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/29/2/4392701>. Acesso em: 19 jan. 2016.

[234] **FOLHA DE SÃO PAULO.** O dinheiro das escolas de samba está sendo entregue. São Paulo, Local, ano LVI, n.16.751, 21 de jan. de 1975, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/21/2/4391199>. Acesso em: 19 jan. 2016.

[235] SOCIEDADE AMANTES DO SAMBA PAULISTA (SASP). **Carnavais – Central do Carnaval 1975**. Disponível em: <http://www.sasp.com.br/a_carnaval.asp?rg_carnaval=1975#.VrK3KvkrLIU> Acesso em: 02 fev. 2016.

[236] *Idem.*

[237] SOCIEDADE AMANTES DO SAMBA PAULISTA (SASP). **Carnavais – Central do Carnaval 1976**. Disponível em: < http://www.sasp.com.br/a_carnaval.asp?rg_carnaval=1976#.VrK8LfkrLIU> Acesso em: 02 fev. 2016.

Nenê de Vila Matilde passam de 900 mil cruzeiros e, somente as alegorias, construídas por um artista do Rio, custam 230 mil.[238]

Com a experiência adquirida ao longo dos anos, entre os percalços vividos na década de 1960, somados as experimentações da primeira metade dos anos de 1970, foi somente a partir da segunda metade da mesma década que o carnaval de São Paulo começou a adquirir maturidade dentro das suas próprias reconfigurações. O Poder Público e os agentes do meio carnavalesco (dirigentes, órgãos administrativos e sambistas) iniciavam meneios e mesuras mais ensaiados, dignos do sincronizado cortejo propiciado entre o Mestre-Sala e a Porta-Bandeira.

Esse fato viria a se comprovar pelas décadas seguintes, a cada ano o carnaval paulistano ganharia mais representatividade e, com isso, fortalecia-se se assemelhando ao ritmo dos instrumentos que o embalava avenida adentro.

Ao invés de terminar na sombria quarta-feira de cinzas, as atividades nas agremiações começariam a ocupar a maior parcela do ano com ensaios e apresentações dentro e fora das quadras, programas assistenciais e capacitação profissionalizante, cursos de formação para a área carnavalesca (confecção, dança, percussão, etc.) e atividades socioculturais de lazer, transformando as quadras e as propostas nelas desenvolvidas, em locais/ações de uso polivalente, classificado por Magnani (1984) como “o pedaço” local regido por um conjunto de regras capazes de ofertar pertencimento interno dos assíduos frequentadores, como também para outros não tão comprometidos, tornando-se válidas as experiências compartilhadas independente da frequência e intensidade dos envolvidos.

Por esta esteira, a Folha de São Paulo, em realista reportagem, enalteceu o carnaval de 1976, como passou a apostar em um futuro promissor para o desvairado reinado de Momo na Paulicéia:

> O fato é que com auto-promoção (sic.) política ou não, demagogia ou não, São Paulo – mesmo afirmando isso ainda em uma segunda-feira de carnaval – está conseguindo se afirmar em termos carnavalescos e em breve teremos um dos melhores carnavais do país. É necessário não deixar tudo para a última hora, como aconteceu neste carnaval, que foi prometido por Armando Simões Neto como ‘o melhor de todos os tempos’. Se foi,

[238] **O ESTADO DE SÃO PAULO**. S.P. gasta 20 milhões no carnaval. São Paulo, ano 97, n. 30.961, 28 fev. 1976, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760205-30941-nac-0024-999-24-not> Acesso em: 03 fev. 2016.

> ninguém sabe, nem os pessimistas e nem os entusiastas. O fato é que ele começou a existir.[239]

O reconhecimento do periódico pelo engrandecimento do carnaval de São Paulo começaria antes mesmo da edição do próximo ano (Carnaval de 1977). Após duradouros e intensos nove anos (1968-1976), o público se concentrou por toda a Avenida São João e suas redondezas. Mas, seria em 1976, que uma das avenidas mais conhecidas da capital se despediria do Reio Momo e seus súditos seguidores. Tanto os desfiles quanto o público haviam aumentado demasiadamente em menos de uma década, logo, necessitavam alçar novos planos para ambos serem acomodados com segurança.

Os desfiles foram transferidos para a Avenida Tiradentes em 1977, sendo esta uma larga via expressa que se inicia na Estação da Luz e termina na Marginal Tietê, que por ora ofertava 732 metros de passarela aos sambistas.

As promessas de mudança já haviam sido sinalizadas após o carnaval de 1974, para que os desfiles fossem transferidos para outro local mais apropriado na cidade de São Paulo. Somente em 1976, após simultâneos incidentes ocorridos na Avenida São João que essa proposta foi levada adiante pelo poder público. A mudança era tão evidente que ambos os periódicos estudados por nós, apresentaram a mesma posição:

A Folha de São Paulo concluiu que a Avenida São João não comportava mais o enorme volume de pessoas:

> Quando as cinco maiores escolas do Grupo I desfilavam pela avenida, a Polícia Militar (mais organizada que no ano passado) fazia cordão de isolamento atrás dos sambistas, separando as escolas da multidão, que invadiam a Avenida São João para sambar.
> [...] O público foi calculado em aproximadamente 200 mil pessoas. Uma minoria acomodada nos 100 palanques e a maioria espremida atrás dos cordões de isolamento.[240]

A partir dos registros realizados pelo O Estado de São Paulo, surge a cobrança por um novo local para os desfiles:

---

[239] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Um carnaval que começa a existir. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.156, 01 mar. 1976, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/01/21/> Acesso em: 03 fev. 2016.

[240] **FOLHA DE SÃO PAULO.** A energia da PM na avenida. São Paulo, Caderno Local, ano LVI, n. 17.157, 02 mar. 1976, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/02/2>. Acesso em: 04 nov. 2015.

> Arquibancadas desmontadas em vários pontos da Avenida São João, 150 feridos por pequenos acidentes, desmaios e crises de nervosismo, e uma promessa mais uma vez feita à população – um novo local para os desfiles a partir 'do próximo ano' – foram o saldo da apresentação das escolas de samba do Grupo I, realizado no domingo a noite. [...] As escolas de samba, por sua vez, também reclamaram da iluminação e do som oferecido pela Jaraguá (empresa contratada pela Secretária de Turismo para promoção e ornamentação do carnaval) que se mostraram deficientes durante todo o desfile.[241]

No entanto, o primeiro evento teste se realizou ainda durante o ano de 1976, às vésperas do feriado de 7 de setembro, onde as agremiações puderam desfrutar da avenida que seria o palco definitivo para o Carnaval de 1977, como nos mostra a cobertura realizada pelo Jornal Folha da Tarde:[242]

> O desfile das Escolas de Samba e Blocos Carnavalescos na Avenida Tiradentes, sábado à noite, serviu para testar o novo local de desfiles carnavalescos. Apesar da chuva, o povo não arredou pé do local e só deixou as cordas e as poucas arquibancadas quando a Vai-Vai passou, e como de costume esvaziam o local, arrastando verdadeira multidão ansiosa para participar do ritmo vibrante da bateria conduzida por (mestre) Feijoada. [...] Dirigentes de diversas Escolas de Samba se manifestaram entusiasmados com o novo local e desejam que não haja mais interferência de elementos estranhos ao samba.[243] (grifo nosso).

São sinalizadas antigas carências infraestruturais que ainda perduravam na nova passarela, fato a ser destacado por nós, sendo a "corda" um dos principais recursos usados para delimitar o espaço destinado entre o componente e o espectador, somados às poucas arquibancadas existentes.

Apesar de ser um evento comemorativo, sem precedentes competitivos, seria o suficiente para que as Agremiações, as protagonistas do espetáculo, se atentassem para que relativos avanços fossem realizados na nova passarela. Essas solicitações foram retratadas pela Folha de São Paulo que ao tecer elogios à nova passarela, contudo, não deixou de ouvir e dar voz às reinvindicações dos sambistas, para que antigos e persistentes problemas fossem solucionados:

---

[241] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** 150 feridos e a velha promessa de novo local. São Paulo, Caderno Geral, ano 97, n. 30.963, 02 mar. 1976, p. 32. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760302-30963-nac-0032-999-32-not/>. Acesso em: 04 nov. 2015

[242] O jornal "Folha da Tarde" foi um vespertino brasileiro do atual grupo "Folha de São Paulo". Sua origem data de 19 de fevereiro de 1921 com o periódico "Folha da Noite", tendo como fundadores: Olival Costa e Pedro Cunha. Em Julho de 1925 é criada a "Folha da Manhã", edição matutina da "Folha da Noite". A "Folha da Tarde" seria fundada 24 anos mais tarde. Em 1º de janeiro de 1960, os três títulos da empresa - "Folha da Manhã", "Folha da Tarde" e "Folha da Noite" - se fundem e surge o jornal "Folha de São Paulo" (MOTA; CAPELATO, 1981).

[243] **FOLHA DA TARDE**. Escolas aprovaram a nova pista. São Paulo, Folha da Tarde, ano LVI, n. 17.322, 06 set. de 1976. p. 02.

> A noite, público e sambistas testaram e aprovaram a nova 'Passarela do Samba' que, de acordo com determinação da Prefeitura, será a Avenida Tiradentes (para o Carnaval de 1977). A despeito da chuva, ninguém arredou o pé do lugar e as cordas só foram rompidas quando a multidão, contagiada pelo ritmo frenético da bateria do Vai- Vai, foi para o asfalto sambar.
> Com aproximadamente 600 figurantes o Vai-Vai desfilou com muita desenvoltura utilizando toda a largura da avenida, numa extensão de cerca de 500 metros na direção bairro-cidade. O teste revelou, por exemplo, que as escolas pequenas e dos grupos inferiores não conseguirão fazer boa figura com poucos componentes.
> Também deixou claro que, sendo a área livre de postes e fios elétricos, as alegorias vão poder ultrapassar o limite dos 3 metros de altura e os quatro de largura. A iluminação, que a Prefeitura promete reforçar, deverá oferecer condições de maior destaque às fantasias e vai facilitar o trabalho da televisão e cinegrafistas.
> [...] Os sambistas e dirigentes, que não esconderam seu entusiasmo com o novo local, esperam, no entanto, que ali sejam resolvidos alguns problemas crônicos do nosso carnaval: melhor acomodação para o público, criação de arquibancadas pagas, para turistas e reservas antecipadas; e a não interferência de pessoas alheias ao Carnaval.[244]

O ano de 1977 finaliza o recorte do estudo, ao consolidar a UESP enquanto unidade representativa e ter na Avenida Tiradentes o mais novo endereço oficial da Festa Momesca paulistana. Este local receberia por longos e nostálgicos 14 anos os desfiles, até ser transferido, em 1991, para o "Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo", popularmente conhecido como Sambódromo do Anhembi.

Realçamos que a pesquisa documental foi realizada com base nos levantamentos jornalísticos compreendidos entre os anos de 1967 a 1977. Entretanto, em alguns momentos, torna-se relevante para o fechamento do estudo, mencionarmos o desfecho posterior ao recorte por nós delimitado.

Acreditamos ser plausível apontarmos esses resultados, pois eles decorrem das reconfigurações pelo qual atravessou o carnaval após os significativos anos de 1967/1968. Por outro lado, oportunizamos novos olhares, interpretações e aprofundamentos para os que usufruem dessa temática como campo de estudos.

Essas deficiências seriam sanadas dois anos mais tarde, no carnaval de 1979.

> O próximo carnaval paulistano, ao que tudo indica, iniciará uma nova fase na maior festa popular brasileira, em São Paulo. Os primeiros indícios foram notados através da organização do evento, conduzida pela Paulistur que arcando com custos maiores, deu critério de importância para as arquibancadas, para a iluminação, sonorização e decoração da Avenida

[244] **FOLHA DE SÃO PAULO.** O samba foi à missa e desfilou na passarela. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LVI, n. 17.322, 06 set. 1976. p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/09/06/2/>. Acesso em: 11 out. 2014.

> Tiradentes, em estilo jamais visto. As arquibancadas na Avenida Tiradentes serão de estrutura tubular e serão estendidas em cerca de mil metros, com capacidade para quase 17 mil pessoas (em 34 módulos). Serão todas cobertas [...] (GAZETA ESPORTIVA, 1979).[245]

A mudança não seria apenas de caráter espacial, as ressignificações ocupariam vários segmentos tocados pela festa. Para essas nuances, nossas justificativas se sustentam pela definição dos elementos presentes nos módulos de julgamento (Musical, Dança, Artístico e o quesito Conjunto). É por esse curso que nos aprofundamos para apontar essas evidências nos desfiles na capital paulista, logo, o baliza, as alegorias e a bateria são exemplos que retratamos.

O Baliza, mesmo não sendo julgado diretamente, terá suas habilidades avaliadas pelos quesitos “evolução (módulo dança)” e “Conjunto”; suas artimanhas e malabarismos passaram a embelezar o coletivo da Escola, uma vez que os recorrentes e generalizados embates do tempo dos Cordões já não ocorriam mais.

Isto ocorreu graças às propostas voltadas para a promoção do espetáculo. O uso de cordas de isolamento num primeiro momento (mesmo sendo esse um procedimento deficitário) e posteriormente com a instalação das grades de contenção, possibilitaram a organização do local, ora para os espectadores que se dirigiam às arquibancadas, bem como para as Escolas que, desde então, passaram a desfrutar de uma passarela mais organizada para realização dos seus desfiles.

As novas arquibancadas agregaram relativas melhorias infraestruturais exigidas anos anteriores pelos sambistas e espectadores, levaram conforto e segurança para o grande público que prestigiava o evento.

Essas medidas tinham como objetivo coibir as aglomerações que atravancavam a passagem dos componentes das Escolas. Em vista disso, ao invés dos confrontos as agremiações compreenderam que ao se compactuarem, inúmeros seriam os benefícios em prol do espetáculo e da própria imagem. No entanto, o célebre Baliza, munido pela maestria dos seus malabares, carregará pelas décadas seguintes a herança dos antigos Cordões.

O engrandecimento não se restringiria somente aos integrantes, as alegorias que já se apresentavam desproporcionais para a Avenida São João, paulatinamente

---

[245] **GAZETA ESPORTIVA.** Carnaval 79: Paulistur leva conforto ao povo e turistas. São Paulo, 11 jan. 1979. s/p. Consulta realizada no acervo da União das Escolas de Samba Paulistanas – UESP.

teriam suas dimensões ampliadas, incentivadas pelas facilidades de acomodação nesse novo local de desfiles.

Em suma, o aumento do número de integrantes e das alegorias, somados ao requinte das fantasias (módulo artístico) promoveram maior plasticidade às Escolas, a elucidação desse processo ocorreu com a agremiação do bairro da Bela Vista, “A escola Vai-Vai foi uma das únicas a conseguir empolgar na São João, no domingo, quando a preocupação plástica foi maior do que o cuidado com o samba. Embora tenha enfrentado problemas com o som e parte da evolução, conseguiu superar as falhas [...].”[246]

Por fim, o andamento mais acelerado das baterias (módulo musical) carregará as características dos Cordões. Moraes (1978, p. 61), ao utilizar-se das questões rítmicas, esclarece perfeitamente todo o processo que culminava na ressignificação de ordem técnica-organizacional pela qual atravessa os desfiles em São Paulo:

> (Tornou-se) Marco importante para a transformação do carnaval paulistano a introdução dos elementos de percussão ditando o ritmo samba, a partir desse momento, muitas pessoas tentaram encontrar uma diferenciação entre o ritmo ditado pelos antigos Cordões, e os tocados pelas então recém-criadas Escolas de Samba, em contrapartida, surgia uma nova identidade rítmica, ou seja, as Escolas de Samba já haviam incorporado os Cordões em suas distintas manifestações.

O processo de difusão cultural que tramitava entre as capitais, fluminense e paulista, iniciado em meados da década de 1950 ganhou força na virada dos anos de 1960 com a regulamentação dos desfiles e, simultaneamente, com a organização estatutária das escolas e órgãos administrativos. Essa estrutura organizacional se estendeu pela década de 1970, revelando ser cada vez mais notória a cobertura realizada pela imprensa escrita. Contudo, as readequações estruturais seriam constantes, fruto do crescimento das Agremiações e do inevitável aumento de espectadores que lotavam as arquibancadas.

Em vista disso, as duas maiores capitais do país, ao construírem cada uma a sua festa, de forma completamente independente em meio a embates e tensões e sem abandonar as características formadoras dos seus respectivos carnavais, tornavam evidentes as similitudes identitárias entre si, a começar pela mudança de endereço dos desfiles, conforme fatos apontados nos registros jornalísticos.

---

[246] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Preocupação com o luxo prejudica o samba. São Paulo, Caderno Geral, ano 97, n. 30.963, 02 mar. 1976, p. 32. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760302-30963-nac-0032-999-32-not >. Acesso em: 03 fev. 2016.

APONTAMENTOS FINAIS: FIM DO DESFILE OU O RECOMEÇO DE UM NOVO ENREDO!

> *Zona Sul, Leste, Oeste, Norte. Em cada esquina de cada zona, uma frase diferente mostra a diversidade de sambas enredos preparados para o desfile das escolas de samba na Avenida Tiradentes. Mas o objetivo não é só sambar na avenida: os bairros redutos dos sambistas, também vão assistir a passagem das escolas em suas principais avenidas.*
> *Vila Esperança e Vila Matilde prometem um grande carnaval. A Lapa garante que 'o seu' será o melhor – e, de todas, é o que apresenta maior possibilidade de sucesso. No Tucuruvi, os organizadores aguardam pelo mesmo, a presença de 40 mil pessoas do ano passado.*[247]

O fim do desfile se aproxima, os preparativos para a retirada da Escola da avenida são iniciados, a volúpia carnavalesca, nas mais diferentes manifestações, se cessa, por fim, Momo é destronado do seu curto e intenso reinado e todos os foliões vagarosamente retornam para sua penosa rotina diária de um longo ano que se inicia, sempre carregando a esperança de reviver a fantástica magia dos carnavais que ainda estarão por vir.

Assim como o término do carnaval, nosso estudo se encerra. Longe de propor conclusões fechadas e absolutas diante de um tema extremamente amplo, capaz de agregar diferentes áreas, nos atemos ao desfecho das investigações, considerando-as como um rico campo para novas interpretações, intervenções e aprofundamentos.

Os 11 anos por nós analisados (1967-1977), remetem a um emblemático período da história do carnaval paulistano. Se até 1967, os auxílios ofertados pela prefeitura para o carnaval de rua se resumiam a modestos ajustes de iluminação e à precária instalação do sistema de som e fechamento das vias públicas para a realização dos desfiles,[248] esse cenário começou a se transformar nos últimos meses desse mesmo ano, graças às aproximações estabelecidas entre sambistas e entusiastas do universo carnavalesco com a gestão do então prefeito José Vicente de Faria Lima, carioca de nascimento, prefeito da capital paulista por opção.

Começava no final de 1967, a se esboçar propostas com o intuito de viabilizar o engrandecimento dos desfiles paulistanos. A primeira medida procurou fortalecer a

---

[247] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Carnaval do povo é nos bairros: Santo Amaro, Lapa, Tucuruvi, e Vila Esperança mantém a tradição. São Paulo, Primeiro Caderno - Local, 20 fev. 1977, p. 16. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/20/2/5412199>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[248] **FOLHA DE SÃO PAULO**. Ajuda oficial ao carnaval paulista. São Paulo, Folha Ilustrada, 02 fev. 1967, p. 5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/02/21> . Acesso em: 13 ago. 2013. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Carnaval terá ajuda oficial. São Paulo, ano 88, n. 28.160, 02 fev. 1967, p. 44. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670202-28160-nac-0044-999-44-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

entidade jurídica - Federação das Escolas de Samba e Cordões Carnavalescos, fundada em 20 de agosto de 1958, mas que, até então, exercia pouca representatividade frente à esfera pública governamental.

Uma vez revigorada a Federação, essa se incumbiu de representar os anseios dos Blocos, Cordões e Escolas de Samba e, paralelamente, arcou com a responsabilidade de receber, repassar e prestar contas dos subsídios públicos destinados às entidades carnavalescas.

A atuação efetiva da Federação começou graças aos esforços do prefeito Faria Lima para a aprovação da Lei nº 7.100/67, pela Câmara dos Vereadores. Após vários embates e rejeições, a lei foi sancionada e, em 27 de dezembro de 1967, passou a vigorar, autorizando a Prefeitura a: “promover festas de cunho popular e festejos carnavalescos no município de São Paulo, visando incrementar o turismo, conservar e desenvolver as tradições folclóricas brasileiras e contribuir para a recreação popular” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1967).

Essas negociações foram decorrentes do processo de reconfiguração dos desfiles, cujo resultado ecoou pelas décadas subsequentes. Durante o levantamento realizado nos periódicos Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, até 1967 os bailes de salão ocupavam boa parte das matérias, estando o carnaval de rua resumido aos Blocos e desfiles das agremiações que tomavam as ruas da Vila Esperança (zona leste) e da Lapa (zona oeste); entretanto, a repercussão na imprensa escrita ainda mostrava-se incipiente para as respectivas manifestações.

Com o reconhecimento do carnaval de rua pelo poder público, em 1967/1968, o setor turístico foi designado a promovê-lo em ações conjuntas com a Federação. Ao ser integrado no calendário de eventos do município, a Secretaria de Turismo e Fomento serviu de esteira para a sua gradativa estabilização e, por consequência, do seu crescimento na cidade.

Em um primeiro plano os investimentos realizados pela prefeitura almejavam melhoramentos para a promoção da festa mais popular do país, e oportunamente, visando o desenvolvimento turístico da capital, designou-se a Secretaria de Turismo e Fomento que se encarregasse, em conjunto com a Federação, das responsabilidades para que o evento se desenvolvesse gradativamente. Concomitantemente, a imprensa escrita, apesar das constantes críticas, lançou novos olhares para o Carnaval de rua, em particular para os desfiles. Esse fato comprova-se pelo aumento de matérias e reportagens durante o carnaval de 1968.

Em suma, os objetivos do poder público municipal eram louváveis e procuravam - dentro da realidade paulistana - seguir a mesma trajetória de sucesso implantada nos desfiles cariocas nas décadas de 1930 e 1940.

Às aproximações entre o poder público com as agremiações e seus correspondentes desfiles, mediadas por uma entidade administrativa responsável por representar e reger as necessidades carnavalescas do município provocou evidentes semelhanças entre a estruturação do carnaval carioca e paulistano.

Sobre as propostas e acordos realizados na Cidade Maravilhosa, as palavras de Cavalcanti (2008, p. 42) traduzem o progresso dos desfiles iniciados na década de 1930:

> Em 1935, (as Escolas) passaram a receber, como já faziam os demais grupos carnavalescos preexistentes, subvenções para o seu desfile.
>
> [...] Na década de 1950, configurou-se com nitidez o conjunto de processos que definiu o rumo das escolas nas décadas seguintes. A ampliação de suas bases sociais progrediu com a participação crescente das camadas médias, incluindo a presença de cenógrafos e artistas plásticos na produção dos desfiles. A construção de arquibancadas na Avenida Rio Branco, em 1962, com a venda de ingressos ao público iniciou o irreversível processo de comercialização dos desfiles.
>
> Os sambas-enredo, por sua vez, já eram gravados em disco comercial desde 1972. Em 1983, foi feito o primeiro contrato da Associação das Escolas de Samba com a televisão para a transmissão dos desfiles.

Para a realidade da Terra da Garoa, recorremos às descrições de Crecibeni (2000, p. 28) ao traçar o panorama dos desfiles após a reconfiguração de 1967/1968.

> O Carnaval de 1968 alcançou um patamar de qualidade nunca visto. A passarela passou a contar com arquibancadas grátis para o povo e uma iluminação complementar adequada ao desfile. As dezoito entidades carnavalescas federadas estavam divididas em três categorias:
>
> Blocos: Irmãs Ibeji, Mocidade Alegre e Cabeções de Vila Prudente.
>
> Cordões: Fio de Ouro, Vai-Vai, Camisa Verde e Branco.
>
> Escolas de Samba: Nenê de Vila Matilde, Unidos do Peruche, Lavapés, Unidos de Vila Maria, Acadêmicos do Tatuapé, Império de Cambuci, Folha Azul dos Marujos, Morro da Casa Verde, Primeira de Santo Estevão, Acadêmicos do Peruche, Acadêmicos do Ipiranga, Príncipe Negro e Estrela Brilhante.
>
> As entidades carnavalescas passaram a contar com o pagamento pelos desfiles carnavalescos, primeiro como subvenção oficial, depois como cachê artístico, o que implicou no estabelecimento de uma série de regras e exigências.

> As agremiações passaram a ser estruturadas, e a Federação das Escolas de Samba promove, em 1969, a gravação do primeiro LP de Sambas-Enredo de São Paulo.

Para esses trâmites e similitudes com o modelo carioca, ressaltamos que a "oficialização" iniciada em 1967/1968, foi alvo de críticas que insistentemente condenavam a aculturação do modelo carnavalesco carioca perante o paulistano; para esse impasse, nossos apontamentos preferem caracterizar essa passagem como uma pontual e positiva reconfiguração cultural.

A nosso ver, o carnaval paulistano a partir dos anos de 1960 se constituiu pela ressignificação de dois fatores simultâneos: a) Técnico-estatutário: referente às transformações pelas quais passaram as agremiações carnavalescas; essas vieram a influir nas suas apresentações, os desfiles propriamente ditos, no decorrer das décadas de 1960 e 1970; b) Atividades administrativas: foram as responsáveis pela organização da Festa de Momo na cidade de São Paulo, com destaque para os desfiles carnavalescos.

Esses dois itens, diante dos memoráveis avanços, mas, também, dos inevitáveis retrocessos, concederam abertura para as diversas culturas formadoras dessa festa do povo que se emoldurava no decorrer dos anos na Terra da Garoa.

Nossas convicções encontram abrigo nas contribuições ofertadas pelos estudos culturais, estes nos conduzem a interpretações provenientes da multiplicidade que brota do interior de cada cultura. Assim, res(significados) se disseminam em uma sociedade que se transforma. Para essas peculiaridades Ortiz (2012, p. 08) avalia que:

> Toda identidade é uma construção simbólica, o que elimina, portanto, as dúvidas sobre veracidade ou falsidade do que é produzido. Dito de outra forma, não existe uma identidade autêntica, mas uma pluralidade de identidades, construídas por diferentes grupos sociais em diferentes momentos históricos.

Para as questões que tangem o carnaval, Moraes (1978) alega que, na época, os jornais tachavam a oficialização como uma "incompreensão das autoridades" ou "descaracterização das origens do carnaval paulistano". Porém, esses alardes partiram de pessoas e/ou instituições sem o real entendimento da situação. Os Cordões, manifestação tipicamente paulistana, já sinalizavam transformações voltadas para os moldes técnicos e estruturais das Escolas de Samba desde os anos de 1950, devido à espontânea iniciativa dos seus dirigentes.

Os argumentos de Azevedo (2010) nos permitem compreender que o ritmo samba e as diversas manifestações carnavalescas, incluindo as Escolas de Samba, haviam alcançado patamares de notabilidade na imprensa (rádios e jornais) e nas relações com o poder público, quando o Rio de Janeiro ainda exercia a posição de capital brasileira. Sendo assim, os sambistas paulistanos enxergavam que o caminho trilhado pela antiga capital do país demonstrava ser promissor, logo, não tardou para que intercâmbios fossem promovidos entre as cidades, antes mesmo da suposta "oficialização" ocorrida em 1967/68.

Simson (1989, p. 197) assegura que empreendimentos foram iniciados nos anos de 1950 entre cariocas e paulistanos. Os intercâmbios se mostraram pertinentes em duas esferas de ações conjuntas. Uma delas direcionava-se diretamente aos agentes envolvidos com a estruturação e desenvolvimento técnico dos desfiles - sambistas e dirigentes das agremiações; a outra se voltava para as resoluções burocráticas e administrativas, encargos destinados à Federação e posteriormente à União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP).

As constatações da autora se pautaram nas análises realizadas no consagrado Grêmio Recreativo Escola de Samba Nenê de Vila Matilde,[249] fundado em 01 de janeiro de 1949, pelo fato de sempre desfilar na qualidade de "Escola de Samba".

> Em 1959, nove anos antes da oficialização do carnaval em São Paulo, a ligação com o carnaval da Capital do país (Rio de Janeiro) fez com que a bateria da Escola de Samba Nenê de Vila Matilde introduzisse no desfile paulistano o ritmo e batidas cariocas; haviam sido captados por seu Nenê em visita ao Morro da Mangueira, e penosamente ensinados durante dois anos, aos ritmistas paulistanos.
> O passado, rico de influências cariocas, da Nenê de Vila Matilde possibilitou à escola a se adequar, com maior rapidez e eficiência, à nova forma de desfile exigida pelo regulamento oficial. O fato de ter sido campeã nos três primeiros anos do desfile oficial (1968, 1969 e 1970) o comprova.

Esses fatores possibilitaram a criação de uma via de mão dupla, se visitas esporádicas eram realizadas ao Rio de Janeiro pelo mandatário Alberto Alves da

[249] São várias as influências cariocas constatadas nessa agremiação, a começar pelas cores azul e branco que integram a Nenê de Vila Matilde desde o seu primeiro ano, após o emérito presidente Alberto Alves da Silva, seu Nenê, se encantar com apresentação realizada no Teatro Santana, em São Paulo, pelo sambista portelense Paulo Benjamin de Oliveira que, na ocasião, trajava as cores da Escola de Samba de Madureira. A Escola passou a ostentar em seu carro Abre-Alas a águia e um pandeiro entre as suas garras, sendo este seu símbolo maior, também foi herdado da sua Escola Madrinha, a Portela, após cerimônia de batismo realizada em 10 de janeiro de 1970, demonstrando que os intercâmbios romperam as décadas e permanecem até o momento.

Silva, o mesmo também tratou de trazer pessoas com especialidades em diversos segmentos carnavalescos, com o intuito de compartilhar experiências com a sua recém-fundada Escola.

Convém destacar que a agremiação da zona leste paulistana, ao vencer o Carnaval de 1985, com o enredo "Quando o cacique rodou a baiana, aí, ó", foi convidada para desfilar na Sapucaí ao lado da campeã Mocidade Independente de Padre Miguel e da vice-campeã, a Beija-Flor de Nilópolis, comprovando a reciprocidade entre as duas capitais.

Embora as peculiaridades de cada agremiação paulistana tenham lhes concebido características identitárias singulares - vantagens que a imprensa escrita soube utilizar para a elaboração das suas matérias e reportagens - essas individualidades não promoveram contratempos com o universo carnavalesco carioca, pelo contrário, viabilizaram novas aberturas entre as agremiações de ambas as capitais, vindo a se estreitar ainda mais com a transição dos Cordões em Escolas de Samba.

Em 1971 os Cordões realizaram seu último desfile, desde então, os remanescentes Fio de Ouro, Mocidade Camisa Verde e Branco e Vai-Vai[250] passaram a disputar como Escolas de Samba, tornando-se necessárias reformulações de ordem técnica e estatutária para a regularização das agremiações nas disputas carnavalescas.

A maior preocupação voltava-se para a inserção dos quesitos de julgamento que não se faziam presentes nos desfiles dos Cordões. Logo, o cortejo do Mestre-Sala com a Porta-Bandeira, a composição da Ala das Baianas e a introdução da Comissão de Frente estariam sob os atentos olhares da comissão julgadora e seriam fundamentais para que as agremiações não somente desfilassem, mas, principalmente, impusessem competitividade às coirmãs.

A título de exemplo a Associação Cultural e Social Escola de Samba Mocidade Camisa Verde e Branco, radicada no Bairro da Barra Funda, atenta à transição pela qual atravessava o carnaval de São Paulo e sendo afilhada da Escola

[250] O GRES Fio de Ouro não obteve êxito nos desfiles dos quais participou; em 1974 foi rebaixado para o 2º Grupo, em 1987 na quarta divisão conseguiu apenas o nono lugar, em 1988 foi desclassificado encerrando suas atividades em 1989. Detentora de 15 títulos enquanto Escola de Samba o GRCES Vai-Vai consagra-se até o ano de 2016 como a mais vitoriosa dos desfiles paulistanos. A centenária agremiação Mocidade Camisa Verde e Branco conquistou nove vezes o título do carnaval como Escola de Samba, desde 2013 encontra-se no Grupo de Acesso (LIGA-SP, 2016).

carioca Estação Primeira de Mangueira, tratou de incorporar, em 1975, em seu desfile o lendário Mestre-Sala mangueirense Hélio Laurindo da Silva, conhecido entre os sambistas como “Delegado”, sendo essa uma das posições que mais apresentava carência de representantes durante o período em que todas as agremiações passaram a desfilar como Escolas de Samba.[251]

Novos ventos sinalizavam que a profissionalização era inevitável diante da competitividade que se acirrava a cada carnaval. Independente da categoria de disputa – Cordões ou Escolas de Samba.

Na virada da década de 1950 para 1960 as disputas entre as agremiações vigoravam em diferentes bairros na capital. Foi com a unificação e reorganização dos desfiles em 1967/68, tendo a Avenida São João, no centro da capital, como o palco para as apresentações dos Blocos, Cordões e Escolas de Samba, que a competitividade ganhou credibilidade, em razão dos regulamentos serem geridos pela Federação.

Essas diretrizes foram seguidas até o carnaval de 1971, todavia, em decorrência da intervenção pública ocorrida no mesmo ano, que a levou a sofrer ingerência administrativa até 1973, resultando no gradativo e lamentável abandono dos seus dirigentes e das suas atividades. Com base nessa sucessão de fatores, nos anos de 1972 e 1973, as Escolas passaram a assinar o contrato de prestação de serviços diretamente com a Secretaria de Turismo e Fomento, e não mais com a Federação, como faziam desde 1968.

Se por um lado os percalços sofridos pela Federação a impossibilitaram de atuar por mais de 4 anos, por outro defendemos a ideia de que o modelo estrutural organizativo construído em 1967/68 continuava viável, possibilitando, portanto, que novas parcerias, não menos tensas, fossem avigoradas entre agentes do samba e poder público. Por essa esteira, fundou-se, em 10 de setembro de 1973, a União das Escolas de Samba Paulistanas (UESP), órgão que optou por seguir o semelhante modelo administrativo implantado anteriormente.

Por certo, a rivalidade entre as agremiações se acirrou ao longo da década de 1970 e decisivamente impulsionou o engrandecimento estético-visual e organizativo

[251] **FOLHA DE SÃO PAULO.** Camisa Verde é a campeã; mas sob protesto. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIV, n. 16.775, 14 fev. 1975, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/14/2//4430649>. Acesso em: 04 fev. 2016. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Camisa Verde, vitória sem protesto. São Paulo, ano 96, n. 30.640, 14 fev. 1975, p. 18. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750214-30640-nac-0018-999-18-not>. Acesso em: 04 fev. 2016.

dos desfiles. Deste modo, a mudança de endereço se fez necessária, conduzindo os sambistas, em 1977, à Avenida Tiradentes, onde permaneceram por 14 anos. Essa fase se mostrou promissora para novos avanços e conquistas, até aportar em 1991, no Polo Cultural e Esportivo Grande Otelo, popularmente conhecido como Sambódromo do Anhembi.

Diante desse curso competitivo que tomava conta dos desfiles, O Estado de São Paulo após a apuração do carnaval de 1977 intitulou: “Camisa é tetra, mas Delegado fica com 7”, os primeiros parágrafos da matéria relembravam que: “Pela primeira vez, nos seus 29 anos de sambista (26 na Mangueira e 3 no Camisa Verde e Branco), Delegado não recebeu a nota 10 como Mestre-Sala. Sete foi a nota dada e imediatamente contestada pelos sambistas e jornalistas que assistiam a apuração dos votos.”[252]

Por fim, a Folha de São Paulo elucida o clima de rivalidade e das responsabilidades que tomava conta dos componentes, mesmo após a conquista do título do carnaval:

> É a primeira vez que uma escola de São Paulo consegue quatro títulos em seguida.
> O Camisa mostra suas feridas e seu sangue, mas a Barra Funda continua em silêncio. Delegado tem três cortes no tornozelo – mas mesmo assim o júri lhe deu nota 7, para ele, o grande Delegado da Mangueira por 26 anos nota 10 do carnaval carioca.
> Ontem Lagrilla (Mestre de Bateria) comemorava um título raro: pela 12ª vez ele foi nota 10 como diretor de bateria. E contava como isso não era fácil: para garantir o ritmo do passista, a cadência do mestre-sala, a harmonia das alas, foi preciso ensaiar 5 horas por semana, a partir de abril.[253]

Outra questão a ser discutida, tendo como base as matérias e reportagens analisadas no decorrer dos capítulos, foi o fato do carnaval e a imprensa escrita possuírem vínculos e interesses. Contudo, com a intervenção militar em meados da década de 1960, esse episódio nos levou a analisar o posicionamento dos periódicos, bem como suas impressões sobre os desfiles paulistanos, de acordo com o recorte histórico por nós delimitado.

---

[252] **O ESTADO DE SÃO PAULO.** Camisa é tetra mas Delegado fica com 7. São Paulo, ano 98, n. 31.268, 25 fev. 1977, p. 17. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770225-31268-nac-0017-999-17-not>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[253] MOREIRA LEITE, P. O campeão do carnaval. **Folha de São Paulo** Caderno Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.494, 25 fev. 1977, p. 27. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/25/21/> Acesso em: 04 fev. 2016.

Pretensiosamente, grande parcela da imprensa, respaldada em partes pelo empresariado nacional, não demonstraram oposições ao regime militar que havia se instaurado no país, no ano de 1964. Esses dois setores não compactuavam com os princípios de radicalização comunista que sondava o país ou que ao menos se cogitava.

O jornal O Estado de São Paulo, apesar de demonstrar apreço pela chegada dos militares ao poder, mostra-se contrário ao movimento; ainda nos anos de 1970. Ao se declarar liberal democrático, o periódico passa a tecer críticas ao Estado pela imposição antidemocrática e, por consequência, antiliberal, não condizentes com os seus princípios de mercado.

A Folha de São Paulo, por sua vez, apresenta-se de forma mais cautelosa no decorrer das décadas de 1960 e 1970, pois na esfera governamental militar encontrava-se o seu principal anunciante, vindo a lhe proporcionar rentabilidade e crescimento. Somente nos anos de 1980, é que timidamente, os ideais de redemocratização do país passaram a integrar suas propostas.

Nesse sentido, constatamos que as matérias jornalísticas não revelaram farta cobertura envolvendo o cerceamento das atividades carnavalescas, não sendo possível identificar os reais motivos dessa escassez. Porém, é válido considerar que foram analisadas apenas as representações produzidas por dois periódicos, sendo de extrema relevância a investigação de outras fontes documentais como: fichas sintéticas (documentos e informações pessoais), dossiês (elaborados a partir das fichas sintéticas e processos descritivos de situações), prontuários (constituídos por processos e dossiês), as impressões de outros periódicos, como o depoimento de sambistas e agentes carnavalescos que vivenciaram esse mesmo período, a fim de correlacionar outras fontes para a construção de novas interpretações.

Salientamos que são poucos os estudos sobre censura militar e desfiles das Escolas de Samba, principalmente quando se trata do universo paulistano. Admitimos ser esse um rico campo investigativo, capaz de produzir novas considerações, assim como as distintas realidades carnavalescas que se constituem pelo Brasil.

Foi possível constatar que a imprensa se mostrou desconfiada nos primeiros anos da reconfiguração, para tanto, emitiu críticas ou reservou espaço para reportagens e crônicas que presumiam o esvaecimento dos desfiles em pouco

tempo. Entretanto, o abrandamento dessa desaprovação começou a se cessar a partir da segunda metade dos anos de 1970, quando o modelo carioca passa a não ser visto mais como o ideal,[254] e a valorização dos desfiles paulistanos começa a ganhar as páginas dos periódicos.

Reconhecemos que o emprego de comparações por parte dos periódicos (e em alguns momentos mostraram-se depreciativas) ocorreu devido ao reducionismo conceitual por eles adotado. Esse assunto é discutido por Manzatti (2005) ao constatar que a capital fluminense e a capital baiana sempre foram consideradas as únicas matrizes geradoras do samba; ideia que se reproduziu e, de certa forma, inibiu a abertura para novas investigações sobre as origens carnavalescas em um país tão plural culturalmente como o Brasil.

Com o passar dos anos, os desfiles carnavalescos em São Paulo abriram alas e aportaram fortalecidos no início dos anos de 1980. Embora não tenhamos a intenção de justificar seu crescimento com propósitos baseados em critérios de utilidade para se fazer "valer" ou "tornar-se relevante", recorremos aos dados da Prefeitura de São Paulo, sobre o carnaval de 2016, que levou mais de 1 milhão de pessoas às ruas da capital:

> 'Devemos superar a meta de R$ 400 milhões em negócios gerados na cidade, esse tanto de pessoas que vieram para São Paulo, sobretudo das que deixaram de sair da cidade para brincar o Carnaval na cidade, e isso é um fato novo em São Paulo. Há pessoas que deixaram de ir para outras localidades porque tiveram a folia garantida por aqui, com a infraestrutura coerente com as necessidades da cidade', afirmou o prefeito (Fernando Haddad), que continuou: 'É quarenta vezes mais de receita do que de despesa. A cada R$ 1,00 investido, a cidade tem R$ 40,00 de retorno, sem incluir o desfile'.[255]

Por fim, o carnaval de São Paulo continua se ressignificando, impulsionado pela sociedade que constantemente se reconfigura; no entanto, é ponderável admitirmos novas interpretações do passado carnavalesco paulistano, para que

---

[254] DINES, A. Jornal dos Jornais. No país do carnaval (1): Jornais. **Folha de São Paulo.** Primeiro Caderno, ano LVI, n. 17.162, 07 mar. 1976, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/07/2/4230506#>. Acesso em: 04 fev. 2016. **O ESTADO DE SÃO PAULO.** S. Paulo e Rio mostraram o seu melhor carnaval. São Paulo, ano 98, n. 31.265, 20 fev. 1977, p. 01. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770220-31265-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 04 fev. 2016.

[255] PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Carnaval de rua 2016 supera a expectativa de retorno para a cidade**. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/9530#ad-image-0>. Acesso em: 04 fev. 2016.

reconstruções sejam realizadas e promovam o constante debate a respeito de uma área tão fértil como o Tríduo de Momo.

REFERÊNCIAS

ADALBERTO, CARLINHOS, VALMIR, CARLINHOS. Convite para amar (Boa noite São Paulo). In. PORTELA. **Sambas de Enredo das Escolas de Samba do Grupo 1 de São Paulo**: Continental, 1988. LP Lado B – Faixa 1.

ALBIN, Ricardo Cravo. **Dicionário Houaiss Ilustrado Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro: Instituto Antônio Houaiss, Instituto Cultural Cravo Albin e Editora Paracatu, 2006, RJ. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br/>. Acesso em: 10 out. 2015

AMÂNCIO, Moacir. Brincou, dançou – 80 anos de censura à folia: acabou o entrudo, lança-perfume, máscara, música maliciosa, biquíni etc... **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.481, 12 fev. 1977, p. 29. Disponível em: < http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/12/21/>. Acesso em: 20 jan. 2016.

ANDRADE, E**.** Mestre-Sala – Porta-Bandeira – 74. **Folha da Tarde.** São Paulo, Folha Ilustrada, Ano LIV - nº 16.417, 31 maio, s/p. Consulta realizada no acervo da União das Escolas de Samba Paulistanas – U.E.S.P.

ANDRADE, Cleide L. de. **A contribuição de Mário de Andrade para a Saúde Pública no estabelecimento de um projeto de educação destinado a crianças e jovens no Departamento Municipal de Cultura da cidade de São Paulo (1935-1938).** Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008. 227p.

ARQUIVO HISTÓRICO DE SÃO PAULO. Disponível em <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/memoria/index.php>. Acessos em distintas datas.

AZEVEDO, C. de A. **Fantasias Negociadas:** Políticas do carnaval paulistano na virada do século XX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2010. 221p.

BAKHTIN, M. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. 6. ed. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo/Brasília: Hucitec/Editora da Universidade de Brasília, 2008.

BARCELLOS, C. **Abusado**: o dono do Morro Dona Marta. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BARONETTI, B. S. **Da oficialização ao sambódromo**: um estudo sobre as escolas de samba de São Paulo (1968-1996). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós

Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2013. 397p.

BARROS, Plínio Marcos de. O carnaval dos Cordões. **FOLHA DE SÃO PAULO**, São Paulo, Caderno Folhetim, ano LVI, n. 17.482, 13 fev. 1977, p. 17. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1977/02/13/348/.> Acesso em: 31 jan. 2014.

BELO, Vanir de Lima. **O enredo do carnaval nos enredos da cidade:** dinâmica das escolas de samba em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2008.

BRASIL. **Lei Federal n° 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, Casa Civil, 1964.

BRITTO, Iêda Marques. **Samba na cidade de São Paulo (1900-1930):** um exercício de resistência cultural. São Paulo: FFLCH/USP, 1986.

BUARQUE DE HOLLANDA, F. Bom Conselho. In: BUARQUE DE HOLLANDA, F. **Quando o carnaval chegar.** Rio de Janeiro: Phonogram/Philips, 1972. LP Lado B – Faixa 1.

BUENO. A. **Embaixadores do Samba**: o carnaval de São Paulo na memória da "velha guarda". Trabalho desenvolvido no âmbito do projeto "Do Afro ao Brasileiro - Religiões Afro Brasileiras e Cultura Nacional". Coordenação SILVA, V. G. e AMARAL, R. Relatório de Iniciação Científica, 2004.

CABRAL, S. **As Escolas de Samba do Rio de Janeiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996. 448p.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Projeto de Lei n° 157.** Processo N° 6753 – São Paulo, 22 de novembro de 1967.

_____. **Lei n° 7.100/67.** de 27 de dezembro de 1967, Artigo 22 – São Paulo, 29 de dezembro de 1967.

CAMISA VERDE E BRANCO. **História**. 2013. Disponível em: <http://www.camisaverde.net/historia.php>. Acesso em: 13 jan. 2014.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução: Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa, tradução da introdução Gênese Andrade. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011. 385p.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de C. **O rito e o tempo***:* ensaios sobre o carnaval. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. 116p.

CAVALCANTI, Maria Laura V. de C. **Carnaval carioca:** dos bastidores ao desfile. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. 4. ed. revista e ampliada. 267 p.

CAVALCANTI, M. L. V. de C.; GONÇALVES, R. (Orgs). **Carnaval em múltiplos planos**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. 357 p.

CENSO SAMBA PAULISTANO. 4. ed. Coordenação: Luiz Sales. São Paulo Turismo (SPturis). Prefeitura de São Paulo, 2014. 140 p. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/844000-Censo-100-anos-do-Samba-Paulistano/> Acessos em distintas datas.

CIDADE DE SÃO PAULO. **O carnaval - História:** origem do carnaval brasileiro. Disponível em: <http://mueap.com.br/site/uploaded_files/eventos_1_imagem2_214_12247.pdf>. Acesso em: 13 maio 2014.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO - RUBENS PAIVA. **Relatório - Tomo I - Parte II:** Grupos Sociais e Movimentos Perseguidos ou Atingidos Pela Ditadura. São Paulo, 2015. Disponível em: <http:www.verdadeaberta.org.>. Acesso em: 13 fev. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES. **Banco de Teses**. Disponível em <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/> Acessos em distintas datas.

CORREIO DE S. PAULO. Bem intencionados**...**, São Paulo, ano II, n 494, 15 jan. 1934, p. 03. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 de fev. 2016.

_____. O renascimento do carnaval paulista, São Paulo, ano IV, n 1.131, 18 fev. 1936, p. 07. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 16 de fev. 2016.

_____. O carnaval paulista está pegando fogo! Os proximos (sic.) desfiles carnavalescos. São Paulo, ano IV, n. 1.131, 18 de fev. 1936, p. 07. Disponível em: Biblioteca Nacional Digital/Hemeroteca Digital. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

COSTA, H. **100 anos de Carnaval no Rio de Janeiro**. São Paulo: Irmãos Vitale, 2001. 250p.

COSTA, Odilon; GONÇALVES, Guilherme. **Aprendendo a tocar o batuque carioca**: as baterias das escolas de samba do Rio de Janeiro: Editora Groove, 2000. 61 p.

CRECIBENI, N. **Convocação geral - a folia está na rua:** o carnaval de São Paulo tem história de verdade. São Paulo. Artífice Editorial, 2000.

CRUZ, T. P. dos S. **As escolas de samba sob vigilância e censura na ditadura militar**: memórias e esquecimentos. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ: UFF, 2010. 134 p.

DIAFÉRIA, L. C. **Afinal, este carnaval morre ou não morre?** São Paulo, Caderno de Domingo, ano LI, n. 15.568, 30 de jan.1972, p. 78. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/01/30/390/.> Acesso em: 24 jul. 2014.

_____. Pela volta do carnaval de várzea. **Folha de São Paulo.** São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.158, 3 mar. 1976, p. 17. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/03/21.> Acesso em: 15 abr. 2016.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Projeto de Lei 157/67**,** 2° e 3° Colunas, ano LXXVII, n. 245, 27 dez. 1967, p. 44**.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/5032897/pg-44-poder-executivo-diario-oficial-do-estado-de-sao-paulo-dosp-de-27-12-1967/pdfView>. Acesso em: 24 out. 2013.

DIAS, P. A. F. et. al. **São Paulo corpo e alma**. São Paulo: Associação Cultural Cachuera, 2003. 63p.

DIAS, A. B. “64 – Brasil Continua”: história, memória e as impressões da Folha de S. Paulo sobre o golpe militar de 1964. **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM),** São Paulo, v.2, n.1, jan. – jun. 2013. Disponível em: <http://www.unicentro.br/rbhm/ed03/dossie/05.pdf.> Acesso em: 11 set. 2013.

DINES, A. Jornal dos Jornais. No país do carnaval (1): Jornais. **Folha de São Paulo.** Primeiro Caderno, ano LVI, n. 17.162, 07 mar. 1976, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/ 1976/03/07/2/4230506# >. Acesso em: 04 fev. 2016.

DINIZ, A. **Almanaque do Carnaval**: a história do carnaval, o que ouvir, o que ler, onde curtir. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

DOZENA, Alessandro. **As territorialidades do samba na cidade de São Paulo**. Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

EHRENREICH, B. **Dançando nas ruas** – uma história do êxtase coletivo. Rio de Janeiro: Record, 2010.

FARIAS, E. **O desfile e a cidade**: o carnaval-espetáculo carioca. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2006.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERREIRA, Felipe. **O livro de ouro do carnaval brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

_____. **Inventando carnavais:** o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. **Finep tira o chapéu – Joãosinho Trinta – Parte 1**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TzQw_uWbISA>. Acesso em: 10 fev. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Acervo.** Disponível em <http://acervo.folha.com.br/>. Acesso realizado em: 28 mar. 2013.

_____. Dinheiro - cronologia. São Paulo, Almanaque. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro70.htm>. Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. Onde ainda existe o bom carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.734, 22 jan. 1967, p.17. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/01/22/2/> Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Ajuda oficial ao carnaval paulista. São Paulo, Folha Ilustrada, 2 fev. 1967, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/02/21>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Carnaval está nas ruas e na TV. São Paulo, Folha Ilustrada, ano XLVI, n.13.747, 4 fev. 1967, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/02/04/21/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____."Imperio (sic.) do Samba", a Primeira. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.749, 06 fev. 1967, p. 03. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/06/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Carnaval paulista só em salões. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.749, 06 fev. 1967, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/06/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Blocos nas ruas, bailes animados. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, n. 13.750, 07 fev. 1967, p. 03. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/02/07/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Escolas fizeram bonito nas ruas da Lapa. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, ano. 13.751, 08 fev. 1967, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/08/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Chuva não estragou festa da Vila. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVI, ano. 13.751, 08 fev. 1967, p. 03. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1967/02/08/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. São Paulo trabalha para ter carnaval igual ao do carioca. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, ano. 14.084, 07 jan. 1968, p. 09. Disponível em <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/07/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Faria Lima a procura de turistas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.090, 13 jan. 1968, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1968/01/13/2/.>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Carnaval é assunto sério para as Escolas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.094, 17 jan. 1968, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1968/01/17/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Carnaval pode projetar a cidade de S. Paulo ao mundo, São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n.14.098, 21 jan. 1968, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/21/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Carnaval - 68. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII n. 14.099, 22 de jan. 1968, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/ fsp/1968/01/22/156/>. Acesso em: 20 de jan. 2016.

_____. Paulistano terá carnaval de meio bilhão (cruzeiros antigos). São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.130, 22 fev. 1968, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/22/.> Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. A Av. São João recebe de volta as escolas de samba. São Paulo, Primeiro Caderno/Folha da noite, ano XLVII, n. 14.132, 24 fev. 1968, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/02/24/2/> Acesso em: 15 de ago. 2013.

_____. Até o corso foi fraco. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n. 14.134, 26 fev. 1968, p.8. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Vila Esperança não viu carnaval muito animado. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVII, n 14.134, 26 fev. 1968, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Desfile fez melhor carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1968/02/27/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Este é o carnaval do paulista. São Paulo, Folha Ilustrada, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/ fsp/1968/02/27/21/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. Sambistas apontam escolas favoritas. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.135, 27 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/ fsp/1968/02/27/2/>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Nosso Carnaval de 500 milhões. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1968/02/28/2/.>. Acesso em: 17 de agosto de 2013.

_____. Vila Esperança sem verba. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1968/02/28/2/.>. Acesso em: 17 de agosto de 2013.

_____. Festa termina e já se pensa no ano que vem. São Paulo. Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.136, 28 fev. 1968, p. 1. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1968/02/28/.> Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Bela Vista, o alegre carnaval. São Paulo, Terceiro Caderno/Especial, ano XLVIII, n. 14.483, 09 fev. 1969. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1969/02/09/48/.> Acesso em: 30 set. 2013.

_____. Vila Esperança prepara 15 carros alegoricos (sic.) para o seu carnaval. São Paulo, Segundo Caderno, ano XLVIII, n. 14.487, 13 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1969/02/13/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Carnaval e Turismo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.488, 14 fev. 1969, p. 04. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/14/.>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. 7 mil sambistas no Anhangabaú a partir das 15 horas de amanhã. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.489, 15 fev. 1969, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/15/2/>. Acesso em: 07 nov. 2013.

_____. 24 Escolas de Samba desfilam no Anhangabaú a partir das 15 hs. São Paulo. Primeiro Caderno, ano XLVIII, ano 14.490, 16 fev. 1969, p. 8. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/16/2/.>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Vila Esperança mantém tradição do seu carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.493, 19 fev. 1969, p. 4. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/19/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Satisfeita a prefeitura com os resultados obtidos no carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLVIII, n. 14.494, 20 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1969/02/20/2/.> Acesso em: 07 nov. 2013.

FOLHA DE SÃO PAULO. A Prefeitura não vai desistir de investir em nosso Carnaval. São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLIX, n. 14.85, 11 fev. 1970, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/11/2/.> Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Prefeitura distribui verba para o carnaval paulistano. São Paulo, Folha Ilustrada, ano XLIX, n. 14.828, 20 jan. 1970, p. 23. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/01/20/21/.> Acesso em: 16 ago. 2013.

_____. Quem tem o carnaval mais longo? São Paulo, Primeiro Caderno, ano XLIX, n. 14.851, 12 fev. 1970, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/12/2/.> Acesso em: 27 jun. 2014.

_____. Na Vila, a esperança se renova. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.226, 22 fev. 1971, p. 05. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/22/2/.>. Acesso em: 22 jul. 2014.

_____. E assim termina o carnaval - 71. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.228, 24 fev. 1971, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/24/2/.> Acesso em: 22 ago. 2014.

_____. Porque assassinaram o rei Momo em São Paulo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.229, 25 fev. 1971, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/25/2/.> Acesso em: 25 jul. 2014.

_____. Venceu a Mocidade Alegre**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.230, 26 fev. 1971, p. 11. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/26/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. De Cordão a Escola de Samba, um sonho antigo, São Paulo - Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Samba é questão de respeito na Mocidade Alegre**.** São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.232, 28 fev. 1971, p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1971/02/28/2/>. Acesso em: 17 ago. 2013.

_____. Vai-Vai, a Escola de Samba do Bexiga. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.580, 11 fev. 1972, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/11/2/.>. Acesso em: 06 nov. 2014.

_____. Um carnaval à procura de foliões. São Paulo, Segundo Caderno, ano LI, n. 15.568, 30 jan. 1972, p. 24. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/01/30/390/.>. Acesso em: 24 jul. 2014.

FOLHA DE SÃO PAULO. Na Vila Esperança, as alegorias. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.583, 14 fev. 1972, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1972/02/14/2/.> Acesso em: 22 de jul. de 2014.

_____. No Anhembi, um coro de 80 mil vozes. São Paulo. Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.583, 14 fev. 1972, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1972/02/14/2/>. Acesso em: 22 ago. 2014.

_____. Carnaval e Turismo**.** São Paulo Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.585, 16 fev. 1972, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/16/2/>. Acesso em: 29 maio 2015.

_____. Mocidade Alegre, a campeã**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.587, 18 fev. 1972, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1972/02/18/2/>. Acesso em: 27 jul. 2015.

_____. Vai – Vai quer a anulação**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LI, n. 15.588, 19 fev. 1972, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/19/2/>. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. SP descobre o carnaval. São Paulo, Segundo Caderno, ano LI, n. 15.589, 20 fev. 1972. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1972/02/20/156/>. Acesso em: 29 jul. 2014.

_____. Um atentado musical. São Paulo, Primeiro Caderno – Notas Policiais, ano LIII, n. 16.286, 21 jan. 1974, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1974/01/21/2/5407049>. Acesso em: 15 nov. 2015.

_____. Comandante da PM promete apoio às escolas de samba. São Paulo, Primeiro Caderno - Polícia, ano LIII, n. 16 287, 22 jan. 1974, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/01/22/2/>. Acesso em: 11 jan. 2016.

_____. Notas Policiais. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16 288, 23 jan. 1974, p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/01/23/2/5407109>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

_____. Escolas do Grupo III abrem festa do Samba. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.320, 23 fev. 1974, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/23/2/4335311>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Rei Momo e I Grupo amanhã**.** São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.320, 23 fev. 1974. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1974/02/23/2/4335311>, p. 06. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. Escolas do Grupo II vão desfilar amanhã**.** São Paulo. Segundo Caderno/Local, ano LIII, n. 16.321, 24 fev. 1974, p. 10. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/24/2/4335362>. Acesso em: 04 ago. 2015.

FOLHA DE SÃO PAULO. Este ano o carnaval foi melhor – Os desfiles em SP agradaram; total de incidentes diminuiu. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIII, n. 16.324, 27 fev. 1974, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/27/2/4335457>. Acesso em: 04 de ago. 2015.

_____. Rio: quinze horas com as melhores Escolas do mundo. São Paulo, Primeiro Caderno - Local, ano LIV, n. 16 772, 11 fev. 1975, p. 06. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/11/2/4430304>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. SP: dez horas com as melhores Escolas da cidade. São Paulo, Primeiro Caderno - Local, ano LIV, n. 16 772, 11 de fev. 1975, p. 07. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/02/11/2/4430308>. Acesso em: 15 jan. 2016.

_____. O dinheiro das escolas de samba está sendo entregue. São Paulo, Local, ano LVI, n.16.751, 21 jan. 1975, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/21/2/4391199>. Acesso em: 19 jan. 2016.

_____. Prefeitura do Município de São Paulo / Secretaria do Turismo e Fomento / Extrato de Contrato nº 02/75. São Paulo, Educação-Agenda, ano LVI, n. 16.759, 29 de jan. 1975, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/29/2/4392701>. Acesso em: 19 de jan. 2016.

_____. O carnaval do Rio, mais para os faraós do que para o povo - Preços altos, locais novos, igual euforia. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LV, n. 17.136, 10 fev. 1976, p. 36. Disponível: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/02/10/21/4229051>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Em SP, carnaval procura seu rumo. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LVI n. 17.157, 02 de mar. 1976, p. 01. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/02/2//4229620>. Acesso em: 15 de jan. 2016.

_____. Vai – Vai a escola mais animada da São João. São Paulo, Local, ano LVI n. 17.157, 02 de mar. 1976, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/02/2/4229620>. Acesso em: 19 de jan. 2016.

_____. A energia da PM na avenida. São Paulo, Caderno Local, ano LVI, n. 17.157, 02 mar. 1976, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/02/2>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Nem samba-enredo escapou à censura. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI n. 17.472, 03 fev. 1977, p. 39. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/03/21/>. Acesso em: 16 fev. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. Tiradentes: de que vale mudar só o chão? São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.483, 14 fev. 1977, p. 20. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/ fsp/1977/02/14/21/4228623>. Acesso em: 22 out. 2015.

_____. O samba foi à missa e desfilou na passarela. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LVI, n. 17.322, 06 set. 1976. p. 08. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/09/06/2/>. Acesso em: 11 out. 2014.

_____. Camisa Verde é a campeã; mas sob protesto. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LIV, n. 16.775, 14 fev. 1975, p. 09. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/ 1975/02/14/2//4430649>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. Carnaval do povo é nos bairros: Santo Amaro, Lapa, Tucuruvi, e Vila Esperança mantém a tradição. São Paulo, Primeiro Caderno - Local, 20 fev. 1977, p. 16. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/20/2/5412199>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. Ajuda oficial ao carnaval paulista. São Paulo, Folha Ilustrada, 02 fev. 1967, p. 5. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1967/02/02/21>. Acesso em: 13 ago. 2013.

FOLHA DA TARDE. Escolas aprovaram a nova pista. São Paulo, Primeiro Caderno, ano LVI, n. 17.322, 06 set. 1976. p. 02.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA - FEE. **Formulário de atualização de valores.** Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/ capa/index.php. Acesso em: 16 out. 2013.

GAZETA ESPORTIVA. Carnaval 79: Paulistur leva conforto ao povo e turistas. São Paulo, 11 jan. 1979. s/p.

GLOBO. **Exibição do carnaval na Globo ganha interatividade e novidades em 3D.** Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/novidades/noticia/2012/02/ exibicaodocarnavalnagloboganhainteratividade-e-novidades-em-3d.html.> Acesso em: 25 out. 2013.

GOUVÊA, C. A. Um carnaval que começa a existir. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.156, 01 mar. 1976, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1976/03/01/21>. Acesso em: 03 nov. de 2015

GRUZINSKI, S. **O pensamento Mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HORI, I. M. B. **Samba na cidade de São Paulo (1900 – 1930):** contribuição ao estudo da resistência e da representação cultural. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Dados de acordo com as Estimativas da População Residente Nos Municípios Brasileiros.** Data de referência em 1º de julho de 2013. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/ estatistica/populacao/estimativa2013/ default.shtm>. Acesso em 13 ago. 2013.

JÓRIO. Amaury; ARAUJO, Hiram. **Escolas de Samba em Desfile**: vida, paixão e sorte. Rio de Janeiro: Poligráfica, 1969.

KOTSCHO, R. É o samba das escolas, agora é oficial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, ano 89, n. 28.489, 24 fev. 1968, p. 09. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680224-28489-nac-0009-999-9not>. Acesso em: 13 dez. 2013.

_____. Samba S.A., o futuro das escolas paulistas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, ano 96, n. 30.635, 07 fev. 1975, p. 38. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750207-30635-nac-0038-999-38not/>. Acesso em: 20 jun. 2015.

LEOPOLDI, José S. **Escola de Samba, ritual e sociedade.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ – Col. História, Cultura e Ideias, v. 10. 2010.

LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DE SÃO PAULO - LIGA-SP: Disponível em: <http://www.ligasp.com.br/>. Acesso realizado em: 10 mar. 2014.

LIGA DAS ESCOLAS DE SAMBA DO RIO DE JANEIRO - **LIESA: Fundação.** Disponível em <http://liesa.globo.com/2012/por/liesa1.html>. Acesso em: 26 mar. 2012.

LUCA, T. R. de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In. PINSKY, C. B. (org.). Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MAGNANI, J. G. C. **Festa do pedaço***.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

_____. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n.49, junho, p. 11-29, 2002.

MAGNANI, J.G.C. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In. MAGNANI, J. G. C.; TORRES, L. de L. (orgs). **Na metrópole:** textos de antropologia urbana. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000. 319 p.

MAGNANI, J.G.C. Conclusão – Fechando o circuito. In: MAGNANI, J. G. C.; SOUZA, B. M. de. (orgs.) **Jovens na Metrópole. Etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade.** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2007. 279 p.

MANZATTI, M. S. **Samba Paulista, do centro cafeeiro à periferia do centro**: estudo sobre o Samba de Bumbo ou Samba Rural Paulista. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUCSP, 2005.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2013. 356 p.

MARTINS, L. M. Crônica. **O Estado de São Paulo,** São Paulo, Primeiro Caderno, ano 93, n, 29.714, 13 fev. 1972, p.08. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720213-29714-nac-0008-999-8not>. Acesso em: 5 jun. 2015.

MATTOS, O. Carnaval de rua morre (Charge). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 1º Caderno, ano XLIX, n. 14.851, 12 de fev. de 1970, p. 04. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/12/2/> .Acesso em: 29 jul. 2014.

MELO, V. A. de. **Lazer e Minorias Sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003.

MIRANDA, Nicanor T. **Clube de Menores Operários**. Separata da Revista do Arquivo Municipal n. XLVIII. São Paulo: Departamento de Cultura, 1938**.**

_____. **Atividade gímnica e atividade lúdica**. São Paulo: Editora do Departamento de Cultura, 1941**.**

_____. **200 jogos infantis**. Belo Horizonte: Editora Globo, 1947.

_____. **Organização das atividades da recreação**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

MORAES, W. R. **Escolas de samba de São Paulo (Capital)**. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978. 167 p.

MORAES, J. G. V. de. **Metrópole em Sinfonia:** história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30. São Paulo. Editora. Estação Liberdade. 2000.

MORAES, S. M. Das Lavouras de Café ao Sambódromo. **Jornal da USP**. Ano XXII n. 790, 2007. Disponível em: <http://www.usp.br/jorusp/arquivo/2007/jusp790/pag0809.htm> Acesso em: 29 mar. 2012.

MORAIS, César Augusto Tureta de. **Práticas organizativas em escolas de samba**: o setor de harmonia da Vai-Vai. Doutorado em Administração de Empresas. Fundação Getúlio Vargas, 2011.

MOREIRA LEITE, P. O campeão do carnaval. **Folha de São Paulo** Caderno Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.494, 25 fev. 1977, p. 27. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/ 1977/02/25/21/>. Acesso em: 04 fev. 2016.

MOTA, C. G.; CAPELATO, M. H. **História da Folha de S. Paulo (1921 – 1981).** São Paulo: Ed. Impress, 1981. 416 p.

MOTTA, A. A. **Onze mulheres incríveis do carnaval carioca - Porta-Bandeiras**. Rio de Janeiro: Verso Brasil, 2013, 229 p.

MUNIZ JR, J. **Panorama do Samba Santista:** documentário folclórico e carnavalesco. Santos: Impress e Cia. Lithographica Ipiranga, 1976 a.

_____. **Do Batuque a Escola de Samba**. São Paulo: Símbolo, 1976b.

MUSEU DOS EVENTOS DO ANHEMBI PARQUE - MUEAP. **História**: O Começo. Disponível em: <http://mueap.com.br/site/ver_pagina.php?c=1061>. Acesso em: 7 maio 2015.

MUSSA, A.; SIMAS, L.A. **Samba de enredo - história e arte.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Acervo. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/>. Acesso em: 26 mar. 2013.

_____. Histórico. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti7.htm>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. Prefeitura não ajuda o carnaval. São Paulo, ano 88, n. 28.135, 04 jan.1967, p. 28. Disponível em: < http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670104-28135-nac-0028-999-28-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Carnaval será só nos clubes. São Paulo, ano 88, n. 28.151, 22 jan. 1967, p. 21. Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670122-28151-nac-0021-999-21-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Carnaval terá ajuda oficial. São Paulo, ano 88, n. 28.160, 02 fev. 1967, p. 44. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670202-28160-nac-0044-999-44-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Carnaval ficará só nos salões. São Paulo, ano 88, n. 28.162, 04 fev.1967, p. 10. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670204-28162-nac-0010-999-10-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Carnaval de verdade para o paulistano brincar. São Paulo, ano 89, n. 28.472, 04 fev. 1968. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/ 19680204-28472-nac-0163-fem-7not.>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____**.** Cidade começa a reviver o carnaval, São Paulo, ano 89, n.15.232, 16 fev. 1968, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/ pagina/#!/19680216-28482-nac-0012-99912not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Nada consegue animar o paulistano. São Paulo, ano 89, n. 28.491, 27 fev. 1968, p. 09. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680227-28491-nac-0009-999-9-not.>. Acesso em: 12 dez de 2013.

_____. Ajuda vai ser maior no próximo ano. São Paulo, ano 89, n. 28.492, 29 fev. 1968, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680229-28492-nac-0012-999-12-not.>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. Tibiriçá acredita muito no paulista. São Paulo, ano 89, n. 28.789, 14 fev. 1969. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/ 19690214-28789-nac-0011-999-11-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. É incrível, mas os turistas estão vindo. São Paulo, ano 90, n. 28.790, 15 fev. 1969, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690215-28790-nac-001299912not.>. Acesso em: 12 dez. 2013.

_____. A Vila Esperança já está preparada. São Paulo, ano 90, n. 28.790, 15 fev. 1969, p. 36. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690215-28790-nac-0036-999-36-not>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. Afinal, o paulista é ou não folião? São Paulo, ano 91, n. 29.092, 08 fev. 1970, p. 17. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700208-29092-nac-0017-999-17-not.> Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. Quando teremos carnaval? Nunca. São Paulo, ano 91, n. 29.092, 08 fev. 1970, p. 18. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700208-29092-nac-0017-999-17-not.> Acesso em: 28 jul. 2014.

_____. Carnaval de S. Paulo: confusão e demagogia – Horário não foi obedecido. São Paulo, ano 91, n. 29.093, 10 de fev. 1970, p. 08. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700210-29093-nac-0008-999-8-not.>. Acesso em: 20 jan. 2016.

_____. Carnaval de S. Paulo: confusão e demagogia. São Paulo, ano 91, n. 29.093, 10 de fev. 1970, p. 08. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19700210-29093-nac-0008-999-8not.>. Acesso em: 20 jan. 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Anhembi em 71. São Paulo, ano 92, n. 29.399, 07 fev.1971, p. 237. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710207-29399-nac-0237-tur-15-not>. Acesso em: 08 maio 2015.

_____**.** Carnaval, agora um estímulo às vendas. São Paulo, ano 93, n. 29.680, 05 jan. 1972, p. 15. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720105-29680-nac-0015-999-15-not/>. Acesso em: 05 jun. 2015.

_____. Baile de Gala abre o Carnaval. São Paulo, ano 93, n. 29.700, 28 jan. 1972, p. 17. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19720128-29700-nac-0017-999-17-not.>. Acesso em: 13 maio 2015.

_____. Rosas para os que chegam, é o início da festa: Carnaval tudo definido. São Paulo, ano 94, n. 30.006, 24 jan. 1973, p. 26. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730124-30006-nac-0026-999-26-not>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Uma cidade que assusta o turista. São Paulo, ano 94, n. 30.007, 25 jan. 1973, p. 26 . Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730125-30007-nac-0026-99926not>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. O samba luta para ser puro. São Paulo, ano 94, n. 30.039, 03 mar. 1973, p. 09. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730303-30039-nac-0009-999-9-not/>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. A violência da PM invade quadra. São Paulo, ano 95, n. 30.312, 22 jan. 1974, p. 23. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740122-30312-nac-0023-999-23-not>. Acesso em: 11 jan. 2016.

_____. Rivalidade anima desfile na capital. São Paulo, ano 95, n. 30.341, 24 fev.1974, p. 16. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740224-30341-nac-0016-999-16-not> Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Prefeitura quer um desfile organizado**.** São Paulo, Ano 96 , n. 30.622, 23 jan. 1975, p. 27. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/ -30622-nac-0027-99927not>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. 150 feridos e a velha promessa de novo local. São Paulo, Caderno Geral, ano 97, n. 30963, 02 mar. 1976, p. 32. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760302-30963-nac-0032-999-32-not/>. Acesso em: 04 nov. 2015.

_____. Preocupação com o luxo prejudica o samba. São Paulo, Caderno Geral, ano 97, n. 30.963, 02 mar. 1976, p. 32. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760302-30963-nac-0032-999-32-not>. Acesso em: 03 fev. 2016.

O ESTADO DE SÃO PAULO. S.P. gasta 20 milhões no carnaval. São Paulo, ano 97, n. 30.961, 28 fev. 1976, p. 12. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760205-30941-nac-0024-999-24-not> Acesso em: 03 fev. 2016

_____. Um carnaval que começa a existir. São Paulo, ano LVI, n. 17.156, 01 mar. 1976, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br /fsp/1976/03/01/21/t> Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. Vila Esperança, o que sobrou do carnaval popular. São Paulo, ano 98, n. 31.265, 20 fev. 1977, p. 20. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/ #!/19770220-31265-nac-0020-999-20-not/>. Acesso em: 14 maio 2015.

_____. A democracia sem substância. São Paulo, Notas e Informações, ano 99 n. 31.569, 15 fev. 1978, p. 03. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/ pagina/#!/19780215-31569-nac-0003-999-3-not/>. Acesso em: 03 fev. 2016.

_____. S. Paulo e Rio mostraram o seu melhor carnaval. São Paulo, ano 98, n. 31.265, 20 fev. 1977, p. 01. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/ pagina/#!/19770220-31265-nac-0001-999-1-not>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. Camisa Verde, vitória sem protesto. São Paulo, ano 96, n. 30.640, 14 fev. 1975, p. 18. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750214-30640-nac-0018-999-18-not>. Acesso em: 04 fev. 2016.

_____. Carnaval terá ajuda oficial. São Paulo, ano 88, n. 28.160, 2 fev. 1967, p. 44. Disponível em: <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670202-28160-nac-0044-999-44-not>. Acesso em: 12 dez. 2013.

OLIVEIRA, C. D. M. de. **Geografia do turismo na cultura carnavalesca**: o sambódromo do Anhembi. São Paulo. Ed. Paulistana, 2007. 171 p.

ORTIZ, R. **Cultura popular:** românticos e folcloristas. São Paulo. Ed. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUCSP, 1985. 68p.

_____. **Mundialização e cultura**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2000, 234p.

_____. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 14º ed. São Paulo. Ed. Brasiliense, 2012, 148 p.

_____. **Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/acervos/index.php?p=11787. Acesso em: 25 set. 2013.

PEÑA, Domingo Hernández. Só carnaval não resolve. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, Caderno de Turismo, ano 90, n. 28.794, 21 de fev. de 1969, p. 36. Disponível em: http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690221-28794-nac-0036-tur-6-not>. Acesso em: 20 jan. 2016.

PENTEADO, F. **Samba à paulista**: Fragmentos de uma história esquecida. São Paulo. TV Cultura – Fundação Padre Anchieta. 05 de janeiro de 2001. "DVD" Comentário concedido para elaboração do documentário "Samba a Paulista".

PORTAL BRASIL. **Salário Mínimo Brasileiro.** Disponível em: <http://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm.> Acesso em: 09 jun. 2016.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Lei Municipal 7.085 de 13 de dezembro de 1967.** Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/negocios_juridicos/cadastro_de_leis/index.php?p=325>. Acesso em: 21 nov. 2012.

_____. **Decreto 9.051,** de 13 de outubro 1970. Disponível em: http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/pesqnumero.asp?t=D&n=9051&a=&s=&var=0. Acesso em: 21 fev. 2013.

_____. **Histórico Demográfico do Município de São Paulo.** Disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/introducao.php>. Acesso em: 22 maio 2015.

_____. **Carnaval de rua 2016 supera a expectativa de retorno para a cidade**. Disponível em: <http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/9530#ad-image-0>. Acesso em: 4 fev. 2016.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Carnaval Brasileiro**: o vivido e o mito. São Paulo: Brasiliense, 1999. 237 p.

RANGEL. C. O samba paulista no ano de sua afirmação**. Folha de São Paulo**, São Paulo, Primeiro Caderno/Local, Ano LIII – n. 16.314, 17 fev. 1974, - p. 14. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1974/02/17/2/4334680.> Acesso em: 21 set. 2015.

REDE TUPI. **Eventos – Carnaval**. 2010. Disponível em http://redetupitv.blogspot.com.br/. Acesso realizado 15 de fevereiro de 2014.

SÃO PAULO. **Lei Nº 3.553**, de 24 de dezembro de 1936. Autoriza a abertura de credito de 600:000$000 para ocorrer ás despesas com a organização dos festejos carnavalescos. Disponível em: <http://www.radarmunicipal.com.br/legislacao/lei-3553>. Acesso em: 27 maio 2014.

SÃO PAULO. **Cadastro de Leis**. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/negocios_juridicos/cadastro_de_leis/index.php?p=325>. Acesso em: 14 abr. 2013.

SÃO PAULO TURISMO. **São Paulo, minha cidade**. Disponível em http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia. Acesso realizado em 16 de outubro de 2013.

_____. **Lei Orgânica dos Municípios**. N° 9.842 de 19 de setembro de 1967.

SCHWARCZ, L. M. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça**. In. NOVAIS, F. A (coord.); SCHWARCZ, L. M. (org.) História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, V. G da, et. al. **Madrinha Eunice e Geraldo Filme**: memórias do carnaval e do samba paulista. In Artes do Corpo. II Volume - Coleção Memória Afro Brasileira. Selo Negro Edições, 2004. 256 p.

SILVA, W. Finalmente um carnaval popular. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LI, n. 15.573, 04 fev. 1972, p. 32. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/04/21/>. Acesso em: 25 ago.2015.

_____. "Vai-Vai": Campeão Eterno. São Paulo, Folha Ilustrada, ano LI, n. 15.588, 19 fev. 1972, p. 22. Disponível em: <http://acervo.folha.com.br/fsp/1972/02/19/21/>. Acesso em: 28 jun. 2015.

_____. Impressões de Carnaval, por Plínio Marcos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, Folha Ilustrada, ano LVI, n. 17.161, 06 mar. 1976, p. 23. Disponível em: <http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/03/06/21/4230414>. Acesso em: 18 jan. 2016.

SIMSON, O. R. de M. V. **Os poderes públicos e a imprensa na transformação do carnaval de paulistano do século XX**. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 6. Nova Friburgo – Rio de Janeiro, 1982, p. 65-77.

_____. **A Burguesia se diverte no Reinado de Momo. O carnaval paulistano do século XIX.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo: USP, 1984.

_____. **Brancos e Negros no Carnaval Popular Paulistano (1914-1988)**, Tese (Doutorado em Antropologia Social) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo. São Paulo: USP, 1990, 245p.

_____. **Carnaval em Branco e Negro:** carnaval popular paulistano 1914 - 1988**.** Campinas: Editora UNICAMP; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007. 396 p.

SOCIEDADE AMANTES DO SAMBA PAULISTA - SASP. **Carnavais – Central do Carnaval 1975**. Disponível em: <http://www.sasp.com.br/a_carnaval.asp?rg_carnaval=1975#.VrK3KvkrLIU> Acesso em: 02 fev. 2016.

_____. **Regulamento Oficial dos Desfiles Carnavalescos - 2015**. Disponível em: <http://www.sasp.com.br/conteudo/carnaval/2015/regulamento/Especial.pdf>. Acesso em: 25 set. 2015.

SOCIEDADE AMANTES DO SAMBA PAULISTA - SASP. **Carnavais – Central do Carnaval 1976**. Disponível em:<http://www.sasp.com.br/a_carnaval.asp?rg_carnaval=1976#.VrK8LfkrLIU> Acesso em: 02 fev. 2016.

SOIHET, R. **A subversão pelo riso:** estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas. 2 ed. Uberlândia. EDUFU, 2008.

SOUZA, Geraldo Filme de. **A música brasileira deste século por seus Autores e Intérpretes.** São Paulo: Serviço Social do Comércio – SESC, 2000. 256 p.

SOUZA NETTO, J. I. de. Pato N'Água, herói dos cortiços do Bexiga, meu Robin Hood. **Leia as histórias/São Paulo Minha Cidade (SPMC)/ SPTuris**, 17 de nov. de 2011. Disponível em: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/historia/ver/5609/Pato%2Bn%2526%252339%253BAgua%252C%2Bheroi%2Bdos%2Bcorticos%2Bdo%2BBexiga%252C%2Bmeu%2BRobin%2BHood>. Acesso em: 26 jan. 2016

SOUZA, Okky de. **São Paulo 450 anos luz**. São Paulo: Editora de Cultura, 2003. 152 p.

TAVARES DE ALMEIDA, M. H; WEIS L. Carro zero e pau de arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In: NOVAIS, F. A (coord.); SCHWARCZ, L. M. (org.) **História da Vida Privada no Brasil**: contrastes da intimidade contemporânea. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TINHORÃO. J. R. **Carnaval em São Paulo pode ser bom, depende de incentivo**. São Paulo, 1 Caderno – página 10. Publicado em 08 de fevereiro de 1970. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/fsp/1970/02/08/2. Acesso em: 27 jul. 2014.

TINHORÃO, J. R. **Cultura Popular:** Temas e questões. São Paulo: Ed. 34, 2001. 192 p.

T.V CULTURA. **Samba à paulista**: Fragmentos de uma história esquecida. São Paulo. Fundação Padre Anchieta. 05 de janeiro de 2001.

UNIÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA PAULISTANAS - UESP. **Centro de Documentação e Memória do Samba (CDMS).** Disponível em <http://www.uesp.com.br>. Acesso em: 10 mar. 2012.

UNIÃO DAS ESCOLAS DE SAMBA PAULISTANAS - UESP. **Manual do Jurado.** Disponível em: <http://www.uesp.com.br>. Acesso em: 25 out. 2014.

URBANO, M. A. **Carnaval & samba em evolução – na cidade de São Paulo**. São Paulo: Ed. Plêiade, 2006. 282 p.

URBANO, M. A.; NABHAN, N.; SANTOS Y. L. **Arte em desfile**: escola de samba paulistana. São Paulo: Edicon, 1987.

VALENÇA, Rachel; VALENÇA, Suetônio. **Serra, Serrinha, Serrano:** O império do samba. Rio de Janeiro: Ed. José Olimpo, 1981.

VAZ, A. F. Lazer, indústria cultural, biopolítica. In. ISAYAMA, H. F.; LINHALES M. A. (Org.) **Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; Ed. UFRJ, 2007.

VICO, V. M.; SILVA, F. T. da **Anistia e grande imprensa:** alguns apontamentos sobre a cobertura dos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e Revista Veja entre 1978 e 1979. I Encontro de Pesquisa de Graduação em História, Campinas-SP, v. 1, p.1-13, 2008.

WILMA CORRÊA; WASHINGTON DA MANGUEIRA. Liberdade ainda que Vai-Vai. In. THOBIAS DO VAI VAI. **Carnaval 97 – Sambas Enredo – Escolas de Samba de São Paulo**. São Paulo: EMI Brasil, 1997. CD Faixa 1.

ANEXOS

ANEXO I - O ESTADO DE SÃO PAULO

JORNAL	TÍTULO/FONTE	DATA/PÁGINA
O Estado de São Paulo	**Músicas populares censuradas** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19670111-28141-nac-0008-999-8-not	11 jan. 1967 – p.08
O Estado de São Paulo	**Censura é da Polícia Federal** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680104-28445-nac-0009-999-9-not	04 jan. 1968 – p.09
O Estado de São Paulo	**Carnaval já tem preceitos** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19680109-28449-nac-0012-999-12-not	09 jan. 1968 – p.12
O Estado de São Paulo	**DOPS em ação até no carnaval** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19690212-28787-nac-0013-999-13-not	12 fev. 1969 – p.13
O Estado de São Paulo	**Travesti fica fora das TVs: vigilância** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710107-29372-nac-0013-999-13-not	07 jan. 1971 – p.13
O Estado de São Paulo	**O Carnaval tem censura** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710110-29375-nac-0012-999-12-not	10 jan. 1971 – p.12
O Estado de São Paulo	**A violência da PM invade a quadra** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740122-30312-nac-0023-999-23-not	22 jan. 1974 – p.23
O Estado de São Paulo	**Apesar de tudo, Peruche garante o seu carnaval.** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740215-30333-nac-0008-999-8-not	15 fev. 1974 – p.08
O Estado de São Paulo	**A PM novamente sem disciplina** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740222-30339-nac-0019-999-19-not	22 fev. 1974 – p.19
O Estado de São Paulo	**O samba sai na avenida, com medo** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740223-30340-nac-0010-999-10-not	23 fev. 1974 – p.10
O Estado de São Paulo	**Polícia volta a espancar e a prender sambistas** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740221-30338-nac-0013-999-13-not	21 fev. 1974 – p.13
O Estado de São Paulo	**Violência inibe a alegria** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19740228-30343-nac-0018-999-18-not	28 fev. 1974 – p.18
O Estado de São Paulo	**Desordens e violência no carnaval** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19750213-30639-nac-0022-999-22-not	13 fev. 1975 – p.22
O Estado de São Paulo	**Policial agride jornalista (Do correspondente em Manaus)** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19760217-30951-nac-0025-999-25-not	17 fev. 1976 – p.25
O Estado de São Paulo	**Prisão de sambista ameaça o desfile no Rio** http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770219-31264-nac-0016-999-16-not	19 fev. 1977 – p.16

ANEXO II - FOLHA DE SÃO PAULO

JORNAL	TÍTULO / FONTE	DATA/PÁGINA
Folha de São Paulo	**Música de carnaval: Censura já vetou 42** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1967/01/11/21/	11 jan.1967 – p.03 Folha Ilustrada
Folha de São Paulo	**Censura** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1968/01/13/2/	13 jan.1968 – p.04
Folha de São Paulo	**Carnaval: comunicado da censura federal** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1969/02/14/2/	14 fev. 1969 – p.09
Folha de São Paulo	**Bloco carnavalesco só com permissão** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1971/02/11/2/	11 fev.1971 – p.09
Folha de São Paulo	**Os alvarás para os bailes de carnaval** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1973/02/10/2/	10 fev. 1973 – p.05
Folha de São Paulo	**O que será proibido durante o carnaval** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1973/03/01/2/4337324	01 mar.1973 – p.08
Folha de São Paulo	**Um atentado musical** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/01/21/2/5407049	21 jan. 1974 – p.06
Folha de São Paulo	**Notas Policiais (caso Peruche)** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/01/23/2/5407109	23 jan. 1974 – p.08
Folha de São Paulo	**No carnaval as proibições de sempre** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/01/30/2/5407394	30 jan. 1974 – p.08
Folha de São Paulo	**Carnaval – 75: as escolas são chamadas** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1975/01/18/2/4390450	18 jan.1975 – p.06
Folha de São Paulo	**Novo incidente com sambistas** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1974/02/21/2/4335165	21 fev. 1974 – p.12
Folha de São Paulo	**Nem lança-perfume nem tanga em Recife** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1976/02/13/21/4229339	13 fev.1976 – p.40
Folha de São Paulo	**Ninguém vai poder usar máscaras** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/01/11/2//4223237	11 jan. 1977 – p.14
Folha de São Paulo	**Nem samba-enredo escapou à censura** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/03/21/	03 fev.1977 – p.39
Folha de São Paulo	**Censura II: cachaça pode, "nome feio" não** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/05/21/4227464	05 fev. 1977 – p.28
Folha de São Paulo	**Brincou, dançou – 80 anos de censura à folia: acabou o entrudo, lança-perfume, máscara, música maliciosa, biquíni etc...** http://acervo.folha.uol.com.br/fsp/1977/02/12/21/	12 fev. 1977 – p.29